



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (PPGEL)
MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (MEL)**

JÉSSICA CARNEIRO DA SILVA

**AS ORAÇÕES RELATIVAS NO PORTUGUÊS FALADO EM
FEIRA DE SANTANA-BA**

Feira de Santana-BA
2018

JÉSSICA CARNEIRO DA SILVA

**AS ORAÇÕES RELATIVAS NO PORTUGUÊS FALADO EM
FEIRA DE SANTANA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo
Co-orientadora: Profa. Dra. Cristina Figueiredo

Feira de Santana-BA
2018

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

S58r

SILVA, Jéssica Carneiro da
As orações relativas no português falado em Feira de Santana-BA./
Jéssica Carneiro da Silva. Feira de Santana, 2017.
219f.: il.

Orientadora: Silvana Silva de Farias Araújo
Co-orientadora: Cristina Figueiredo
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de
Santana. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2018.

1.Sociolinguística. 2.Português brasileiro – Feira de Santana, BA.
3.Variação linguística. I. Araújo, Silvana Silva de Farias, orient. II.
Figueiredo, Cristina, co-orient. III. Universidade Estadual de Feira de
Santana. IV. Título.

CDU: 801(814.22)

JÉSSICA CARNEIRO DA SILVA

**AS ORAÇÕES RELATIVAS NO PORTUGUÊS FALADO EM
FEIRA DE SANTANA-BA**

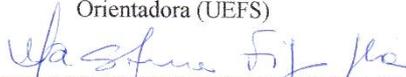
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo
Co-orientadora: Profa. Dra. Cristina Figueiredo

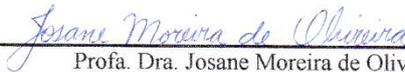
Aprovada em 28 de Fevereiro de 2018



Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araújo
Orientadora (UEFS)



Profa. Dra. Cristina Figueiredo
Co-orientadora (UFBA)



Profa. Dra. Josane Moreira de Oliveira
Membro Examinador (UEFS)



Prof. Dr. Carlos Felipe da Conceição Pinto
Membro Examinador (UFBA)

Feira de Santana-BA
2018

À minha mãe, mestra primeira de tantos ensinamentos e lições de vida.

À minha família, por todo amor, suporte e apoio incondicionais.

Ao meu padrasto (in memoriam), por ter acreditado em meu potencial desde a infância.

Aos estudos sociolinguísticos, que tanto contribuem para o entendimento acerca do instigante português brasileiro.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Feira de Santana, por ter sido a porta de entrada para a formação acadêmica. Ao Mestrado em Estudos Linguísticos, por ter dado o mais variado suporte no desenvolvimento desta pesquisa e por ter consolidado o meu desejo de seguir a carreira acadêmica. Aos professores do MEL/UEFS, pelos conhecimentos partilhados. À CAPES, pela bolsa concedida.

Agradeço aos mestres e gestores do Departamento de Letras e Artes (DLA), por terem sido alicerce de aprendizado para o desenvolvimento do conhecimento como Licenciada em Letras Inglês/Português.

À minha dedicada orientadora Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araujo, que me acolheu como orientanda desde a Iniciação Científica na graduação, inserindo-me no maravilhoso e diversificado mundo da variação e da mudança linguística do português brasileiro. Sua contribuição a respeito da sócio-história linguística do PB é o pulsar desta pesquisa. Sou grata por toda atenção, cada orientação, incentivo e, principalmente, pela parceria constante em três anos de trabalho e pesquisa. A realização deste trabalho também não seria possível sem a tamanha contribuição da Profa. Dra. Cristina Figueiredo ao coorientar este trabalho, por ter sido, fundamentalmente, a base linguística da pesquisa e pelo imensurável aprendizado durante as reuniões.

À banca examinadora que acompanhou o desenvolvimento da pesquisa e deu inúmeras contribuições para a finalização da mesma. À Profa. Dra. Josane Moreira de Oliveira, pela cordialidade e prestatividade, por ter me concedido a primeira lista de referências acerca do tema, por seu olhar clínico na revisão da dissertação no Exame de Qualificação e por ter dividido seu conhecimento comigo em todo momento oportuno; sua paixão pela sociolinguística foi um dos motivadores para o resultado final desta pesquisa. Ao Prof. Dr. Carlos Felipe da Conceição Pinto, por ter disponibilizado seu tempo, seu olhar crítico e sua contribuição teórica para com o texto.

Aos colegas de Mestrado, pelos maravilhosos e mais divertidos momentos durante todo o percurso acadêmico, pelas trocas acadêmicas e pessoais durante o curso. Em especial a Elias Santos, pelas risadas, conversas, conselhos e cada pôr do sol partilhados em oito estações de amizade; a Damares Oliveira, pela amizade, pelo carinho e pela partilha de emoções em cada momento de ansiedade e superação. A Jade Almeida, por ter me concedido livros e por me cercar de positividade. Aos demais amigos, por serem a alegria constante dos momentos de

distração, das vezes em que eu precisava aliviar as tensões e preocupações rotineiras. Vocês tornaram mais leve esse caminho

À minha família, exemplo de união, força e superação. A Francilene Oliveira e a Jândel Oliveira, por serem os pilares da minha formação como pessoa e por serem os parceiros diários de uma vida a três. A Maria Carmo Carneiro Silva, por ter sido a pessoa mais generosa que conheci no espaço-tempo da vida. Aos familiares restantes, obrigada por estarem presentes nos momentos mais importantes da minha vida.

A Deus, pela proteção divina.

Aula de Português

*A linguagem
na ponta da língua,
tão fácil de falar
e de entender.*

*A linguagem
na superfície estrelada de letras,
sabe lá o que ela quer dizer?*

*Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
e vai desmatando
o amazonas de minha ignorância.
Figuras de gramática, esquipáticas,
atropelam-me, aturdem-me, sequestram-me.*

*Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.*

O português são dois; o outro, mistério.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Esta dissertação faz uma análise sociolinguística do uso das estratégias de relativização nas normas culta e popular do português falado em Feira de Santana-BA, apoiando-se no aporte teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, com base em Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]). Para o tratamento metodológico da análise, subdividem-se as orações relativas em estratégias não preposicionadas – relativa com lacuna e relativa com lembrete – e preposicionadas – relativa *pied piping*, relativa cortadora, relativa cortadora com lembrete e relativas de *onde* e *quando*. O foco desta investigação é a covariação entre a relativa *pied piping* (abonada pela gramática tradicional) e a relativa cortadora (considerada uma estratégia inovadora do português brasileiro), tendo como *corpus* dados reais de fala extraídos de 24 entrevistas (12 da norma culta e 12 da norma popular) do projeto *A língua portuguesa do semiárido baiano – Fase 3: amostras da língua falada em Feira de Santana-Ba*, sediado no Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP). Partindo dos pressupostos teóricos da teoria da variação e da mudança linguística, pontua-se uma reflexão sobre a sócio-história do português brasileiro (PB), evidenciando o contato linguístico, as tardias urbanização e escolarização do Brasil, a transmissão linguística irregular, a hipótese de aproximação entre as normas culta e popular do PB e a sócio-história do município de Feira de Santana-BA, enfatizando suas características comerciais, o fator migratório e sua posição geográfica. Os dados foram investigados com base em variáveis linguísticas e sociais buscando responder quais fatores linguísticos e socioculturais atuam no uso variável da relativa cortadora e da *pied piping* e se há uma aproximação ou um distanciamento das normas culta e popular no que se refere ao uso dessas estratégias no português feirense. Os resultados confirmam a mudança sintática atestada por Tarallo (1983) ao evidenciar uso majoritário da relativa cortadora pelos falantes feirenses tanto na norma culta quanto na norma popular, permitindo constatar que há uma aproximação das normas no português feirense, ratificando o que dizem Lucchesi (2001) e Mattos e Silva (2004) sobre o PB.

Palavras-chave: Sociolinguística variacionista. Português brasileiro. Português feirense. Estratégias de relativização. Relativa cortadora.

ABSTRACT

This paper makes a sociolinguistic analysis of the use of strategies of Relativization in the popular and standard norms of the spoken Portuguese in Feira de Santana-BA, based on the theoretical-methodological contribution of the Variationist Sociolinguistics, based on Weinreich, Labov and Herzog (2006 [1968]). For the methodological treatment of the analysis, the relative clauses are subdivided in non-prepositional strategies – the gap-leaving variant and the resumptive pronoun strategy – and prepositional strategies – the pied piping variant, the PP-chopping strategy, the PP-chopping strategy with resumptive and the *where* and *when* relatives. The focus of this research is the covariation between the pied piping strategy (subscribed by the traditional grammar) and the PP-chopping strategy (considered an innovative strategy in the Brazilian Portuguese), having as *corpus* real speech data extracted from 24 interviews (12 of the standard norm and 12 of the popular norm) of the project *The Portuguese language of the Bahia semiarid region – Phase 3: samples of the spoken language in Feira de Santana-Ba*, headquartered in the Nucleus of Portuguese Language Studies (NELP). Starting from the theoretical assumptions of the theory of variation and linguistic change, this study brings a reflection on the Brazilian Portuguese (PB) socio-history, highlighting the linguistic contact, the late urbanization and schooling of Brazil, the irregular linguistic transmission, the hypothesis of approach between the popular and standard norms of PB and the socio-history of the urban center of Feira de Santana-BA, emphasizing its commercial characteristics, the migratory factor and its geographical position. The data were investigated based on linguistic and social variables in order to answer which linguistic and sociocultural factors act in the variable use of the PP-chopping relative and the pied piping strategy and if there is an approximation or a distancing of the standard and popular norms in regards to the use of these strategies in the Portuguese of Feira de Santana. The results confirm the syntactic change attested by Tarallo (1983), by evidencing the majority use of the PP-chopping relative by the feirense speakers in both standard and popular norms, allowing to the contestation that there is an approximation of the norms in the spoken Portuguese in of Feira de Santana, confirming what Lucchesi (2001) and Mattos and Silva (2004) ratified about the Brazilian Portuguese.

Keywords: Variationist sociolinguistics. Brazilian Portuguese. Portuguese of Feira de Santana. Relativization strategies. PP-chopping strategy.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS

QUADROS

Quadro 1	Demografia histórica da sociedade brasileira, segundo proposta de Mussa (1991).....	78
Quadro 2	Estimativas de migração para o Brasil apresentadas por Venâncio (2007, p. 362).....	79
Quadro 3	Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil.....	83
Quadro 4	Distribuição dos Engenhos na Comarca da Bahia.....	102
Quadro 5	Distribuição dos engenhos nas freguesias da cidade da Bahia.....	103
Quadro 6	População livre e escrava nos termos de Feira de Santana-BA em 1835..	112
Quadro 7	Evolução da população de Feira de Santana-BA.....	113
Quadro 8	Evolução do número de comerciantes em Feira de Santana-BA.....	115
Quadro 9	Crescimento absoluto e relativo da população urbana e rural residente em Feira de Santana-BA entre 1940-2010.....	116
Quadro 10	Pessoas com 4 anos ou mais de idade que frequentaram escola por grau de cursos no município de Feira de Santana-BA (1980/2000).....	123
Quadro 11	Fatores socioculturais utilizados na constituição da amostra do projeto de pesquisa <i>A língua Portuguesa no Semiárido Baiano – Fase 3</i>	129
Quadro 12	Apresentação dos informantes da amostra da norma popular.....	130
Quadro 13	Apresentação dos informantes da amostra da norma culta.....	131
Quadro 14	Variáveis dependentes controladas.....	138
Quadro 15	Variáveis linguísticas controladas.....	145
Quadro 16	Variáveis sociais controladas.....	148

GRÁFICOS

Gráfico 1	Estratégias de relativização em Feira de Santana-BA nas normas culta e popular.....	152
-----------	---	-----

FIGURAS

Figura 1	Estratégias de relativização (com sujeito) nas línguas africanas.....	39
Figura 2	Representação espaço-geográfica do entroncamento rodoviário no município de Feira de Santana-BA.....	95
Figura 3	Localização do município de Feira de Santana no Estado da Bahia.....	97
Figura 4	Grandes Áreas e Regiões Econômicas da Bahia.....	98

TABELAS

Tabela 1	Estratégias de relativização por séculos (adaptada de SILVA, 2011).....	43
Tabela 2	Estratégias de relativização entre os séculos XVIII e XIX (adaptada de TARALLO, 1993).....	45
Tabela 3	Distribuição geral das <i>estratégias de relativização</i> encontradas no português falado em Feira de Santana-BA: culto e popular.....	153
Tabela 4	Distribuição das <i>estratégias de relativização</i> encontradas nas normas culta e popular do português falado feirense.....	154
Tabela 5	Distribuição da <i>variável dependente 1</i> nas normas culta e popular feirenses.....	157
Tabela 6	Distribuição da <i>covariação cortadora versus pied piping</i> nas normas culta e popular feirenses.....	158
Tabela 7	Distribuição geral das <i>relativas preposicionadas com ou sem lacuna</i> nas normas culta e popular feirenses.....	160
Tabela 8	Distribuição da <i>variável dependente 2</i> nas variedades culta e popular feirenses.....	162
Tabela 9	Distribuição geral da <i>variável tipo de relativo</i> no português falado em Feira de Santana-BA.....	164
Tabela 10	Distribuição da <i>variável tipo de relativo</i> na <i>variável dependente 1</i> das normas culta e popular feirenses.....	166
Tabela 11	Distribuição geral da <i>variável tipo de relativo</i> na <i>variável dependente 2</i> no português falado em Feira de Santana-BA.....	168

Tabela 12	Distribuição da variável <i>tipo de relativo</i> nas relativas de <i>onde</i> e <i>quando</i> das normas culta e popular feirenses.....	169
Tabela 13	Distribuição geral da variável <i>função sintática do relativo</i> no português falado em Feira de Santana-BA.....	172
Tabela 14	Distribuição da variável <i>função sintática do relativo</i> nas estratégias preposicionadas do português falado feirense.....	175
Tabela 15	Distribuição da variável <i>função sintática do relativo</i> na covariação cortadora <i>versus pied piping</i> das normas culta e popular feirense.....	176
Tabela 16	Distribuição geral da variável <i>função sintática do antecedente</i> no português falado em Feira de Santana-BA.....	178
Tabela 17	Distribuição da variável <i>função sintática do antecedente</i> na covariação entre a cortadora e a <i>pied piping</i> nas normas culta e popular feirenses.....	180
Tabela 18	Distribuição geral da variável <i>natureza da oração</i> nas estratégias de relativização no português falado feirense.....	181
Tabela 19	Distribuição da variável <i>natureza da oração</i> nas cortadoras e <i>pied piping</i> no português urbano falado em Feira de Santana-BA.....	183
Tabela 20	Distribuição da variável <i>natureza da oração</i> nas cortadoras e <i>pied piping</i> nas normas culta e popular do português falado em Feira de Santana-BA....	184
Tabela 21	Distribuição geral da variável <i>natureza semântica do antecedente</i> no português falado feirense.....	185
Tabela 22	Distribuição da variável <i>natureza semântica do antecedente</i> na covariação cortadora <i>versus pied piping</i> no português falado em Feira de Santana-BA...	187
Tabela 23	Distribuição da variável <i>natureza semântica do antecedente</i> na covariação cortadora <i>versus pied piping</i> nas normas culta e popular feirenses.....	188
Tabela 24	Distribuição geral da variável <i>valor semântico do conectivo oracional</i> no português falado feirense.....	189
Tabela 25	Distribuição da variável <i>valor semântico do conectivo oracional</i> na covariação cortadora <i>versus pied piping</i> das normas culta e popular do português falado feirense.....	192
Tabela 26	Distribuição da variável selecionada <i>valor semântico do conectivo oracional</i> na aplicação da cortadora no português falado em Feira de Santana-BA.....	194
Tabela 27	Distribuição geral da variável <i>faixa etária</i> nas estratégias de relativização do português falado feirense.....	196
Tabela 28	Distribuição da variável <i>faixa etária</i> nas cortadoras e <i>pied piping</i> nas normas culta e popular feirenses.....	197

Tabela 29	Distribuição geral da variável <i>sexo do informante</i> nas estratégias de relativização do português falado em Feira de Santana-BA.....	198
Tabela 30	Distribuição da variável <i>sexo do informante</i> na covariação cortadora <i>versus pied pipings</i> nas normas culta e popular feirenses.....	199
Tabela 31	Distribuição geral da variável <i>escolaridade do informante</i> nas estratégias de relativização do português falado em Feira de Santana-BA.....	200

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ABREVIATURAS

ADJT. ADV – Adjunto Adverbial

COMP – Complementizador

CP – Cláusula com complementizador

HA – Hierarquia de acessibilidade

INF – Informante

LA – Língua alvo

LAD – *Language Acquisition Device* (Dispositivo de Aquisição da Linguagem)

L2 – Segunda língua

N – Nome

OBL – Objeto oblíquo

OD – Objeto direto

OI – Objeto indireto

OR – Oração relativa

PB – Português brasileiro

PE – Português europeu

P&P – Teoria dos Princípios e Parâmetros

PM - Programa Minimalista

PP – Sintagma preposicionado

PRel – Pronome relativo

PR – Peso relativo

RL – Relativa livre

SN – Sintagma nominal

SP – Sintagma preposicionado

SU - Sujeito

TLI – Transmissão linguística irregular

SIGLAS

APEB – Associação dos Procuradores do Estado da Bahia
CARDS – Cartas de Desconhecidos
CIFS – Indústrias de Feira de Santana
CIS – Centro Industrial Subaé
CRPC – *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo
CUCA – Centro Universitário de Cultura e Arte
DID – Diálogo entre Informante e Documentador
D&G – *Corpora* Discurso e Gramática
D.S.G. – Diálogos de São Gregório
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NELP – Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa
NURC – Projeto Norma Urbana Oral Culta
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
REDIP – Rede de Difusão Internacional do Portuguesa
RMFS – Região Metropolitana de Feira de Santana
RMS – Região Metropolitana de Salvador
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIS – Síntese de Indicadores Sociais

SÍMBOLOS

∅ = Lacuna em oração relativa

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	18
2 O FENÔMENO.....	24
2.1 AS RELATIVAS RESTRITIVAS E EXPLICATIVAS.....	29
2.2 AS ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	31
2.3 A RELATIVIZAÇÃO EM LÍNGUAS CRIOULAS.....	34
2.4 AS RELATIVAS NO PORTUGUÊS EUROPEU E NO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	39
2.4.1 As relativas no português europeu.....	41
2.4.2 As relativas no português brasileiro.....	44
2.5 HISTÓRIA DAS ORAÇÕES RELATIVAS NA LÍNGUA PORTUGUESA.....	52
2.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	63
3 O QUADRO TEÓRICO.....	66
3.1 A TEORIA DA VARIAÇÃO E DA MUDANÇA LINGUÍSTICA.....	66
3.2 A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.....	75
3.2.1 A história social e linguística do Brasil.....	75
3.2.2 A transmissão linguística irregular.....	84
3.2.3 A hipótese de aproximação das normas culta e popular do PB.....	88
3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	91
4 A COMUNIDADE DE FALA.....	93
4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DE FEIRA DE SANTANA-BA.....	94
4.1.1 O processo de (re)ocupação da Bahia e da Região do Paraguaçu.....	98
4.2 FEIRA DE SANTANA: A PRINCESA DO SERTÃO.....	108
4.2.1 A urbanização em Feira de Santana-BA.....	113
4.2.2 A tardia escolarização em Feira de Santana-BA.....	120
4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	125
5 A METODOLOGIA.....	128
5.1 O <i>CORPUS</i> E AS AMOSTRAS.....	128
5.2 LEVANTAMENTO E TRATAMENTO DOS DADOS.....	131
5.2.1 Critérios para a seleção e exclusão de dados.....	133
5.3 AS VARIÁVEIS DEPENDENTES.....	137
5.4 AS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS.....	139
5.4.1 Variáveis linguísticas.....	140
5.4.2 Variáveis extralinguísticas.....	146
5.5 SUPORTE QUANTITATIVO: O GOLDVARB X.....	149
5.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	149
6 A APRESENTAÇÃO E A DISCUSSÃO DOS DADOS.....	151
6.1 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS DEPENDENTES.....	151
6.2 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS.....	163
6.2.1 Variáveis linguísticas.....	163
6.2.2 Os <i>knockouts</i> e a variável selecionada pelo GoldVarb X.....	193

6.2.3 Variáveis sociais.....	195
6.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	201
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	204
REFERÊNCIAS.....	210

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A formação sócio-histórica do português brasileiro (PB) é caracterizada por uma imensa diversidade cultural, étnica e dialetal. Revisitando o processo de colonização, constata-se o entrecruzamento de culturas e modos de falar diferentes: as línguas indígenas, o português e as línguas africanas. Com essa perspectiva, entende-se que o português falado no Brasil é uma língua pluralizada, bastante heterogênea, variável e, especialmente, polarizada (LUCCHESI, 2001, 2015a), difundindo-se entre seus falantes pelas normas culta e popular. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista e dos estudos sobre o uso das estratégias de relativização no PB, por meio da investigação sociolinguística sobre o português falado em Feira de Santana-Ba, busca-se fazer uma caracterização do português falado no Brasil, evidenciando que é na sua polarização que se encontram as riquezas linguísticas e culturais do povo brasileiro.

Entende-se que foi relevante a verificação de que o português falado em Feira de Santana reflete a mudança sintática levantada pelos estudos de Tarallo (1983), quando este investigou se as relativas com lacuna, principalmente a relativa cortadora, são os usos de maior preferência linguística dos brasileiros. Desse modo, objetivou-se explicitar se as questões sociais e a formação sócio-histórica do PB e de Feira de Santana-BA estão associadas a esse processo de mudança para, então, compreender se o falar feirense encontra-se dividido em dois polos – o da norma culta e o da norma popular – ou se existe uma possível aproximação das normas. Logo este estudo teve como objetivo geral compreender o comportamento variável ou a mudança linguística no que tange a esse fenômeno no português falado em Feira de Santana-BA, com a finalidade de provocar uma reflexão sobre a formação sócio-histórica do PB.

De modo geral, foram analisadas nesta pesquisa as orações relativas do português falado em Feira de Santana-Ba, nas suas variedades culta e popular, por meio do aporte teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista descrita pelos estudiosos Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), desenvolvendo, também, relações com outros trabalhos realizados sobre o tema, com a finalidade de entender se tais estratégias são resultados da transmissão linguística irregular (TLI), fruto dos contatos linguísticos presentes no português do Brasil e, principalmente, para testar as hipóteses de aproximação das normas popular e culta do PB (LUCCHESI, 2001; MATTOS E SILVA, 2004a).

Baxter (1995) e Lucchesi (2003) defendem a hipótese de que a formação sócio-histórica do PB foi resultado de uma transmissão linguística irregular, definida por Lucchesi e Baxter (2009) como uma aquisição emergencial desigual de uma segunda língua em função de relações

comerciais ou de escravidão, decorrente de processos históricos de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciadas, entre os séculos XVI e XIX, e da ação do colonialismo europeu na África, Ásia, América e Oceania. Considera-se não só que o português brasileiro tenha se inovado e se distanciado da variedade europeia do português mas que esses processos continuam atuando sobre a variedade brasileira, que apresenta características morfossintáticas peculiares. Uma instigante representação da característica inovadora do português brasileiro é o caso das orações relativas, mais especificamente a ascensão da relativa cortadora, resultante de uma mudança linguística no PB de “baixo para cima” (LABOV, 1994 [1972]), conforme estudos de Tarallo (1983).

Nesse sentido, quando se realiza uma pesquisa sociolinguística, é fundamental considerar a história social da comunidade de fala, como, aliás, salientou Labov (1966; 1994 [1972]). Assim sendo, o tema proposto sobre as orações relativas está fortemente atrelado à sócio-história do português brasileiro, uma vez que Tarallo, em 1983, levantou discussões que preconizavam a ausência das relativas copiadoras e cortadoras no português europeu (PE), hipotetizando que esse fenômeno era sustentado pelo contato linguístico ou, nesse caso, pela falta de intensidade do contato linguístico.

Tomando como base os estudos de Tarallo (1983), há três estratégias de relativização no português brasileiro. Duas estratégias são abonadas pela tradição gramatical e, por isso, cunhadas de relativas padrão¹: a relativa com lacuna, em que são relativizados sintagmas nominais na posição de sujeito (SU), de objeto direto (OD) ou outras posições que não requerem preposição, (1a). Esses são os atletas que representarão o nosso país; e a relativa *pied piping* , em que o relativo substitui um sintagma preposicionado (SP): (1b) aquele livro *de que* o professor falou ontem é interessante. A terceira estratégia, a relativa cortadora, é considerada inovadora e não-padrão, em que se verifica o apagamento da preposição que constitui o SP relativizado, (1c) aquele livro *Ø que* o professor falou ontem é interessante. Essas estratégias podem ainda derivar outra forma de relativização pela possível ocorrência de anaforismo nas sentenças, denominada na literatura linguística como relativa resumptiva, em que se verifica o preenchimento da posição relativizada por um pronome anafórico, pelo que é comumente conhecida como relativa lembrete, (2a) Esses são os atletas *que eles* representarão o nosso país; (2b) Aquele livro *de que* o professor falou *dele* ontem é interessante; e (2c) Aquele livro *Ø que* o professor falou *dele* ontem é interessante.

¹ Necessário ressaltar que ambas as relativas com lacuna e *pied piping* são idênticas em termos de operação sintática.

A partir dessa contextualização, este estudo investigou qual das estratégias de relativização é a mais realizada pelos falantes feirenses, buscando elencar qual o processo sintático que mais se encaixa linguisticamente no falar feirense, estabelecendo uma relação com suas variedades culta e popular. Descreveram-se, assim, quais contextos linguísticos e extralinguísticos condicionam o uso das orações relativas na fala dos informantes de Feira de Santana-BA, analisando a distribuição das variantes em cada contexto e quais condicionantes linguísticos e sociais influenciam esse processo. Por fim, intentou-se descobrir se os dados obtidos refletem uma variação estável ou se as variantes estão em contexto de competição (mudança em curso).

O presente texto está assim organizado: o segundo capítulo versa sobre o fenômeno e sua diversificação tipológica entre desenvolvidas – foco deste estudo – e reduzidas, restritiva e explicativa ou apositiva; explica o processo de relativização que decorre de duas sentenças que partilham um elemento nominal formando um período composto; descreve o uso dos pronomes relativos e suas relações sintáticas e semânticas dentro das estratégias; faz uma breve asserção sobre as relativas livres, orações que não requerem antecedência e em que o relativo tem leitura arbitrária; apresenta as estratégias de relativização a partir das considerações de Tarallo (1983) sobre o fenômeno no PB; aborda amplamente a natureza restritiva e explicativa; são descritas e discutidas as estratégias de relativização no português brasileiro, elencando as estratégias da relativa com lacuna, relativa *pied piping*, relativa cortadora e relativa lembrete ou resumptiva, baseando-se em estudos já realizados sobre o tema; realiza-se uma revisão de literatura sobre as estratégias de relativização, elencando pesquisas a respeito do fenômeno tanto no PB quanto no PE, e, por fim, descreve-se um percurso diacrônico a respeito do comportamento e processamento das orações relativas do latim ao português moderno, finalizando com a consideração dos pontos mais relevantes discutidos no capítulo.

O terceiro capítulo trata da fundamentação teórica que serve de base para a pesquisa realizada. O capítulo aborda o aporte teórico da Sociolinguística Variacionista, considerando que a teoria da variação e da mudança linguística é a que melhor se aplica ao estudo da mudança. Em seguida, traça-se uma reflexão linguística a respeito da história social do Brasil, enfocando a diversidade e o contato linguísticos e a formação sócio-histórica do português brasileiro. Dentro do tema da sócio-história do Brasil, abordam-se temas fundamentais para a consolidação da realidade social e linguística do país: as tardias urbanização e escolarização. Ao final do capítulo, trata-se das hipóteses da transmissão linguística irregular e da aproximação das normas culta e popular, para servir de base na interpretação e explicação do fenômeno de

relativização no português feirense. Para finalizar o capítulo, retomam-se as informações discutidas mais relevantes nas considerações finais.

O quarto capítulo introduz as principais características de Feira de Santana, sua localização geográfica e informações gerais como sua população, distância entre o município e a capital, principais rodovias que cruzam a cidade, municípios circunvizinhos, a região em que está inserida, o (re)povoamento do Estado da Bahia, incluindo as regiões do Recôncavo e do Semiárido baianos. Em seguida, é feita uma descrição sobre a história social do município de Feira de Santana, fazendo um percurso pelos principais embates sociais, políticos e econômicos que a cidade enfrentou durante sua formação, principalmente a conflituosa transição do rural para o urbano e a interação entre campo e cidade, ao constituir-se como a Princesa do Sertão e o segundo maior município da Bahia. Dentro da segunda seção, dois temas são abordados individualmente: a urbanização e a tardia escolarização da cidade. Logo é descrito o processo de urbanização do município, abordando alguns aspectos demográficos sobre a cidade, dados sobre povoação, crescimento populacional e a migração externa de pessoas do Norte e Nordeste do Brasil e interna de pessoas de outras regiões do interior da Bahia. Ao tratar da urbanização, relata-se a tardia escolarização pela qual passou o município. E por fim, a terceira seção aponta as informações consideradas relevantes no capítulo para a compreensão acerca de sua formação, correlacionando os dados sócio-históricos-demográficos com as hipóteses sobre a realidade linguística da língua falada em Feira de Santana-BA.

O quinto capítulo especifica os procedimentos metodológicos adotados para o levantamento e para a análise dos dados, com o objetivo de explicitar a metodologia empregada para análise, com a finalidade de legitimar os resultados alcançados. Primeiramente, são descritos o *corpus* e a amostragem, concernentes a 24 inquéritos distribuídos em duas amostras, 12 entrevistas da norma culta e 12 da norma popular, de onde foram levantadas as ocorrências do fenômeno. Em seguida, explica-se como foram realizados o levantamento e o tratamento dos dados, que incluíram todas as sentenças relativas desenvolvidas encontradas nas duas amostras, a relativização de termos não preposicionados e termos preposicionados. Na continuidade do trabalho, são descritas todas as decisões metodológicas para o processamento da análise dos dados, incluindo: os critérios para a seleção e exclusão de dados; as variáveis dependentes do fenômeno; as variáveis explanatórias, linguísticas e sociais, consideradas na chave de codificação e utilizadas na interpretação dos resultados obtidos; o suporte utilizado na obtenção da quantificação dos dados, o GoldVarb X; e as considerações sobre o capítulo.

O sexto capítulo apresenta e discute os dados e seus respectivos resultados. Inicialmente, apresentam-se os resultados totais com a finalidade de visualizar o comportamento geral das ocorrências encontradas e sua distribuição nas estratégias de relativização não preposicionadas, *variável dependente 1*, e preposicionadas, *variável dependente 2*. Em seguida, apresenta-se separadamente o resultado das duas variedades culta e popular nas duas variáveis dependentes investigadas. Após a apresentação geral dos dados, é feita a análise de todas as variáveis explanatórias, apresentadas quantitativamente e interpretadas qualitativamente. São analisadas as variáveis linguísticas controladas, os respectivos resultados percentuais encontrados. Na sequência, são apresentados os casos categóricos encontrados a partir da interpretação dos *knockouts*², e os pesos relativos do único grupo selecionado pelo programa GoldVarb X, seguidos dos resultados em percentuais e em peso relativo das variáveis sociais estratificadas para a interpretação extralinguística dos resultados encontrados nas normas culta e popular feirenses. Vale ressaltar que grande parte da análise foi centrada na apresentação da distribuição dos dados de modo descritivo, por meio da apresentação dos percentuais, já que houve inúmeros *knockouts* nas rodadas, visto que foi preciso considerar grande gama de fatores linguísticos para uma compreensão mais exata e fiel do fenômeno. Dessa forma, para a obtenção da seleção de variáveis que favoreçam o uso da estratégia cortadora no português urbano falado em Feira de Santana-BA e de peso relativo foi necessária a exclusão de diversas variáveis linguísticas e diversos fatores que apresentaram *knockouts* ou *singleton groups*³.

Pretendeu-se com este estudo dar uma contribuição para as descrições acerca do português falado no Brasil, além de uma colaboração com explicações sobre a identidade linguística brasileira, fazendo uso de um *corpus* oral bastante diversificado e importante para o teste das hipóteses a respeito da aproximação das normas popular e culta do PB. Além disso, a pesquisa reforça o debate sobre o valor da sócio-história, atentando para uma maior compreensão da formação do português brasileiro. Significativamente, é uma investigação na qual se trabalha com os dois polos da realidade sociolinguística brasileira (LUCCHESI, 2015a), o culto e o popular, utilizando amostras de fala de Feira de Santana-BA, cidade localizada em um eixo de grande troca comercial e rodoviária. Assim, é uma pesquisa que envolve uma discussão linguística sobre a aproximação das normas popular e culta do português brasileiro

² O *knockout* é uma terminologia do programa computacional GoldVarb X e consiste em um problema analítico no processamento de dados submetido ao programa. Segundo Guy e Zilles (2007, p. 158), o *knockout* “é um fator que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100%, para um dos valores das variáveis”, ou seja, ocorre quando não há variação em um determinado fator. A presença de *knockouts* impede a realização do processamento final e, conseqüentemente, a identificação da regra variável do fenômeno

³ Grupos em que ocorreu apenas um único fator.

(LUCCHESI, 2001; MATTOS E SILVA, 2004a), empregando-a como uma reflexão a respeito do vasto repertório linguístico brasileiro.

Além das inferências específicas desta pesquisa para os estudos sociolinguísticos brasileiros, enfatiza-se que o presente estudo traz uma contribuição para a descrição do português feirense, uma variedade linguística resultante dos contatos interdialetais no PB, já que a comunidade de fala se configurava no passado – e a ainda se configura – como um eixo rodoviário importantíssimo para as relações comerciais entre a capital da Bahia, o interior do estado e o Norte e Nordeste, abrigando pessoas de diversos grupos sociais com dialetos específicos de outras regiões do país.

Ao estudar, descrever e analisar a variação linguística, a Sociolinguística impulsiona a valorização e o respeito pelas variedades do repertório linguístico do falante. Não se pode, pois, suprimir e descartar a identidade do falante materializada na sua língua materna, no seu vernáculo, que lhe é propriedade de direito, por uma imposição de uma língua “ideal”, “subjetiva” e norteada por regras. Isso induz dizer que a norma culta pode e deve ser ensinada, mas preservando a língua primeira do aluno, seus saberes sociolinguísticos e valores culturais. Ensinar a norma culta é possibilitar ao aluno uma ampliação da sua competência comunicativa. Dessa forma, a relevância das reflexões linguísticas está pautada na proliferação de uma perspectiva que combata o preconceito linguístico, que democratize o ensino de língua portuguesa no Brasil, abraçando o que há de mais precioso e único: a pluralização linguística e cultural do povo brasileiro. Defende-se, então, uma distribuição justa de bens culturais, dentre os quais a língua é o mais importante. Conhecer e respeitar as variedades linguísticas do PB deve ser efetivamente um objetivo basilar do ensino de língua portuguesa no Brasil, tal como preconizam os PCNs (BRASIL, 1997). Propagar a heterogeneidade da nossa língua, democratizando o seu ensino, é função de todo e qualquer professor conhecedor da pluralização linguística existente, na qual estão materializadas a história, a cultura e a identidade do povo brasileiro.

2 O FENÔMENO

As orações relativas (OR), que se constituem em períodos compostos, são chamadas pela tradição gramatical de orações subordinadas adjetivas. São sentenças que modificam um nome (N), dando origem a um constituinte complexo que integra a oração principal ou matriz, conforme exemplificado em (1)⁴. Quando apresentam um antecedente com pronome relativo (PRel), são as relativas desenvolvidas, como em (1a). Quando não apresentam um PRel são reduzidas, como em (1b).

- (1) a. O notebook_N [OR **que** João comprou \emptyset recentemente] está na assistência técnica.
 b. O notebook_N [OR **comprado** recentemente] está na assistência técnica.

Quando desenvolvidas⁵, são introduzidas por um pronome relativo, destacado em negrito em (1a), que retoma um antecedente nominal e, quando reduzidas, não se observa retomada do antecedente por pronome relativo e o verbo da oração encaixada encontra-se numa forma nominal, sobretudo de gerúndio ou de particípio, de acordo com Bechara (2009, p. 517).

Semanticamente, as sentenças relativas restringem ou explicam e caracterizam o sintagma nominal (SN).

- (2) a. A palestra [**que** seria sobre educação inclusiva] foi adiada.
 b. Feira de Santana, [**que** está localizada a 108 km de Salvador], é conhecida como a Princesa do Sertão.

No exemplo em (2a), a oração encaixada restringe e individualiza o termo antecedente *a palestra*, de modo que a informação introduzida pela relativa *que seria sobre educação inclusiva* modifica o N, comportando-se como um adjunto adnominal. A esse tipo de oração denomina-se oração relativa restritiva. Em (2b), a informação contida na oração encaixada *que está localizada a 108 km de Salvador* acrescenta ou amplia o conhecimento a respeito do N *Feira de Santana*, explicando-o. É uma oração em forma de apêndice e pode ser dispensada sem comprometer o sentido básico da sentença, como um aposto. A esse tipo oração designa-se oração relativa explicativa ou apositiva.

⁴ Todos os exemplos não referenciados são exemplos criados pela autora.

⁵ O objetivo desta dissertação é o de analisar as relativas desenvolvidas, como no exemplo (1a).

As relativas, segundo Braga, Kato e Mito (2009) são sentenças encaixadas que se caracterizam por partilhar com a sentença matriz um constituinte, que é o constituinte relativizado. O processo de relativização decorre de duas sentenças, em que uma se encaixa na outra, mais precisamente, se encaixa, como mencionado anteriormente, em um elemento nominal, conforme demonstrado nos exemplos em (3) e (4), a seguir, formando um período composto. Tradicionalmente, no processo de relativização, a posição do termo relativizado fica vazia, uma vez que o pronome relativo deve ocorrer imediatamente após o antecedente.

- (3) a. O carro novo é econômico.
 b. Comprei um carro novo.
 c. O carro novo _N [OR *que* *comprei* \emptyset] é econômico.
- (4) a. O livro não se encontra disponível na biblioteca
 b. Preciso de um livro.
 c. O livro _N [OR *de que* *preciso* \emptyset] não se encontra disponível na biblioteca.

A diferença entre os exemplos acima é a de que o termo relativizado em (3) não é preposicionado e em (4) o termo relativizado aparece precedido de preposição. Na oração composta não preposicionada em (3c), o relativo ocupa a posição de objeto direto. Já na oração composta preposicionada em (4c), a posição ocupada pelo relativo é a de complemento oblíquo. No processo de relativização, segundo a gramática tradicional, a preposição que introduz o nome relativizado deve acompanhar o pronome relativo, como se observa em (4c), logo são relativizados sintagmas nominais preposicionados ou não.

Quanto aos pronomes relativos, além de marcarem a subordinação, exercem sintaticamente a função do termo relativizado, funções não preposicionadas e preposicionadas: *sujeito*, *objeto direto*, *objeto oblíquo*, *objeto indireto*, *predicativo*, *complemento nominal*, *agente da passiva*, *adjunto adverbial*, *adjunto adnominal*. Os pronomes relativos relacionam as duas orações e substituem o termo relativizado. São eles: *que*, *quem*, *o/os* e *a/as qual(is)*, *cujo(a)*, *onde*, *quanto*, *quando*, e *como*, conforme os exemplos em (5 a-i), respectivamente.

- (5) a. O aluno [*que/o qual estuda*] aprende.
 b. A amiga [*com quem fui ao show*] conseguiu um novo emprego.
 c. Vou ler o livro [*de que/do qual tanto falou*].

- d. A cidade [**cujo** *prefeito foi acusado de corrupção*] está sob novo governo.
- e. Terminei o livro [*sobre* **cuja** *teoria tanto discutíamos*].
- f. A cidade [**onde** *nasci*] é famosa pela Festa da Vaquejada.
- g. Comeu tudo [**quanto** *queria*].
- h. É a hora [**quando** *o sol começa a deitar-se*].
- i. É estranho o modo [**como** *ele me trata*].

De acordo com a tradição gramatical, os pronomes relativos expressam os aspectos semânticos de seus antecedentes: *que e o qual e variações* podem ser usados para retomar pessoa, como em (5a), ou coisa, em (5c); *quem*, em (5b), refere-se a pessoa ou a coisa personificada; *cujo* e suas flexões estabelecem normalmente relação de posse, como em (5e); *onde* é usado na indicação de lugar, como em (5f).

O pronome *quanto* e suas flexões são pronomes relativos quando seguem os pronomes indefinidos *tudo*, *todos* ou *todas* e exprimem quantidade, como em (5g); por fim, *quando* e *como* exprimem noções de tempo, como em (5h), e modo, como em (5i), respectivamente.

Além das relativas desenvolvidas e reduzidas, que modificam um antecedente, as línguas também apresentam um tipo de relativa que não requer antecedência. São as relativas livres (RL).

Denominam-se relativas livres as construções que não possuem um núcleo nominal modificado pela sentença relativa. São caracterizadas, portanto, pela ausência de um antecedente explícito e correspondem por si só a um sintagma nominal⁶. Semanticamente, o relativo tem leitura arbitrária. Por esse motivo, são também denominadas *relativas sem cabeça*. De acordo com Ribeiro e Figueiredo (2009a, p. 215), são orações necessariamente introduzidas por um pronome relativo e nunca por um complementizador nulo nem por um relativizador do tipo *that* em inglês ou *que* do francês, conforme os exemplos em (6), a seguir.

- (6) a. *Onde* João comprou o sapato feio havia outros mais bonitos.
- b. *Quem* comprou o livro de João se decepcionou.
- c. *O que* ele disse me deixou muito triste.

É possível perceber, nos exemplos em (6), que não há nenhuma marca morfosintática que indique um antecedente para o pronome relativo (DECAT, 2001). As relativas livres são,

⁶ Motivo pelo qual não serão consideradas na análise.

portanto, encabeçadas por pronomes relativos, que exercem uma função sintática, de *adjunto adverbial de lugar* em (6a), de *sujeito* em (6b), e de *objeto direto* em (6c), entre outras. Segundo Marchesan (2012, p. 17), a diferença entre as relativas livres e as relativas com cabeça acontece porque estas apresentam um núcleo nominal que é compartilhado com a sentença matriz; e aquelas não apresentam e nem podem ter um núcleo nominal explícito, conforme exemplos ilustrados anteriormente.

Marchesan (2012) aponta que, nas relativas livres, os relativos podem ser parafraseados por uma estrutura com um antecedente nominal semanticamente genérico, retomado por um pronome relativo, como no exemplo em (7) a seguir.

- (7) a. Maria conhece [*quem* a Ana convidou pro jantar].
 b. Maria conhece a pessoa [*que* a Ana convidou pro jantar]⁷.

(MARCHESAN, 2012, p. 17)

Os exemplos em (7) são semanticamente e sintaticamente diferentes. A sentença em (7a) configura uma relativa livre por ser introduzida por um pronome relativo que engloba as noções semânticas [+ ou – humano], como explicam Braga, Kato e Miotto (2009, p. 247) e, dessa forma, o pronome relativo *quem* opera sobre um SN – a convidada de Ana – que pode ser retomado anaforicamente. A oração em (7b) é uma releitura da relativa livre em (7a), em que se observa uma paráfrase do PR *quem* por uma estrutura com um SN semanticamente genérico e explícito seguido pelo relativo *que*, isto é, o relativo *quem* pode ser substituído pela estrutura *a pessoa que*, se constituindo em uma relativa com núcleo nominal, uma oração com cabeça.

Outra informação relevante no que diz respeito às diferenças entre a relativa desenvolvida e a relativa livre é a de que a primeira oração é considerada um adjunto adnominal, por estar encaixada em um SN, e a segunda funciona como argumento ou adjunto (BRAGA, KATO e MIOTO, 2009, p. 248).

Comparando as sentenças em (8), nota-se que, em (8a), a relativa desenvolvida funciona como um adjunto adnominal do SN *o conselho*. Na oração em (8b), o relativo *o que* funciona como complemento do verbo *segui* e assim funciona como um argumento.

⁷ Embora as sentenças em (7a-b) sejam parafraseadas com nome genérico, a (7b) possui um núcleo nominal – pessoa, o que torna essa sentença uma relativa com cabeça.

- (8) a. Segui o conselho [*de **que** você tanto falou*].
 b. Segui [***o que** você tanto falou*].

Ainda de acordo com Marchesan (2012), os pronomes relativos, nas relativas livres, incorporam os traços semânticos de um núcleo nominal e, por isso, os PRs *quem, o que, quanto, quando, onde* e *como* possuem traços semânticos dos nomes pessoa, coisa, quantia, tempo, lugar e modo, respectivamente.

Embora a tradição gramatical descreva as condições de relativização anteriormente descritas, Tarallo (1983), em uma pesquisa diacrônica sobre as orações relativas desenvolvidas, propõe que, além da estratégia padrão de relativização, há duas estratégias inovadoras de relativização no português brasileiro. Em seus termos, no PB existem duas estratégias padrão: a variante com lacuna⁸, como em (9), e a relativa *pied piping*, como em (10) – prescritas pela gramática normativa; e duas estratégias inovadoras: a relativa cortadora, representada em (11) e a estratégia do pronome resumptivo, como em (12). Essas estratégias serão tratadas mais detalhadamente na seção 2.2.

- (9) Tem as [*que \emptyset ⁹ não estão nem aí*], não é?
 (10) E um deles foi esse fulano aí, [***com** quem eu nunca tive aula \emptyset*].
 (11) E um deles foi esse fulano aí, [*\emptyset que eu nunca tive aula*].
 (12) Você acredita que um dia teve uma mulher [*que **ela** queria que a gente entrevistasse ela pelo interfone*].

(TARALLO, 1983, p. 41)

Buscou-se, nesta seção, explicitar e descrever o fenômeno das orações relativas, a partir de diversas explicações gramaticais que existem. A próxima seção aborda mais detalhadamente a classificação das orações relativas em restritivas e explicativas, explicitando suas diferenças semânticas e sintáticas.

⁸ A terminologia “relativa com lacuna” é cunhada por Tarallo para as relativas em que a lacuna se refere à posição de termos não preposicionados (sujeito, objeto direto) no início da oração encaixada, mas a relativa *pied piping* também possui lacuna na posição de termos preposicionados, ao final da oração.

⁹ A lacuna indicada por \emptyset no exemplo (9) refere-se à não realização do sujeito do verbo *estar* na oração relativa, em (10) indica a não realização do objeto preposicionado e em (11) refere-se à não realização da preposição requerida *com*.

2.1 AS RELATIVAS RESTRITIVAS E EXPLICATIVAS

Conforme mencionado anteriormente, a sentença relativa é identificada como uma sentença subordinada que modifica um nome na sentença matriz em que está encaixada. Restringe ou especifica o núcleo nominal, a depender da relação semântica estabelecida com o antecedente. É denominada relativa restritiva e relativa explicativa, respectivamente.

Há uma discussão na literatura linguística que postula uma diferença sintática entre as relativas restritivas e as não restritivas. Essa discussão diz respeito às relações de subordinação e de coordenação. Segundo Silva e Koch (2009), as relativas restritivas resultam de uma subordinação e se encaixam dentro do SN, formando com o N um único constituinte, como em (13a) (p. 113-114). Por sua vez, as relativas explicativas originam-se de orações coordenadas, encaixando-se ao lado do SN que contém elemento idêntico e possui um valor de aposto, como exemplificado em (13b) (p. 129-130).

- (13) a. Falei com a menina *que estuda medicina*.
 = apenas aquela que estuda medicina
 b. Márcio, *que é esportista*, gosta de voleibol.
 = Márcio gosta de voleibol e Márcio é esportista.

(SILVA; KOCH, 2009, p. 113-130)

De acordo com as autoras, as relativas restritivas são caracterizadas por uma relação de subordinação ao restringir o núcleo nominal, quando este é [- específico], como o núcleo *menino* em (14a). Por outro lado, nas relativas não-restritivas ou explicativas, a relação entre o antecedente e o relativizador não exige encaixamento. De acordo com Ribeiro e Figueiredo (2009a), entre eles há uma relação de especificidade ou de acréscimo de informações a respeito do termo a que se refere, uma vez que o N é [+ específico], como ilustrado em (14b).

- (14) a. A professora está procurando o menino *que fugiu da sala de aula ontem*.
 b. A professora está procurando o Pedrinho, *que fugiu da sala de aula ontem*.

(RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2009a, p. 212)

Sobre a oração relativa em (14a), destacada em *itálico*, Ribeiro e Figueiredo (2009a, p. 212) explicam que a subordinação restringe o sentido do termo antecedente *menino*, que é semanticamente [- específico]. Dessa forma, a oração relativa dá referencialidade a esse nome. Segundo Silva e Koch (2009), a oração relativa em (14b) corresponde semanticamente a um processo de coordenação, detalha e amplia as informações sobre o núcleo nominal *Pedrinho*, visto que é semanticamente [+ específico]. Portanto a oração relativa é desnecessária à identificação desse nome, já que o núcleo nominal satisfaz o requerimento de referencialidade. Dessa forma, as relações de dependência e de modificação em relação ao SN ficam suspensas, como aponta Camacho (2013, p. 208).

Negrão (1992 apud MIOTO; NEGRÃO, 2007, p. 161) aponta que a diferença entre as relativas restritivas e as não-restritivas, também chamadas de apositivas ou explicativas, pode ser caracterizada tanto do ponto de vista semântico quanto sintático, conforme os exemplos a seguir, extraídos do trabalho da autora.

- (15) a. O homem *que beijou Maria* deixou a cidade
 b. O homem, *que beijou Maria*, deixou a cidade.

(NEGRÃO, 1992 apud MIOTO; NEGRÃO, 2007, p. 161)

A autora explica que a sentença em (15a) contém uma relativa restritiva, porque associa a interpretação de *que*, no universo do discurso, há apenas um homem que possa ter beijado Maria e esse homem deixou a cidade. Já na relativa em (15b), confere-se uma relativa não-restritiva – apositiva ou explicativa – por desencadear a interpretação de *que* há um único homem, denotando a totalidade do que se apresenta no universo do discurso. Além dessa divergência semântica, Negrão (1992 apud MIOTO; NEGRÃO, 2007, p. 162) pontua um conjunto de propriedades sintáticas que distinguem os dois tipos de relativas, a saber, entre outras:

- i. As relativas restritivas não podem tomar nomes próprios ou pronomes pessoais como pivô (núcleo nominal), ao contrário das apositivas;
- ii. As apositivas – ou explicativas – sucedem as restritivas;
- iii. Mais de uma restritiva pode estar relacionada a um único núcleo nominal de forma encadeada;

iv. Alguns sintagmas quantificados não funcionam como núcleo nominal de relativas apositivas.

As propriedades sintáticas mencionadas acima e postuladas por Negrão (1992 apud MIOTO; NEGRÃO, 2007, p. 162) explicitam, em resumo, as principais diferenças entre as relativas restritivas e explicativas. De acordo com a autora, como as restritivas especificam o termo antecedente, não podem ser encabeçadas por nomes próprios ou pronomes pessoais, em oposição às explicativas. Quando ocorrem dois tipos de orações encadeadas – restritiva e explicativa –, a restritiva sempre antecede a apositiva. A terceira característica afirma que as restritivas possuem a capacidade de dar margem a mais de uma informação que serve para modificar o SN, ou seja, várias informações podem ser dadas para restringir o SN. Por fim, os sintagmas quantificados não funcionam como núcleo nominal de relativas explicativas por serem semanticamente [- específicos].

As *relativas reduzidas* também restringem ou explicam o N em que são encaixadas. Seguem os exemplos em (16).

- (16) a. Encontramos manifestantes [*invadindo a câmara dos vereadores*].
 = encontramos manifestantes [*que invadem a câmara dos vereadores*].
 b. Salvador, [*reconhecida pelo carnaval*], sempre recebe milhares turistas.
 = Salvador, [*que é reconhecida pelo carnaval*], sempre recebe milhares turistas.

Neste capítulo, apresentaram-se as principais diferenças entre as restritivas e as explicativas, dependendo do tipo de relação entre a oração encaixada e a oração matriz. A próxima seção apresenta as estratégias de relativização no português brasileiro, baseando-se em trabalhos sobre o tema.

2.2 AS ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

De acordo com a tradição gramatical, no português, há duas estratégias de relativização, considerando a estrutura sintática do termo relativizado, se preposicionado ou não preposicionado, conforme os exemplos apresentados em (17) e (18), mais adiante. São consideradas estratégias padrão.

Porém estudos sobre o fenômeno no português brasileiro (PB) têm atestado a existência de mais duas estratégias, denominadas cortadora e resumptiva, conforme Tarallo (1983), Bispo

(2009), Burgos (2003) e Ribeiro (2009). Como visto no início do capítulo 2, o processo de relativização envolve duas sentenças que contêm um mesmo núcleo nominal e, quando relativizadas, formam um período composto constituído por orações relativas não preposicionadas ou preposicionadas.

A caracterização do português falado no Brasil tem levado inúmeros pesquisadores – como os mencionados acima – a investigar os fenômenos sintáticos que o caracterizam, distinguindo-o do português falado em Portugal. Tarallo (1993), em *Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX*, apresenta alguns fenômenos sintáticos peculiares à gramática do PB. Entre eles, discute as estratégias de relativização, tema deste trabalho.

O autor propõe que, diferentemente do que prescreve a tradição gramatical, o PB apresenta duas estratégias além da relativa padrão, postulada pelo autor como relativa com lacuna. O autor distingue as estratégias padrão em dois grupos: i) as construções referentes à relativização de termos não preposicionados, como em (9), repetido em (17), e ii) as orações referentes à relativização de termos preposicionados, que requerem uma preposição diante do relativo, como em (10), reproduzido em (18). O autor chama o primeiro tipo de relativa com lacuna e o segundo tipo de *pied piping*.

(17) Tem as [*que* ___ não estão nem aí], não é?

(TARALLO, 1993, p. 85)

(18) E um deles foi esse fulano aí, [*com quem* eu nunca tive aula ___].

(TARALLO, 1993, p. 86)

Nos exemplos em (17) e (18), verifica-se uma lacuna na posição relativizada, porém o autor denomina relativa com lacuna apenas o exemplo em (17), em que o termo relativizado exerce a função de sujeito, uma função não preposicionada. Em (18), a relativa se apresenta preposicionada, pois o sintagma nominal relativizado é objeto de preposição, exercendo a função de complemento oblíquo.

Tarallo (1993, p. 86) postula que a relativa com lacuna somente ocorre em posições mais altas, as de sujeito e de objeto direto, enquanto que, para as posições sintáticas mais baixas

(objetos indiretos, oblíquos, genitivos), a norma padrão prescreve o uso da *pied piping*, representada em (18).

A relativa *pied piping* ocorre com baixa frequência na fala vernácula, de acordo com os trabalhos de Tarallo (1983), Bispo (2009), Burgos (2003) e Ribeiro (2009), embora seja considerada uma relativa canônica. Seu uso, de acordo com esses autores, restringe-se apenas à fala monitorada/formal. Esse tipo de relativa é realizado quando o pronome relativo exerce funções sintáticas que requerem preposição, de modo que o pronome relativo deve também ser precedido de preposição, deixando uma lacuna na posição de origem do sintagma preposicionado relativizado, como no exemplo em (19).

- (19) Aquele livro [*de que o professor falou __ ontem*] é interessante.
 __ = do livro

Segundo Tarallo (1983; 1993), são inovadoras a variante da relativa com pronome resumptivo (relativa copiadora ou ainda relativa com pronome lembrete), como em (20), exemplo apresentado anteriormente em (12); e a relativa cortadora, exemplificada em (21), a seguir.

- (20) Você acredita que um dia teve uma mulher [*que ela queria que a gente entrevistasse ela pelo interfone*]?
- (21) E uma pessoa [\emptyset *que essas besteiras que a gente fica se preocupando*], ela não fica esquentando a cabeça.

(TARALLO, 1993, p. 86)

Em (20) e (21) encontram-se relativas que representam as estratégias inovadoras do PB e que não são abonadas pelas gramáticas normativas. De acordo com Tarallo (1993, p. 85), a sentença (20) é um tipo de estratégia de relativização que não apresenta lacuna, pois a “posição da lacuna aparece preenchida por uma forma pronominal correferente com o sintagma nominal cabeça da relativa”. No exemplo em (20), *que*, sendo um relativo, deveria exercer a função de sujeito da oração encaixada, porém o pronome anafórico *ele* ocupa tal posição, estratégia

denominada relativa resumptiva, e pode ocorrer tanto no processo de relativização de termos preposicionados como de termos não preposicionados.

Em (21), de acordo com o autor, tem-se uma relativa cortadora, uma estratégia em que “tanto a preposição quanto o sintagma relativizado estão ausentes, isto é, trata-se também de uma relativa com lacuna (TARALLO, 1993, p. 86), já que há a não realização da preposição requerida”. O relativo em (21) exerce a posição de complemento nominal. Pronomes lembretes também ocorrem em relativas *pied piping* , como em (22), e, de acordo com Tarallo (1983), são estigmatizadas socialmente.

(22) E um deles foi esse fulano aí, [*com quem eu nunca tive aula com ele*]

Foram definidas, nesta seção, as possíveis estratégias de relativização no português brasileiro, conforme Tarallo (1993), sendo duas delas consideradas padrão, a relativa preposicionada *pied piping* e a relativa com lacuna não preposicionada; e duas formas inovadoras, a relativa cortadora e a relativa resumptiva ou com pronome lembrete. Reforça-se, novamente, que o objetivo desta pesquisa é o de investigar apenas as relativas desenvolvidas, a partir das inferências realizadas até o momento.

As próximas seções fazem uma revisão da literatura linguística no que diz respeito ao uso das estratégias de relativização nas línguas crioulas, no português europeu e no português brasileiro.

2.3 A RELATIVIZAÇÃO EM LÍNGUAS CRIOULAS

Esta seção objetiva descrever as estruturas de relativização em línguas crioulas, línguas que passaram por um processo de maciço contato linguístico, fato fundamental para se compreender o processo de transmissão linguística irregular, hipótese defendida nesta dissertação para explicar as estratégias de relativização inovadoras no PB.

O processo de relativização, por se tratar de um fenômeno sintático, apresenta um comportamento similar ao de outras línguas, segundo Keenan e Comrie (1977). Os autores traçaram alguns fatos comuns às línguas naturais no que diz respeito às estratégias de relativização: a) uma língua deve ter uma estratégia primária (*primary strategy*) ao desenvolver uma relativização, isto é, há a possibilidade de uma língua construir relativas somente de

sujeito, nomeada de *Subject Relative Universal*¹⁰ (KEENAN; COMRIE, 1979, p. 652), mas nenhuma língua pode construir relativas somente de objetos ou somente de locativos, dessa forma, todas as línguas podem relativizar sujeito; b) se uma estratégia primeira pode ser aplicada em uma posição baixa na Hierarquia de Acessibilidade (HA)¹¹, então pode aplicar-se a todas as posições mais altas; c) a estratégia primária pode ser interrompida em qualquer posição sintática¹².

Logo considera-se necessário investigar se as línguas crioulas possuem o mesmo comportamento das outras línguas ao desenvolver o processo de relativização ou se diferem das mesmas; se há uso *default* (categórico) ou se há variação nas estruturas de relativização.

Antes de dissertar sobre a relativização nas línguas crioulas, é necessário, primeiramente, entender o que são e como são desenvolvidas as línguas crioulas. Vale ressaltar que o foco desta seção não é discutir o conceito e o desenvolvimento das línguas crioulas, mas sim descrever o processo de relativização nessas línguas. Desse modo, faz-se uma breve contextualização a seguir, para, então, retomar o tema de interesse.

As línguas crioulas são resultado de processos históricos de contato linguístico massivo entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciados, impulsionados pela ação do colonialismo e da dominação europeia na África, Ásia, América e Oceania, entre os séculos XVI e XIX. Esse intenso contato linguístico desenvolveu a transmissão linguística irregular da língua do grupo dominante, a língua-alvo ou de superstrato. Segundo Lucchesi e Baxter (2009, p. 101), a transmissão linguística irregular ocorre a partir da imposição da língua dominante, quando os falantes das outras línguas são forçados a adquiri-la em condições bastante adversas de aprendizado, fato que os leva a uma aquisição irregular da língua. É ainda um “processo de nativização da língua dominante” que

[...] ocorre de maneira irregular no sentido de que os dados linguísticos primários de que as crianças que nascem nessas situações dispõem para desenvolver a sua língua materna provêm praticamente de versões de segunda língua desenvolvidas entre os falantes adultos das outras línguas, que apresentam lacunas e reanálises em relação aos seus mecanismos gramaticais. (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 101)

O processo de transmissão linguística irregular opõe-se ao processo de transmissão geracional normal das línguas humanas, pois, ao contrário desse último, constitui um contexto

¹⁰ Relativa universal de sujeito.

¹¹ Em inglês, Accessibility Hierarchy (doravante AH ou HA em português).

¹² A language must have a primary RC-forming strategy. 2. If a primary strategy in a given language can apply to a low position on the AH, then it can apply to all higher positions. 3. A primary strategy may cut off at any point on the AH (KEENAN; COMRIE, 1977, p. 68).

em que a criança não está inserida em um ambiente cercado de dados linguísticos mais robustos da língua materna de seus pais, embora a aquisição seja idêntica. É no contexto de uma transmissão linguística irregular, envolto de dados linguísticos com um baixo *input* e emergenciais, que surge uma nova língua, a língua crioula. A TLI, então, “conduz à formação de uma língua historicamente nova, denominada língua crioula”. Mas pode levar “à simples formação de uma nova variedade histórica da língua de superstrato, que não deixa de apresentar processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas” (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 101), sem, contudo, levar à formação de uma nova língua.

Estima-se que de nove a quinze milhões de africanos foram trazidos para a América entre os séculos XVI e XIX. Logo o quadro sócio-histórico que é considerado típico para a emergência de línguas crioulas é aquele do deslocamento forçado de populações para um contexto geográfico e cultural distinto do seu contexto original. Sendo assim, a língua crioula emerge de um *pidgin*, um recurso, um fruto do contato linguístico, uma necessidade não só para as relações e interações entre senhores e capatazes com os escravos, mas também para a própria comunicação entre os escravos, falantes de uma língua materna distinta da língua crioula e mais ainda da língua alvo. Para Lucchesi e Baxter (2009, p. 109), as línguas crioulas podem manifestar diferenças consideráveis, embora manifestem semelhanças estruturais e funcionais. Essas diferenças e/ou semelhanças podem variar a depender de como os diversos fatores externos atuaram em cada situação histórica particular. Consoante a isso, surge a inquietação de compreender o fenômeno da relativização nas línguas crioulas para melhor entender o português falado no Brasil a partir da perspectiva da transmissão linguística irregular.

Tomando como base uma amostra de 52 línguas crioulas, Kuteva e Comrie (2012, p. 29) partem da descrição de como as línguas não crioulas marcam ou introduzem as construções relativas para, então, descrever como as línguas crioulas marcam a relativização e, então, propor uma explicação plausível sobre a falta de elaboração na marcação de estratégias de relativização em línguas crioulas. Os teóricos mostraram que as línguas crioulas relativizam estruturas com apenas um marcador morfossintático (um pronome relativo, um complementizador etc.) ao passo que as línguas não crioulas são capazes de introduzir relativas por até cinco marcadores. Embora o estudo de Kuteva e Comrie (2012) esteja focado apenas na relativização em posição de sujeito, os autores afirmam que

[...] as línguas crioulas, regularmente, têm simplesmente marcadas construções de cláusulas relativas, introduzidas por não mais do que um marcador de relativização. Este resultado tipológico se destaca como particularmente significativo se considerarmos o contexto de linguagens não crioulas, para as quais conseguimos

identificar casos com dois ou três ou quatro ou até mesmo cinco marcadores de relativização. (KUTEVA; COMRIE, 2012, p. 29)¹³

A amostra de 52 línguas crioulas cobre relativamente todas as línguas crioulas, já que representa quase todos os grupos crioulos, crioulos de base inglesa, francesa, portuguesa e alemã. Por exceção de duas línguas crioulas, o crioulo de Louisiana e o *TokPisin*, que não apresentam nenhum marcador de relativização, todas as outras línguas da amostra investigada pelos autores marcam explicitamente as construções relativas (KUTEVA; COMRIE, 2012, p. 31). Além disso, 12 das 52 línguas analisadas têm a marcação zero ou nenhuma marcação como uma estratégia opcional, exemplificada em (23), embora os autores alertem que a marcação zero não pode ser considerada uma característica pertinente de como as línguas crioulas introduzem as relativas.

- (23) Uh think a man [\emptyset see he wife dress up an bloom up] will try get de way too.
 ‘I think a man [(*who*) sees his wife dressed up and blossomed] will try to get in the/her way too’.

(MUFWENE, 1986 apud KUTEVA; COMRIE, 2012, p. 31)

Apesar de discutirem a possibilidade da marcação zero, Kuteva e Comrie (2012) inferem que o principal resultado da sua investigação sobre as línguas crioulas é o número preciso de marcadores explícitos de relativização: o estudo mostra que as línguas crioulas empregam, regularmente, não mais do que um marcador de relativização (KUTEVA; COMRIE, 2012, p. 32). Como toda regra tem exceção, a descrição dos autores leva a entender que duas línguas crioulas, *Bislama* e *TokPisin*, fogem da generalização “uma construção relativa: um marcador de relativização”, em que a oração relativa é, possivelmente, marcada por mais de um elemento.

Como explicação para o fato de as línguas crioulas introduzirem construções relativas por apenas um elemento marcador de relativização, Kuteva e Comrie (2012, p. 40-41) assumem que as línguas crioulas manifestam a mais simples e a mais funcional estrutura de uma oração relativa porque as suas gramáticas são relativamente novas, logo não tiveram tempo suficiente para produzir redundância e uma maior elaboração gramatical. Acrescentam ainda que, mesmo

¹³ Tradução da autora. [...] creole languages regularly have simply marked relative clause constructions, encoded by no more than one relativization marker. This typological result stands out as particularly significant if we view against the background of non-creole languages, for which we have been able to identify cases with two or three or four or even five relativization markers (KUTEVA; COMRIE, 2012, p. 29).

em um estágio avançado de um crioulo, essas línguas não apresentam uma morfossintaxe completa, o que explica a observação crioulista de que construções relativas são raras na fala, apesar de terem marcador de relativização disponível no sistema.

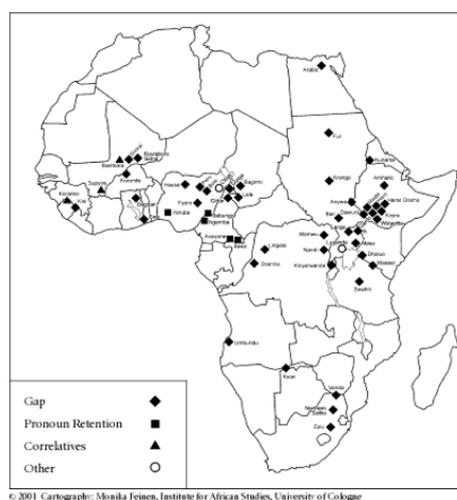
Por outro lado, os autores não descartam a possibilidade de essas línguas desenvolverem outros marcadores de relativização no futuro, já que, inicialmente, se observa uma falta de marcação seguida do desenvolvimento de uma marcação simples por apenas um elemento, o que pode tornar-se uma marcação mais elaborada no futuro. Esse desenvolvimento diacrônico na marcação das construções relativas – falta de marcação, marcação simples e marcação complexa – está em consonância com a análise da evolução da estrutura gramatical nas línguas crioulas.

Em outro estudo, Kuteva e Comrie (2006) investigaram 54 línguas crioulas de origem africana com o intuito de examinar quais estratégias de relativização estavam presentes nessas línguas e também procuraram entender onde e como o sintagma nominal é marcado em uma oração relativa nas línguas africanas.

Os autores puderam identificar apenas três estratégias de relativização na amostra analisada: a relativa com lacuna, a relativa com lembrete ou resumptiva e a relativa correlativa (reduzida)¹⁴ (KUTEVA; COMRIE, 2006, p. 213). O estudo indica que as estratégias *pied piping* e cortadora não foram registradas nessas línguas. A Figura 1, a seguir, mostra a distribuição das estratégias de relativização encontradas nas línguas africanas desse estudo e, a partir dela, pode-se observar que a relativa com lacuna é a estratégia mais realizada pelos africanos, por quase todo o continente africano.

¹⁴Nesse tipo de relativa, segundo Comrie (1998, p. 62), o substantivo principal aparece como uma frase nominal completa na cláusula relativa e é retomado pelo menos por um pronome ou outro elemento pronominal na cláusula principal. O termo “correlativa” é usado pelos autores e, pela definição, corresponde à relativa reduzida de gerúndio.

Figura 1 – Estratégias de relativização (com sujeito) nas línguas africanas



Fonte: Kuteva e Comrie (2006, p. 226)

De acordo com os autores, a principal evidência do estudo tem uma significância teórica porque está em consonância com a Hierarquia de Acessibilidade proposta por Keenan e Comrie (1977): SUJEITO > OBJETO DIRETO > OBJETO INDIRETO > OBJETO POSSESSIVO. Segundo Kuteva e Comrie (2006), uma das generalizações feitas a respeito da HA é que a estratégia com lembrete/resumptiva é preferível nas posições sintáticas mais baixas (à direita) da hierarquia, enquanto que a estratégia com lacuna é preferível nas posições mais altas (à esquerda) e que é difícil encontrar línguas que empreguem a estratégia com lembrete na posição de sujeito. Ao contrário dessas generalizações, o estudo realizado por eles sobre as línguas crioulas africanas registrou a estratégia com lembrete sendo empregada na posição de sujeito (KUTEVA; COMRIE, 2006, p. 219).

Trudgill (2004, p. 437-438) descreve duas situações que emergem com o contexto de contato linguístico: a simplificação e a complicação. A simplificação pode ocorrer em línguas que passaram por massivo contato linguístico como um resultado da crioulização, o que ocorre em situações envolvendo adultos e, portanto, envolve uma aquisição imperfeita e irregular da linguagem. Em outras palavras, o contato linguístico causa perdas de material fonológico e estruturas gramaticais. A complicação, por outro lado, envolve casos em que pode ocorrer aumento da complexidade linguística em línguas como resultado de empréstimos, em que o contato linguístico à longo prazo e o bilinguismo infantil são fatores relevantes.

As informações obtidas com os estudos de Kuteva e Comrie (2006; 2012) permitem inferir que as línguas crioulas passaram por mudanças que desencadearam simplificação

linguística no que diz respeito ao fenômeno da relativização, o que pode ser reforçado pelas palavras de Trudgill (2009 apud LUCCHESI, 2016), ao relatar que

[...] as pesquisas sobre as línguas pidgins e crioulas têm reunido evidências de que as situações de contato massivo entre línguas que envolvem a aquisição de uma segunda língua por uma população de adultos, em situações adversas de dominação e sujeição, desencadeiam mudanças que produzem simplificação morfológica. (TRUDGILL, 2009 apud LUCCHESI, 2016, p. 356)

Dessa forma, “as línguas crioulas, conquanto sejam línguas plenas, já que são línguas maternas de seus falantes, [...] também se caracterizam por um aparato gramatical reduzido” (LUCCHESI, 2016, p. 355), já que foram desenvolvidas em situação de aquisição imperfeita de linguagem, resultado de uma transmissão linguística irregular.

Objetivou-se, nesta seção, reunir informações sobre o fenômeno da relativização nas línguas crioulas e consideram-se como relevantes os seguintes pontos:

- i. A introdução de relativas por apenas um elemento morfossintático;
- ii. As construções relativas como fenômeno raro nas línguas crioulas;
- iii. Apenas três estratégias de relativização encontradas: relativa com lacuna, relativa com lembrete e relativa reduzida de gerúndio;
- iv. A relativização de estratégia com lembrete na posição de sujeito.

Desse modo, considera-se que as línguas crioulas não possuem o mesmo comportamento das línguas naturais ao desenvolver o processo de relativização, já que há uma simplificação do sistema sintático, no que diz respeito ao fenômeno estudado. Com a revisão de literatura não foi possível verificar se há um uso variável nas estratégias de relativização encontradas nas línguas crioulas ou se é categórico o uso das mesmas.

A próxima seção revisa estudos sobre as estratégias de relativização no PE e no PB, com a finalidade de compreender o fenômeno nessas duas variedades da língua portuguesa.

2.4 AS RELATIVAS NO PORTUGUÊS EUROPEU E NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Esta seção versa sobre alguns estudos realizados acerca das estratégias de relativização no português europeu e no português brasileiro, com a finalidade de confrontar os dados das pesquisas consultadas com os desta pesquisa, que visa a investigar o mesmo tema no português brasileiro falado em Feira de Santana-BA.

2.4.1 As relativas no português europeu

A apresentação das orações relativas no português europeu fundamenta-se nos estudos de Brito (1988), Alexandre (2000), Arim (2004), Varejão (2006) e Silva (2011).

Brito (1988) estudou as orações relativas no português europeu com o objetivo de descrever as propriedades sintáticas das orações relativas na gramática do Português (europeu), pelo viés da Teoria da Regência e da Ligação, a teoria atualmente dominante nos anos 80 no interior do programa de investigação que constitui a Gramática Gerativa. A autora realizou uma análise estrutural das orações relativas, centrando-se nos mecanismos interpretativos que operam as construções relativas restritivas e nas relativas apositivas, além de estudo das condições sobre a distribuição dos pronomes relativos, em particular do *que*, *quem* e o *qual*. Dedicou-se também a analisar as relativas livres, discutindo hipóteses que justificam esse tipo de relativa. Como considerações finais, Brito (1988) afirmou que o relativo *que* nas relativas de SU e de OD se apresenta na mesma forma de um complementador e apontou alguns dados diacrônicos que parecem confirmar a evolução do relativo *quem* para um relativo "universal" e mais tarde para uma forma de subordinador ou complementador.

A pesquisa de Alexandre (2000) procurou analisar a estratégia resumptiva nas orações relativas restritivas do português europeu, embora tenham sido consideradas também as relativas cortadoras. As ocorrências foram retiradas do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), de acordo com o aporte teórico da Teoria dos Princípios e Parâmetros (P&P) e a sua evolução mais recente, o Programa Minimalista (PM). Em seu trabalho, a autora aplicou um questionário a 38 alunos do ensino superior, nomeadamente do 3º ano do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês, quer do sexo feminino quer do masculino, com idades compreendidas entre os 20 e os 26 anos, a fim de avaliar a gramaticalidade de algumas relativas resumptivas e cortadoras.

O questionário foi composto por 24 enunciados que continham relativas não canônicas do PE, dos quais 17 são formados pela estratégia resumptiva e 7 pela cortadora, que deveriam ser marcados pelos alunos de acordo com o nível [+ ou – gramatical]. Dos resultados obtidos, observa-se que as relativas de SU (24a) e OD (24a) são aquelas que os falantes mais facilmente classificaram de agramaticais (83% dos falantes), no contexto das resumptivas. As relativas resumptivas de OD e de objeto oblíquo (OBL) (24b) foram maioritariamente tratadas como agramaticais, 63% e 66,4% das ocorrências, respectivamente. Quanto à estratégia cortadora (24c), foi muito menos rejeitada por parte dos falantes do que a resumptiva, já que a

percentagem obtida no juízo de gramaticalidade foi menor que as resumptivas de OD e OBL (28,2%), existindo ainda 38,3% dos inquiridos que as avaliaram como marginais. Somente 33,5% dos falantes as consideraram agramaticais. A seguir, em (24), estão listados alguns dos enunciados utilizados no questionário.

- (24) a. Há aqui alguns números [*que* eu vou tirá-los daqui].
 b. O Tulipa é um jogador [*que* eu contava com ele].
 c. Mais um [*que* eu tenho que telefonar].

Arim (2004) propôs estudar estratégias de relativização nos meios de comunicação social portugueses, focando nas relativas de termos preposicionados e nas diferentes estratégias que são empregues na sua construção. Os dados publicados têm por base a análise do *corpus* Rede de Difusão Internacional do Portuguesa (REDIP), que contempla a linguagem produzida na rádio, televisão e imprensa jornalística portuguesa, no ano de 1998. Em todo o *corpus*, foram encontradas 265 construções relativas para os dados orais, divididas percentualmente da seguinte maneira: 71% de relativas canônicas, com 189 ocorrências; 28% de cortadoras, 74 ocorrências; e apenas duas relativas resumptivas, correspondentes a 1% do total. Em comparação com dados escritos do português brasileiro, com base em material jornalístico, as relativas não-padrão correspondem a 94% e as relativas do tipo padrão a 6%. A autora concluiu que no PE, assim como no PB, existem três estratégias de relativização disponíveis, no que diz respeito às posições preposicionadas: a estratégia canônica, a estratégia cortadora e a estratégia resumptiva. A estratégia canônica é a única reconhecida pela norma do PE e, no que diz respeito ao discurso dos meios de comunicação social, continua a ser a estratégia mais utilizada. Entretanto a estratégia cortadora tem-se generalizado, embora os falantes não a considerem natural. Segundo Arim (2004), as hipóteses que justificariam estas tendências são a influência do português do Brasil, que usa preferencialmente a estratégia cortadora, e a crescente diminuição do uso do pronome *cuj*o.

O trabalho de Varejão (2006) investigou os fenômenos morfossintáticos da concordância verbal e das estratégias de relativização não padrão no português europeu popular sob a hipótese de que a variação, no português europeu, é sensível aos mesmos fatores que controlam a variação na fala de brasileiros. No que concerne às estratégias de relativização, o levantamento dos dados totalizou 1709. Do total, 1498 das construções não preposicionadas foram introduzidas por *que*, ou seja, 87% do total, e estão distribuídas em 1129 relativas de SU

e 369 de OD. Quanto ao tipo de estratégia não padrão encontrado no *corpus*, a autora observou que, do total de 103 ocorrências, 75 (73%) eram de relativas cortadoras. Das 28 copiadoras computadas, 7 são de OD e 4 de SU, ou seja 39% de resumptiva não preposicionada. Os 61% restantes, as outras 17 relativas resumptivas, ocorrem em funções oblíquas, isto é, são resumptivas preposicionadas. O cruzamento dos dados indica que 77% dos casos de cortadoras estão na posição de adjunto adverbial.

Silva (2011) estudou o comportamento das estratégias de relativização no português europeu à luz da Sociolinguística Variacionista, investigando a distribuição dessas construções em uma amostra composta por cartas dos séculos XVI, XVII e XVIII, constituída dos *corpora* Aljama Portuguesa, Cartas de Desconhecidos (doravante, CARDS), Cartas do Pe. Antônio Vieira, Marquês do Lavradio e Gazetas Manuscritas, a fim de mostrar que as formas relativas não padrão não são exclusivas do PB. A autora objetivou, sobretudo, detectar ocorrências de formas de relativização não padrão concorrendo com a padrão no período apontado, no português europeu. A Tabela 1, a seguir, reproduz parcialmente a Tabela 1 do estudo de Silva (2011, p. 127):

Tabela 1 – Estratégias de relativização por séculos

ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO	XVI	XVII	XVIII
Relativa padrão preposicionada (<i> pied piping </i>)	62/68 99%	1299/1372 95%	1173/1235 95%
Cortadora	5/68 7%	53/1372 4%	43/1235 3%
Copiadora	1/68 1%	20/1372 1%	19/1235 2%

Fonte: Adaptada de Silva (2011).

É interessante ressaltar que esses dados revelam baixo uso das cortadoras ao longo dos anos. Seguem, em (25), duas das ocorrências encontradas pela autora (SILVA, 2011, p. 130-132).

- (25) a. Porque lhe afirmo a Vossa Reverência que todas as vezes [\emptyset *que me vejo metido nestes labirintos e escrúpulos* [...]]. (Vieira – XVII)
- b. Resta sòmente considerar se seria conveniente romper logo a guerra, na forma [\emptyset *que se praticava*], ou continuar com a paz. (Vieira – XVII)

A investigação resultou num levantamento de 2675 orações relativas na amostra: 68 do século XVI, 1372 do século XVII e 1235 do século XVIII. Desse total de 2675, 2534 são ocorrências de estratégia padrão preposicionada – *pied piping* –, com 91% para o século XVI e 95% para os séculos XVII e XVIII; as cortadoras somam 101 ocorrências e o percentual por século é de 7% (XVI), 4% (XVII) e 3% (XVIII) e 40 estruturas de cópia, 1% (XVI), 1% (XVII) e 2% (XVIII). Dentre as conclusões da autora, é interessante ressaltar a existência de ocorrências de construções de relativização não padrão na escrita de portugueses nos séculos XVI, XVII e XVIII, mas, mesmo tendo encontrado a existência de construções relativas não padrão no PE, vale ressaltar que tais ocorrências na escrita revelam que, na fala, essas ocorrências não deveriam constituir um *input* robusto.

Seguindo a lógica de Mioto (2007, p. 32) sobre a aquisição da linguagem, a presença das relativas cortadoras no PB a partir do século XIX poderia ser explicada pela aquisição do português como segunda língua por parte de uma grande leva de africanos e seus descendentes, isto é, pela experiência linguística dos africanos que se instalaram no Brasil quando estes começaram a adquirir o português. Para o autor, “quando se pensa em aquisição da linguagem, devem ser consideradas as capacidades envolvidas no processo, bem como a natureza de um tal conhecimento” (MIOTO, 2007, p. 29).

Esta seção aponta algumas considerações relevantes: as relativas resumptivas e as cortadoras são consideradas agramaticais pelos falantes do PE, segundo Alexandre (2000); a variação na relativização no português europeu é sensível aos mesmos fatores que controlam a variação desse fenômeno no português brasileiro, de acordo com Varejão (2006); nos resultados de Varejão (2006), é atestado que as relativas no PE são majoritariamente introduzidas pelo relativo *que* e a relativa com lacuna não preposicionada é preponderante; houve, também, preponderância da estratégia canônica *pied piping* na escrita de portugueses entre os séculos XVI e XVIII, embora tenha se observado a existência de construções de relativização não padrão na escrita de portugueses nos séculos em questão, mas, na fala, essas ocorrências não deveriam constituir um *input* robusto.

2.4.2 As relativas no português brasileiro

Quanto aos estudos sobre as relativas no português brasileiro, registram-se nesta pesquisa os estudos de Tarallo (1983; 1993), Corrêa (1998), Burgos (2003), Bispo (2009), Ribeiro (2009), Ribeiro e Figueiredo (2009a), Lucchesi (2015b), Oliveira e Ribeiro (2015).

Tarallo (1983), em estudo já comentado nesta dissertação, percebeu que no PB há quatro estratégias de relativização: a relativa com lacuna, a relativa *pied piping*, a resumptiva – denominada nesta pesquisa como relativa com pronome lembrete – e a relativa cortadora. No que diz respeito à relativização de SN preposicionados, o autor destacou a frequência de uso dessas estratégias e observou uma queda da variante padrão e a ascensão da variante cortadora. Para Tarallo (1983), o PB está perdendo a estratégia padrão e a estratégia cortadora está se elevando na preferência linguística dos brasileiros. Seus resultados constataram que

[...] os falantes de classe baixa favorecem o uso de pronomes resumptivos enquanto as classes média e alta desfavorecem este uso e que os falantes de classe alta favorecem, em particular, o uso da cortadora PP como uma ‘melhor’ estratégia social de troca do quase morto *pied piped* [= relativa preposicionada padrão]. (TARALLO, 1983, p. 252-253)¹⁵

Em uma análise diacrônica dos dados, Tarallo (1983, p. 253) verificou que a estratégia cortadora é “[...] resultado de uma mudança drástica no sistema pronominal do século XIX”. Dessa forma, considerando quatro sincronias (1725, 1775, 1825, 1880), os estudos diacrônicos de Tarallo (1993, p. 88) manifestaram a ascensão da cortadora com o passar do tempo, registrando na primeira sincronia um percentual de 0,9% e, na última, a cortadora aparece em 59,5% das ocorrências encontradas.

Tabela 2 – Estratégias de relativização entre os séculos XVIII e XIX

ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO	1725	1775	1825	1880
<i>Pied piping</i>	99 89.2%	80 88.1%	73 91.3%	63 35.4%
Pronome lembrete	11 9.9%	8 7.9%	1 1.3%	9 5.1%
Cortadora	1 0.9%	4 4.0%	6 7.5%	106 59.5%

Fonte: Tarallo (1993, p. 88)

Com a ascensão da cortadora, percebeu-se a queda das relativas *pied piping* com um percentual de 89,2% na primeira sincronia e de 35,4% na última, fato que apontou para um processo de mudança sintática, ou seja, de substituição da estratégia padrão pela estratégia não padrão. Quanto às relativas com pronome lembrete, tais estratégias mantêm um comportamento

¹⁵ “[...] that lower-class speakers favor the use of resumptive pronouns, and the middle-class and upper-class speakers disfavor it” (TARALLO, 1983, p. 252) “[...] those upper-class speakers in particular favor the use of PP-chopping as the socially ‘better’ replacement of the dying *pied piped* strategy” (TARALLO, 1983, p. 253).

equilibrado, exceto na terceira sincronia (9,9%, 7,9%, 1,3%, 5,1%), apresentando um comportamento marginal no sistema sintático do PB e uma característica estigmatizada, como se tem visto em trabalhos sobre o tema com os de Burgos (2003) e Ribeiro e Figueiredo (2009a; 2009b).

Os resultados de Tarallo (1993), quanto à variação entre a estratégia com lacuna e a com pronome lembrete nas estruturas de relativização de termos não preposicionados, apontam para a predominância das estratégias com lacuna em detrimento da estratégia com pronome lembrete. Quando a função relativizada é de sujeito, verificam-se 89,7% de relativas com lacuna e quando a função de objeto direto é relativizada, 97,4%. São relativizadas as funções mais acessíveis à relativização, como postularam Keenan e Comrie (1977).

Em sua tese sobre as orações relativas, Corrêa (1998) descreve o uso formal das relativas possíveis no português do Brasil sob a perspectiva teórica do gerativismo e, para gerar explicações para os dados em variação, faz uso da Sociolinguística Variacionista, tratando estatisticamente os grupos de fatores condicionantes das variáveis. Além de outros fatores de ordem social e linguística, seu estudo investiga o fator escolaridade como um determinante relevante e influenciador da variação nas relativas, sob a crença de que uma delas deve ser adquirida formalmente, por entre os muros da escola. Foi com os métodos da Sociolinguística Variacionista que a autora processou a coleta, o tratamento estatístico e a avaliação dos dados em variação dos falantes cultos.

Corrêa (1998) teve como *corpora* narrativas orais e escritas de escolares de 1º Grau, produções escritas de escolares do 2º Grau, em comparação com estudos de fala culta com os dados do Projeto NURC de cinco cidades brasileiras e um estudo específico com falantes da cidade de São Paulo. Os dados dos escolares de 1º Grau consistem em 50 narrativas orais e 45 escritas de uma escola da rede pública do Estado de São Paulo e informantes não-escolarizados, coletadas a partir da apresentação de uma peça de teatro encenada, com o objetivo de conseguir um *corpus* com fala espontânea em que os informantes descrevessem a peça assistida. A coleta contou com um total de 40 estudantes – 5 de cada série da 1ª à 8ª série (atual 2º ao 9º ano) – e mais 5 informantes não-escolarizados e 5 de nível universitário. Os dados do 2º Grau foram experimentalmente coletados entre adolescentes e jovens de uma escola particular paulista, totalizando 90 exercícios, que foram solicitados após um estudo sistemático sobre as orações relativas. Todos os dados da análise da fala culta derivam do acervo do NURC e consistem em 15 inquéritos de 10 falantes homens e 10 falantes mulheres, para entender como estão

distribuídas as relativas de sintagma preposicionado nas regiões representadas por capitais de Estados: Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Os resultados encontrados por Corrêa (1998) mostraram que os alunos do 1º Grau, como os informantes não-escolarizados, usam apenas relativas em que a preposição não é requerida, 79% de relativas com lacuna, de *sujeito* e de *objeto direto*, e bem menos a estratégia cortadora, isto é, com apagamento da preposição e sintagma preposicionado relativizado, em 20% dos dados. Em 89 dos 90 casos encontrados, a oração relativa foi introduzida pelo pronome relativo *que* e apenas uma sentença foi iniciada por *quem*. No que diz respeito à relativização de termos preposicionados, a mais relativizada posição sintática nessas orações é a posição de adjunto adverbial, em 95% das ocorrências, em contraposição a 5% da posição de objeto indireto. Quanto aos dados do 2º Grau, entre os fatores extralinguísticos, foi selecionada apenas a série do estudante, com a série final condicionando fortemente o uso da preposição, com um peso relativo de .88 de ocorrência da relativa *pied piping* nas narrativas escritas. Segundo a autora, isso demonstra que, no tocante à aquisição da variante padrão, faz diferença estar o aluno iniciando ou terminando o 2º Grau. No tocante aos resultados dos dados de fala do NURC, os informantes que mais utilizaram a estratégia padrão (*pied piping*) foram os de Recife (69%) e os que menos usaram foram os do Rio de Janeiro (apenas 6%). A estratégia cortadora – considerada vernacular – é mais usada pelos falantes do Rio de Janeiro (94%), de Porto Alegre (72%) e de Salvador (64%).

Em uma visão bem geral de todos os níveis de escolaridade e dos dados do NURC, Corrêa (1998) conclui que existem dois tipos de falantes: os menos escolarizados, que sempre constroem a relativa sem a preposição (cortadora), e os mais escolarizados, que, por estarem inseridos em um sistema formal de ensino, adquiriram a estratégia *pied piping* . Os resultados das variáveis sociais mostraram que a faixa etária aponta para um desfavorecimento da estratégia padrão das relativas por parte dos mais jovens e o fator sexo revelou que as mulheres tiveram uma preferência pela estratégia vernacular.

O trabalho de Burgos (2003) também analisou o fenômeno das estratégias de relativização no português rural afro-brasileiro pelos moldes da Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 1994[1972]). O estudioso realizou uma pesquisa empírica sobre a realização variável das estratégias de uso das relativas no português rural afro-brasileiro, considerando que o contato entre línguas ocorrido durante os períodos colonial e imperial no Brasil teria interferido na aquisição das estratégias de relativização pelos africanos e afro-brasileiros que vieram para o Brasil como mão-de-obra escrava. Seu *corpus* se constituiu de amostras de fala da

comunidade de Helvécia, localizada no município de Nova Viçosa, estado da Bahia. Os dados de Burgos (2003) totalizaram 569 orações relativas, assim distribuídas: 366 relativas com lacuna, 64% dos dados; não foi encontrada nenhuma ocorrência da relativa *pied piping*; 18 relativas com pronome lembrete, resultando um valor de 3% dos dados; e 185 ocorrências foram de relativas cortadoras, 32% das ocorrências.

Bispo (2009) analisou as estratégias de relativização em dois *corpora* de amostras de fala, os *corpora* Discurso e Gramática (D&G): “A língua falada e escrita na cidade do Rio de Janeiro” e “A língua falada e escrita na cidade de Natal”. O *Corpus* D&G Rio de Janeiro reuniu um total de 93 informantes, dos quais 23 são da Alfabetização (15 crianças e 8 adultos), 34 da quarta série, 12 da oitava série do Ensino Fundamental, 16 concluintes do Ensino Médio e 8 concluintes do Ensino Superior, no nível da graduação, com uma produção total de 930 textos. Essa primeira amostra fez um total de 782 ocorrências de relativas, das quais 662 (84,7%) eram do tipo padrão não preposicionada com lacuna, 14 (1,8%) relativa lembrete e 106 (13,5%) representavam as cortadoras em contraponto a 3 (0,7%) ocorrências apenas de relativa *pied piping*. O segundo *corpus*, constituído na cidade de Natal, é composto de 200 textos produzidos por 20 informantes, 4 de cada um dos níveis de escolaridade citados acima, e é quantitativamente mais significativo que o primeiro. O autor computou 1621 estruturas com relativas, das quais 1384 (85,4%) eram de relativa padrão não preposicionada. No que diz respeito à variação nas estruturas relativas que requerem uma preposição, das 252 ocorrências encontradas, as cortadoras totalizam 210 (83%) ocorrências. Esses resultados corroboram os obtidos por Tarallo (1983, 1993), que revelam a ascensão das cortadoras no PB no último período analisado pelo autor, 1880.

Ribeiro (2009) discutiu a sintaxe das sentenças relativas na fala de comunidades rurais afro-brasileiras isoladas confrontando seus resultados com os de pesquisas já realizadas sobre aquisição de relativa em primeira língua (L1). A análise contempla as estratégias de relativização atestadas nos *corpora* constituídos a partir dos inquéritos de 8 informantes das seguintes localidades do interior da Bahia: Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé. No trabalho em questão, a autora estudou as relativas restritivas, explicativas e relativas livres ou semilivres, debateu sobre as restrições universais no que diz respeito ao encaixamento da sentença e às funções sintáticas do PR e analisou as estratégias de relativização: lacuna, cortadora, lembrete e *pied piping*. Ribeiro (2009) propôs uma discussão sobre o PR e complementizador e considera que, no vernáculo dos informantes em estudo, só existe a forma do *que* como um complementizador, para qualquer um dos tipos de relativa com antecedente.

Os PRs só são usados nas relativas livres, sem antecedente expresso. Na discussão sobre o estatuto do *que* e do *onde*, a autora encontrou um *onde* no lugar de *que* relativizando uma função não preposicionada, como no seguinte exemplo dado pela autora em (26).

(26) Na fila [*onde* (= *que*) *ele enfrenta*], ele curte sereno.

(RIBEIRO, 2009, p. 203)

Para Ribeiro (2009, p. 186), os dados sustentam o argumento contra a hipótese da deriva e contra evidências de crioulização prévia¹⁶. Logo foi destacado que a transmissão linguística irregular justifica os resultados encontrados no estudo sobre as relativas nessas comunidades e, por sua vez, os resultados fornecem evidências a favor da TLI, segundo a própria arguição da autora, a seguir.

Do ponto de vista teórico, assumo que só há uma forma de construir a gramática de uma língua, através das restrições impostas pelos princípios universais inatos, seja em aquisição de L1, de L2 ou de crioulização; do ponto de vista empírico, o estudo das sentenças relativas nessas comunidades não fornece evidências de um processo anterior de pidginização/crioulização do PB (cf. discussões em GUY, 1989; TARALLO, 1993, 1993a, 1993b; LUCCHESI, 2000a), nem da hipótese da deriva (NARO; SCHERRE, 1993); mas argumenta a favor da transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2000a, 2003b, 2008c). (RIBEIRO, 2009, p. 186)

O estudo de Ribeiro e Figueiredo (2009a) aborda as sentenças relativas por um viés gerativista, apresentando uma análise da sintaxe das sentenças relativas em um conjunto de 53 atas escritas por seis africanos, entre 1832 e 1842, perfazendo um total de 104 orações relativas. Nesse texto, estão descritas as três estratégias da relativização encontradas no *corpus*: i. Relativa com lacuna, 56 ocorrências; ii. Relativa *pied piping*, 17 ocorrências; iii. Relativa resumptiva ou lembrete, nenhuma ocorrência. Com a finalidade de verificar se os dados dos africanos correspondiam à Hierarquia de Acessibilidade proposta por Keenan e Comrie (1977), as autoras estratificaram os dados considerando as posições relativizadas.

¹⁶ Com base na literatura teórica, apresentada no capítulo 3 desta dissertação, crioulização e transmissão linguística irregular são distintas: a primeira se configura como uma erosão radical da língua e a segunda é o processo em que pessoas de outras línguas adquirem uma L2 em situação precária de aprendizado, como os africanos durante a colonização portuguesa no Brasil. Logo, há duas hipóteses: a da deriva e a do contato, se houve contato pode ter ocorrido uma crioulização prévia ou a língua passou pelo processo da TLI, mas estas últimas são processos diferentes.

Os resultados apontaram que todas as posições podem ser relativizadas. São mais relativizadas as posições mais altas, sujeito e objeto direto, como prevê a Hierarquia de Acessibilidade. Verificaram ainda que, no *corpus* analisado, a relativa com lacuna e pronome relativo é a estratégia primária; não há casos de relativa lembrete; as relativas preposicionadas predominam; há o uso de relativas restritivas e não-restritivas, com formas verbais de tempo ou reduzidas; há preferência pela relativização de posições não preposicionadas. As autoras concluíram que todas as posições podem ser relativizadas; a relativa com lacuna e PR é a estratégia primária; há primazia pela relativização de posições não preposicionadas, de SU e OD; os pronomes relativos mais frequentes são *que, o que, o/a qual e quem*. Por fim, concluem que as estratégias de relativização *pied piping* e cortadora podem estar presentes ou ausentes nas línguas, independentemente do contexto sócio-histórico em que a língua é adquirida.

Em seu trabalho, Lucchesi (2015b) também fez um estudo sociolinguístico da variação na forma das orações relativas no português afro-brasileiro e analisou um *corpus* constituído de 28 entrevistas de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas de diferentes regiões do interior da Bahia. O *corpus* é proveniente do *Acervo de Fala Vernácula do Português Afro-Brasileiro*, do *Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*. A análise contou com 1.249 ocorrências, sendo que, do total, o autor computou 917 (73%) ocorrências da estratégia com lacuna ou *estratégia neutra* (nome cunhado pelo autor) não preposicionada. Das estratégias de relativização de posições preposicionadas, a análise computou 328 ocorrências que se subdividem em 308 (25%) da estratégia cortadora, 15 (4%) da estratégia padrão ou *pied piping* e 6 (2%) da estratégia resumptiva. Em acordo com Ribeiro (2009), o autor conclui que o estudo revela a perda de pronomes relativos morfologicamente marcados, os quais possibilitam as relativas *pied piping*, como o efeito mais notável do contato entre línguas sobre as estratégias de relativização.

Oliveira e Ribeiro (2015) analisaram as estruturas relativas em atas escritas no século XIX por doze afro-brasileiros que revelavam pouca habilidade no domínio das normas de escrita da época. Os 122 documentos analisados fazem parte das *Atas da Sociedade Protetora dos Desvalidos*, editadas semidiplomaticamente por Klebson Oliveira (2006). Os informantes eram secretários da *Sociedade Protetora dos Desvalidos* no século XIX e eram encarregados de escrever as atas das reuniões em que se discutiam as obrigações e os direitos dos seus sócios. Após quantificação e análise dos dados, encontraram um total de 678 ocorrências, sendo que, dessas, 393 são relativas de sujeito e 163 de objeto direto, portanto do tipo padrão. Após a rodada ternária, as autoras decidiram realizar uma rodada binária, apenas com as relativas

preposicionadas, o que resultou em 116 ocorrências, 91 de relativas *pied piping*, em 78% dos dados, e apenas 25 ocorrências de relativa cortadora, em 22% dos dados. As autoras concluíram que, embora tenham prevalecido as estratégias *pied piping*, as estruturas cortadoras são favorecidas nos seguintes contextos: em estruturas de complemento preposicionado que indica circunstância de tempo, com um peso relativo de (.97,) ou com outras funções (.89); em estruturas apositivas (.85); e quando o relativo tem função de complemento preposicionado (.80), comportamento bastante semelhante ao português europeu.

Objetivou-se nesta seção reunir os principais trabalhos sobre as estratégias de relativização no PE e no PB, com a finalidade de compreender o comportamento do fenômeno em variedades distintas do português. Ao revisar estudos linguísticos sobre as relativas nessas duas variedades da Língua Portuguesa, entende-se que não há polarização no uso das relativas no português afro-brasileiro e no português urbano do PB, do mesmo modo que não há polarização desse fenômeno nas línguas crioulas. Esse entendimento sobre o sistema sintático do português brasileiro está em consonância com a transmissão linguística irregular e reforça a hipótese de aproximação das normas culta e popular (LUCCHESI, 2001; MATTOS E SILVA, 2004a), o que instiga – e dá suporte para – o objetivo central desta pesquisa: verificar se as normas culta e popular do português falado em Feira de Santana-BA encontram-se em processo de aproximação.

Ademais, ao discorrer sobre a relativização nas línguas crioulas e em duas variedades do português, considera-se que as línguas crioulas revelam um comportamento distinto do PE e do PB. Primeiramente por serem introduzidas apenas por um elemento morfossintático, enquanto que no PE e no PB, as relativas podem ser introduzidas por três ou mais elementos. Nas línguas naturais investigadas existem três estratégias principais de relativização (com lacuna, *pied piping* e cortadora) e essas podem derivar outras estratégias possíveis (com lembrete, *pied piping* com lembrete e cortadora com lembrete), além das relativas livres e das relativas reduzidas de gerúndio; já nas línguas crioulas, são registradas apenas três construções de relativização: relativa com lacuna, relativa com lembrete e relativa reduzida de gerúndio. Se as línguas crioulas fazem uso de apenas duas estratégias de relativização desenvolvidas, pressupõe-se que há também uma redução nas posições sintáticas relativizadas, restringindo-se às posições mais altas da Hierarquia de Acessibilidade¹⁷ (SU > OD), ao passo que o PE e o PB

¹⁷ Vale ressaltar que é possível outras posições serem relativizadas nessas línguas em um estágio avançado, com uma maior elaboração gramatical.

são passíveis de relativização em diversas posições sintáticas, contemplando as posições da HA.

A próxima seção apresenta a diacronia das orações relativas, descrevendo o seu desenvolvimento do latim ao português brasileiro moderno, com o objetivo de “voltar ao passado para iluminar o presente” e compreender o que mudou do latim ao português falado atualmente, considerando que tenha havido uma mudança linguística no português feirense falado no que diz respeito às estratégias de relativização.

2.5 HISTÓRIA DAS ORAÇÕES RELATIVAS NA LÍNGUA PORTUGUESA

Nesta seção, aborda-se a história das orações relativas, descrevendo brevemente os pronomes relativos que constavam no latim e, sem seguida, perfazendo um percurso diacrônico do português arcaico ao português moderno, com o objetivo de exibir sua evolução e o seu comportamento linguístico no decorrer do tempo, elencando as principais mudanças linguísticas ocorridas.

Como foi descrito anteriormente, as orações relativas constituem uma relação de dependência com o antecedente ou nome. Baseando-se nessa definição, Tarallo (1990, p. 164) salienta que o complementizador (COMP) ou pronome relativo, em latim, sempre concorda em gênero e número com o antecedente e, no caso, com a função sintática da sentença na qual está inserido. Horta (1943, p. 69) complementa que, em latim, “os pronomes relativos concordam com o nome antecedente, apenas em gênero e número; não concordam em caso: o caso depende unicamente da função que o pronome exercer na frase. Se ele for sujeito, irá para o nominativo; se for objeto, irá para o acusativo [...]”.

De acordo com Tarallo (1993, p. 165), as relativas, no latim clássico, possuíam algumas características que se julgavam similares às que existem no português. Para o autor, no latim, as relativas “podiam aparecer desenvolvidas ou reduzidas; o COMP não podia aparecer vazio; o antecedente expresso anaforicamente dentro da relativa era, portanto, duplamente marcado tanto pelo preenchimento do COMP quanto pela cópia”. Além disso, o autor informa que os modificadores e especificadores do nome da sentença principal podiam aparecer na oração adjetiva, concordando em caso com o pronome relativo; e podiam ser profundamente encaixadas, ou seja, a rica morfologia casual permitia um total distanciamento entre o COMP preenchido e o seu antecedente.

Quanto aos pronomes relativos, Coutinho (1976, p. 259-260) afirma que, no sistema latino de relativização, havia três formas para o pronome relativo: o masculino *qui*, o feminino *quae* e o neutro *quod*. Com a evolução linguística e, conseqüentemente, com a perda da flexão de gênero, as formas masculinas passaram a ser usadas também com antecedentes femininos, substituindo as antigas formas *quae* e *quam* do feminino pelas formas masculinas *qui* (para o caso nominativo) e *quem* (para o caso acusativo).

Os pronomes relativos ficaram reduzidos às formas: *qui*, *que(m)*, *cui*, *quid* ou *quod*. No português, sobreviveram os acusativos e os pronomes nominativos, *que(m)* (*quid*, no latim), *quem* (*quem*, no latim). O autor acrescenta que os pronomes relativos *qual* e *quanto* originaram-se dos pronomes relativos latinos *quale* (indicando qualidade) e *quantu* (indicando tamanho e/ou quantidade) e que o pronome *cuj* teve como raiz o pronome latino *cuju(m)*.

No que concerne à fase arcaica do português, os limites cronológicos desse período estão situados entre os séculos XIII e XV. Em outras palavras, o português arcaico constitui-se como o português trecentista, e, para essa fase da língua, tem-se o notável estudo de Mattos e Silva (1989, p. 751-770) sobre as estratégias de relativização. A amostra analisada pela autora totalizou 788 subordinadas relativas, encontradas no *corpus* dos *Diálogos de São Gregório* (D.S.G.), datados do século XIV.

A autora enfatiza que o pronome relativo é um anafórico que se reporta a um sintagma nominal ou a um substituto pronominal de sintagma nominal explícito ou implícito em um enunciado anterior, o antecedente do pronome relativo. Das 788 orações relativas encontradas, 758 eram relativas introduzidas pelo *que*, mas, além do *que*, ocorreram relativos como *quen* (cinco vezes), *quen quer que* (uma vez), cujo antecedente podia estar implícito no discurso, trazendo sempre o traço semântico [+ humano]; *qual* (uma vez), *quaes* (três vezes), *cujo* (seis vezes). Foram também considerados na amostra os relativos locativos *hu*¹⁸ (sete vezes), *onde* (uma vez), o relativo modal *como* (uma vez) e o relativo de quantidade *quanto* (três vezes).

Nas cinco ocorrências de relativa com o pronome *quen*, o seu antecedente não estava explícito, o que a literatura linguística atual considera como relativa livre. Essas ocorrências do *quem* sem antecedente conduzem a autora a concordar com Said Ali (1964, p. 109-110), denominando o pronome relativo *quem* de pronome relativo indefinido, conforme exemplo da autora em (27).

¹⁸ Formas que se tornaram arcaizantes: *outra vez ca*, *hu* e ainda *cujo*, de acordo com Bagno (2007, p. 67).

- (27) Muito fezești boa demanda, porque me demandasti que coração avia se sobervioso se homildoso [*quen tantas vertudes fazia*].

(MATTOS E SILVA, 1989, p. 753)

Observou-se no estudo de Mattos e Silva (1989) a ausência de *o qual* no *corpus*, como se verifica no uso atual (BAGNO, 2007), de modo que está registrado apenas o pronome sem que ele viesse precedido de artigo, como se observa em (28), ou seja, não ocorrem as chamadas formas desenvolvidas do relativo.

- (28) E depós este gram sabor e de tan gram prazer [*qual non poderia recudir de nen hũa cousa temporal*].

(BAGNO, 2007, p. 66)

Sobre o pronome relativo *qual*, Bagno (2007, p. 66-67) complementa que o seu emprego se modificou: por um lado, no período arcaico, podia dispensar o determinante, como em (28), e, por outro lado, podia surgir em um emprego enfaticamente anafórico e demonstrativo, seguido do mesmo nominal que já o antecedia, representado em (29).

- (29) E vio a ssombra da carne que levava na boca, [*a qual sombra parecia a elle que era duas*]¹⁹.

(BAGNO, 2007, p. 67)

O relativo *cujo*, de acordo com Mattos e Silva (1989), antecede um nome e concorda com ele em gênero e número. Exerce a função de complemento adnominal de posse, como exemplificado pela autora em (30). É documentada, também, uma estrutura relativa do *cujo* com o verbo cópula *ser*, funcionando como sintagma nominal predicativo com valor semântico de posse, como elucidado na sentença em (31).

- (30) E o nome do santo homen [*por cujo rogo o enmiigo devia sair do corpo em que entrara*].

¹⁹ Exemplo do século XV, do Livro de Esopo, dado pelo próprio autor.

(31) E o nobre Venancio [*cuja era a vila*].

(MATTOS E SILVA, 1989, p. 754)

Os relativos *hu* e *onde* são documentados na amostra de Mattos e Silva (1989, p. 758) como relativos locativos quando os antecedentes estão explícitos, ilustrados pela autora com as sentenças (32) e (33), embora tenha encontrado apenas uma ocorrência de *onde*.

(32) Levaron-no pera aquel logar [*hu ardia a cidade*].

(33) E era oito milhas da cidade [*onde o bispo avia de viir*], que fazen quatro léguas.

(MATTOS E SILVA, 1989, p. 758).

Quando o antecedente não está explícito, ocorrem relativas em que *hu* e *onde* possuem valor temporal, sendo que houve uma ocorrência do primeiro (34) e duas do segundo (35). Para admiti-los como locativos, a autora enfatiza que é preciso aceitar um sintagma nominal implícito com valor semântico de tempo que cumpra o papel de seu antecedente.

(34) Ca, como quer que aqueles que ordiava vida fazen non queiran seer meestres [*hu primeiramente non foron discípulos*].

(35) E era gram maravilja ca [*onde huum avia mal*], ende os outros todos avian pior.

(MATTOS E SILVA, 1989, p. 758)

A autora analisa os relativos *como* e *quanto* a partir das relativas abaixo, nas quais o primeiro refere-se a um SN e o segundo a uma quantidade por associação aos relativos locativos e modais, segundo exemplos (36) e (37).

(36) Vejamos as lides novas que o santo homen ouve com o enmiigo e a maneira [*como o venceu*].

(37) Todo he verdade [*quanto dizes*].

(MATTOS E SILVA, 1989, p. 759).

Câmara Jr. (1976, p. 112) infere que o pronome relativo *que* é o pronome relativo primário em português, tanto no período arcaico como no período moderno, e representa, historicamente, um nivelamento do nominativo latino *que* (masc.), *quae* (fem.) e *quod* (neutro).

A partir das considerações de Mattos e Silva (1989, p. 759-760), pode-se observar que o *que*, já no português arcaico, equivalia aos sintagmas nominais de sujeito (38) ou de objeto direto (39), quando não era precedido de preposição. Quando o relativo aparecia antecedido de preposição (40), esta era requerida pelo verbo núcleo do sintagma verbal do enunciado relativo, conforme exemplos da própria autora elencados a seguir.

(38) O enmiigo [*que entrara na monja*].

Que = sujeito

(39) Vertudes naturaes [*que no homen há*].

Que = objeto direto

(40) Non podia crer que aquel homen tan pequeno fosse Constancio [*de que el tan grandes cousas ouve*].

Que = complemento verbal preposicionado

(MATTOS E SILVA, 1989, p. 759-760)

Ademais, na documentação do período arcaico, Mattos e Silva (2006, p. 179) infere que, embora seja pouco frequente, o relativo *que* aparece grafado *ca*, tal como ocorre com a integrante *que*. Exerce também a função de conector de relativas, desempenhando funções sintáticas diversas, como é possível observar nos exemplos em (41) extraídos da autora.

(41) a. Esto, Pedro, [*que* (OD) ti eu ora quero contar], prendi-o dũ homen muito honrado [*a que* (OBL) dezian Fortunado], [*com que* (ADJT. ADV) eu avia gram prazer] per razon

de idade [*que* (OD) avia] e per razon das obras [*que* (OD) fazia] e per razon da simplicidade [*en que* (ADJT. ADV) vivia].

b. E o seu bispo daquela eigreja, [*que* (SU) avia nome Constâncio], feze-o trager per totalas eigrejas dos mártires [*que* (SU) eran em seu bispado].

(MATTOS E SILVA, 2006, p. 179)

Além das relativas encabeçadas por pronomes relativos, Mattos e Silva (1989, p. 768) verificou que não são frequentes na amostra enunciados reduzidos que se possam analisar como subordinadas relativas. A autora encontrou, no português trecentista, duas relativas com forma nominal de gerúndio que podem ser interpretadas como relativas reduzidas circunstanciais: a primeira temporal e a segunda causal, como exemplificadas em (42).

(42) a. E hũũ dia [*viindo el ao moesteiro de San Beento*] veer seu irmão ajuntou-se a el no caminho hũũ companheiro.

Viindo = em que vinha ou quando vinha = tempo

b. Homen mui de santa vida cujo criado eu fui e [*vivendo em religion fezeron-no bispo*].

Vivendo = que vivia ou porque vivia = causal

(MATTOS E SILVA, 1989, p. 768)

Mattos e Silva (1989, p. 766-767) ressalta ainda outra característica interessante que também ocorria nessa sincronia: a possibilidade de haver duas ou mais subordinadas encaixadas a um mesmo antecedente, conectadas ou não pelo *e*, estando obrigatoriamente presente o pronome relativo apenas na primeira. Os respectivos exemplos foram retirados da própria autora e estão representados em (43) e (44), a seguir.

(43) E por esso disse ao seu messejeiro [*que havia nome Juiãão*], [*que foi depois bispo na eigreja de Sabina*], que o trouvesse.

(44) Pois mi tu contasti, padre, tan gram miragre [*que el fez*] e [*que foi tan apregoado*].

(MATTOS E SILVA, 1989, p. 766-767)

Analisando o processo de relativização nos manuscritos do século XV do *Fabulário Português ou Livro de Esopo*, Lucchesi (1990) salienta que se podem distinguir as relativas restritivas (45) das não-restritivas ou apositivas e explicativas (46), exemplos retirados do *Fabulário*.

(45) Algũs vilãos [*que hy estavam acerca ouveron gram temor*].

(46) O rrato da cidade, [*que ssabha o custume da casa*], fugio loguo.

(LUCCHESI, 1990, s/p)

Igualmente a Mattos e Silva (1989), Lucchesi (1990, s/p) atenta para a possibilidade de que ocorram dois tipos de relativas seguidas com o mesmo antecedente, em que a primeira se circunscreve como uma relativa restritiva, precedendo a segunda, que, por sua vez, é uma relativa não-restritiva, conforme exemplo (47) do autor.

(47) Devemos tomar exemplo da ave que algũa vez come de huu fruyto [*que ha nome taxo*], [*que amarga muito*].

(LUCCHESI, 1990, s/p)

O período que consiste do latim clássico ao português trecentista permite conjecturar algumas considerações: as relativas podiam aparecer desenvolvidas ou reduzidas, tanto no latim quanto no português arcaico; o antecedente expresso dentro da relativa no latim era duplamente marcado pelo preenchimento do COMP e pela cópia, o que significa dizer que a forma resumptiva acontecia sem a estigmatização e o papel marginal que lhe são atribuídos a partir do século XIX, como aponta Tarallo (1993, p. 88); dos pronomes relativos encontrados nos estudos descritos até então, o PR *que* é o relativo com maior produtividade e está presente tanto no latim clássico quanto no português trecentista; além do *que*, foram atestados no português arcaico os PRs *quem*, *qual*, *onde*, *hu*, *cujo*, *como* e *quanto*, o que permite observar a existência de pronome relativo morfologicamente marcado, como o relativo *onde*, que, de acordo com

Lucchesi (2015b, p. 104), é o único relativo morfologicamente marcado usado em relativas com antecedentes nas variedades vernáculas do PB.

Outro trabalho a ser considerado é o de Barreto (1996), que teve como objetivo a análise de estruturas relativas na *Carta de Pero Vaz de Caminha* e visou verificar se as estratégias de relativização utilizadas em 1500 apresentam características semelhantes às estudadas em textos do período arcaico ou se já apresentam traços característicos do português moderno, em comparação com o texto *Demanda do Santo Graal*, do século XV.

Segundo Barreto (1996), na *Carta de Pero Vaz de Caminha* ocorrem pronomes relativos com marcas morfológicas: *que*; *quem*; *o qual*, *a qual*, *os quaes*, *as quaes*; *onde* ~ *omde*; *cujo*; e *quejando*. O pronome *que* se refere a antecedentes [+ humanos] ou [- humanos] e é empregado, mais frequentemente, com as funções de sujeito (131 ocorrências) e de objeto direto (57 ocorrências), quando a preposição não é requerida. Apareceu ainda com função de objeto oblíquo, objeto indireto, adjunto adverbial e complemento nominal, mas, nesses casos, sempre precedido da preposição requerida pelo verbo ou nome da sentença (48), de acordo com o exemplo a seguir, extraído da autora (p. 151).

- (48) [...] e de steo aesteo hũa rrede atada pelos cabos e cada esteo altas [***em que dormjam***].
(Adjunto adverbial)

(BARRETO, 1996, p. 151)

O pronome relativo *quem* ocorre três vezes, sempre precedido da preposição *a* (49), e é, por vezes, substituído pelo pronome *que* quando precedido da preposição (50), exercendo sempre as funções de sujeito ou de objeto indireto. Seguem os exemplos dados pela autora.

- (49) [...] nem esperava huũ por outro se nõ [***aquem mais coreria e pasarã huũ rrio que perhy core***] dagoa doce de mujta agoa que lhes dava pela braga.

- (50) [...] diego dijz e a rribeiro odegradado [***a que ocapitã ontem mandou que em toda maneira la dormisem***].

(BARRETO, 1996, p. 152)

Para complementar, o *quem* aparece na *Carta* apenas uma vez sem o antecedente explícito, significando “alguém que” ou “aquele que”. É o que Mattos e Silva (1989, p. 753), em acordo com Said Ali (1964, p. 109-110), denomina de relativo indefinido. Expõe-se a seguir o exemplo de Barreto (1996, p. 152) em (51).

- (51) [...] ora veja vosa alteza [*quem em tal jnocemça vjue*], ensinamdolhes o que perasua salvacam perteeçe.

(BARRETO, 1996, p. 152)

Os resultados de Barreto (1996) revelam que os relativos *o qual*, *a qual*, *os quaes* e *as quaes* ocorrem como pronomes relativos antecidos por itens lexicais portadores dos traços [+ humano] ou [- humano] e são empregados imediatamente após o termo antecedente, como ilustrado em (52). São ainda empregados como pronomes adjetivos, especificadores do núcleo do SN, equivalendo a um demonstrativo (53). Tais estruturas foram detectadas também por Lucchesi (1990) no manuscrito *Fabulário Português*. No texto em questão, os pronomes mencionados aparecem sempre precedidos da preposição, mas nunca nas formas *qual* e *quaes* empregadas como pronomes e encontradas por Mattos e Silva (1989, p. 754).

- (52) [...] pero tome vossa alteza minha jnoramcia per boa vomtade [*aqual bem certo crea*].
- (53) [...] e doutras serra mais baixas ao sul dele e de trra chaã com grandes arvoredos [*ao qual monte alto ocapitam pos nome omonte pascoal*].

(BARRETO, 1996, p. 152)

Barreto (1996, p. 154) descreve também que o uso do pronome *onde/omde* na *Carta de Caminha* é empregado como relativo significando *em que* (54), *por quem* (55) e *pelo que* (56). Refere-se a antecedentes [+ humanos] ou [- humanos], exercendo as funções de adjunto adverbial ou agente da passiva.

- (54) [...] entã tornouse oocapitã perabaixo peraaboca do rrio [*onde desembarcamos*].

- (55) Trouueos logo já de noute ao capitam [*omde* foram rrecebidos com muito prazer e festa].
- (56) Por que asy tomauam aquilo que nos viam fazer coma nos mesmos. [*Per onde pareceo atodos eu nhuũa jdolatria ne adoraçom teem*].

(BARRETO, 1996, p. 154)

Diferentemente do português arcaico, na *Carta de Caminha* já não ocorre o relativo *hu*. De acordo com a autora, o *onde* apresenta-se equivalendo a *em que* – significado etimológico do *hu* – e aos relativos *que* ou *quem* precedidos de preposição. O *onde*, então, assume a significação do *hu*.

A forma *cujo* e sua variante feminina ocorre em apenas duas sentenças, especificadas em (57) e (58), como pronomes adjetivos e não foi apontado o emprego desse pronome relativo como pronome substantivo com valor semântico de posse, tal como registrou Mattos e Silva (1989) nos *Diálogos de S. Gregório* ou Lucchesi (1990) no *Fabulário Português*. Em suma, os relativos mais empregados no decorrer dos anos são: *que, onde, qual, quem e cujo*.

- (57) [...] e aly nos pregou do avanjelho e dos apóstolos [*cujo dia oje he*].
- (58) [...] conformandose cõ o sinal da cruz so [*cuja obediência vijmos a qual veo mujto apreposito*] e fez mujta devaçom.

(BARRETO, 1996, p. 155)

Além dos pronomes relativos citados anteriormente, Barreto (1996) registrou um único exemplo da forma arcaica *quejando*, que foi classificada por Pereira (1964, s/p.) como um pronome relativo e posteriormente considerado um pronome interrogativo por Nunes (1975, p. 258) e Huber (1986, p. 198). Observando o exemplo em (59), a forma *quejando* encontra-se precedida de um nome – *rrio* – ao qual se refere, motivo pelo qual foi também considerado um pronome relativo por Barreto (1996).

- (59) Easy por mjlor parecer atodos ficou detremjnado, acabado jsto. Disse ocapitam que fosemos nos batees em trra e veeria bem o rrio [*quejando era*].

(BARRETO, 1996, p. 161)

Em resumo, assim como no latim clássico e no português trecentista, o *que* também é o relativo mais frequente no português de 1500, conforme Barreto (1996). Além dos pronomes citados anteriormente e encontrados no português arcaico, verifica-se a presença da flexão do *qual* (*o/a qual, os/as quaes*) nos dados do século XVI, incluindo a forma *quejando*. Esses pronomes relativos foram registrados por Mattos e Silva (1989) para o período arcaico.

No português trecentista, foi atestado o uso do *hu* com a mesma função locativa do *onde*, enquanto que este relativo não foi encontrado na *Carta de Caminha*. Barreto (1996, p. 154) considera que, em vista do desaparecimento do *hu*, o *onde* assumiu sua significação.

Outra diferença a ser considerada é o caso do relativo *cujo*, pois não foi registrado na *Carta de Caminha* o emprego desse PR com valor semântico de posse, como se verificou no português trecentista, nos *Diálogos de S. Gregório*, por Mattos e Silva (1989). Ao contrário das ocorrências do relativo *quem* nos *Diálogos de S. Gregório* (MATTOS E SILVA, 1989) e no *Fabulário Português* (LUCCHESI, 1991 apud MATTOS E SILVA, 2006), na *Carta de Caminha*, o *quem* aparece empregado com antecedente exposto e substituído pelo *que* em estruturas semanticamente idênticas. Lucchesi (1991 apud BARRETO, 1996, p. 158) explica que, se na fase arcaica o *quem* não admitia antecedente, a substituição desse pelo *que* só vem a ocorrer em relativas com antecedente naquela fase da língua, isto é, na passagem do português arcaico para o português clássico.

Uma observação interessante do trabalho de Barreto (1996) é a comparação dos dados obtidos na *Carta de Caminha* com os da *Demanda do Santo Graal*. Foram registradas e pontuadas na *Demanda do Santo Graal* as estratégias de relativização com pronome lembrete ou cópia e a cortadora, ambas atestadas por Tarallo (1983).

Para a estrutura com pronome lembrete, Barreto (1996, p. 161) descreve que, enquanto na língua falada o pronome lembrete ocorre quando o pronome relativo *que* exerce a função de sujeito, na *Demanda do Santo Graal* ele aparece quando o relativo exerce a função de objeto direto, exemplificada em (60).

(60) Entam leeo as letras [*que ambos as ouvirom...*]

(BARRETO, 1996, p. 161)

A estrutura relativa em que o pronome relativo é empregado sem a preposição exigida, ou seja, a relativa cortadora foi encontrada na *Demanda do Santo Graal* por Barreto (1996, p. 161) e registrada no exemplo (60). O exemplo (61) apresenta uma relativa cortadora com função de adjunto adverbial de tempo. Essas construções, entretanto, não foram encontradas na *Carta de Caminha*.

- (61) Aquel dia mesmo [*que esto foi aveo que rei Boorz chegou...*]
(Em lugar de: aquel dia mesmo *em que* esto foi...).

(BARRETO, 1996, p. 161)

Para concluir esta breve abordagem histórica sobre as orações relativas, é fundamental mencionar os estudos diacrônicos de Tarallo (1993 [1983]), que apontaram para uma mudança sintática no português brasileiro (PB) na virada do século XVIII para o XIX, isto é, no período do português considerado moderno, momento em que decresce a produtividade da relativa *pied piping* e aumenta, quantitativamente, o uso da relativa cortadora, como foi salientado na seção anterior e demonstrado na Tabela 2. Observando a Tabela 2 deste capítulo, fica claro que há um decréscimo da estratégia *pied piping* e, que, por volta de 1880, se torna mais frequente a relativa cortadora, estratégia “que inicia seu papel sintático no sistema: competir contra a estratégia do pronome lembrete em substituição à relativa *pied piping* ” (TARALLO, 1993, p. 88).

2.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Neste capítulo, procurou-se descrever as estratégias de relativização, o seu processamento, sua tipologia em relativas restritivas e explicativas, além de ter abordado brevemente as relativas livres e as reduzidas. Realizou-se uma revisão de literatura sobre o fenômeno, resenhando estudos que investigaram o seu uso no português brasileiro e no português europeu. Por fim, a última seção objetivou compreender a história interna das orações relativas, partindo do latim, descrevendo registros do fenômeno no português arcaico, no português clássico de 1500 e, por fim, no português moderno. Realizou-se uma descrição detalhada do fenômeno das orações relativas, abordando questões que fundamentam a análise das estratégias de relativização encontradas no português urbano falado em Feira de Santana-

BA. Recapitulam-se, a seguir, as informações consideradas relevantes na elaboração da chave de codificação e que serviram para análise desta pesquisa, apresentada no Capítulo 6.

i. O processamento e a tipologia das orações relativas, centrando-se, principalmente, nas orações relativas desenvolvidas, objeto de interesse desta pesquisa;

ii. Os pronomes relativos que introduzem as construções relativas: *que, quem, o/os e a/as qual(is), cujo (a), onde, quanto, quando e como* e seus respectivos valores semânticos;

iii. A capacidade dos pronomes relativos e de seus antecedentes em relativizar diversas posições sintáticas, considerando as seguintes funções: *sujeito, predicativo, complemento nominal, objeto direto, objeto indireto, objeto oblíquo, agente da passiva, adjunto adverbial, adjunto adnominal*;

iv. As estratégias de relativização do PB analisadas por Tarallo (1993 [1983]) e seu caráter preposicionado ou não preposicionado, considerando as relativas padrão – com lacuna e *pied piping* – e as relativas inovadoras – cortadora e resumptiva;

v. A natureza semântica das relativas restritivas e explicativas, suas relações de subordinação e coordenação, além das propriedades sintáticas pontuadas por Negrão (1992 apud MIOTO; NEGRÃO, 2007) na distinção dos tipos de relativas;

vi. As orações relativas no PE e no PB e o comportamento da estratégia cortadora nessas duas variedades da língua portuguesa;

vii. A multifuncionalidade do *que* seja como um PR ou um complementizador discutida por Ribeiro (2009);

viii. As resenhas de estudos já realizados sobre o tema que reúnam argumentos para o debate a respeito das estratégias de relativização no PB como resultado do processo da transmissão linguística irregular;

ix. As diferenças entre as línguas crioulas, o PE e o PB, no que diz respeito ao fenômeno da relativização.

x. A consideração de que não há polarização no uso das relativas no português afro-brasileiro e no português urbano do Brasil, do mesmo modo que não há polarização desse fenômeno nas línguas crioulas, estando em consonância com a transmissão linguística irregular (LUCCHESI, 2009) e com a hipótese de aproximação das normas culta e popular (LUCCHESI, 2001; MATTOS E SILVA, 2004a)

xi. Com o percurso diacrônico do comportamento das relativas do latim ao português moderno, pode-se inferir que há uma diminuição dos pronomes relativos e das funções preposicionadas; em decorrência disso, há a produtividade do relativo *que* em todas as

sincronias consultadas; o desaparecimento do *cujo*; e o emprego do *quem* em relativas com antecedentes expressos.

O próximo capítulo aborda a teoria que subsidia esta pesquisa, tomando-as como base de fundamentação para confirmar ou refutar as hipóteses formuladas, de modo a contribuir com a discussão e a análise sociolinguística dos dados.

3 O QUADRO TEÓRICO

Este capítulo versa sobre a fundamentação teórica que embasou o entendimento sobre a história e a caracterização da língua portuguesa falada no Brasil e a análise dos dados, que tomou como base a Sociolinguística Variacionista. Em linhas gerais, centra-se em questões fundamentais para qualquer estudo sobre a linguagem, discutindo os estudos sociolinguísticos, com a finalidade de compreender a variação e a mudança linguística.

Foram considerados relevantes para este capítulo os seguintes temas: o aporte teórico-metodológico da sociolinguística laboviana, no que versa a respeito da teoria da variação e da mudança linguística; a diversidade e o contato linguístico no Brasil; a formação sócio-histórica do PB; o processo da transmissão linguística irregular; a polarização do PB e a hipótese de aproximação das normas culta e popular. Para a obtenção de uma análise consistente, julga-se necessária a correlação dos conceitos linguísticos abordados no Capítulo 2 com os princípios teóricos da linguística variacionista pontuados neste capítulo, além dos aspectos sócio-históricos, abordados no Capítulo 4.

3.1 A TEORIA DA VARIAÇÃO E DA MUDANÇA LINGUÍSTICA

Até a primeira metade do século XX, os estudos linguísticos conceberam a mudança como um fato restrito à estrutura e ao sistema, fazendo-se necessário um novo olhar sobre os estudos da linguagem: os estudos sociolinguísticos. Iniciadas na década de 1960, nos Estados Unidos, as pesquisas de William Labov inserem uma nova roupagem à Linguística, ao considerar as dimensões sociais e heterogêneas das línguas.

Postulada por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), a teoria da variação e da mudança linguística é o ramo da Linguística que estuda as variações e as mudanças linguísticas dentro de uma comunidade de fala. Tem por objeto de estudo os padrões observáveis do comportamento linguístico dentro de uma comunidade de fala e os formaliza analiticamente através de um sistema heterogêneo, constituído por unidades e regras variáveis (WEINREICH, LABOV; HERZOG (2006 [1968])). Isto é, a mudança não ocorre isoladamente, é um processo que se desdobra a partir da competição, concorrência entre variantes ou de um encaixamento linguístico: uma mudança antecedente precede outra mudança.

Observa-se então que os processos linguísticos de variação e de mudança que ocorrem em determinada comunidade de fala são fundamentais para apoiar os estudos da

Sociolinguística, visto que foi comprovado o aspecto heterogêneo da língua. Segundo estudiosos renomados – inclusive Saussure (1973), quando observou a dualidade *langue x parole* –, a língua não é estática no tempo e no espaço, pois ela está constantemente se renovando, sofrendo influências temporais, históricas e, sem menos importância, sociais. Dessa forma, para realizar uma pesquisa sociolinguística, é fundamental considerar a história social da comunidade de fala, como, aliás, salientou Labov (1994 [1972]). É íntima, pois, a relação entre língua e sociedade, já que é nessa linha tênue que se desenvolve o uso real da fala, da língua como instrumento de comunicação, mutável e variável.

Os estudos sociolinguísticos divulgaram o fato de que tanto na sincronia como na diacronia não há homogeneidade. Dessa forma, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) “criaram condições para que se respondesse de forma mais coerente à questão de como uma língua continua estruturada enquanto estão ocorrendo mudanças”. Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) destacaram, assim, a incoerência da dicotomia sincronia *versus* diacronia, ao constatarem que poderiam acontecer mudanças em um único “estado” de língua, uma única sincronia, o que Labov (1994 [1972]) denomina de *mudanças em progresso*.

De acordo com Labov (1994 [1972], p. 19), “a mudança linguística parece envolver três problemas distintos: a origem das variações linguísticas; a difusão e propagação das mudanças linguísticas; e a regularidade da mudança linguística”. Há três princípios teóricos fundamentais que permeiam a questão central da mudança linguística: a. se uma comunidade heterogênea e plural faz uso de um sistema linguístico, este também deve ser heterogêneo e plural; b. os processos de mudança de uma comunidade de fala se atualizam na variação em cada momento nos padrões de comportamento linguístico observados nessa comunidade; c. se uma mudança implica necessariamente variação, a variação não implica necessariamente mudança. (LABOV, 1994 [1972]; WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006 [1968]).

Antes de aprofundar a questão da mudança, é preciso definir os conceitos da variação linguística: variáveis (dependentes ou independentes) e variantes. A variação linguística pressupõe diversas formas linguísticas de se dizer a mesma coisa; a essas formas em variação dá-se o nome de “variantes linguísticas” e ao conjunto dessas variantes dá-se o nome de “variável linguística”. Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), “variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de variável linguística”. Esses conjuntos de variáveis subdividem-se em variáveis linguísticas dependentes e independentes, cuja quantidade vai variar de acordo com a necessidade de cada pesquisa sociolinguística. A variável

dependente é o foco do estudo, isto é, o fenômeno linguístico que se objetiva estudar, como, por exemplo, a variação entre a cortadora e a *pied piping*. As variantes são os fatores dentro de cada variável considerada: natureza da oração relativa (restritiva ou explicativa). Para compreender o uso de uma ou outra variante, debruça-se sob as variáveis explanatórias ou independentes, que, por sua vez subdividem-se em linguísticas (estruturais) e extralinguísticas (sociais).

Labov (2008 [1972]) argumenta que os problemas centrais da evolução linguística poderiam ser resumidos em cinco perguntas: 1) existe uma direção geral para a evolução linguística?; 2) quais os condicionantes universais da mudança linguística?; 3) quais as causas do surgimento contínuo de novas mudanças linguísticas?; 4) por meio de que mecanismo as mudanças ocorrem?; 5) existe uma função adaptativa na evolução linguística? Para responder às perguntas levantadas, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 121-125), sintetizam cinco problemas concernentes aos fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística: o problema dos fatores condicionantes, a transição, o encaixamento, a avaliação e a implementação, explicados a seguir.

1. O problema dos **fatores condicionantes** diz respeito aos fatores universais limitadores da mudança e variação, que podem ser sociais ou linguísticos. Busca-se determinar o conjunto de mudanças possíveis e as condições possíveis para a mudança por meio do estudo de mudanças em progresso, como, por exemplo, o caso de vogais tensas periféricas se elevarem, mas nenhuma na direção contrária.

2. A **transição** é o momento das mudanças intermediárias. As mudanças têm um *continuum* em sua distribuição através de sucessivas faixas etárias da comunidade de fala e há um estágio interveniente, o momento exato em que a trilha pela qual a estrutura A evoluiu para a estrutura B. No problema da transição, o linguista pode observar a mudança linguística enquanto ela ocorre e precisa considerar dialetos transicionais. Esta transição de traços de um falante para outro pode ocorrer por meio de falantes bidialetais: A mudança acontece em três situações: (1) à medida que um falante aprende uma forma alternativa; (2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência; e (3) quando uma das formas se torna obsoleta. Por fim, a transição pode ocorrer entre grupos de pares de faixas etárias levemente diferentes.

3. No **encaixamento**, as mudanças linguísticas devem ser vistas como encaixadas no sistema linguístico como um todo e há dois tipos de encaixamento: encaixamento na estrutura linguística e o encaixamento na estrutura social. O encaixamento na estrutura linguística ocorre

na forma de estratos discretos, coexistentes, definidos pela co-ocorrência estrita, que são funcionalmente diferenciados e conjuntamente disponíveis a uma comunidade de fala; e em variáveis intrínsecas, definidas por covariação com elementos linguísticos e extralinguísticos. O encaixamento na estrutura social corresponde à estrutura linguística encaixada no contexto mais amplo da comunidade de fala; as variações sociais e geográficas são elementos intrínsecos da estrutura e os fatores sociais pesam sobre o sistema como um todo. Há estruturas linguísticas que são encaixadas desigualmente na estrutura social; nos estágios iniciais e finais de uma mudança pode haver pouca correlação com fatores sociais e cabe ao linguista determinar o grau de correlação social que existe e mostrar como ela pesa sobre o sistema linguístico.

4. No problema da **avaliação**, o linguista deve estabelecer empiricamente os correlatos subjetivos dos diversos estratos e variáveis numa estrutura heterogênea e o nível de consciência social é uma propriedade importante da mudança linguística que tem de ser determinada diretamente.

5. O enigma da **implementação** advém do grande número de fatores que influenciam a mudança. O processo global da mudança linguística envolve estímulos e restrições tanto da sociedade quanto da estrutura da língua. A mudança linguística pressupõe mudança no comportamento social e as hipóteses preditivas não estão prontamente disponíveis. Para que ocorra a implementação, há os estágios da mudança:

i. Uma mudança linguística começa quando um dos muitos traços característicos da variação da fala se difunde através de um subgrupo específico da comunidade de fala;

ii. Esse traço assume uma certa significação social, a partir de valores sociais associados àquele grupo;

iii. A mudança é gradualmente generalizada a outros elementos do sistema;

iv. A mudança intervém na estrutura social da comunidade, quando novos grupos entram na comunidade de fala e uma das mudanças secundárias se torna primária.

v. O avanço da mudança é acompanhado de uma elevação no nível de consciência social da mudança e do estabelecimento de um estereótipo social e, conseqüentemente, a implementação da mudança e a passagem da variável para o status de uma constante são acompanhados pela perda de qualquer significação social que o traço anterior possuía.

Esses cinco problemas diferentes relacionados à explicação da mudança linguística propostos por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) são resumidos bem claramente por Labov (2008 [1972] p. 326) na citação a seguir.

Os condicionantes universais sobre a mudança linguística são, por definição, independentes de qualquer comunidade particular. A questão de identificar a transição entre dois estágios quaisquer da mudança linguística é um problema interno. O problema do encaixamento tem dois aspectos: a mudança é vista como encaixada numa matriz de outras mudanças (ou constantes) linguísticas, e também como encaixada num complexo social, correlacionada com mudanças sociais. Existe também um importante componente social no problema da avaliação – mostrar como os membros da comunidade de fala reagem à mudança em andamento e descobrir que informação expressiva as variantes veiculam. Por fim, podemos esperar que haja fatores sociais profundamente implicados no problema da implementação: por que a mudança ocorreu num tempo e lugar particulares e não em outros.

Após traçarem os problemas da mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 125-126) postulam, assim, os princípios gerais para uma teoria da variação e da mudança linguística.

1. A mudança linguística não é uma deriva aleatória da variação inerente na fala. Ela começa quando a generalização de uma alternância particular de um subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada.

2. A estrutura linguística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala.

3. Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança, mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.

4. A generalização da mudança linguística envolve a covariação de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo.

5. A mudança linguística ocorre nas gramáticas da comunidade fala. Como as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas por funções sociais, os idioletos não oferecem a base para gramáticas autônomas, individuais.

6. A mudança linguística é transmitida dentro da comunidade como um todo. Mais do que produtos inevitáveis do lapso geracional entre pais e filhos, quaisquer discontinuidades na mudança são produtos de discontinuidades específicas dentro da comunidade.

7. Fatores linguísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança linguística; a análise deve buscar regularidades que podem ser observadas nos estudos empíricos do comportamento linguístico.

Sobre a inter-relação dos fatores linguísticos e sociais e sobre a importante contribuição da interação social na mudança linguística, Labov (1994 [1972], p. 20) argumenta que

[...] a contribuição de forças internas, estruturais, para a efetiva difusão das mudanças linguísticas, tal como esboçada por Martinet (1955), deve ser naturalmente o foco de atenção de qualquer linguista que esteja investigando esses processos de propagação e regularização. No entanto uma abordagem que considera apenas as pressões

estruturais dificilmente pode contar a história toda. Nem todas as mudanças são altamente estruturadas, e nenhuma mudança acontece num vácuo social. Até mesmo a mudança em cadeia mais sistemática ocorre num tempo e num lugar específicos, o que exige uma explicação.

Assim sendo, os estudos linguísticos sobre a mudança linguística devem explicá-la não só por meios das forças internas da língua. Se todas as mudanças são altamente estruturadas e nenhuma mudança acontece num vácuo social, há de se buscar explicações nas motivações externas à língua, na organização social, local e temporal de uma determinada comunidade de fala. Com os *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) possibilitaram que as línguas pudessem ser estudadas em seu existir ininterrupto, em um *continuum* de variação e mudança e, embora a mudança linguística seja lenta e gradual, sempre existirão processos variáveis e mutáveis na língua em qualquer comunidade de fala.

Labov (2008 [1972], p. 152), ao coadunar-se com as ideias de Sturtevant (1947), conclui que o processo de mudança linguística pode ser considerado em três estágios. Na sua origem, uma mudança é uma das inúmeras variações confinadas ao uso de algumas pessoas. Na sua propagação, a mudança é adotada por inúmeros tão amplos de falantes que ela passa a contrastar com a forma mais antiga ao longo de uma ampla frente de interação social. No seu término, a mudança alcança regularidade pela eliminação de variantes concorrentes.

No último princípio geral para o estudo da mudança linguística, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) defendem que os fatores linguísticos e sociais estão intimamente correlacionados no desenvolvimento da mudança. Sendo assim, qualquer pesquisa de cunho sociolinguístico deve considerar os aspectos internos e externos da língua na compreensão dos fenômenos variáveis ou mutáveis. Os autores postulam que alguns desses fatores sociais podem ser responsáveis pela variação e/ou pela mudança linguística.

Segundo Labov (2008 [1972], p. 291), “não se pode fazer nenhum avanço importante rumo ao entendimento do mecanismo da mudança linguística sem o estudo sério dos fatores sociais que motivam a evolução linguística”. Os fatores sociais mais recorrentes na análise e interpretação dos fenômenos linguísticos são o **sexo do falante**, a sua **faixa etária**, a **classe social** e a **escolarização**.

Para permitir a comparabilidade entre as pesquisas, Labov (2001), na discussão sobre o papel do **sexo do falante** em fenômenos linguísticos variáveis, assume uma codificação necessária em função do sexo por abordagem biológica, embora acrescenta que é válida a interpretação por uma abordagem sociocultural em função do gênero. De acordo com Scherre

e Yacovenco (2011, p. 122), o efeito do sexo sob os fenômenos linguísticos apresenta diferenças instigantes, conforme o tipo de mudança ao lado do comportamento conservador na variação estável: em mudanças com consciência social (*changes from above*), as mulheres usam mais as variantes de prestígio do que os homens. Entretanto, em mudanças sem consciência social (*changes from below*), as mulheres usam mais as formas inovadoras, é o que afirma Labov (2001) na seguinte citação:

(...) em mudanças *from above* [com consciência social e externas à variedade em uso], as mulheres adotam formas de prestígio com taxas mais altas do que os homens, apresentando comportamento conservador, mas que está também em conformidade com as normas explicitamente estabelecidas. Nas mudanças *from below* [sem consciência social e internas à variedade em uso], as mulheres usam frequências mais altas de formas inovadoras do que os homens, apresentando assim comportamento inovador, mas em dissonância (*nonconforming*) com as normas explícitas estabelecidas. (LABOV, 2001, p. 274-292)

Ao considerar que seja difícil conciliar este comportamento nos dois tipos de mudança, Labov (2001) formula o **Paradoxo do Gênero**, em que as mulheres usam mais as formas de prestígio do que os homens: “as mulheres se conformam mais fortemente do que os homens às normas sociolinguísticas que são explicitamente prescritas, mas se conformam menos do que os homens quando as normas não são explicitamente prescritas” (LABOV, 2001, p. 293). Segundo o autor, isso fica mais evidente se se falar em um comportamento “conformista” ou “não conformista” em variáveis sociolinguísticas estáveis, os falantes do sexo feminino mostram taxas mais baixas de variantes estigmatizadas e taxas mais altas de prestígio do que os falantes do sexo masculino, apresentando comportamento conservador e conformista, ou seja, em conformidade com as normas explicitamente estabelecidas (LABOV, 2001, p. 266).

De modo geral, Labov (2001) pontua que as mulheres são líderes da mudança, mas não por causa do seu gênero e sim em decorrência do seu comportamento não conformista. Para Labov (2001, p. 514), “a mudança linguística tem de ser interpretada como não conformidade às normas estabelecidas e que as pessoas rejeitam as mudanças na estrutura linguística quando tomam consciência delas”.

Sobre a importância da **faixa etária** nos estudos sociolinguísticos, é pertinente o ponto de vista de Mattos e Silva (2002) ao abordar que o trabalho com gerações conviventes permite conceber o momento exato de uma mudança em curso ou em processo.

O recurso de trabalhar com gerações conviventes permitiu à sociolinguística apreender mudanças em curso ou em processo, ou seja, permitiu captar o processo

de difusão da mudança na estrutura da língua e na comunidade de fala, o que até então não tinha sido alcançado porque, em geral, as teorias da mudança trabalhavam com a mudança no tempo histórico real. (MATTOS E SILVA, 2002, p. 299)

Além de trabalhar a mudança no tempo real, o modelo sociolinguístico permite a análise com base no fator faixa etária por meio do recurso do tempo aparente. Ao comparar gerações conviventes, os sociolinguistas podem verificar uma **variação estável**, isto é, a coexistência de formas alternáveis no sistema linguístico, ou uma **mudança em progresso**, ou seja, a permanência de apenas uma forma após um período de concorrência entre variantes.

O controle da variável faixa etária permite, então, a possibilidade de dois tipos de estudos sobre a mudança linguística: a mudança linguística em **tempo real** ou a mudança linguística em **tempo aparente**.

Segundo Paiva e Duarte (2003, p. 14-15), o estudo da mudança no tempo aparente está baseado no pressuposto de que diferenças linguísticas entre gerações podem espelhar desenvolvimentos diacrônicos, quando outros fatores se mantêm constantes. O comportamento linguístico de cada geração reflete um estágio da língua, com os grupos etários mais jovens introduzindo novas alternantes que, gradativamente, substituirão aquelas que caracterizam o desempenho linguístico dos falantes de faixas etárias mais avançadas. O tempo aparente baseia-se na hipótese de que uma variante linguística presente na fala de pessoas adultas ocorre com maior frequência na fala de seus filhos e aumentará gradativamente sua proporção na fala de gerações sucessivas. Consequentemente, poderá ocorrer a substituição da forma antiga pela forma nova, que se tornará categórica no âmbito da comunidade de fala.

Sobre o estudo da mudança em tempo real, pode ser de curta ou longa duração e permite recobrir aspectos que não podem ser detectados no estudo de tempo aparente, distinguindo mudanças que se produzem de forma gradual em toda a comunidade linguística daquelas que podem caracterizar a trajetória de comportamento linguístico do indivíduo ao longo da sua vida. Em tempo real de curta duração, essa distinção pode ser apreendida através do que Labov (1990) denominou **estudo de painel** e **estudo de tendência**. O estudo de painel, através da comparação de amostras de fala dos mesmos falantes em diferentes épocas, permite captar mudanças ou estabilidade no comportamento linguístico do indivíduo e pode fornecer elementos necessários para distinguir entre mudança geracional e mudança na comunidade. Já o estudo de tendência compara amostras aleatórias da mesma comunidade de fala, estratificada com base nos mesmos parâmetros sociais, em dois momentos do tempo. Mantida a exigência

de que cada amostra seja efetivamente aleatória, os falantes gravados podem ser considerados representativos da comunidade no momento da gravação e o resultado das amostras será equivalente ao estudo de toda a comunidade (PAIVA; DUARTE, 2003, p. 14-15).

A respeito da variável **classe social**, Labov (2008 [1972], p. 64) afirma que é difícil examinar a distribuição social da língua sem se deparar com o padrão de estratificação social que permeia a comunidade de fala. Para Labov (2008 [1972], p. 152), as forças sociais exercidas sobre as formas linguísticas são de dois tipos distintos. O autor as designa como *pressões vindas de cima* e *pressões vindas de baixo*. As pressões vindas de cima decorrem do processo explícito de correção social aplicado a formas linguísticas individuais, já as pressões vindas de baixo operam sobre sistemas linguísticos inteiros, em resposta a motivações sociais que são relativamente obscuras e mesmo assim têm a maior importância para a evolução geral da língua. Labov (2008 [1972], p. 336) considera que nem toda mudança linguística está vinculada a um grupo social particular e complementa que

[...] a diferença entre uma mudança em andamento e uma mudança avançada pode ser vista claramente às vezes no padrão da distribuição social. Uma mudança pode começar primeiro num grupo social localizado em qualquer ponto da hierarquia social. Enquanto ela está se desenvolvendo e se expandindo, ainda se pode ver o padrão em pirâmide através de diversas faixas etárias, com os valores mais altos nos falantes mais jovens do grupo original. Mas quando a mudança atinge um estado avançado, e todas as classes sociais são afetadas, ela frequentemente se torna estigmatizada e a correção social da fala formal começa a obscurecer o padrão original. Nesse caso, temos uma distribuição linear, com a classe social mais alta exibindo a menor frequência do traço estigmatizado na conversa cotidiana. (LABOV, 2008 [1972], p. 336-337)

O teórico, então, documenta o encaixamento da mudança linguística em um tipo de estrutura social: o sistema socioeconômico dos diferenciais de classe. A mudança não ocorre independente dos padrões de classe, ao contrário, o padrão inovador entra como uma cunha, com um outro grupo atuando como ponta de lança (LABOV, 2008, p. 339).

Votre (2004, p. 51-54) enumera quatro aspectos da escolarização que podem ser verificados na dinâmica social em que a escola interage e que podem estar associados à variação e mudança linguística: i) formas de prestígio e formas relativamente neutras; ii) fenômeno socialmente estigmatizado e fenômeno imune à estigmatização; iii) fenômenos objeto do ensino escolar e fenômenos que escapam à atenção normativa; e iv) fenômeno discursivo (ou no mais alto nível gramatical) ou fenômeno da gramática (níveis gramaticais intermediários entre o fonológico e o discursivo).

De acordo com Bortoni-Ricardo (2004, p. 48), “os anos de escolarização de um indivíduo e a qualidade das escolas que frequentou também têm influência em seu repertório sociolinguístico”. Esses fatores estão intimamente ligados ao estatuto socioeconômico na sociedade brasileira.

Discutiu-se desta seção que os estudos linguísticos e, principalmente, o estudo dos fenômenos linguísticos de variação e mudança devem considerar tanto fatores internos quanto fatores externos à língua, com a finalidade de interpretá-los e compreendê-los. Considerando a língua como um fato social, defende-se que o seu estudo deve pautar-se também na história social da comunidade de fala. Sendo assim, a próxima seção descreve a formação sócio-histórica do português brasileiro, discutindo questões sócio-históricas fundamentais: a diversidade de línguas e de culturas no Brasil; os fluxos migratórios; os tardios processos de urbanização e de escolarização no Brasil; a teoria da transmissão linguística irregular; e a hipótese de aproximação das normas culta e popular do PB.

3.2 A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Esta seção propõe-se discutir a formação sócio-histórica do português brasileiro, retomando e descrevendo o massivo contato linguístico que houve no Brasil durante a fase de colonização, responsável pela polarização e pela variação linguística do português que falamos. Partindo do pressuposto do contato linguístico, discute-se o panorama geral sobre a formação sócio-histórica do português brasileiro e a diversidade linguística que se instaurou no Brasil a partir da colonização portuguesa. Em seguida, abordam-se duas questões fundamentais na configuração social do Brasil: as tardias urbanização e escolarização. Trata-se, também, da hipótese da transmissão linguística irregular, que fez configurar variações e mudanças linguísticas na língua falada no Brasil; e, por fim, da polarização e da hipótese de aproximação das normas culta e popular do PB.

3.2.1 A história social e linguística do Brasil

Nos *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, Mattos e Silva (2004b) defende que os estudos sociolinguísticos no Brasil reúnam fatores sócio-históricos, demográficos, linguísticos do passado e do presente para explicitar e espelhar os processos

sócio-históricos e linguísticos que interagiram (e interagem) na constituição do português que falamos. A autora acredita que

(...) a reconstrução histórica do português brasileiro se movimentará tanto na recuperação da história social linguística do Brasil, e aí teremos de estar necessariamente ancilares à historiografia sobre o Brasil, palmilhando, certamente, os caminhos da *ars interpretandi*; palmilharemos também os caminhos da sociolinguística histórica ou sócio-história linguística, tentando – o que é difícil e muito difícil para o passado – a correlação entre fatores extralinguísticos e linguísticos, e ainda palmilharemos os caminhos previstos por teorias de mudança intralinguística, quer sejam segundo os modelos teóricos explicativos e considerados científicos da teoria da gramática de orientação chomskyana, quer sejam outros caminhos interpretativos que outras vertentes da linguística nos possam fornecer, mesmo que considerados hoje não-científicos, porque meramente descritivos. (MATTOS E SILVA, 2004b, p. 54)

Logo, para a sócio-história linguística do português brasileiro, é necessário promover estudos que descrevam os fatos históricos e sociais e focalizem a história das mudanças linguísticas ocorridas no sistema do PB, configurando o encaixamento da esfera social nos estudos linguísticos ou explicando os fatos sociais em que se encaixam essas mudanças. Para descrever a história do português do Brasil, Mattos e Silva (2004b, p. 58) delinea quatro campos de pesquisa para reconstruir uma história social linguística do Brasil: (i) o campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil; (ii) o campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica; (iii) o campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; e (iv) o campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro.

Neste trabalho, focalizam-se os campos (a) e (b) com a finalidade de pontuar as condições externas (históricas e sociais) que propiciaram o quadro sintático atual das estratégias de relativização do português brasileiro.

Para iniciar a discussão sobre a sócio-história do PB, todo e qualquer trabalho sociolinguístico enfatiza como gatilho principal o intenso contato linguístico que contextualizou a difusão da língua portuguesa durante a colonização. Muito estudiosos concordam que o

[...] expressivo contato da língua portuguesa com os falantes de línguas autóctones e, sobretudo, com os africanos, que adquiriram o Português em situações precárias, bem como a aquisição da língua portuguesa pelos imigrantes europeus e asiáticos, marcaram a história sociolinguística brasileira. Tais fatos só reforçam a crença de que esses contatos tenham sido importantes para a formação da realidade linguística

brasileira e que, portanto, são imprescindíveis para o entendimento acerca da língua que se fala no Brasil. (ARAUJO; ARAUJO, 2009, p. 116)

Além do expressivo contato entre línguas, fatores como a demografia histórica brasileira, os sucessivos processos migratórios na ocupação do território brasileiro, os fatos relativos à escolarização e à urbanização são questões cruciais para se compreender a história social do Brasil e a sócio-história do português brasileiro.

Segundo Houaiss (1985, p. 91), “o PB nasce com diversidade” e, ao ser concretizado, o cenário da colonização refletia o convívio de portugueses com diversos grupos indígenas, que falavam cerca de mil línguas, e com cerca de quatro milhões de africanos, que falavam cerca de duzentas línguas (LUCCHESI, 2009, p. 41).

Sabe-se que a colonização portuguesa no Brasil se insere no contexto de expansão das riquezas do império português, ao constatar a abundância de terras férteis no Nordeste brasileiro, com a exploração latifundiária e a monocultura do pau-brasil e da cana-de-açúcar. Os portugueses encontraram dificuldade para introduzir mão de obra indígena e este fato deu ensejo à introdução da figura negra no território brasileiro. Desse modo, a participação africana na colonização do Brasil foi mais acentuada do que a indígena, de maneira que é consensual entre os estudiosos a crença de que os africanos exerceram maior influência para a formação da realidade sociolinguística brasileira do que os indígenas. Esse fato não exclui a significativa presença de numerosos índios no Brasil e que não tenha exercido influências na formação do PB. (ARAUJO, 2014, p. 92).

A primeira situação de bilinguismo pode ser considerada quando os primeiros povoadores portugueses entraram em contato com índios que habitavam o litoral do Brasil e que falavam línguas do tronco tupi e tiveram que aprender tais línguas devido à superioridade numérica dos indígenas e à frequente miscigenação entre brancos e índias. Embora houvesse uma superioridade numérica, cerca de 85% das línguas indígenas vieram a desaparecer, seja “porque os seus falantes se integraram na sociedade nacional, ou porque foram dizimados intencionalmente ou por epidemias” (RODRIGUES, 1986, p. 91).

A generalização da língua portuguesa começou a se espraiair a partir da segunda metade do século XVIII e de acontecimentos da conjuntura sócio-histórica brasileira como a expulsão dos jesuítas no ano de 1759, por catequizarem usando a língua geral²⁰. Segundo Mussa (1991,

²⁰ Araujo (2014, p. 93-94), ao dialogar com a descrição de Silva Neto (1963 [1950]) sobre a história da língua portuguesa, propõe uma discussão sobre a generalização da língua geral e reflete que o processo de transmissão linguística irregular tenha se difundido também pelos indígenas e não só pelos africanos. Nas palavras da autora,

p. 152-153), “a língua geral foi a língua difundida nessa frente, não apenas língua de intercuro, mas materna das famílias luso-indígenas, enquanto o português era a língua da sociedade dos senhores de engenho”.

Sobre o cenário linguístico colonial, Mattos e Silva (2004a, p. 100) pontua que os principais “atores” linguísticos em concorrência seriam as línguas gerais indígenas, o português europeu, e o que a autora designou de “português geral brasileiro”, que teria como falantes principais os indígenas remanescentes que se integraram à sociedade nacional e os africanos e afrodescendentes. Esse cenário linguístico pode ser ilustrado pelo Quadro 1, elaborado por Mussa (1991, p. 163), onde se verifica a intensa presença de negros africanos e de seus descendentes na demografia histórica do Brasil e a extrema redução dos índios, considerando diversas fontes, inclusive o primeiro censo realizado no Brasil por José de Anchieta no ano de 1583.

Quadro 1 – Demografia histórica da sociedade brasileira, segundo proposta de Mussa (1991)

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Araujo (2014, p. 95)

Observa-se no Quadro 1 a configuração da sociedade brasileira entre os anos de 1538 e 1890 e destaca-se a presença do negro e dos mulatos, que aumenta com o passar dos anos, ao passo em que diminui drasticamente o número de índios integrados na sociedade. Esses números sustentam a hipótese de que a difusão do português no Brasil ocorreu pela fala africana, pois parece que a população africana “constituiu a força motriz para difundir o português no Brasil em detrimento das línguas indígenas e, mais ainda, que foi a responsável por generalizar as características motivadas pelo contato entre línguas na formação do PB” (ARAÚJO, 2014, p. 95).

havia a possibilidade de que “os mamelucos nascidos no período já estivessem implementando mudanças fonológicas e morfossintáticas induzidas pelo contato linguístico em decorrência de processos de transmissão linguística irregular do português”.

Venâncio (2007, p. 362) descreve o processo de colonização brasileira como “uma invasão de povos europeus e uma invasão forçada de povos africanos”, ao ilustrar as estimativas de migração para o Brasil, considerando portugueses e africanos.

Quadro 2 – Estimativas de migração para o Brasil apresentadas por Venâncio (2007, p. 362)

Período	Portugueses	Africanos
1651-1700	100.000	360.000
1701- 1800	800.000	1.700.300
TOTAL	900.000	2.060.300

Fonte: Araujo (2014, p. 96)

Ao visualizar o Quadro 2, constata-se que o negro foi figura centralizadora no processo de expansão e difusão da língua portuguesa no território brasileiro, já que em 1800 a população colonial contava com dois milhões de africanos e, do ponto de vista da formação da população colonial, Araujo (2014, p. 96) faz uma reflexão crítica ao pontuar que “a *América portuguesa* deveria se chamar *América africana*”.

Mattos e Silva (2008) afirma, então, que a massa africana escravizada, chegada ao Brasil, e seus descendentes tiveram de aprender uma outra língua, na oralidade, sem normatização escolar, a língua dominante da colonização: a língua portuguesa. A respeito dos dados demográficos expostos,

[...] pode-se admitir que o forte candidato para a difusão do que tenho designado de português geral brasileiro, antecedente histórico do atualmente designado vernáculo ou português popular, variante sociolinguística mais generalizada no Brasil, seriam os africanos e afrodescendentes, e não os indígenas autóctones, já que o português brasileiro culto, próprio hoje, em geral aos de escolarização mais alta, será o descendente do português europeu ou mais europeizado, das elites e dos segmentos mais altos da sociedade colonial. (MATTOS E SILVA, 2004, p. 102)

Ao evidenciar o multilinguismo da história sociolinguística brasileira, não é de surpreender que tenha havido mudanças linguísticas “de baixo para cima” (LABOV, 2008 [1972]). Ou seja, se haveria um maior contingente populacional de origem africana, grande parte das mudanças linguísticas que se sucederam no português brasileiro ocorreram “de baixo para cima”, a classe popular seria então percussora da variação e da mudança linguística do PB.

Além desses fatos demográficos sobre a configuração sociolinguística brasileira, outros dois fatores foram relevantes para a história social do Brasil: os processos tardios de urbanização e escolarização.

Sobre o processo de **urbanização** no Brasil, tem-se a noção recorrente acerca do passado rural do país. Para Cunha (1985, p. 17), o Brasil foi um vasto país rural durante mais de três séculos e suas cidades e vilas costeiras de pequena densidade demográfica e desprovidas de centros culturais importantes não exerciam influência nas longínquas e esparçadas povoações no interior. Dessa forma, a história brasileira foi alicerçada fora dos meios urbanos, pois a colonização portuguesa no Brasil teve por base a exploração agrária e a construção de uma sociedade ligada a sistemas de valores e costumes muito diferentes dos de sociedades urbanas industrializadas (ARAÚJO, 2014, p. 101). A introdução do cenário urbano no Brasil ocorre em 1850, com a fundação do segundo Banco do Brasil e do Banco Rural, a criação de estradas e o uso de técnicas modernas agrárias. Segundo Araujo (2014, p. 102),

[...] a incipiente população urbana dava continuidade a traços típicos da sociedade patriarcal e escravocrata, deixando de ser uma sociedade dividida em castas para sê-lo em classes, de forma que aqueles que queriam se identificar com a classe dominante reproduziam as peculiaridades da sociedade senhorial, oprimindo aqueles que foram maioria na demografia histórica brasileira: os africanos, indígenas e seus descendentes. Certamente, aí se explicam, em grande medida, as origens do preconceito linguístico no Brasil.

Para Lucchesi (2009, p. 52), a organização socioeconômica do Brasil entre o século XVI e o final do século XIX apresentava uma sociedade predominantemente rural, com modestos núcleos urbanos, que mantinham uma incipiente vida institucional, à qual só uma pequena elite tinha acesso. Já a grande maioria da sua população, que era constituída por índios, africanos e mestiços, era mantida sob a mais violenta exploração e totalmente segregada da vida institucional ou de qualquer cidadania. De acordo com Bortoni-Ricardo *at alii* (2008, p. 230), a cultura do letramento situava-se nos centros urbanos, enquanto que, no interior, se perpetuava uma cultura predominantemente oral. Ao referir Cândido (1964), as autoras consideram que

[...] o modo de vida no campo preservou os elementos da cultura caipira, condicionados pelas suas origens nômades e pela sua economia de subsistência. O processo de industrialização só começou no Brasil no final dos anos 40 do século XX. Inicia-se aí a segunda fase de urbanização. Segundo Pereira de Queiroz a ausência de uma base industrial nos séculos XIX e começo do século XX determinou que apenas algumas poucas cidades desenvolvessem um sistema social estratificado. Nas cidades

menores e em regiões mais pobres foram mantidas a uniformidade e a tradição do modo rural de vida.

A citação evidencia os primeiros traços delineadores de uma sociedade polarizada, em que, de um lado, têm-se os incipientes centros urbanos, com uma maior cultura de letramento e de estratificação social e, do outro, as cidades interioranas, com a tradição do modo rural. Para Araujo (2014), a expansão urbana e industrial e a modernização ainda não produziram efeitos bastante profundos para modificar a extrema desigualdade racial e social erigida no passado. Têm-se aí as bases da polarização sociolinguística brasileira, tão bem definida por Lucchesi (2001; 2002). Logo a urbanização no Brasil foi difundida por uma parcela da população, sem maiores oportunidades de contato com variedades cultas do português e sem contar com um sólido e eficiente sistema educacional – que poderia mais rapidamente levar à aquisição de estruturas mais próximas da norma padrão (ou seja, à aquisição de uma norma culta). Mantém-se, em grande escala, a realidade variável, heterogênea e polarizada do português (LUCCHESI, 2002, p. 76).

A **escolarização** no Brasil inicia-se no processo de catequização dos indígenas pelos jesuítas, difundido pela *Ratio Studiorum*²¹, o primeiro plano de estudos sistemáticos, tendo seu primeiro documento oficial publicado em 1599. Os índios foram catequizados com o objetivo de serem instruídos educacionalmente, recebendo apenas uma instrução elementar. O ensino sob tutela dos jesuítas prosseguiu entre os séculos XVI e XVII, mas esse quadro foi quebrado com a reforma pombalina na educação, em 1759. Os jesuítas foram expulsos de Portugal e de todos os espaços sob o seu domínio e o ensino, que era organizado em cursos, foi substituído por aulas aleatórias de retórica, grego, latim e filosofia²². Foi ainda instituída a cobrança do “subsídio literário bem como a criação do cargo de Diretor Geral. Porém essa reorganização só se deu após treze anos, ficando o Brasil sem políticas de ensino por mais de dez anos, portanto” (RIBEIRO, 1995, p. 34).

A primeira mudança considerável no quadro educacional e cultural no Brasil ocorreu com a chegada da família real ao Brasil, em 1808. Nesse período, houve a criação das primeiras unidades de ensino superior, com as faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, da Imprensa Régia e da Biblioteca Pública, embora o privilégio da educação ficasse em sua

²¹ De acordo com esse plano dos estudos jesuíticos, além das aulas elementares de ler e escrever, eram oferecidos três cursos: o de Letras, o de Teologia e o de Ciências Sagradas, de nível superior e destinado, principalmente, à formação de sacerdotes.

²² Conhecidas historicamente como *aulas régias*.

maioria detido nas mãos da elite. Sobre a implantação do ensino público, julga-se pertinente a consideração de Araujo (2014):

Nesse sentido, se o ensino jesuítico tinha pouco alcance social, essa situação, no Brasil, teria se agravado com as reformas pombalinas, que implantaram o ensino público sob responsabilidade direta da Coroa Portuguesa, uma vez que faltavam professores e as escolas não estavam em todas as localidades, de maneira que muitos acabavam recebendo as instruções por parte de seus próprios parentes ou por professores particulares, no próprio ambiente doméstico. (ARAUJO, 2014, p. 109)

Pontuam-se, então, as características iniciais da escolarização no Brasil: o ensino público era elitizado; havia uma precária escolarização na grande maioria da população; e parte do ensino era restrito ao âmbito privado ou doméstico, para quem tivesse condições de pagar aulas particulares. A partir da segunda metade do século XIX, no período pós-abolicionista e republicano, segundo Barros (2005), o olhar sob a escolarização desvia-se da classe elitista e das camadas médias em ascensão, fazendo-se necessário estimular a generalização da educação por motivos de mudanças socioeconômicas, pois, de uma cultura predominantemente oral, a urbanização crescente e as mudanças daí advindas demandavam a necessidade da escrita para se efetuarem as transações que esse sistema emergente criava. A educação da segunda metade do século XIX foi marcada pelo olhar dos governantes ao conceber a escola “como instituição apropriada para controlar as classes populares, diante das transformações sociais, e como canal de formação de cidadãos capazes de seguir o ideal civilizatório, nele contido o domínio da leitura e escrita por todos” (SANTANA, 2009, p. 79).

Nunes (2009) informa que a gratuidade da escolarização no Brasil começa com a Decisão nº 182 de 1825, em que o imperador D. Pedro I oficializava a adoção do método lancasteriano no ensino primário, método que tinha como objetivo tornar os operários dóceis e instruídos: ensinar a ler, escrever e contar, por meio de uma disciplina punitiva e cronometrada, dado que o tempo determinava todas as ações pedagógicas. As medidas para promover a instrução escolar continuaram a ser tomadas: em 1827, foi promulgada a Lei de 15 de outubro, que assegurava que deveriam existir escolas de Primeiras Letras em todos os locais; em 1832, diminuiu-se a idade mínima para o exercício do magistério de vinte e cinco para vinte e um; em 1835, foram criadas as Assembleias Legislativas Provinciais, que eram incumbidas de tratar de aspectos referentes à instrução pública, instância responsável por uma série de medidas referentes ao cotidiano escolar. Houve, portanto, uma expansiva disseminação da escolarização na Bahia no Período Regencial (ARAUJO, 2014, p. 112).

Embora houvesse uma aparente preocupação com a educação, os índices de analfabetismo na Bahia eram altos e só aumentavam: em 1872, o índice era de 81,9% e, em 1889, houve o aumento para 91,3%. No Brasil, com uma população de 4.600.000 indivíduos, o índice de analfabetos era de 80% entre a população livre, ou de 86% quando consideradas as mulheres; e, entre a população escrava, o índice de analfabetos era de 99,9% (BORIS FAUSTO, 1994, p. 137 apud MATTOS E SILVA; SOUZA, 2005, p. 2).

Em suma, essa breve descrição sobre a escolarização no Brasil atesta o fato de que este foi um processo tardio, já que o incentivo à educação da população brasileira – com o objetivo não tão nobre de controlar as classes populares – só começou a tomar espaço no início do século XIX. Os altos índices de analfabetos ao final do século XIX destacam a precária configuração educacional da época e revelam-se um *continuum* até depois da metade do século XX. Em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os resultados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), no que se refere à taxa de analfabetismo no Brasil, e, segundo a pesquisa, há 14,1 milhões de analfabetos no Brasil, na faixa etária acima dos quinze anos, o que corresponde a um percentual de 9,7% da população nessa faixa etária, o que se pode visualizar no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil

1970	33,60%
1980	25,5%
1991	20,1%
2000	13,6%
2009	9,7%

Fonte: Adaptação de Síntese de Indicadores Sociais - SIS (2000) e SIS (2010). (ARAUJO, 2014, p. 105)

Araujo (2014) afirma que essa defasagem em relação à escolarização da sociedade brasileira tem raízes no passado do Brasil, refletindo as políticas elitistas de educar para controlar e instruir com a finalidade do ideal civilizatório, executadas durante a época colonial e imperial e nos primeiros anos da República. Admitindo que as pessoas que tiveram acesso à escolarização foram os prováveis usuários das normas cultas do PB (...), é possível afirmar que, no Brasil, ainda existe uma situação sociolinguística bipolarizada, abrangendo o português culto e o português popular (ARAUJO, 2014, p. 106).

Desse modo, a língua portuguesa, na sua variante brasileira, predominantemente nas variantes populares e vernáculas, mas não apenas nelas, deve as suas características inovadoras,

em geral simplificadoras, em relação ao português europeu, tanto no plano sintático como no fônico, à forma como foi aprendida pela massa populacional predominante ao longo do período colonial: como segunda língua; com modelos defectivos da língua-alvo, a do colonizador, mas não tão defectivos que propiciassem a formação de um crioulo estável e generalizado; na oralidade; sem o controle normativo da escolarização (MATTOS E SILVA, 2004b, p. 107), já que este foi tardio e não era objetivo central das políticas públicas elitistas. Mattos e Silva (2004b) conclui que “a polarização sociolinguística marca o português brasileiro e, sem dúvida, reflete a nossa história passada que se projeta no presente”.

Sendo assim, acredita-se que o uso frequente da relativa cortadora no quadro atual do fenômeno das estratégias de relativização seja um exemplo desse caráter inovador e simplificado do sistema sintático do português brasileiro, em contraposição ao português europeu, resultado do processo de uma *transmissão linguística irregular*, hipótese postulada por Lucchesi e Baxter (2009) sobre a formação do PB e discutida na próxima seção.

3.2.2 A transmissão linguística irregular

A transmissão linguística irregular tem sido uma hipótese considerada ao explicar fenômenos inovadores do português brasileiro, distanciando-o da variedade europeia do português, em decorrência do contato entre línguas: o português, as línguas africanas e as línguas indígenas. Vários estudiosos concordam que o modelo defectivo da língua-alvo usado pelos africanos e pelos indígenas ao adquirirem a língua portuguesa como segunda língua não foi tão defectivo a ponto de propiciar a formação de um crioulo estável e generalizado. A respeito dessa discussão, é válida a assertiva de Araujo (2014, p. 75):

Embora já tenha havido muitas defesas acerca de uma possível origem crioula para o português popular brasileiro – desde o célebre estudo de Coelho (1880 *apud* Tarallo, 1993) –, atualmente, é consensual, mesmo entre os estudiosos que defendem a importância de fatores extralinguísticos, a postulação de que o intenso contato entre línguas diversas e ininteligíveis na sócio-história do PB não chegou a acarretar a formação de um crioulo prototípico e sim um processo de transmissão linguística irregular. Em outros termos, a hipótese da existência de um crioulo no passado linguístico brasileiro encontra-se desacreditada, estando em seu lugar a de que houve condições sócio-históricas específicas no Brasil que levaram a que mudanças ocorressem na estrutura da língua portuguesa na sua condição de língua transplantada, sem que tivesse havido uma simplificação total na sua gramática, a ponto de gerar outra língua, tal como ocorre em situações típicas de crioulização.

Estudos sobre o português brasileiro desencadearam duas hipóteses a respeito da sua gênese: a hipótese da transmissão linguística irregular e a hipótese da deriva secular. Dessa

forma, a hipótese da transmissão linguística irregular, como uma hipótese interpretativa para a gênese do português brasileiro, não é aceita de forma unânime por todos os estudiosos e é contestada por aqueles que defendem uma explicação intrassistêmica, presa a fatores internos à estrutura da língua portuguesa.

Não se intenta fazer uma ampla explanação da deriva secular, apenas diferenciá-la em comparação com a transmissão linguística irregular. A hipótese da **deriva secular** segue a postulação de Sapir (1949 [1921]) de que “a língua se move ao longo do tempo (...) e tem uma deriva, [de modo que] as mudanças dos próximos séculos estão em certo sentido prefiguradas em certas tendências não perceptíveis no presente” (SAPIR, 1949 [1921], p. 150-1, apud NARO; SCHERRE, 2007, p. 26). Naro e Scherre (2007, p. 47), ao defenderem a deriva secular para explicar a realidade linguística brasileira, acreditam que o PB “antes da colonização do Brasil já possuía uma deriva secular que a impulsionava ao longo de um vetor de desenvolvimento. No Brasil, este vetor se encontrou com forças que reforçavam e expandiam a direção original”, forças essas que seriam intrassistêmicas e internas à língua; isto é, os fenômenos inovadores do PB teriam origem unicamente na antiga deriva secular das línguas indo-europeias em geral, e das línguas românicas em particular, em direção a uma gramática com menos flexão (NARO; SCHERRE, 2007, p. 50). Diferentemente da hipótese da deriva secular, a **transmissão linguística irregular** configura-se como uma interpretação sócio-histórica contextualizada dos fenômenos inovadores característicos do PB, desencadeados pelo contato entre línguas.

Em termos iniciais, a mudança drástica no sistema sintático do PB pode ser explicada pelo processo de *transmissão linguística irregular*, postulado originalmente por Guy (1981) e ampliada por Lucchesi e Baxter (2009). Os autores acreditam que a TLI, durante a fase de colonização do Brasil, foi resultado do maciço contato linguístico entre a língua portuguesa, as línguas indígenas e as línguas africanas, fatores cruciais para a formação sócio-histórica do português brasileiro. Para os autores, o cenário linguístico da época resultou em uma transmissão linguística irregular, isto é,

[...] um processo em que a língua do grupo dominante – no caso, a língua portuguesa –, denominada língua de superstrato ou língua-alvo, se impõe, de modo que os falantes das outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições bastante adversas de aprendizado, em função de sua sujeição e marginalização. (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 101)

Vale ressaltar que a transmissão linguística irregular e a criouliização típica são processos diferentes. A transmissão linguística irregular constitui um *continuum* de níveis diferenciados de socialização e nativização de uma segunda língua (L2) adquirida de forma mais ou menos imperfeita, em contextos sócio-históricos específicos, como o caso da língua portuguesa no Brasil. Já a criouliização típica se situa no extremo desse contínuo, numa situação em que o acesso à língua de superstrato é extremamente reduzido, desencadeando um processo de reestruturação linguística independente, cujo resultado é a formação de uma nova língua qualitativamente distinta dessa língua: a língua crioula. Porém, mesmo no setor crioulo do contínuo, a natureza dinâmica dos fatores externos que condicionam a transmissão linguística irregular definem resultados diversos, alguns mais radicais, outros menos radicais (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 109).

Lucchesi e Baxter (2009) explicitam que, quando adultos falantes de línguas diferenciadas e mutuamente ininteligíveis são forçados a adquirir uma L2 emergencialmente em função de relações comerciais e/ou sujeição, a variedade dessa língua-alvo (LA) que se forma apresenta uma forte redução em sua estrutura gramatical, já que só são mantidos os elementos essenciais para as funções básicas de comunicação²³. Essa redução deve-se à três motivos: (i) à dificuldade de acesso dos falantes das outras línguas aos modelos da LA; (ii) ao fato de os falantes de outras línguas serem adultos, sem os dispositivos inatos que atuam no processo de aquisição da língua materna; e (iii) à ausência de uma ação normatizadora.

Para justificar o processo da TLI, Lucchesi e Baxter (2009) abordam os aspectos linguísticos que podem ser desencadeados em decorrência do contato linguístico e da aquisição defectiva da LA pelos falantes dominados. Segundo os autores, a característica essencial da situação de contato linguístico massivo, abrupto e radical é a redução da gama das funções desempenhadas pela comunicação verbal e uma perda de matéria gramatical da LA que atinge sobretudo as estruturas mais abstratas, de menor funcionalidade comunicativa e de certa semântica mais tênue ou menos transparente – como no caso das estratégias de relativização. Dessa forma, a variedade linguística emergente do processo de TLI possuiria dois níveis de estruturação, explicitados com a seguinte citação:

²³ Araujo (2014, p. 77) resume que, na Crioulística, uma comunicação inicial é mediada por um vocabulário sucinto denominado tecnicamente de **jargão** e que, na literatura sobre o assunto, a visão de que o processo de evolução desse código emergencial se dava na seguinte ordem: *jargão* > *pidgin* > *crioulo*. Ou seja, pressupunha-se que, a partir desse vocabulário reduzido, que desempenhava funções comunicacionais muito restritas, e com grande erosão gramatical, surgiria uma **língua pidgin**, desde que se mantivesse a situação de contato à proporção que fosse ocorrendo o incremento de redes de comunicação verbal e por fim seria desenvolvido o **crioulo**.

Pode-se pensar, então, em dois níveis de estruturação da variedade linguística que emerge no processo de transmissão linguística irregular. Num plano mais profundo, estaria a constituição das estruturas de base da gramática, em que concorrem os dispositivos da faculdade da linguagem com as estruturas das línguas de substrato e do superstrato, que, consoante o contexto sócio-histórico, vão fornecer o *input* para o processo de expansão e, eventualmente, de nativização. Por outro lado, também na constituição dessas estruturas, ocorrerá a seleção dos itens lexicais que vão desempenhar suas funções e expressar os seus valores. (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 117)

Os autores explicam ainda que as estruturas derivadas de mudanças ocorridas em situações de contato linguístico resultam da não incorporação de morfologia e de elementos gramaticais da língua de superstrato, o que ocorre na fase inicial do processo de TLI, combinada com a reestruturação gramatical da nova variedade linguística. Partindo desse pressuposto, Lucchesi e Baxter (2009, p. 121) determinam os processos que caracterizam a formação de uma variedade linguística numa situação de contato propícia à TLI, sendo eles: (i) a não aquisição/incorporação ou variação no uso de morfologia flexional e palavras gramaticais; (ii) a gramaticalização de itens lexicais para preencher as lacunas na estrutura linguística; (iii) a transferência funcional que acomoda itens lexicais do superstrato em funções gramaticais da língua do substrato; e (iv) a alteração dos valores dos parâmetros sintáticos em função de valores não marcados²⁴ (como no caso da estratégia cortadora e da estratégia com lembrete).

Por fim, concluem que a definição dessas características fundamentais do processo de TLI é crucial para poder avaliar com mais precisão as reais consequências linguísticas dos processos históricos de contato entre línguas que não resultaram na formação de um crioulo típico, mas que nem por isso deixaram de interferir decisivamente na formação das variedades da LA que surgiram nesse tipo de situação. Desse modo, a formação do português popular brasileiro deve ser compreendida como um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, e não como um processo de transmissão linguística irregular radical, que está na origem das línguas pidgins e crioulas típicas (LUCCHESI; BAXTER, 2009). Partindo da leitura da seguinte citação, os autores propõem que o estudo da hipótese da TLI deve estar atrelado a fatores linguísticos e sociais, para se compreender a complexa realidade sociolinguística brasileira:

²⁴ No que se refere à alteração dos valores dos parâmetros sintáticos, os autores postulam que é possível pensar numa situação de variação em que convivem, na comunidade de fala, duas ou mais gramáticas, em função da marcação diferenciada dos valores de seus parâmetros.

Para se determinar a influência dos processos de transmissão linguística irregular no muito vasto e complexo universo sociolinguístico brasileiro, é preciso levar em conta, por um lado, o item da estrutura linguística que está sendo focalizado, a sua função mais ou menos abstrata, sua transparência semântica e o valor mais ou menos marcado do parâmetro sintático em jogo; tendo, sempre, como referência os modelos transplantados da variedade linguística europeia; e, por outro lado, a comunidade de fala em que esse item é analisado, o que implica considerar o grau de contato linguístico por que essa comunidade passou, a sua exposição aos modelos linguísticos difundidos institucionalmente etc. (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 123)

Se a língua portuguesa no Brasil foi realmente adquirida em condições bastante adversas por um aprendizado marginalizado, isso pode explicar e corroborar o desuso da relativa *pied piping* e a ascensão da relativa cortadora no português brasileiro a partir do século XIX, como foi apontado e constatado por Tarallo (1983).

Segundo Lucchesi (2015b, p. 85), o desaparecimento da *pied piping* na gramática dos brasileiros poderia ser interpretado como um reflexo do processo de simplificação morfológica, advindo dos processos de TLI. Dessa forma, pretende-se explicar o fenômeno das estratégias de relativização como uma mudança sintática ocorrida em decorrência das situações de contato linguístico, que propiciaram uma transmissão linguística irregular da língua portuguesa pelo território brasileiro. Partindo do caráter bipolarizado do PB, a próxima seção discute a hipótese de aproximação das normas culta e popular dessa variedade do português, postulada por Mattos e Silva (2004b).

3.2.3 A hipótese de aproximação das normas culta e popular do PB

Estudos têm mostrado que o isolamento leva à diversidade linguística, enquanto a mescla de populações leva à uniformidade linguística (LABOV, 2008 [1972], p. 173). Na formação sócio-histórica do Brasil, houve muita confluência da zona rural com os centros urbanos, sendo que o passado histórico do país é profundamente rural, visto que os grandes centros urbanos se localizavam na costa e grande parte do país se difundiu pela vasta imensidão do interior. Com a expansão da indústria, um grande contingente populacional advindo do interior migrou para os centros urbanos, sendo íntima, pois, a mescla e a interação de pessoas que falavam, de um lado, a norma culta e, do outro, a norma popular. Esta seção discute, pois, os conceitos de norma linguística dentro da realidade linguística brasileira e a possível uniformidade linguística advinda da aproximação das normas culta e popular do PB, postulada por Mattos e Silva (2004b).

De acordo com Araujo (2014), a ampla aquisição e difusão do português como segunda língua, por uma aprendizagem voltada para a necessidade comunicativa e comercial, livre de normatização, foi o pilar inicial do português brasileiro. Dessa maneira, o berço da polarização sociolinguística do Brasil concentrava-se nos centros urbanos, em que, de um lado, subsistia o português “emergencial” ou “modificado”, falado pela população contingente e marginalizada do país e, de outro, o português idealizado a partir dos padrões linguísticos e culturais lusitanos, falado pela elite brasileira da época.

Lucchesi (2015a, p. 22) pontua que a divisão da língua falada no Brasil espelha a situação atual do país. Para o autor, as raízes dessa clivagem linguística são, contudo, mais profundas e alcançam os primórdios de sua história nacional, de sua formação sócio-histórica, que está intrinsecamente ligada à escravidão, projeto colonial português na América. Complementa ainda que

[...] durante quatro séculos, um terço da população do Brasil, formada por senhores europeus, implementou um projeto colonial baseado na escravidão da população autóctone e dos povos africanos. Essa violenta divisão original da sociedade brasileira deu ensejo a um fosso linguístico entre a língua do colonizador e as centenas de línguas faladas por indígenas e africanos. (LUCCHESI, 2015a, p. 22-23)

Considera-se assim que a realidade sociolinguística brasileira está baseada na polarização de duas normas, a norma culta da elite letrada (ou a língua do colonizador) e a norma popular socialmente marginalizada (originada do português falado como segunda língua pelos indígenas e africanos e difundida por seus descendentes). De acordo com Lucchesi (2015a), a oposição sociolinguística entre as classes sociais não ocorre somente em função da diferença no comportamento linguístico dos seus membros mas também a partir da avaliação que fazem dos diversos usos da língua e de como as mudanças linguísticas se alastram em cada segmento da sociedade.

Faraco (2008, p. 40) define que **norma** é o termo que usamos, nos estudos linguísticos, para designar os fatos de língua usuais, comuns, correntes numa determinada comunidade de fala. Isto é, designa o conjunto de fatos linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de uma certa comunidade, incluindo os fenômenos em variação. Complementa que, na sociedade brasileira, tão diversificada e estratificada, há inúmeras normas linguísticas e cita exemplos: normas características de comunidades rurais tradicionais, aquelas de determinada ascendência étnica, normas características de grupos juvenis urbanos, normas características de populações das periferias urbanas etc.

O autor defende que não existe uma norma “pura”, porque as normas absorvem características uma das outras, tornando-as hibridizadas e há sempre sobreposições, desdobramentos e entrecruzamentos entre elas. Acrescenta que a linguística histórica tem demonstrado que o contato e a hibridização das normas são fatores que favorecem o desencadeamento de mudanças linguísticas – no âmbito desta pesquisa, pode-se pensar que a relativa cortadora tenha sido desencadeada por esse processo de hibridização de normas. Assim como não há uma norma “pura”, não há também nenhuma norma estática.

Partindo do pressuposto de que a realidade sociolinguística brasileira é polarizada e divide-se em duas normas linguísticas, uma culta e outra popular, acredita-se que, nos centros urbanos, essas normas estejam caminhando para uma aproximação do uso vernacular, como consideraram Lucchesi (2001) e Mattos e Silva (2004b). Araujo (2014) infere que

[...] houve uma aproximação dos extremos dialetais brasileiros, em função da “modernização” do país, com a criação de indústrias e de rodovias, com uma maior interação entre as camadas baixas e altas da escala socioeconômica nacional, que podem estar agindo como um centro irradiador linguístico ou, até mesmo, como “homogeneização” de normas, diminuindo o abismo que separava, nitidamente, a fala das pessoas das camadas populares da fala das pessoas das camadas médias e altas. (ARAÚJO, 2014, p. 170)

Os fatores dessa aproximação linguística entre as normas urbanas originam-se, de acordo com Lucchesi (2001, p. 107), no século XIX, que se configura como um período de significativas mudanças no panorama cultural e linguístico das camadas mais baixas da população brasileira, iniciado pelo massivo deslocamento da população do campo para a cidade, invertendo-se totalmente o predomínio de uma sociedade rural. Para o autor, há algumas décadas, o Brasil é um país eminentemente urbano, cujas metrópoles exercem intensa influência sobre as demais regiões. Além dessa reconfiguração social, a expansão rodoviária e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa também contribuíram para a tendência da mudança do português popular em direção aos modelos da norma culta. De modo geral, a compreensão da formação sócio-histórica da língua no Brasil como um processo constituído por duas grandes vertentes pressupõe uma interação e uma mútua influência entre essas duas vertentes (LUCCHESI, 2001, p. 125).

Essas discussões serão retomadas posteriormente, de modo que são relevantes para a compreensão do *corpus* analisado e dos resultados encontrados, pois se acredita que esteja ocorrendo essa mútua influência entre as normas culta e popular faladas em Feira de Santana-

BA, que se constitui em um polo urbano com uma forte confluência do polo rural, por situar-se num entroncamento rodoviário extenso.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Este capítulo teve como objetivo inicial introduzir o estudo da mudança linguística, sustentando que a teoria mais completa ao explicar as mudanças linguísticas é a teoria da variação e da mudança linguística, já que correlaciona fatores internos e externos à língua na interpretação os dados de um determinado fenômeno. Em seguida, foi realizada uma discussão sobre a formação da história social e linguística, considerando o intenso contato linguístico, as tardias urbanização e escolarização para contextualizar o caráter polarizado da realidade sociolinguística brasileira. Por fim, discutem-se duas hipóteses basilares para a explicação do português brasileiro e da mudança sintática ocorrida no fenômeno da relativização: a transmissão linguística irregular e a aproximação das normas culta e popular do PB. De modo a suscitar uma análise coerente, os pontos relevantes desse capítulo estão pontuados a seguir:

- i. Um estudo linguístico deve considerar as dimensões sociais e heterogêneas das línguas;
- ii. O estudo dos fenômenos linguísticos de variação e mudança devem considerar tanto fatores internos quanto fatores externos à língua, com a finalidade de interpretá-los e compreendê-los;
- iii. Os cinco problemas concernentes aos fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística propiciam o entendimento acerca da mudança linguística;
- iv. Consideram-se relevantes os estágios da mudança e os princípios gerais para uma teoria da variação e da mudança linguística para se compreender a mudança sintática no fenômeno das estratégias de relativização do português brasileiro;
- v. Das variáveis sociais discutidas, a variável **faixa etária** é a que melhor explica a mudança, principalmente pela questão do tempo aparente, já que uma variante linguística presente na fala de pessoas adultas ocorre com maior frequência na fala de seus filhos e aumentará gradativamente sua proporção na fala de gerações sucessivas;
- vi. A respeito da variável classe social acredita-se que o fenômeno estudado nesta pesquisa – o da relativa cortadora – é um tipo de mudança *vinda de baixo para cima*;
- vii. A formação sócio-histórica do Brasil evidencia o multilinguismo da realidade sociolinguística brasileira e esse fato deve ter mediado mudanças linguísticas “de baixo para cima”; a classe popular seria então percussora da variação e da mudança linguística do PB;

viii. Os tardios processos de urbanização e escolarização no Brasil dão ensejo à polarização sociolinguística do português brasileiro e, sem dúvida, refletem a nossa história passada que se projeta no presente (MATTOS E SILVA, 2004b);

ix. O processo de transmissão linguística irregular é a hipótese que melhor explica o fenômeno das estratégias de relativização como uma mudança sintática ocorrida em decorrência das situações de contato linguístico e da difusão defectiva da língua portuguesa pelo território brasileiro;

x. A compreensão da formação sócio-histórica da língua no Brasil como um processo constituído por duas grandes vertentes – o da norma culta e o da norma popular – pressupõe uma interação e uma mútua influência entre essas duas vertentes (LUCCHESI, 2001, p. 125) e acredita-se que esteja ocorrendo uma mútua influência entre as normas culta e popular faladas em Feira de Santana-BA, propiciando uma aproximação de normas linguísticas (MATTOS E SILVA, 2004b).

4 A COMUNIDADE DE FALA

Discutiu-se no capítulo anterior o aporte teórico da Sociolinguística Variacionista e o quadro sócio-histórico de formação do português brasileiro, refletindo sobre temas pertinentes como a transmissão linguística irregular e a hipótese de aproximação das normas culta e popular do PB. Por sua vez, este capítulo aborda a sócio-história do município de Feira de Santana-BA, evidenciando suas particularidades históricas, culturais, geográficas, demográficas, políticas e socioeconômicas, informações que podem contribuir para a pesquisa e a análise sociolinguísticas sobre as estratégias de relativização nas normas culta e popular do português falado no referido município.

A escrita deste capítulo partiu da premissa de que a investigação sociolinguística, além de ser subsidiada por teorias linguísticas, é pautada em informações sócio-históricas, fatos culturais, geográficos e político-econômicos da comunidade de fala que tornam possíveis a interpretação e a explicação dos dados obtidos com a fala dos informantes. A fala dos informantes, em uma pesquisa sociolinguística, se constitui como fonte de *corpus*. É, pois, um retrato em tempo aparente ou real da língua que é falada em determinada comunidade de fala, reunindo as experiências sócio-históricas dessa comunidade. Sendo assim, fixa-se uma concordância com Câmara Jr (1985) ao expressar que a língua – como fala de informantes – é instrumento da projeção cultural de um povo. É nela que se encontra “a síntese do geográfico com o social” (CARDOSO, 2010, p. 12). Estabelecida no âmbito da Sociolinguística Variacionista, adota-se a seguinte definição para o termo *comunidade de fala*:

Comunidade de fala para esse modelo teórico-metodológico não é entendida como um grupo de pessoas que falam exatamente igual, mas que compartilham traços linguísticos que distinguem seu grupo de outros; comunicam relativamente mais entre si do que com os outros e, principalmente, compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem (LABOV, 1994 [1972], p. 87).

Este capítulo está assim subdividido: na primeira seção, são introduzidas as principais características de Feira de Santana, sua localização geográfica e informações gerais sobre o município, a exemplo de dados sobre sua população, distância entre o município e a capital, principais rodovias que cruzam a cidade, municípios circunvizinhos, a região em que está inserida; na segunda seção, descreve-se a história do município de Feira de Santana, fazendo um percurso pelos principais embates sociais, políticos e econômicos que a cidade enfrentou durante sua formação, ao constituir-se como “a Princesa do Sertão” e o segundo maior

município da Bahia; a terceira seção aborda alguns aspectos demográficos sobre a cidade, dados sobre povoação e crescimento populacional, escolarização, demais informações estatísticas consideradas relevantes para a compreensão acerca da formação do município, além de alguns dados sócio-históricos e demográficos sobre os contatos linguísticos na Bahia; e, por fim, a quarta seção reúne as considerações finais sobre o capítulo.

4.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DE FEIRA DE SANTANA-BA

Localizada no interior do estado da Bahia, Feira de Santana é a segunda maior cidade do estado, ficando atrás apenas da capital Salvador, sendo a distância entre a capital e a sede do município de apenas 108 km. Possui características de “cidades grandes e desenvolvidas” e, de acordo com o último censo, tem uma população de 556.642²⁵ habitantes, com estimativa de 627.477 habitantes para o presente ano. Dessa forma, segundo Araujo (2014, p. 124), possui uma população mais numerosa do que nove capitais brasileiras: Aracaju-SE, Boa Vista-RR, Cuiabá-MT, Florianópolis-SC, Macapá-AP, Palmas-TO, Porto Velho-RO, Rio Branco-AC e Vitória-ES.

Por se encontrar em um dos principais entroncamentos rodoviários e por ser o ponto de intersecção de diversas rodovias que cortam o Norte-Nordeste brasileiro, “é uma cidade de fácil acesso [...], funcionando como ponto de passagem do tráfego viário com destino a cidades do Brasil e a cidades do próprio Estado” (ARAUJO, 2014, p. 124-125). Comumente chamada de *Feira*, a localização da cidade em um entroncamento rodoviário facilita a circulação e a presença de pessoas de vários estados brasileiros e de várias cidades do interior da Bahia. Vale ressaltar que, no início de sua formação sócio-histórica, Feira de Santana constituía um lugar de passagem de viajantes, vaqueiros e tropeiros, pois nela localizava-se a *Estrada das boiadas*, por onde eram conduzidos animais que seriam comercializados em Cachoeira, Santo Amaro e Salvador.

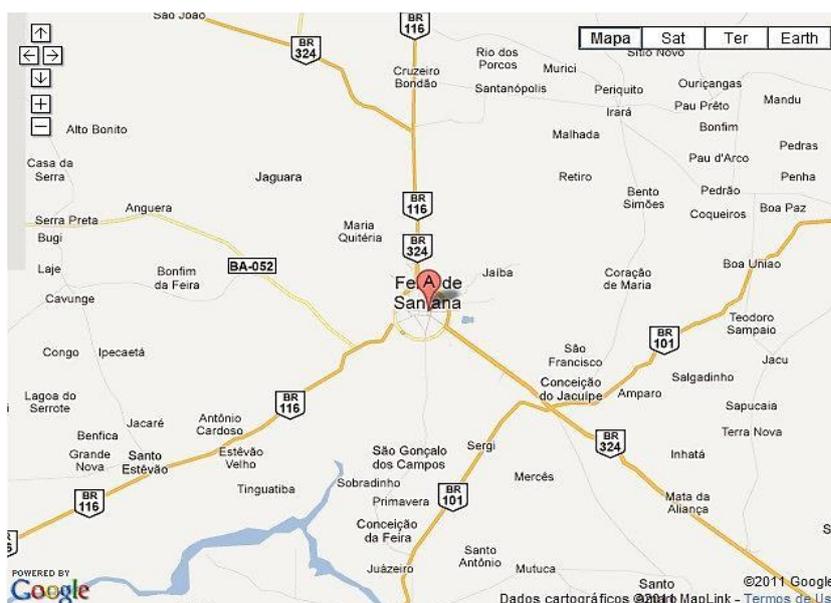
O município possui um grande centro comercial, o que chama a atenção de pessoas de diversas localidades do interior da Bahia. A sede divide-se em bairros, tem como avenidas principais a Getúlio Vargas, a Presidente Dutra, a João Durval e a Maria Quitéria. Possui oito distritos no entorno da sua região, a saber: Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro (antigamente denominado Ipuacu), Humildes, Jaquara, Jaíba, Maria Quitéria

²⁵IBGE, Censo demográfico (2010).

(antigamente São José das Itapororocas), Matinha²⁶ (antigo povoado do distrito de São José das Itapororocas, denominado Matinha dos Pretos) e Tiquaruçu.

Conforme mencionado, a cidade configura-se como um entroncamento rodoviário e, por esse motivo, há o entrecruzamento de quatro grandes BRs: a BR 116 Norte, a BR 116 Sul, a BR 324 (que dá acesso à capital do estado, Salvador) e existe o acesso à BR 101. Esse entrecruzamento rodoviário pode ser visualizado na Figura 2, a seguir.

Figura 2 – Representação espaço-geográfica do entroncamento rodoviário no município de Feira de Santana-BA



Fonte: Google Maps, imagem retirada de Araujo (2014, p. 125).

A Figura 2 permite observar as principais rodovias que interligam Feira de Santana às outras cidades do interior da Bahia e de outros estados do Brasil e estas à Feira de Santana. Visualiza-se também a localização dos municípios circunvizinhos e a sede do município, que está localizada na circunferência do Anel do Contorno²⁷.

²⁶ Passou a ser considerado distrito de Feira de Santana a partir de 2008, com o Decreto nº 7.462, de 21 de fevereiro de 2008.

²⁷ Embora a cidade esteja representada no mapa pelo diâmetro do Anel do Contorno, a cidade cresceu para além dos limites dessa circunferência, devido à expansão imobiliária que se acelerou nas últimas cinco décadas.

Araujo (2014, p. 126) acrescenta que a cidade é sede de uma das duas regiões metropolitanas existentes na Bahia: a Região Metropolitana de Salvador (RMS)²⁸ e a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS). A RMFS, sancionada durante o Governo de Jacques Wagner em 06 de julho de 2011, entrou em vigor no dia 07 de julho do mesmo ano, data da publicação do Decreto no Diário Oficial do Estado. Já que a distância entre as duas cidades é de apenas 108 km, as duas regiões metropolitanas são vizinhas e há municípios vizinhos que pertencem a diferentes regiões metropolitanas, como o município de Amélia Rodrigues, pertencente à Região Metropolitana de Feira de Santana, e o município de São Sebastião do Passé, localizada na Região Metropolitana de Salvador.

Seis municípios de diversas sub-regiões da Bahia fazem parte da Região Metropolitana de Feira de Santana: Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Tanquinho, São Gonçalo e Feira de Santana, resultando um total de 672.701 habitantes. Serão incluídas à RMFS as cidades de Anguera, Antônio Cardoso, Candéal, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Serra Preta e Riachão do Jacuípe, após a segunda fase de incorporação (ARAUJO, 2014, p. 126).

Se por ser um grande polo comercial e educacional, todas as cidades que estão incorporadas ou incorporarão a RMFS e as cidades do interior da Bahia estão próximas ao município feirense e:

[...] mantêm estreitas relações comerciais com Feira de Santana, estando os seus moradores em frequentes contatos, alguns trabalhando e morando em cidades vizinhas, recorrendo a Feira de Santana quando precisam de serviços médicos, educacionais, comerciais e de lazer especializados. (ARAUJO, 2014, p. 126)

Segundo informações retiradas de Araujo (2014) e do site *Wikipédia*²⁹, concluída a segunda fase de incorporação da RMFS, a Região Metropolitana de Feira de Santana contará com uma população estimada de 914.650 habitantes. Sendo assim, somando as duas regiões metropolitanas da Bahia, a RMFS e a RMS contarão com uma população de 4.929.855 cidadãos, quase 5 milhões de habitantes.

De acordo com o IBGE, a população de Feira de Santana cresce em média de 80 a 120 mil habitantes por década, um número bastante expressivo. A população do município está

²⁸ A Região Metropolitana de Salvador compõe os municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Dias d'Ávila, Simões Filho, Candeias, S. Francisco do Conde, Madre de Deus, Itaparica, Vera Cruz, Pojuca, São Sebastião do Passé e Mata de São João.

²⁹ Informação disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Feira_de_Santana>. Acesso em 8 nov. 2017.

assim subdividida: 91,7% dos habitantes vivem na zona urbana e apenas 8,3% na zona rural; 52,6% dos habitantes do município são mulheres e 47,4% são homens. Feira de Santana está localizada em uma zona de transição entre o Recôncavo Baiano e a região do Semiárido (agreste baiano), embora carregue o título de “Princesa do Sertão”³⁰. Essa zona de intersecção entre o Recôncavo (“o litoral mais próximo”) e o Semiárido (o Sertão baiano) pode ser melhor visualizada na Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Localização do município de Feira de Santana no estado da Bahia



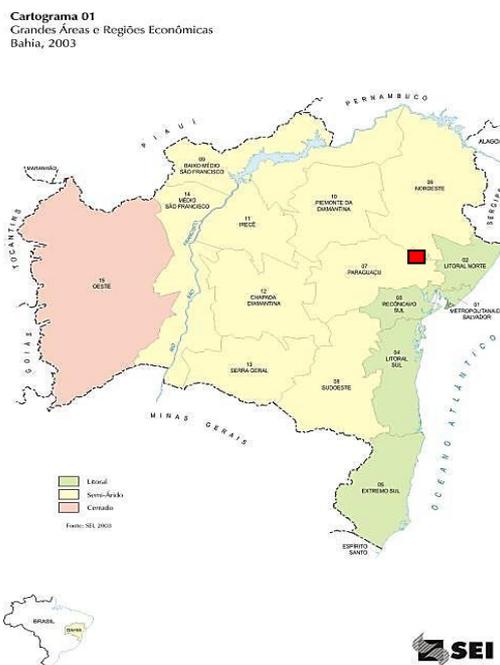
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Feira_de_Santana

O mapa da Figura 3 delimita a posição geográfica de Feira de Santana, ilustrando a localização singular em que se encontra o município, entre o litoral, o Recôncavo baiano³¹ e o Sertão. Desse modo, a cidade funciona como um portal para a região do semiárido e do Sertão baiano, fato que, segundo Araujo (2014, p. 127), “pode significar uma riqueza em suas normas linguísticas, vindo a abrigar características peculiares dos falares do interior e do litoral”. Parte dessa singularidade o interesse de investigar as normas culta e popular do português falado em Feira de Santana-BA, considerando a distinção entre a língua da costa e a do interior, destacada por Silva Neto (1963 [1950]) ao estudar o período de formação do PB dentro de um contexto bipolarizado. Feira de Santana está localizada na região conhecida também como *Região do Paraguaçu*, no contexto das grandes áreas e das quinze regiões econômicas da Bahia, em que a maioria está presente na região semiárida, representada em amarelo, na Figura 4, a seguir.

³⁰ Título conferido por Ruy Barbosa ao visitar a cidade em 1919.

³¹ O Recôncavo Baiano é a região geográfica localizada em torno da Baía de Todos os Santos, abrangendo não só o litoral mas também toda a região do interior circundante à Baía.

Figura 4 – Grandes Áreas e Regiões Econômicas da Bahia



Fonte: SEI³² (2003), imagem retirada de Araujo (2014, p. 128)

Antes de descrever a formação sócio-histórica da comunidade de fala, é interessante compreender como ocorreu o processo de povoamento da Bahia, e, particularmente, da Região do Semiárido, concentrando-se na microrregião do Paraguaçu, com o intuito de obter informações a respeito da configuração social e das pessoas que habitaram esses espaços, quais grupos sociais ocuparam a região e quais contatos influenciaram a formação sócio-histórica da Bahia.

4.1.1 O processo de (re)ocupação da Bahia e da Região do Paraguaçu

Discute-se nesta seção o processo de (re)ocupação da Bahia e também da Região do Paraguaçu, onde está localizado o município de Feira de Santana-BA. Fala-se em (re)ocupação, pois, como assinala Almeida (2005, p.48), Flexor (1996) utiliza o termo *(re)ocupação* pelo fato de os indígenas já terem habitado o território da Bahia antes da colonização portuguesa. A discussão sobre o processo de ocupação faz-se relevante ao considerar que informações extralinguísticas acerca da configuração social e populacional que foi consolidada em

³² Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

determinado território possam explicar questões linguísticas, como bem justifica Almeida (2005).

A meu ver, a consideração de aspectos que definem o processo de ocupação de terra e conseqüentemente o “tipo” de ocupantes, o tipo de contato entre as pessoas envolvidas na ocupação e produção rural baiana, é relevante para os estudos sociolinguísticos, porque fornece indícios sobre a forma de interação e contatos linguístico-culturais distintos, e sobre o avanço e a consolidação da língua portuguesa nessa região. (ALMEIDA, 2005, p. 46)

É inegável a contribuição do tema aos estudos sociolinguísticos, uma vez que cada comunidade de fala, inserida em um território geográfico que passou por um processo ocupacional distinto, foi marcada por uma configuração sócio-histórica própria e singular. Somando à discussão sobre o processo de (re)ocupação do estado à sócio-história da comunidade de fala em questão, busca-se “uma melhor compreensão dos aspectos que influenciaram a formação e a caracterização atual da realidade linguística feirense” (ARAÚJO, 2014, p. 129).

O processo de urbanização da Bahia assemelha-se ao que ocorreu em todo o território brasileiro: os primeiros centros urbanos encontravam-se na região litorânea e costeira do Brasil e, com o passar dos séculos, a Coroa Portuguesa expandia sua colonização interior adentro, como indica Leão (1989). Ao expandir-se, a urbanização gerou centros administrativos, instituições de serviços religiosos, área de plantações, fazendas de agropecuárias e de exploração mineral e quilombos, além de antigos aldeamentos indígenas (CARNEIRO; ALMEIDA, 2006, p. 434). Se o português brasileiro foi formado em um contexto linguístico plural com falantes de diversas etnias, essa diversidade é também notável no processo de urbanização e interiorização da Bahia, que, por sua vez, resultou na diversidade territorial do Estado.

A costa litorânea da Bahia, configurando-se em um centro político-econômico, predominou até o final do século XVII, mesmo que a Coroa Portuguesa tenha ordenado a criação de povoações pelo Recôncavo e, conseqüentemente, a oferta de serviços jurídicos à população.

Sobre o domínio da região costeira durante o processo de colonização portuguesa, Araujo e Araujo (2009) afirmam que os elementos urbanos apresentavam uma localização definida pela maritimidade durante os dois primeiros séculos de (re)ocupação da província da Bahia. Por motivos de facilidade de transportes, era muito mais preferível estar próximo ao mar a estar no interior, onde não havia estradas e havia a presença de aldeamentos aborígenes, dos

quais alguns eram canibais. O interesse em explorar o interior surgiu com o cultivo da cana-de-açúcar, do fumo, do café e de outros produtos alimentícios no Recôncavo, majoritariamente onde hoje se localizam os municípios de Cachoeira, Valença e Nazaré (ARAÚJO; ARAÚJO, 2009, p. 110).

Ao contrário de outras regiões interioranas, o Recôncavo Baiano possuía maior facilidade de acesso, seja por via marítima ou fluvial. Somando a proximidade do Recôncavo à Baía de Todos os Santos com a riqueza de suas terras, a ocupação portuguesa nessa região foi efetivada. Sobre a riqueza dessas terras e sua fertilidade, se sobressai a citação de Vilhena (1969, p. 175).

[...] sem contradita, o melhor terreno da comarca é o que se designa pelo nome de Recôncavo; e assim se chama uma porção de superfície de seis a dez léguas de largura, que rodeia, em quase toda a sua extensão, a magnífica baía, que a província tem nome; ela pode ter trinta léguas de circuito. É ali que se estabeleceram, desde há três séculos, vastos engenhos de açúcar e fazem-se grandes culturas de tabaco, que tornarão sempre esta região do Brasil a mais opulenta do Império. Um solo negro, que os habitantes chamam de massapé, e cuja fertilidade, tornada proverbial, apreze inexaurível, é o que principalmente reserva à cultura da cana-de-açúcar.

A partir da leitura da citação, o Recôncavo é definido como sendo um território que rodeia a Baía de Todos os Santos em quase toda a sua extensão; em adição, é uma região que abrange não só o litoral mas também toda a região do interior circundante à Baía. Foi por essa característica geográfica que o Recôncavo se configurou como uma região fértil e economicamente produtiva. Segundo Araujo (2014, p. 130), todos os municípios da região estão localizados na parte côncava da Bahia, voltados para o interior do Estado, o que pode ter dado origem ao nome *Recôncavo*.

Brandão (2007, p. 54) informa que a região do Recôncavo Baiano compõe quarenta municípios: Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Almeida, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dias D'Ávila, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Itanagra, Itaparica, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Maragogipe, Mata de São João, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Salinas da Margarida, Santo Amaro da Purificação, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Gonçalo dos Campos, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Varzedo, Vera Cruz e Salvador.

Duas características marcaram (e marcam) o Recôncavo: a fertilidade do solo e a abundância de águas. Para Araujo e Araujo (2009, p. 111), “além da qualidade do solo, favorável ao cultivo da cana-de-açúcar, a proximidade com o porto da cidade da Bahia favorecia

uma significativa concentração de engenhos espalhados pelo Recôncavo”. Outra informação relevante é a de que três importantes rios deságuam no Recôncavo: o *Jaguaripe*, o *Subaé* e o *Paraguaçu*. Segundo os autores, no passado, esses rios propiciavam uma relação comercial e intercambiável entre diversas cidades do interior e do interior para a capital, com a circulação de pessoas e a comercialização de animais e produtos. Sobre as diferentes atividades econômicas da região, é pertinente a citação de Brandão (2007, p. 53).

O Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que mesmo uma unidade fisiográfica [...]. [Aos] caracteres fisiográficos correspondeu uma diferente utilização do solo, que, ainda hoje [1959], de certo modo perdura. Os solos pobres do cristalino serviram a culturas alimentares, tanto no Norte quanto no Sul. Os tabuleiros terciários foram o habitat ideal para o fumo. A série Santo Amaro deu o fofo massapê, onde há quatrocentos anos se planta incessantemente a cana-de-açúcar. Esta, aliás, em período de maior procura, desbordou seu limite ecológico e avançou por áreas diferentes, sobretudo as da formação São Sebastião, mas tem recuado, conquanto as usinas continuem guardando essas terras como reservas de lenha para suas fornalhas. A unidade do Recôncavo provinha e provém [1959] das relações mantidas de longa data entre suas várias porções com vocação e atividade diferentes (Recôncavo canavieiro, Recôncavo fumageiro, Recôncavo mandiogueiro e da cerâmica, sem falar nas zonas pesqueiras beirando mais proximamente o litoral, e do Recôncavo ao norte da cidade, servindo-a de lenha e carvão vegetal) [parêntesis no original].

A exploração do Recôncavo se limitou às atividades agrícolas, haja vista que não foram encontradas pedras, metais preciosos e/ou especiarias. Como mão de obra para o trabalho nas diferentes atividades agroexportadoras, a região recebeu uma grande quantidade de escravos. Dessas atividades agrícolas, a principal era a canavieira e, com as grandes plantações de cana-de-açúcar, foram criados inúmeros latifúndios no Recôncavo, transformando-o em um importante centro produtor de açúcar da Colônia, contabilizando uma presença significativa de africanos e afrodescendentes. Azevedo (1957) revela que, no início do século XVII, “o Recôncavo já se achava povoado havendo mãos de 90.000 pessoas, sendo destas 50.000 escravos”. Esse fato favoreceu a criação de três vilas que integrariam a rede urbana do Recôncavo, incluindo a capital Salvador: *Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe*, *Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira* e *São Francisco da Barra de Sergipe do Conde* (ARAÚJO, 1970). No século seguinte, foram criadas as vilas de *Santo Amaro da Purificação*, de *São Bartolomeu de Maragogipe*, de *Abrantes do Espírito Santo e da Abadia*. Portanto coaduna-se com Araujo (2014) ao presumir que o cultivo da cana-de-açúcar teve um importante papel no processo de urbanização do Recôncavo Baiano.

Outra informação relevante é a quantidade de engenhos no Recôncavo entre os séculos XVI e XIX: para o século XVI, Soares de Souza (1938) registrou 36 engenhos; no início do século XVIII, Antonil (1982) fez uma estimativa de 146 engenhos de açúcar, uns localizados à beira-mar e outros Recôncavo adentro; por último, há o registro de Araujo (2006), que evidenciou 1018 engenhos no século XIX, registrados no livro de “Matrícula dos Engenhos da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais”, entre 1807 e 1874, na província da Bahia. Araujo (2014, p. 133) aponta que, “nos termos de Salvador, São Francisco do Conde e Santo Amaro, concentravam-se 55% dos engenhos localizados no Recôncavo e, conseqüentemente, um grande contingente de escravos”. Esses dados são observados no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Distribuição dos Engenhos na Comarca da Bahia

TERMOS	Nº DE ENGENHOS	%
BAHIA (SALVADOR)	167	20,7
SÃO FRANCISCO	141	17,5
SANTO AMARO	136	16,8
CACHOEIRA	88	10,9
AGUA FRIA	81	10,0
ABADIA	62	7,7
MARAGOGIPE	48	5,9
JAGUARIPE	44	5,5
ABRANTES	24	3,0
ITAPIRUCU	16	2,0
Total	807	100,0

Fonte: Araujo (2006, p. 99)

O Quadro 4 mostra que grande parte dos engenhos está localizada no centro urbano da Bahia, Salvador, e, também em duas cidades do Recôncavo, São Francisco e Santo Amaro. Segundo Araujo (2006, p. 99), a existência de engenhos nas freguesias da cidade de Salvador permite verificar que há uma aproximação entre as áreas urbana e rural. Isso se justifica pelo fato de que era possível encontrar engenhos nas chamadas “freguesias urbanas”, mesmo que a maioria dos engenhos estivesse concentrada nas chamadas freguesias “rurais” da cidade. Como exemplo de freguesias urbanas estão registradas as de *Nossa Senhora da Vitória*, *Santo Antônio Além Carmo* e *Nossa Senhora das Brotas*.

A presença de engenhos nas freguesias urbanas da cidade da Bahia poderia ser explicada pelo aspecto rural também presente em algumas dessas freguesias, que abrigavam inúmeras roças, chácaras e fazendas, remetendo ao caráter rural da sociedade brasileira. A quantidade de

engenhos nas freguesias urbanas do termo da cidade da Bahia está distribuída no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Distribuição dos engenhos nas freguesias da cidade da Bahia

TERMOS	Nº DE ENGENHOS	%
SÃO PEDRO NO SAUIPE DA TORRE	37	22,2
SENHOR DO BONFIM NA MATA	20	12,0
N S DA ENCARNAÇÃO EM PACÉ	20	12,0
SANTO AMARO DA IPITANGA	14	8,4
N S DA PIEDADE EM MATOIM	10	6,0
N S DO Ó EM PARIPE	10	6,0
S MIGUEL EM COTEGIPE	06	3,6
SANTO ANTONIO ALÉM CARMO	04	2,4
SANTO AMARO EM ITAPARICA	04	2,4
SÃO BARTOLOMEU EM PIRAJÁ N	03	1,8
N S DA VITÓRIA	02	1,2
N S DAS BROTAS	02	1,2
S. VERA CRUZ EM ITAPARICA	01	0,6
OUTROS (PRÓXIMOS A RIOS)	34	20,3
Total	167	100,0

Fonte: Araujo (2006, p. 100)

Dos engenhos da freguesia urbana, distribuídos no Quadro 5, a maioria deles estava localizada em *São Pedro no Sauípe da Torre* (37 engenhos), *Senhor do Bonfim da Mata* (20 engenhos), *N. Senhora da Encarnação em Pacé* (20 engenhos) e *Santo Amaro da Ipitanga* (14 engenhos). Sobre os engenhos da freguesia urbana, nota-se o fato de que, na freguesia de *Nossa Senhora da Piedade em Matoim*, foram realizadas duas avaliações de escravos de acordo com Pinho (1982), “que deixa bem evidente uma realidade social marcada pelo contato de povos e culturas, entre estes, o das línguas em contato, sobressaindo a diversidade de línguas africanas” (PINHO, 1982 apud ARAUJO, 2014, p. 134). A primeira avaliação foi feita em 15 de março de 1811, em que foram listados 82 escravos etnicamente distribuídos da seguinte forma: 13 crioulos, 28 pardos, 16 da costa, 7 *jejes*, 4 mulatos, 3 *nagôs*, 2 *angolas* e 1 *mina*. A segunda avaliação foi realizada em 14 de fevereiro de 1832, com uma redução significativa do número de escravos para menos da metade, sendo arrolados 34 escravos: 15 crioulos, 13 pardos, 9 *cabras*, 4 *ussás*, 4 mulatos, 4 *jejes*, 2 mestiços, 1 *mina* e 1 *mendobi*.

Com base nas duas avaliações realizadas no referido engenho freguesia, é possível inferir que o território da Bahia foi ocupado por pessoas de diversas etnias, resultando um

contexto de contato linguístico diversificado e plural, o que certamente influenciaria, e mais ainda, favoreceria variações e mudanças na estrutura da língua portuguesa, devido à transmissão linguística irregular e à precária aprendizagem por parte dos africanos. Dessa forma, o Recôncavo se configura como “uma grande nação” e uma das “encruzilhadas étnicas” que ocorreu no Brasil (MENDES, 2007). De modo assertivo,

[...] tal organização social desautoriza quaisquer afirmações genéricas acerca de uma realidade linguística una e indivisível para o PB bem como para a região do Recôncavo da Bahia, para a qual se pode veicular a princípio uma situação linguística polarizada: de um lado, aqueles que se encontravam no topo da pirâmide com acesso à educação e, do outro, uma grande maioria da população alijada da educação, visto que não tinha como custear os estudos no Colégio dos Jesuítas e sua conclusão na Europa. (ARAUJO; ARAUJO, 2009, p. 116)

Portanto o Recôncavo se configura como um significativo representante do contexto linguístico polarizado que circundou a formação sócio-histórica do PB, ratificando os pressupostos pioneiros de Silva Neto (1963 [1950]) e as considerações de Lucchesi (2001; 2015a) sobre a língua portuguesa falada no Brasil, ao relatar que a divisão original da sociedade brasileira em duas realidades linguísticas, ou melhor, em dois polos, deu ensejo a um fosso linguístico entre a língua do colonizador e as centenas de línguas faladas por indígenas e africanos (LUCCHESI, 2015a, p. 22-23).

Para além do Recôncavo, que serviu como espécie de portal para o povoamento do território baiano, acredita-se que seja necessária também a discussão sobre o processo de constituição sócio-histórica de outras regiões do estado, com o objetivo de “buscar elementos que venham a elucidar a formação do PB” (ARAUJO, 2014, p. 135). Feita uma breve descrição da (re)ocupação do Recôncavo, é pertinente centrar-se no (re)povoamento do Semiárido Baiano, em que se encontra a Região do Paraguaçu, microrregião onde Feira de Santana está inserida.

Em sua obra sobre a “história do Sertão e seus tabaréus [...]”, Boaventura (1989) realizou um profícuo estudo sobre a formação e o desenvolvimento da aristocracia rural nos sertões da Bahia e, primordialmente, na região em que nasceu. Nesse estudo, o autor defende que há uma clara distinção entre a região do Recôncavo e a região do Semiárido. Nas palavras do autor,

[...] se, geograficamente há quem alargue até os nossos Campos das Itapororocas o Recôncavo, até mesmo além, social e economicamente se define o Recôncavo apenas no estreito limite dos engenhos levantados na terra de Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e Jaguaripe. Depois destas lindes, já não há mais Recôncavo no ponto de vista que se apresenta neste trabalho. Outra vida, outra economia, outra cultura. É sim,

o domínio integral da civilização do pastoreio. É a amplidão própria para o eco triunfal e forte da voz do vaqueiro. (BOAVENTURA, 1989, p. 16)

Fica evidente que, enquanto o Recôncavo dominava a cultura do engenho e das atividades agroexportadoras, para Boaventura (1989), a região do Semiárido se configura como “outra vida, outra economia e outra cultura”, já que, por entre as suas terras, ecoa a forte voz do vaqueiro e se sobressai a “civilização do pastoreio”. Sendo Feira de Santana o portal do Semiárido baiano, o ponto de transição e intersecção entre o Recôncavo e o Sertão propriamente pastoril, logo já não se ouvia “[...] gritos histéricos de feitores sádicos, mas sim da melopeia do aboiado, conduzindo a vida e o rebanho para a alegria do Sertão imenso” (BOAVENTURA, 1989, p. 17), estando em evidência a voz e, conseqüentemente, a fala do vaqueiro, uma norma vernacular e popular.

Além das diferentes características iniciais entre as duas regiões, é notável a ênfase na relação diferenciada entre escravos e senhores nas duas localidades baianas. De modo consistente, Araujo (2014) pontua que, enquanto para a região do Recôncavo, Freyre (1980 [1933]) retrata fidalgos que “comumente viviam nas costas dos negros, que não só suavam por eles nas plantações de cana e nas caldeiras dos engenhos, como ainda os carregavam nas redes e cadeirinhas de arruar”, Boaventura (1989) registra uma relação menos hierárquica entre senhores e escravos na região do Semiárido.

O povoamento do interior da Bahia foi marcado por um contexto de subsistência, autonomia de abastecimento e mercado regional com produtos excedentes (ARAUJO, 2014, p. 138). Segundo Neves (2008), essa nova configuração social que integrou diversas regiões do interior – incluindo as regiões do Semiárido e do Paraguaçu – resultou num sistema socioeconômico baseado na subsistência e nas necessidades básicas da população, ao contrário da monocultura latifundiária e escravagista do colonizador. Logo os sertanejos

[...] para subsistirem numa zona sujeita a secas prolongadas, distante cerca de 800 quilômetros do Recôncavo, o litoral acessível mais próximo, homens se integraram no convívio social, econômico, político e cultural, associados a outros grupos semelhantes, e formaram comunidades mais amplas, que alargaram as fronteiras com suas tropas e boiadas para além do desconhecido. (NEVES, 2008, p. 84)

Nas áreas sertanejas da Bahia, as principais atividades de subsistência eram centradas nas práticas de escambo (uma troca comercial de produtos excedentes entre as comunidades, sem o envolvimento de moeda ou equivalência de valor) nas feiras livres e, principalmente, na

pecuária, que foi firmada como um dos principais fatores de povoamento dos sertões brasileiros (NEVES, 2008, p. 185).

O vínculo do interior com o litoral ficava restrito à circulação de pessoas ao comercializar o excedente da produção em feiras de produtos e/ou gado, não havendo estradas, mas “unicamente trilhas feitas pelos cascos de animais” (APEB³³, 1862, apud NEVES, 2008, p. 213).

Esse mesmo contexto favoreceu o desenvolvimento e o povoamento de Feira de Santana-BA, que teve início na terceira fase da pecuária, quando a criação de gado se tornou autônoma da agricultura e o gado não serviria mais apenas para carregar as safras da monocultura açucareira (ANDRADE, 1990, p. 44).

O povoamento do interior da Bahia tem a sua origem datada no final do século XVI, paralela ao regime colonial português das Capitânicas Hereditárias, no qual se registra a distribuição de sesmarias, principal sistema agrário da época que deveria ser utilizado para a formação de atividades agrícolas com o objetivo de suprir as demandas do mercado europeu e povoar as terras não ocupadas pela Colônia. Andrade (1990) aponta que a distribuição das sesmarias era uma forma de garantir a ocupação portuguesa e a posse de terras; a doação de sesmarias no Sertão baiano tinha o objetivo de “dividir para povoar”. Assim, Araujo (2014, p. 138) considera que, “paralelamente à extração do pau brasil e do cultivo da cana-de-açúcar no litoral, a ocupação portuguesa no Brasil passa pela distribuição de terras no interior”.

Em resumo, Oliveira (2005, p. 106) relata que a ocupação do Sertão pelos colonizadores ocorreu com a pecuária bovina introduzida na década de 1540, intensificada a partir de 1550, cujos objetivos eram a extração de couro e a produção de carne para o abastecimento dos engenhos açucareiros e a ocupação propriamente dita do território.

Embora a Coroa Portuguesa decretasse que as sesmarias seriam distribuídas “a quaisquer pessoas, de qualquer condição, com tanto que fossem christãos” (POMBO, s.d., p. 14), muitas das terras, no começo do sistema sesmeiro, eram doadas para aqueles que fossem dotados de posses, família tradicionais e nobres da Colônia. De acordo com Nozoe (2005, p. 6), “firmava-se entre nós o princípio de só se conceder terras em sesmaria àqueles que alegavam possuir os meios para explorá-las e fundar engenhos”.

Das principais sesmarias distribuídas no Brasil colonial, registra-se o apossamento concretizado no interior da Bahia por meio de duas famílias, a sesmaria da família Dias

³³ Associação dos Procuradores do Estado da Bahia.

d'Ávila e a sesmária da família Guedes de Brito, recebidas no século XVI. Araujo (2014, p. 139) informa que

[...] os d'Ávila foram possuidores do maior latifúndio das Américas, a Casa da Torre (*Morgado da Casa da Torre*), com sede na atual Praia do Forte (município de Mata de São João, na Bahia), atingindo até o Piauí e há quem afirme que até o Maranhão. Já os Guedes de Brito edificaram o *Morgado da Casa da Ponte*, tendo expandido as sesmarias recebidas pela família, muitas vezes, pela conquista de territórios indígenas.

A principal atividade em ambas as propriedades era a pecuária, com a criação de enormes rebanhos. A autora conclui que, na prática, poucas sesmarias foram doadas nos sertões da Bahia, pois as terras adquiridas pelas famílias funcionaram como arrendamento e foram passadas de geração em geração, embora essa prática fosse ilegal, conforme Neves (2008, p. 104).

Por mais que as sesmarias tenham sido distribuídas entre os nobres e famílias tradicionais, houve a necessidade de ampliar a ocupação de terras e a exploração de lugares de difícil acesso, é o que informa Oliveira (2005, p. 108).

[...] mesmo com a relativa abundância da carne, precisava-se de outros gêneros para garantir a ocupação, o que era suprido pela agricultura de subsistência com a utilização do trabalho livre e semilivre, a partir da presença de ex-escravos, vaqueiros, agregados, índios catequizados e seus descendentes que desbravavam a caatinga, descobrindo os melhores locais para a instalação das fazendas.

Em adição as informações trazidas por Oliveira (2005), Lima (1988) relata que “ao lavrador de poucos recursos, analfabeto e desprovido de meios para influenciar os governantes, convinha a posse das faixas situadas entre os limites das grandes propriedades” (LIMA, 1988, p.46) ou, no caso dos mais arrogantes, a migração para “as paragens mais distantes dos núcleos de povoamento, em demanda de terras que, de tão remotas, ao senhor de fazendas lhe não valia ainda a pena requerer de sesmária” (LIMA, 1988, p. 47).

Com a leitura do fragmento de Oliveira (2005), é possível destacar que a ocupação do Sertão e da Região do Semiárido foi configurada em um contexto plural e étnico, escravos libertos, vaqueiros, agregados, índios catequizados e seus descendentes, além de famílias nobres e tradicionais, foram os primeiros a povoar esse território. Esse fator é considerado um dos ensejos da formação sócio-histórica da Região do Semiárido e, conseqüentemente, da formação linguística que nela se desenvolveu.

Em síntese, a respeito do povoamento da Bahia, destacam-se como pertinentes as seguintes informações: a ocupação do território baiano por pessoas de diversas etnias, o que

favoreceu a situação de contato linguístico diversificado e plural; a distinção entre a região do Recôncavo, marcada por uma monocultura agrária e escravagista, e a região do Semiárido Baiano, em que sobressai a criação de gados e sua comercialização; a formação de uma nova configuração social nas regiões do interior da Bahia, baseando-se na subsistência e nas necessidades básicas da população, com as atividades de escambo e as feiras livres; e a distribuição de sesmarias no Sertão baiano, com o objetivo de povoar terras não ocupadas pela Colônia.

Dentro desse contexto de expansão do interior da Bahia, inicia-se o povoamento da cidade de Feira de Santana-BA. Logo a próxima seção descreve a formação sócio-histórica do município de Feira de Santana, trazendo questões de ordem social e política que marcaram a constituição histórica e o desenvolvimento da cidade, marcada por uma transição de contexto rural para um contexto urbano, fortemente atrelado à migração de pessoas advindas do Norte e Nordeste do Brasil, antes considerada “Celeiro do Progresso”, agora “Princesa do Sertão”.

4.2 FEIRA DE SANTANA: A PRINCESA DO SERTÃO

Discutiu-se, no Capítulo 3 desta dissertação, que a pesquisa sociolinguística deve considerar a história social da comunidade de fala (LABOV, 1994 [1972]). Assim, outro tema que se faz necessário discutir é a formação sócio-histórica do município de Feira de Santana-BA.

Feira de Santana-BA, comumente e carinhosamente conhecida como “Feira”, tem sua origem situada no contexto de ocupação e povoamento do estado da Bahia e da Região do Semiárido pela Coroa Portuguesa. O município desenvolveu-se a partir da expansão do interior inicialmente difundida pela Colônia e posteriormente pelos sertanejos bandeirantes. Dentre os estudos sobre as origens do povoamento de Feira de Santana-BA, destacam-se os estudiosos Poppino (1968), Godofredo Filho (1976), Galvão (1982), Boaventura (1989), Andrade (1990), Oliveira (2000) e Freire (2011), que desmitificaram o discurso sobre a história de Feira de Santana ser tradicionalmente associada ao casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão.

De acordo com Poppino (1968), o município feirense se originou na fazenda do casal Barbosa e Brandão no século XVIII, em torno de uma capela erguida pelo casal em homenagem aos santos padroeiros a quem eram devotos. Segundo Poppino (1968, p. 20), o casal como “bons cristãos, construíram uma capela próxima da casa de residência, dedicada a Santana e a São Domingos”. A capela foi se tornando ponto de encontro para o povo do distrito e ponto de

parada para os viajantes que transitavam para Salvador, Santo Amaro e outros lugares do Recôncavo. No mesmo local, passou a existir uma feira periódica que comercializava produtos para a comunidade circunvizinha, de onde surgiram as primeiras relações econômicas e sociais da região, dando origem à Feira de Santana.

Em contrapartida a essa história tradicional em torno do casal, há estudos que situam as origens do povoamento do município no século XVII. É o que argumenta Andrade (1990) ao defender que a história sobre Feira de Santana possui dois pontos de partida: o primeiro seria o mito em torno do casal Barbosa e Brandão e o segundo seria o silêncio pela omissão de João Peixoto Viegas nesse percurso histórico. Segundo Andrade (1990), o bandeirante português foi banido como personagem principal da história de Feira de Santana pelo fato de ter sido um cristão novo, uma vez que Araújo e Brandão eram católicos “fervorosos”. Araujo (2014, p. 140) descreve que

João Peixoto Viegas foi um português que veio ao Brasil e conseguiu angariar grande prestígio na Colônia, tendo exercido, inclusive, vários cargos importantes, como o de tesoureiro e provedor da Santa Casa de Misericórdia, escrivão das Bulas, vereador, juiz ordinário, entre outros. Contudo é possível afirmar que um dos motivos de sua prosperidade, além da influência dos laços que mantinha com a Coroa, foi a sua capacidade de guerrear e, em algumas vezes, de “apaziguar” o enorme contingente de índios paiaias que habitavam a região. Segundo apontam estudos históricos, acumulou muitas terras, após ter comprado, por volta de 1650, a Sesmaria dos Tocós das mãos de João Lobo Mesquita, que, por sua vez, havido comprado dos Guedes de Brito. A sesmaria incluía os Campos das Itaporocas, Jacuípe e Água Fria. No sítio das Itaporocas (atual distrito de Maria Quitéria), João Peixoto Viegas e sua família construíram sobrados, casas e fazendas, formando o Morgado de São José, que deu origem ao arraial e freguesia do mesmo nome. Mais tarde, no século XVIII, por questões de herança é que os descendentes da família de Peixoto Viegas dividiram a sesmaria em fazendas, sendo uma delas a que deu origem à fazenda Sant’Ana dos Olhos d’Água, de propriedade do casal Barbosa/Brandão.

A respeito do povoamento de Feira de Santana, a intensa atividade pecuária e comercial propiciou um apurado tráfego de pessoas pela redondeza geográfica da cidade, destacando-se como principal a figura do vaqueiro³⁴, certamente de origem indígena ou africana, índios ou negros libertos integrados nas relações socioeconômicas, ou, ainda, portugueses de origem não nobre (ARAÚJO, 2014, p. 141). A autora complementa que, “de um lado, havia fazendeiros, comerciantes, representantes da Igreja e do Estado e militares graduados subordinados aos modelos advindos de Portugal; do outro, vaqueiros, roceiros, meeiros e escravos”. Para Araujo (2014), esse segundo grupo adquiriu o português como língua materna a partir de um modelo

³⁴ A autora acrescenta que é mais seguro afirmar que, pelo menos até o início do século XVII, os vaqueiros tinham uma origem indígena, já que os índios possuíam mais habilidades em embrenharem-se pelos caminhos do Sertão. Após esse período, os vaqueiros deveriam ser mestiços, com ascendência indígena, negra ou mesmo branca.

adquirido como segunda língua por seus pais. Essa característica sócio-histórica do município indica a realidade linguística polarizada, postulada por Lucchesi (2001) ao argumentar que, de um lado, havia uma elite concentrada nos incipientes centros urbanos que seguiam os modelos de uso da língua portuguesa e, de outro, havia grandes contingentes de índios “aculturados” e africanos escravizados que adquiriam a língua em condições precárias nas imensidões do interior.

Para Poppino (1968), as origens da população feirense têm estreitas relações com a da costa, mais do que com a do interior da Bahia. O autor aponta alguns fatos demográficos da época: os índios desapareceram do município de forma rápida, antes do ano de 1950, mesmo tendo havido uma miscigenação com negros e índios; apenas 10% da população feirense tinham ascendência europeia, pois, ao contrário do que houve na costa – onde grande parte dos fazendeiros era de origem portuguesa –, os portugueses naturalizados da Europa constituíam uma raridade na região de Feira de Santana; europeus de outros países apenas vieram para a região no século XIX, mas muito poucos, devido à construção da ponte em Cachoeira. Em suma, o autor salienta que pessoas de ascendência europeia sempre constituíram uma minoria em Feira de Santana, representando, em 1950, não mais do que um décimo dos habitantes do município e os mulatos constituíam a maioria da sua população.

Um quarto da população era formada por negros, enquanto o restante se constituía de mulatos. No particular, o município representava bem o Estado como um todo, porque os mulatos predominavam na população da Bahia. (POPPINO, 1968, p. 309)

Retomando a realidade polarizada da população, em que parte dela era representada por uma elite dos modelos portugueses e outra parte por vaqueiros, escravos e roceiros, Poppino (1968, p. 79-80) propõe que a composição racial da sociedade feirense do século XIX era subdividida em quatro estratos e defende que a origem racial indicaria a ocupação do povo do município: i. O estrato dos fazendeiros, comerciantes, os representantes da Igreja e do Estado e militares graduados, que eram considerados brancos mesmo apresentando traços visíveis de ascendência índia ou negra; ii. O estrato dos vaqueiros de origem indígena e dos mamelucos que não recebiam remuneração por sua atividade, mas recebiam um percentual em gado em troca do seu trabalho; iii. O terceiro estrato era o dos pequenos lavradores, os denominados roceiros, que constituíam a maior parte dos habitantes, além de escravos libertos que vendiam produtos na feira; iv. Por último, o quarto estrato era constituído por escravos comprados pelos

fazendeiros em outras localidades e até mesmo nas redondezas da Feira de Santana. E mesmo que tenha havido a presença de escravos, o autor afirma que o número de roceiros sempre foi superior ao de escravos na região.

Por ter se configurado uma composição social bastante diversa, o povoamento da região e do município de Feira de Santana-BA não ocorreu de forma pacífica. A reunião de povos de diversas culturas e línguas gerou conflitos e “os primeiros povoadores tiveram de enfrentar os perigos de uma guerra com os índios e um ataque por bando de negros [fugidos dos engenhos do Recôncavo]” (POPPINO, 1968, p. 80). Araujo (2014, p. 154), relata que,

[...] apesar dos conflitos que promoveram a fuga dos indígenas para além da Serra da Jacobina, alguns indígenas foram inseridos no processo das relações socioeconômicas, ao passo que se desenvolvia a atividade criatória, delineando a composição racial da população. Alguns se dedicavam ao cultivo de fumo ou tornavam-se vaqueiros. Houve muita miscigenação nessa região, principalmente pelo fato de poucas mulheres de origem portuguesa terem ido ao Sertão antes que a situação ficasse mais pacífica com os índios da região, no século XVIII.

Enquanto os índios que foram integrados à sociedade se dedicavam ao cultivo de fumo ou tornavam-se vaqueiros, a inserção do africano nas fazendas de pecuária não ocorreu de forma equilibrada. De acordo com Lima (1992, p. 73), Feira de Santana se caracterizava pela pequena concentração de escravos nas fazendas, ao contrário do que houve na região do Recôncavo, onde os engenhos de cana-de-açúcar possuíam quantidade significativa de escravos. Araujo (2014, p. 154) explica que se evitava ter escravos na região de Feira de Santana, em decorrência do tipo de atividade, que não exigia muita mão-de-obra; além disso a posse de escravos domésticos por parte dos fazendeiros ricos era uma forma de demonstrar um *status* social.

A necessidade de um maior número de escravos na região de Feira de Santana surgiu com o cultivo de algodão no século XIX, com a finalidade de fornecer matéria prima à indústria têxtil de Cachoeira. Poppino (1968, p. 92-93) reafirma que a população escrava no município nunca foi grande, pois, como informa o recenseamento de 1872, havia em Feira de Santana somente pouco mais de quatro mil escravos.

Diferentemente de outros autores, ao estudar o povoamento, a produção agropecuária e o trabalho escravo na comarca de Feira de Santana (1850-1888), Freire (2011) defende que havia um número considerável de escravos na região onde hoje se localiza o município e atribui esse fato ao cultivo de policulturas na região: fumo, mandioca, cana-de-açúcar, milho e feijão e algodão, que demandavam mais trabalhadores do que nas regiões onde apenas se criava gado.

No entendimento de Freire (2011, p. 390), Feira de Santana, além de estar numa zona de transição geográfica entre o Sertão e o Recôncavo, estaria numa mutação econômica, “onde a união pecuária com a agricultura se revelava na mais perfeita combinação a demarcar essa região”³⁵, proporcionando diversos tipos de povoamento. Para o autor, a agricultura proporcionou a presença de escravos desde o início da colonização, principalmente tendo por base os assentos eclesiásticos da paróquia de São José das Itapororocas, iniciados em 1698. O Quadro 6 demonstra a quantidade de escravos nos termos de Feira de Santana.

Quadro 6 – População livre e escrava nos termos de Feira de Santana-BA em 1835

LOCALIDADE	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL	% DE ESCRAVOS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL
São José das Itapororocas	1.679	1.104	2.783	39,7%
Sant'Anna da Feira	2.242	557	2.799	20%
Santa Bárbara	2.105	811	2.916	27,8%
N. S. do Bom Despacho	1.413	524	1.937	27%
N. S. da Ajuda do Limoreiro	1.006	540	1.546	35%
Sr. Do Bomfim do Calumbi	1.002	408	1.410	29%
São Simão	997	574	1.571	36,5%

Fonte: APEB, seção Colonial/Providencial, série Polícia, março, nº 5684 (FREIRE, 2011, p. 391).

Como se observa a partir da leitura do Quadro 6, a região de Sant'Anna da Feira contemplava 2.799 escravos, equivalente a 20% da população total, sendo que 2.242 eram de escravos livres, o que não representa um número muito representativo considerando a presença de escravos em outras regiões da Bahia.

A presença de escravos nas origens do povoamento de Feira de Santana gera polêmicas por não haver consenso quanto aos dados e às informações obtidas. Além de Poppino (1968), é relevante informar que há estudos que citam a presença de negros fugidos no Sertão, que teriam formado pequenos quilombos em suas matas. Sobre a questão da presença do negro, vale

³⁵ Araujo (2014, p. 154) complementa que a sócio-história do município está muito ligada à civilização de pastoreio, o que deu origem à famosa feira de gado marcou a história da cidade até um passado recente, podendo-se encontrar vestígios na venda de gado às segundas-feiras, no Campo do Gado hodiernamente. Além disso, caracterizou-se também por ser um grande entreposto comercial, que pode ser justificado pela privilegiada localização geográfica, ao comercializar o excedente da produção agrícola cultivada em suas terras bem como o couro resultante da pecuária.

destacar a informação de que a maior concentração de escravos no município de Feira de Santana foi registrada a partir do século XIX, com a plantação de lavouras de algodão e, por isso, houve o recebimento de muitos escravos libertos que vieram trabalhar em Feira de Santana. Segundo Araujo (2014, p. 156), entre o final do século XIX e início do XX, “há de também se considerar que muitos brancos e mestiços migraram para Feira de Santana para trabalharem na cidade, que, a esta altura, já desenhava esta que seria sua forte vocação: a de ser um polo comercial”.

Como foi discutido no Capítulo 3 desta dissertação, a situação de polarização sociolinguística e socioeconômica ocorrida na sócio-história do PB é decorrente de dois processos fundamentais, a saber: a urbanização e a escolarização. Segundo Almeida (2012), de modo geral, os países marcados pela colonização portuguesa tiveram como marca a tardia implantação de sistemas educacionais e urbanísticos em seus processos de formação, o que gerou implicações de cunho social e linguístico. Esses dois processos foram também duas características marcantes da formação sócio-histórica do município feirense, que possivelmente contribuíram para a constituição da língua portuguesa falada na microrregião de Feira de Santana. Logo as seguintes seções descrevem esses dois fatores significativos para o desenvolvimento do município.

4.2.1 A urbanização em Feira de Santana-BA

A discussão feita nessas próximas seções aborda dois temas relevantes para formação sócio-histórica de Feira de Santana e para a constituição da língua portuguesa falada nesse centro urbano: o processo acelerado de urbanização que ocorreu nas primeiras décadas do século XX e a “tentativa da democratização” da escola, a partir de 1930 (ALMEIDA, 2012, s/p.). Estudos como o de Oliveira (2000) apontam que a cidade experimentou um considerável crescimento populacional entre os anos finais do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, como ilustra o Quadro 7.

Quadro 7 – Evolução da população de Feira de Santana-BA

ANO DO CENSO	POPULAÇÃO
1890	43.862
1900	61.758
1920	64.514
1930	98.552

Fonte: Coluna da Vida Feirense (OLIVEIRA, 2000, p. 30)

O Quadro 7 indica que entre a última década do século XIX até a década de 1930, Feira de Santana dobra o seu crescimento populacional. Segundo o autor, é possível afirmar que, entre os dois marcos cronológicos, existiram duas cidades distintas, uma com pouco mais de quarenta mil e outra com quase 100 mil habitantes.

A respeito do processo de urbanização em Feira de Santana, Araujo (2014) e Almeida (2012) destacam como principais fatores na formação do contexto urbano e da variedade linguística feirense a migração de pessoas de outros estados do Nordeste – chamados de “nortistas” – e a grande migração interna na transição campo/cidade.

Almeida (2012, s/p.) sintetiza que as origens do povoamento de Feira de Santana “remontam ao século XVIII e a um passado eminentemente rural, caracterizando-se por ser um lugar de pouso para viajantes, vaqueiros e suas boiadas, que vinham de toda a microrregião e até de outros estados”, isto é, teve sua urbanização constituída pela migração de “nortistas” advindos de regiões do Norte e do Nordeste do Brasil, em um misto de dialetos e aspectos culturais.

Silva (1989) informa que, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a região de Feira de Santana era muito procurada porque configurava um centro econômico promissor, isto é, passava por um processo de ascensão econômica, mesmo com o impacto das secas. A questão da migração e o conseqüente contexto interdialetoal já eram motivos de debates e temas de inúmeras notícias dos jornais locais na década de 1940 e 1950, como se pode interpretar com o trecho extraído de um dos jornais da cidade, a seguir.

Meu caro Aloísio

[...] a população sofreu uma extraordinária mudança. Há nortistas e nortistas com todos os sotaques e todas as peixeiras. Este é o alvorecer da segunda metade do século na província com o pernosticismo da capital (Jornal Folha do Norte de 13/01/1951, número 2166, p.1. Museu Casa do Sertão/Centro de Estudos Feirenses). (OLIVEIRA, 2000, p. 11)

Esse fluxo migratório é explicado pela rápida expansão industrial que se propagou pelo município a partir da década de 1960, conforme argumenta Almeida (2012). Em decorrência da acelerada expansão industrial, pessoas da zona rural do município e de diversas regiões do estado passam a circular pela cidade e povoar o território, em busca de estudo ou de emprego. Em paralelo ao recebimento da população agrícola de outras regiões do estado da Bahia, concentra-se um grande número de migrantes de diversos estados do Nordeste, principalmente de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, oriundos, em sua maioria, de cidades do interior. No que diz respeito à migração de Feira de Santana-BA, Araujo (2014) acrescenta ainda que

[...] se Feira de Santana abrigou uma importante feira de gado, atraindo pessoas de diversas regiões para a compra de gado e de produtos no período colonial, também, no período republicano, continuou a atrair pessoas, mas principalmente pelo seu rico comércio, consolidando-se como “um empório do Sertão”, denominação atribuída comumente por jornalistas da época, conforme informa Oliveira (2000, p. 09). Essa característica atratora do município não cessou no século XX, tendo atraído, inclusive, muitos migrantes nordestinos que se instalaram na cidade de Feira de Santana para atuarem no comércio, como, aliás, pode ser aferido pelos nomes de pioneiras lojas do comércio local, como *A Cearense*, *Sobral*, entre outras. No século XXI, Feira continua a atrair pessoas, provenientes de cidades circunvizinhas, mas também de outros estados, para trabalharem em suas indústrias. (ARAUJO, 2014, p.157)

Conforme citação de Araujo (2014) e estudos de Oliveira (2000), a forte característica do município era e continua sendo o seu rico comércio. A cidade, por ser um “empório comercial do Sertão”, atraiu pessoas de diversas localidades com o objetivo de comercializar e trabalhar nas indústrias. Segundo Oliveira (2000), para a zona rural de Feira de Santana, tratar “cidade” e “comércio” como sinônimos é um forte costume na oralidade. Ainda segundo o autor, esse hábito está vinculado com o modelo de crescimento das cidades da região, promovido pelo aumento das atividades comerciais. O Quadro 8, a seguir, demonstra o quanto o comércio feirense evoluiu do final do século XIX para o início do século XX.

Quadro 8 – Evolução do número de comerciantes em Feira de Santana-BA

ANO DO CENSO	NÚMERO DE COMERCIANTES
1872	94
1916	472

Fonte: Oliveira, 2000, p. 30.

O aumento observado no Quadro 8, segundo Oliveira (2000, p. 31), de 500% para o número de comerciantes (enquanto a população passou de um pouco mais de 100%), é fundamental para demonstrar a importância da atividade comercial no crescimento da cidade e em sua urbanização e, acrescenta-se aqui, que é possivelmente justificado pelo intenso fluxo migratório. No contexto da urbanização, Araujo (2014, p. 157) salienta que é surpreendente o fato de que, até 1850, nenhum dos distritos municipais de Feira de Santana-BA dispunha de fontes públicas e no centro urbano só havia uma única fonte que servia de poço a viajantes e residentes que não possuíam fontes de água em suas casas. A pavimentação pública também era muito incipiente nesse período, cabendo aos próprios moradores pagarem as despesas com

o calçamento de suas ruas. O primeiro hospital da cidade foi construído no ano de 1865 (POPPINO, 1968, p. 34). Portanto “as características da cidade, até o final do século XIX, moldavam-se ao que se tinha no restante do Brasil, isto é, um país com características eminentemente rurais” (ARAUJO, 2014, p. 158).

Como foi dito no início desta seção, a urbanização de Feira de Santana foi gerada sob um duplo contexto de migração, a migração de pessoas de outros estados do Nordeste e a migração interna de pessoas da zona rural para a zona urbana. Se na década de 60 há uma expansão industrial, na década de 1970, Feira de Santana já possuía uma zona de influência contendo 75 distritos, segundo Silva (1989), a partir de dados do IBGE. Desse total, 33 cidades são centros subordinados a ela, quantidade superior a qualquer outra região da Bahia.

As características rurais deram espaço a um novo cenário. Um fato que impulsionou a urbanização e o desenvolvimento da cidade foi a construção de um polo industrial, destacado por Almeida (2012), Araujo (2014) e outros autores. Almeida (2014, s/p.) relata que, “nessa década, o desenvolvimento industrial da cidade é impulsionado devido à criação do Centro das Indústrias de Feira de Santana (CIFS) e do Centro Industrial Subaé (CIS)”, responsáveis por atrair ainda mais migrantes de várias regiões baianas para o município. O impacto da industrialização fez com que houvesse um significativo aumento demográfico no município: até 1950, há uma maior concentração populacional na zona rural e, em 1970, nota-se o intenso crescimento da zona urbana, de acordo com o seguinte quadro.

Quadro 9 – Crescimento absoluto e relativo da população urbana e rural residente em Feira de Santana-BA entre 1940-2010

POPULAÇÃO RESIDENTE						
ANOS	TOTAL	%*	URBANA	%*	RURAL	%*
1940	83.268	-	19.660	-	63.608	-
1950	107.205	28,75	34.277	74,35	72.928	14,65
1960	141.757	32,23	69.884	103,88	71.873	-1,44
1970	187.290	32,12	131.720	88,48	55.570	-22,68
1980	291.504	55,65	233.905	77,58	57.599	3,65
1991	406.447	39,43	348.973	49,20	56.875	-1,26
2000	480.949	18,33	431.730	23,71	49.219	-13,46
2010	556.642	15,74	510.637	18,28	46.007	-6,53

Fonte: IBGE - Censos Demográficos apud Anuário Estatístico de Feira De Santana (2012). *Variação percentual com o período imediatamente anterior.

Ao visualizar o Quadro 9, é possível considerar que, até o ano de 1960, grande parte da população feirense residia na zona rural, o que contribuiu para o aumento do seu contingente populacional, de modo que, em 1970, já se observa uma supremacia da zona urbana pela zona rural, sendo que 88% de sua população residiam agora na zona urbana, mantendo-se contínua até os dias de hoje. Atualmente, 92% dos habitantes vivem na zona urbana de Feira de Santana. Fica claro, então, que o crescimento do contingente populacional está fortemente atrelado ao desenvolvimento industrial da cidade. A respeito da ascensão industrial da cidade, Araujo (2014, p. 157) aponta que

[...] após a Segunda Guerra Mundial, a cidade de Feira de Santana, congregou mais motivos para aumentar o desenvolvimento de indústrias na região. Segundo Poppino (1968), principalmente, porque, entre os anos de 1940 e 1950, houve um incremento no estabelecimento comercial na cidade em virtude do crescimento populacional, do progresso dos transportes e da dificuldade de importação de produtos. Desse modo, se até os anos 1940 a indústria era incipiente, apenas com aproveitamento de carne e de gêneros alimentícios, hoje, conta com vários outros produtos, inclusive com fábricas multinacionais, como a da Nestlé. O Município saiu, pois, da condição de comunidade rural para a de centro comercial e industrial de grande importância no Estado da Bahia e do Brasil.

Se, por um lado, houve a supremacia da zona urbana, por outro, houve a destruição da zona rural, um dos aspectos estudados por Oliveira (2000). Ao estudar as utopias civilizadoras em Feira de Santana, no período de 1893 a 1937, o autor argumenta que houve mudanças profundas na cidade, durante os anos finais do século XIX e as três primeiras décadas do XX e acrescenta que “essas transformações, articuladas entre si, produziram novidades em termos de modelos de sociabilidade, gerando um novo padrão de comportamento público e uma nova ‘urbe’” (OLIVEIRA, 2000, p. 17).

Para o autor, a construção de um novo comportamento público veio como uma resposta contra as heranças da cultura negra, dos vaqueiros e de outras formas de ação que lembrassem o passado pastoril da cidade, na crença de que o progresso de uma sociedade está pautado na ausência da mestiçagem e da cultura ruralista, “com a exclusão daqueles setores indesejáveis às novas formas de sociabilidade” (OLIVEIRA, 2000, p. 18). Essas transformações não foram aceitas de imediato e provocaram conflitos sociais na cidade de sólidas bases rurais, “uma vez que ficaram em choque as duas principais características de Feira de Santana: de um lado o passado rural e do outro o fortíssimo incremento do comércio e o conseqüente desenvolvimento urbano” (OLIVEIRA, 2000, p. 25).

Embora o crescimento demográfico e o desenvolvimento urbano em Feira de Santana sejam fortemente destacados na literatura e, conseqüentemente, os únicos aspectos abordados

quando é retomada a historicidade feirense, há, por outro lado, um efeito dominó. Ao passo que os fundamentos do desenvolvimento de Feira de Santana a elevou ao patamar de segunda cidade mais importante da Bahia, esses mesmos fatores contribuíram para que Feira se deparasse com diversos problemas sociais: a mendicância, a violência, a prostituição e a ineficiência dos poderes públicos para atenderem às necessidades e demandas de uma cidade urbanizada. Essa ambiguidade marca a cara e a coroa da cidade baiana e,

[...] gradativamente, Feira de Santana passou a ser na região e na Bahia não mais uma referência rural da feira do gado, mas uma referência urbana de desenvolvimento local. Podia ser identificada como “Princesa”, mas, para os grupos sociais ligados ao “progresso” e ao “desenvolvimento”, não havia muita possibilidade de Feira de Santana ser identificada como “do Sertão”. A cidade que sempre foi marcada por sua posição geográfica entre o recôncavo e o litoral, entre capital e interior, agora ficava entre dois discursos de identidade cultural, que rompia com a pretensa unidade de Princesa do Sertão. (TRABUCO, 2007, p. 5)

Na cidade feirense da época estudada por Oliveira (2000), circulava uma série de jornais e estes funcionaram como uma espécie de instrumento a favor do progresso urbano em detrimento do rural, atuando na formação do imaginário urbano na cidade. Para Oliveira (2000), o processo de urbanização de Feira de Santana foi caracterizado pelo confronto de diferentes modelos de vida em comum e tiveram como caixa de ressonância os jornais e os órgãos do poder público. Estes eram vistos como instrumentos construtores de modelos de comportamentos supostamente adequados.

Oriundos da elite feirense, os discursos encontrados nos jornais pregavam contra a presença dos migrantes “nortistas”, contra a cultura pastoril, a favor de um ideal civilizatório e argumentavam que, se Feira de Santana queria evoluir ao título de Princesa do Sertão, deveria cortar qualquer vínculo com o “Celeiro do Progresso”. Sobre a relação entre a migração e o ideal civilizatório, coaduna-se com a reflexão de Oliveira (2000) e a de Araujo (2014), que diz que

[...] os eventuais confrontos criminais que houvesse na cidade, teriam que ser creditados às pessoas que vinham de fora, sem um passado local que servisse como referência. Assim, sem dúvida, a presença dos migrantes funcionou como uma ameaça ao sucesso do projeto de tornar *Feira* uma “Princesa”, que deveria ficar atrás apenas da rainha *Salvador* no que se referia aos padrões concebidos como “civilizados”. (ARAÚJO, 2014, p. 163)

Ao correlacionar o repúdio aos costumes ruralistas e aos migrantes por parte dos elitistas com a formação da língua falada em Feira de Santana, Araujo (2014) presume que os usos linguísticos característicos dos falares rurais ou de uma norma popular teriam sofrido

também uma forte campanha no sentido de serem banidos do espaço urbano, até de forma inconsciente, considerando que, nesse contexto sócio-histórico, seriam muito mais “adequados” os falares que mais se aproximassem de usos urbanos/letrados. Pautando-se nessa consideração e no fenômeno pesquisado nesta dissertação, poder-se-ia observar a ocorrência da estratégia *pied piping* (considerado uso culto) e não da relativa cortadora.

Por outro lado, ao abordar a consideração de Callou e Avelar (2002) em relação ao Rio de Janeiro de que os limites entre o urbano e o rural são muito tênues, havendo um *continuum*, Almeida (2012), a respeito da realidade de Feira de Santana, sendo um médio centro urbano, acredita que há uma maior integração entre o campo e a cidade. Vale salientar que a urbanização da cidade feirense trouxe para o mesmo espaço pessoas de diferentes estratos sociais, de um lado o vaqueiro como símbolo de uma cidade de bases rurais e, do outro, a elite que se vestia de seda até dentro de casa, mais uma evidência da integração entre o urbano e o rural, entre pessoas ditas “letradas e não letradas”, o que talvez possa justificar uma possível aproximação das normas culta e popular da língua portuguesa falada em Feira de Santana-BA, postulada por Mattos e Silva (2004b), no que diz respeito ao fenômeno da relativização.

Em consonância com Araujo (2014) sobre a realidade sociolinguística feirense, sustenta-se o entendimento de que a cidade de Feira de Santana, dada a sua forte atuação na construção do imaginário urbano na redondeza, exerceu e exerce grande influência na configuração linguística de comunidades de fala de cidades próximas, funcionando como um centro de difusão.

Em resumo, Feira de Santana torna-se um centro de pluralismo linguístico, já que “houve na região muitos contatos dialetais; no início entre portugueses de diferentes localidades, paulistas, crioulos, descendentes de índios etc. e, hoje, entre dialetos nordestinos e, em menor escala, com outros dialetos” (ALMEIDA, 2012, s/p.). Comprova-se, então, a peculiar característica que assinala o município como uma comunidade de fala singular, com a qual é possível destacar o entrecruzamento do contato rural com o urbano, já que este município agrega falares de diversas localidades da Bahia e do Brasil.

A interligação do contato rural com o urbano e os contatos interdialetais na formação sócio-histórica de Feira de Santana-BA permitem apoiar as ideias de Mattos e Silva (2004b) e considerar suas hipóteses de aproximação das normas popular e culta do português brasileiro, ou seja, tais normas podem estar em processo de aproximação com influências mútuas, já que, a partir do século XX, ocorreram mudanças profundas e contínuas no Brasil (LUCCHESI,

2001). Isto é, a ideia de multilinguismo localizado atrelada à constituição histórica e social dessa região baiana feirense fornece subsídios para a característica multiadialetal do PB.

Na mesma época em que Feira perdia sua estrutura rural e adquiria o posto de Princesa do Sertão, de cidade mais importante do interior do Estado, a república desenvolvia outras formas de controle social e de intervenção da elite junto à população. A escola foi uma dessas formas de controle social e o objetivo era o de educar para tirar os brasileiros da “ignorância”. Desse modo, “a escola foi, no imaginário republicano, signo da instauração de uma nova ordem, arma para efetuar o progresso” (PARK, 1999, p. 23), logo, segundo Oliveira (2000, p. 52), para Feira de Santana atingir o grau de “evolução” era imprescindível a introdução de um novo elemento na cidade: a escola, tema da próxima seção.

4.2.2 A tardia escolarização em Feira de Santana-BA

O atual cenário da escolarização em Feira de Santana-BA não reflete em nada a realidade educacional do município que se tinha em tempos pretéritos. Se atualmente a cidade concentra um largo contingente de instituições educativas com diversas escolas de educação infantil, de nível fundamental e médio, além de instituições de ensino superior, no período republicano são registradas apenas dezenove escolas, cinco delas concentradas na sede municipal e as outras quatorze distribuídas pelos distritos e povoados, atingindo uma população de mil alunos (SILVA, 1977 apud OLIVEIRA, 2011).

No século XIX, o poder municipal não mostrava interesse nem capacidade de manter as instituições escolares existentes ou abrir novas. Araujo (2014, p. 167) relata que

[...] a situação do século XIX, no que tange à educação no município, era bastante precária e destoante do que pregava a Constituição de 1834 (o direito à educação primária), pois, até 1860, apenas havia duas escolas públicas de instrução primária no município e não havia escolas de educação secundária na comarca de Feira de Santana até 1853. Não obstante essa precariedade, como informa Poppino (1968, p. 106), a posição de Feira de Santana era mais adequada do que a que se tinha na maioria das comarcas do interior da Província no ano de 1860: “os 370 estudantes na comarca representavam quase 10% de todos os estudantes matriculados nas escolas fora da Capital”.

Segundo Oliveira (2000, p. 54), já podiam ser observadas algumas medidas de transformação no quadro educativo da cidade desde o final do século XIX. O autor, ao observar o Livro de Atas do Conselho Municipal, notou que todos os distritos da cidade tinham escolas, na maioria de ambos os sexos. De acordo com Almeida (2012) foi somente no início do século XX, mais precisamente em 1915, que começou a existir uma preocupação com a

educação na cidade. Para Oliveira (2000), a existência de escolas demonstrava o esforço da elite para superar o “atraso cultural da região”, a educação teria o objetivo de “iluminar” a população da cidade e a ausência desta era igualada ao barbarismo, situação que deveria ser evitada pelos cidadãos feirenses. Ao citar um texto enviado pelo intendente ao Conselho Municipal em 1923, que reclamava a criação de escolas rurais, o historiador deixa clara a ideia de que a educação seria uma forma de tirar a população “das amarras da ignorância”.

A escola estaria no centro do processo de reinvenção da cidade. Oliveira (2000, p. 56) acrescenta que o discurso jornalístico aponta na direção do processo educativo como forma de alcance da civilização, estabelecendo um corte entre a sociedade civilizada e o analfabetismo, de acordo com a interpretação da seguinte citação:

A educação deveria ter nos anos iniciais do século XX o papel fundamental de articuladora de uma nova ordem. Deveria preparar os habitantes para a construção de uma sociedade civilizada onde determinados hábitos do passado deveriam ser legitimados pela prática social. Dito de outra forma, na escola, deveria ser apreendida uma nova hierarquia, característica dos centros civilizados, afinal: “(...) a escola é a sagração da humanidade. Um povo sem escola é um povo corrompido, mentecapto, ignóbil; é um povo morto”. (OLIVEIRA, 2000, p. 56)

Foi construído, então, o paradigma de que a educação seria o lenitivo para todos os males e essa visão elitista de querer sanar a “ignorância” condensa todos os inimigos sociais no analfabetismo. Sendo assim, uma das formas usadas para alcançar o ideal de uma cidade civilizada seria o investimento em políticas educativas que transformassem os hábitos da população. Dentre as reclamações por mais investimentos na educação e por mais escolas para a cidade, há uma longa reivindicação por uma Escola Normal que durou cerca de 20 anos, sendo que a primeira referência à necessidade de uma escola Normal é datada de 1908 e a Escola Normal só foi instaurada na cidade em 1927 (OLIVEIRA, 2000, p. 55).

O estudo de Sousa (2001), ao focalizar o período de 1925 a 1945, informa que o objetivo central da Escola Normal foi o de formar professoras para educar a imensa gama de analfabetos da zona rural e também urbana, ou seja, tinha como intenção primária a de transformar Feira de Santana em polo educador da microrregião sob “as luzes da educação”. A Escola Normal foi, possivelmente, disseminadora de educação pelo Sertão. Araujo (2014, p. 168) demonstra, no trecho a seguir, a importância da cidade de Feira de Santana como polo educacional e a preocupação por parte da elite da época de banir as marcas da ruralidade.

A Feira culta deixou-se polarizar por intenso jubilo vendo traduzida para a realidade uma de suas lídimas aspirações – o instituto de ensino normal, aparelhamento indispensável à derrama de educadores, de tanto havemos mister para a *alfabetização das populações ruraes de que a urbs se viu a tornar centro e núcleo de irradiação intelectual* (Folha do Norte, 4/6/1927). (ARAUJO, 2014, p. 168)

De acordo com o fragmento, a educação era uma ferramenta para apagar as marcas da ruralidade na região e a Escola Normal na Feira de Sant’Anna “tinha, de certa forma, ‘a missão’ de preparar professores(as) para atuarem na zona rural, embora com currículo estruturado de forma mais curta” (ARAUJO, 2014, p. 168). Os normalistas teriam uma melhor formação, mesmo com um currículo mais simplificado, já que era muito frequente a existência de professores leigos na zona rural, e acrescenta que o projeto da Escola Normal em Feira de Santana foi bem-sucedido, pois a mesma contava com mais estudantes matriculados em comparação com outras que existiam na Bahia (ARAUJO, 2014, p. 168).

Para Almeida (2012), a ideia de tornar o município um importante centro formador parece ter surgido com a criação das escolas normais, já que estas eram escassas na Bahia. Porém, embora o projeto da Escola Normal tenha sido bem-sucedido e tenha elevado a cidade à qualidade de centro formador, apesar de toda essa tentativa de transformar a cidade num polo educacional, os índices educacionais nos anos posteriores ainda eram baixos. Poppino (1968, p. 14) afirma que, no ano de 1950, apenas um pouco mais de 10% da população do município votavam nas eleições municipais, devido ao grande índice de analfabetismo que imperava na região, além da apatia geral da população em relação à política e o pouco interesse por parte dos políticos em criar políticas públicas para a instrução da população. Conforme disserta Araujo (2014, p. 166),

O próprio autor citado acima informa que nunca houve por parte dos políticos locais maior preocupação em manter escolas no campo e criar leis que obrigassem a instrução da sua população, salvo o que passou a ocorrer após o maior crescimento comercial e industrial, no período pós 1950, quando os governos estadual e municipal entenderam que se necessitaria de pessoas escolarizadas para trabalharem nesses ramos da economia. No geral, contudo, pode-se afirmar que, até a década de 1980, ainda se tinha um grande número de crianças e adultos analfabetos no município, embora a cidade “gozasse de facilidades educacionais superiores às de qualquer outro município do interior da Bahia”. (POPPINO, 1968, p. 15)

Araujo (2014, p. 166) considera relevante atentar-se “à situação de influências múltiplas de “baixo para cima” e “de cima para baixo” que ocorreram no município, haja vista que a cidade continuou a ser um ponto de múltiplos contatos”, já que houve a presença de

peças advindas de distritos, da zona rural e de cidades vizinhas, onde o sistema de ensino era ainda mais incipiente.

Para esta dissertação, buscou-se apresentar um quadro que dispusesse dados quantitativos e diacrônicos a respeito da escolarização da população de Feira de Santana, estratificada por nível de escolaridade, quantidades de escolas etc., conforme foi feito com o Quadro 7 a respeito da urbanização. Contudo encontraram-se dificuldades em relação aos dados demográficos das décadas entre 1930 e 1960, assim como não foram encontrados estudos sobre a situação educacional do município nessas décadas, dificuldades semelhantes tiveram Almeida (2012) e Araujo (2014). O Quadro 10, a seguir, ilustra a quantidade de pessoas com 4 anos ou mais de idade que frequentaram escola por grau de cursos no município de Feira de Santana entre as décadas de 1980 e 2000.

Quadro 10 – Pessoas com 4 anos ou mais de idade que frequentaram escola por grau de cursos no município de Feira de Santana-BA (1980/2000)

GRAU DOS CURSOS					
ANOS	TOTAL	PRÉ-ESCOLAR	FUNDAMENTAL	MÉDIO	SUPERIOR
1980	83.683	48.340	18.035	15.492	1.816
1991	119.631	11.333	94.810	10.685	2.803
1996	153.265	18.185	114.540	17.169	3.371
2000	205.741	21.333	137.442	41.143	5.660

Fonte: IBGE apud Anuário Estatístico de Feira de Santana (2012), extraído de Araujo (2014, p. 169).

O Quadro 10 apresenta o crescimento contínuo da quantidade de pessoas com 4 anos ou mais que frequentaram escola por grau de cursos entre o período de 1980 e 2000. O ano de 1991 reflete que o grau pré-escolar teve uma brusca queda de 48.340 para 11.333 alunos, assim como o ensino médio, de 15.492 para 10.685 alunos, embora registre uma recuperação nos anos seguintes. Desses números, o ensino fundamental é o único que representa uma maior quantidade de pessoas.

Dos estudos investigados, Almeida (2012) e Araujo (2014) também encontraram dificuldades com dados demográficos como fora notificado anteriormente. Para ratificar essa dificuldade, segue citação de Almeida (2012, s/p.):

Vale ressaltar que encontramos dificuldades com esse período por não termos localizado estudos dedicados a escrever essa história. Partimos, então, para a análise dos censos demográficos. Nesse caso, encontramos ainda dificuldades em relação aos números divulgados pelo IBGE. A contagem, por exemplo, de pessoas com ensino primário completo era realizada a partir da idade de 10 anos. Ora, sabemos que, mesmo hoje em dia, crianças com 10 anos, em sua maioria, não concluíram ainda o antigo primário.

Em sequência, a autora apresenta alguns dados, mas ressalva que estes podem não representar uma visão totalmente fidedigna da realidade. Para a década de 70, a autora encontrou um percentual de 49% de indivíduos com o antigo primário completo em Feira de Santana, em oposição à capital, que apresentava 42%. Outra informação é a de que 8% das pessoas acima de 17 anos em Feira de Santana possuíam ensino médio completo, um dado alarmante. Na década de 80, o percentual de indivíduos acima de 17 anos com ensino médio completo continuava bastante baixo, 9,5% em Feira de Santana e 13% em Salvador. Se os índices para a educação básica eram baixos, era de se esperar que a educação superior também seguisse a regra, com menos de 1% da população tanto na capital quanto na maior cidade do interior do estado. Almeida (2012, s/p.) finaliza com a seguinte reflexão:

No final do século, ano 2000, na Bahia, os percentuais de escolarização melhoram, pois a taxa de analfabetismo entre jovens de 10-15 anos é de 8,30%, mas está longe de ser a ideal não só em termos de número mas também em termos da qualidade do ensino, como mostraram relatórios de órgãos internacionais, a exemplo da UNESCO. Como falar, então, em estandardização linguística, mais generalizada, com percentuais de escolarização tão baixos? Qual o percentual da população usaria uma norma culta nesse período?

Se há poucos fatos de uma população que usaria uma norma culta, “podemos inferir, dessa forma, que o português popular encontrou ambiente propício para influenciar o português culto local” (ALMEIDA, 2012, s/p.). Se eram tão baixos os índices de uma população que tivesse um ensino básico, o número de pessoas com nível superior também seria incipiente; dessa forma, pode-se pensar na ausência de uma polarização radical da língua falada nessa comunidade e, mais uma vez, considerar uma possível aproximação das normas culta e popular.

Os dados encontrados e as informações obtidas sobre a urbanização e a escolarização em Feira de Santana-BA evidenciam que a sócio-história feirense dialoga com a sócio-história do PB, percorrida no capítulo anterior. Os fatos sócio-histórico-demográficos do século XX, como a industrialização, a criação de rodovias e a facilidade nos meios de locomoção, a modernização, a interação entre o urbano e o rural, permitem conjecturar “que houve uma aproximação dos extremos dialetais brasileiros, com uma maior interação entre as camadas

baixas e altas da escala socioeconômica nacional que podem estar agindo como um centro irradiador linguístico” ou esteja guiando uma “homogeneização” de normas, diminuindo o profundo abismo que separava a fala das pessoas das camadas populares da fala das pessoas das camadas médias e altas, tanto no que diz respeito à realidade linguística brasileira quanto à realidade linguística feirense. Os resultados encontrados poderão esclarecer, portanto, se a realidade linguística brasileira e, particularmente, a realidade linguística feirense, “é constituída de dois subsistemas distintos – as normas cultas e as normas populares – ou se está em processo de aproximação desses subsistemas” (ARAÚJO, 2014, p. 170-171).

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Se para realizar uma pesquisa sociolinguística é fundamental considerar a história social da comunidade de fala, como salientou Labov (1966; 1994 [1972]), acredita-se que as informações obtidas neste capítulo foram fundamentais para correlacionar a sócio-história da comunidade com a língua portuguesa falada que nela se formou e permite também apontar algumas considerações relevantes, que serão refutadas ou confirmadas na análise quantitativa dos dados. Nos itens seguintes apresentam-se essas considerações:

- i. A centralização do município em um entroncamento rodoviário facilita a circulação e a presença de pessoas de vários estados brasileiros e de cidades do interior da Bahia;
- ii. Sua população está majoritariamente na zona urbana, com 91,7% e divide-se equilibradamente entre 52,6% de mulheres e 47,4% de homens;
- iii. A cidade pode concentrar uma riqueza em suas normas linguísticas, “vindo a abrigar características peculiares dos falares do interior e do litoral” (ARAÚJO, 2014, p. 127), já que interliga o interior e o litoral, considerando a distinção entre a língua da costa e a do interior destacada por Silva Neto (1963 [1950]) ao estudar o contexto bipolarizado do PB. Assim, é possível questionar se o português falado em Feira de Santana-BA também se encontra bipolarizado;
- iv. Se por um lado o Recôncavo concentrava colônias e fazendas portuguesas tradicionais, com seus senhores escravagistas e seus falares moldados na normatização portuguesa, na Região do Semiárido destacavam-se a voz e o vernáculo do vaqueiro;
- v. A Região do Semiárido configurou um contexto plural e étnico, uma vez que escravos libertos, vaqueiros, agregados, índios catequizados e seus descendentes, além de famílias nobres e tradicionais, dividiam o mesmo território e interagem entre si, o que pode ter

influenciado um contexto bipolarizado com uma norma popular e outra culta. Sendo o Sertão povoado por escravos, vaqueiros e índios catequizados, pessoas que possivelmente não tiveram acesso a uma escolarização formal, certamente, a norma popular se sobressaía nesse espaço;

vi. Em particular, Feira de Santana foi habitada por duas classes de pessoas: “de um lado, havia fazendeiros, comerciantes, representantes da Igreja e do Estado e militares graduados subordinados aos modelos advindos de Portugal; do outro, vaqueiros, roceiros, meeiros e escravos” (ARAÚJO, 2014, p. 141), o que reflete uma realidade linguística polarizada (LUCCHESI, 2001);

vii. A urbanização em Feira de Santana, que se desenvolveu sob um forte comércio, uma intensa industrialização e, conseqüentemente, um acelerado crescimento populacional, contou com dois fatores marcantes: a migração de pessoas de outros estados do Norte e Nordeste – chamados de “nortistas” – e a grande migração interna na transição campo/cidade, que influenciou e muito o intenso contato linguístico na cidade e a constituição do português feirense;

viii. Embora seja uma cidade desenvolvida e populosa, possui um passado eminentemente rural;

ix. O repúdio aos costumes ruralistas e aos migrantes por parte da elite feirense em correlação com a formação da língua falada em Feira de Santana, pode ter impulsionado uma forte campanha contra os usos linguísticos característicos dos falares rurais ou de uma norma popular;

x. Outro fato bastante relevante para esta pesquisa é a integração entre o campo e a cidade no contexto do município feirense, havendo uma integração entre pessoas de diferentes estratos sociais, “letrados e não letrados” convivendo no mesmo espaço, o que pode impulsionar uma possível aproximação das normas culta e popular da língua portuguesa falada em Feira de Santana-BA, postulada por Mattos e Silva (2004b), no que diz respeito ao fenômeno da relativização;

xi. A educação na cidade teve os objetivos de banir as marcas da ruralidade, sanar a “ignorância” das classes menos abastadas e o “atraso cultural da região”, investir em políticas educativas para transformar os hábitos da população e a tardia escolarização em Feira de Santana;

xii. A escolarização em Feira de Santana foi tardia, ganhando forma somente a partir da década de 1970, mesmo possuindo baixos índices de escolarização até a década de 80;

xiii. Se a população feirense até a década de 1970 tinha baixa escolarização, conjectura-se que haveria um baixo percentual da população que usaria uma norma culta. Desse modo, pode-se inferir que o português popular encontrou espaço para influenciar o português culto local (ALMEIDA, 2012), o que permite conjecturar as hipóteses de que não há uma polarização na língua falada dessa comunidade (LUCCHESI, 2001) e que há uma possível aproximação das normas culta e popular (MATTOS E SILVA, 2004b);

O próximo capítulo descreve a metodologia utilizada durante a realização da pesquisa, guiada sob a luz da Sociolinguística Variacionista. Elencam-se todas as decisões metodológicas desde a seleção das variáveis dependentes ao levantamento e tratamento dos dados, considerando as particularidades do fenômeno e do *corpus* analisado.

5 A METODOLOGIA

Neste capítulo, são especificados os procedimentos metodológicos adotados para o levantamento e para a análise dos dados, logo tem como objetivo explicitar a metodologia empregada para análise, com a finalidade de legitimar os resultados alcançados.

O método de que se faz uso segue o modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista proposto por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e desenvolvido por Labov (1994 [1972]). A partir da teoria da variação e da mudança linguística – teoria que embasa esta pesquisa – são abordadas as questões de cunho empírico como informações a respeito das amostras que forneceram o *corpus*, a inclusão e exclusão de dados, a seleção das variáveis dependentes, os grupos de fatores considerados na análise das estratégias de relativização (padrão ou inovadoras) e o programa computacional GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), utilizado na obtenção estatística dos dados. Neste capítulo, os temas estão assim subdivididos: o *corpus* e a amostragem; a técnica de coleta e o tratamento dos dados (inclusão e exclusão); as variáveis: variáveis linguísticas dependentes, variáveis linguísticas independentes e variáveis sociais; o suporte quantitativo, o GoldVarb X.

5.1 O *CORPUS* E AS AMOSTRAS

As amostras de fala de onde foram levantados os dados e que constituíram o *corpus* são de entrevistas do tipo Diálogo entre Informante e Documentador (DID), já gravadas e transcritas, pertencentes ao acervo do projeto “A língua portuguesa do semiárido baiano – Fase 3: amostras da língua falada em Feira de Santana-Ba”³⁶, sediado no Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP), do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana e coordenado pela Profa. Dra. Norma Lúcia Fernandes de Almeida³⁷. Segundo Araujo e Almeida (2010, p. 38),

[...] o enfoque principal do projeto é justamente apreender as características do vernáculo popular feirense, comparando-o com o falado em outras regiões do estado da Bahia e contrastando-o com o falado por pessoas com escolarização máxima,

³⁶ Foram responsáveis pela Fase 3 do Projeto as professoras Silvana Silva de Farias Araujo (amostra de feirenses filhos de migrantes), Norma Lúcia Fernandes de Almeida (amostra de feirenses filhos de feirenses), Eliana Pitombo Teixeira (amostra de informantes cultos) e Zenaide Oliveira Novaes Carneiro (amostra de informantes migrantes).

³⁷ As fases anteriores do projeto constituíram amostras com entrevistas sociolinguísticas gravadas em comunidades rurais no semiárido baiano (ALMEIDA, 2008). Nessa terceira fase, o projeto volta-se para a comunidade urbana de Feira de Santana, município de maior representatividade demográfica e econômica da imensa faixa do semiárido baiano.

nascidas e residentes no município. O intuito de ter sido constituída a amostragem assim bipolarizada foi o de permitir a comparação entre a norma popular e a culta, com base na visão bipolarizada da realidade sociolinguística brasileira (LUCCHESI, 1994; 2001:).

As entrevistas foram gravadas nos anos de 2008 a 2013 e os informantes selecionados de acordo com os fatores extralinguísticos, a saber: sexo, faixa etária, relação com a migração e escolaridade³⁸ (ARAÚJO; ALMEIDA, 2010, p. 35). Tais informações constam no Quadro 11, a seguir.

Quadro 11 – Fatores socioculturais utilizados na constituição da amostra do projeto de pesquisa A língua Portuguesa no Semiárido Baiano – Fase 3

FATORES SOCIOCULTURAIS		
SEXO	Homem	
	Mulher	
FAIXA ETÁRIA	Faixa 1 (25-35 anos)	
	Faixa 2 (45- 55 anos)	
	Faixa 3 (acima de 65 anos)	
RELAÇÃO COM A MIGRAÇÃO	Feirenses filhos de feirenses	
	Feirenses filhos de migrantes	
	Migrantes	
CARACTERIZAÇÃO DAS SUBAMOSTRAS	Norma Popular (Escolaridade baixa, de 0 a 4 anos)	Norma Culta (Ensino Superior)
	Feirenses filhos de feirenses	Feirenses filhos de feirenses
	Feirenses filhos de migrantes	
	Migrantes	
	Feirenses da zona rural	

Fonte: Adaptado de Araújo (2014, p. 237)

A amostra totaliza um acervo de 72 entrevistas, 4 informantes por faixa etária, dois homens e duas mulheres, que foram gravadas com o propósito de serem representativas da comunidade de fala de Feira de Santana-BA. Para alcançar esse propósito, foi extremamente relevante o embasamento em estudos sobre a sócio-história do município, os quais levantaram questões necessárias à análise, como, por exemplo, a relação entre migração e caracterização sociolinguística da língua falada no município.

Durante as entrevistas, prezou-se pelo cuidado de amenizar o paradoxo do observador (LABOV, 1994 [1972]), deixando o informante confortável para falar o mais à vontade possível e o quanto pudesse; a intervenção dos documentadores era mínima e tinha o objetivo de estimular a fala dos informantes. Dessa forma, foram incentivadas temáticas como o cotidiano

³⁸ Destas quatro variáveis, não foi considerada a relação com a migração nesta pesquisa, haja vista que todos os informantes são feirenses.

da cidade, a infância dos informantes, suas profissões, gostos musicais e cinematográficos, sua rotina, dentre outros assuntos.

Embora o acervo seja constituído de 72 entrevistas, os dados e os resultados apresentados nesta dissertação são concernentes a 24 entrevistas, distribuídas em duas amostras de fala, a amostra de fala popular e a amostra de fala culta, como se observa a seguir:

- Norma popular: 12 informantes analfabetos ou pouco escolarizados (todos feirenses filhos de feirenses);
- Norma culta: 12 informantes com ensino superior completo com ou sem pós-graduação (todos feirenses filhos de feirenses).

Os informantes do nível médio não foram considerados porque o objetivo majoritário desta pesquisa centra-se em investigar uma possível aproximação das normas popular e culta do português falado em Feira de Santana. O nível médio pressupõe que os falantes estão em processo de escolarização e, portanto, não se enquadram no foco da investigação. Assim, nas amostras do projeto, há entrevistas que poderão ser utilizadas em estudos futuros. A seguir, apresentam-se, nos Quadros 12 e 13, as amostras de fala utilizadas nesta pesquisa:

Quadro 12 – Apresentação dos informantes da subamostra da norma popular

FAIXA ETÁRIA	SEXO			
	Homem	Homem	Mulher	Mulher
Faixa I (25 a 35 anos)	INF01 – 26 anos, 5ª série, pedreiro	INF02 – 35 anos, 4ª série, vigilante	INF03 – 31 anos, 5ª série, dona de casa	INF04 – 33 anos, 5ª série, empregada doméstica
Faixa II (45 a 55 anos)	INF05 – 50 anos, 2ª série, entregador de recibos da Coelba ³⁹	INF06 – 45 anos, 5ª série, pintor.	INF07 – 54 anos, 4ª série, empregada doméstica	INF08 – 50 anos, 2ª série, dona de casa
Faixa III (mais de 65)	INF09 – 72 anos, 2ª série, pedreiro	INF10 – 80 anos, analfabeto, pedreiro e carpinteiro	INF11 – 70 anos, 3ª série, dona de casa	INF12 – 76 anos, 3ª série, merendeira

Fonte: adaptado de Araújo (2014, p. 238)

³⁹ Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.

Quadro 13 – Apresentação dos informantes da subamostra da norma culta

FAIXA ETÁRIA	SEXO			
	Homem	Homem	Mulher	Mulher
Faixa I (25 a 35 anos)	INF01 – 25 anos, historiador	INF02 – 33 anos, contador	INF03 – 26 anos, enfermeira	INF04 – 30 anos, administradora
Faixa II (45 a 55 anos)	INF05 – 53 anos, eng. civil e professor universitário	INF06 – 56 anos, químico e professor	INF07 – 42 anos, mestranda em desenho	INF08 – 49 anos, professora universitária
Faixa III (mais de 65)	INF09 – 67 anos, arquiteto e artista plástico	INF10 – 69 anos, economista.	INF11 – 67 anos, pedagoga	INF12 – 68 anos, jornalista

Fonte: adaptado de Araújo (2014, p. 239)

Essas entrevistas foram utilizadas para o levantamento dos dados, fichando-os, codificando-os, rodando-os quantitativamente e estatisticamente, formulando uma análise qualitativa e interpretativa dos mesmos. Sendo assim, trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, pois é avaliada a frequência das estratégias de relativização, determinando qual delas se sobressai no falar feirense sob uma interpretação qualitativa desse processo de escolha sintática.

Tendo em vista que a fase de constituição das amostras já estava plenamente cumprida (totalizando 24 entrevistas), as fases subsequentes foram: a) levantamento e fichamento das variantes (variável dependente); b) seleção das variáveis explanatórias e elaboração da ficha de codificação; c) codificação e quantificação dos dados; d) interpretação e divulgação dos resultados. O suporte quantitativo à pesquisa foi fornecido pelo programa computacional GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005) – abordado mais detalhadamente na seção 5.5 –, utilizado para o tratamento estatístico e probabilístico das ocorrências em cruzamento com os grupos de fatores das variáveis linguísticas dependente e independentes, descritas na seção 5.4.

5.2 LEVANTAMENTO E TRATAMENTO DOS DADOS

Embora se tenha tido como objetivo principal verificar se o processo de mudança proposto por Tarallo (1983), no que diz respeito às estratégias de relativização de termos preposicionados, é atestado na pesquisa aqui apresentada, foram consideradas e levantadas

todas as sentenças relativas desenvolvidas encontradas nas amostras. Teve-se como objetivo coletar as relativas introduzidas por todos os pronomes disponíveis no português para a operação de relativização, que são os seguintes: *que, o/a qual, onde, quem, cujo/a, quando, quanto, como, o/a que*. Todavia, como se vê na análise dos dados, no Capítulo 6, nem todos os relativos foram encontrados. Exemplos de relativas introduzidas pelos pronomes elencados podem ser vistos em (5) no Capítulo 2.

Considerando que a pesquisa sociolinguística exige que os fenômenos variáveis estejam numa relação de covariação, a análise das relativas leva à separação das ocorrências em dois grupos, os quais foram considerados para a seleção dos dados:

I) A relativização de termos não preposicionados, em que se percebe a variação entre a estratégia com lacuna e a resumptiva, como no exemplo em (62).

(62) a. Porque eu conheço algumas pessoas do próprio curso [*que* ____ *fazem uma coisa que não pensavam em fazer*]. [INF01C.CA.F1.M]⁴⁰

que = sujeito

b. Porque assim, eu acho o computador, esses sites [*que eles proporcionam todas essas coisas*]. [INF04C.F1.T.F]

que = sujeito

II) A relativização de termos preposicionados, em que se verifica a variação entre estratégia *pied piping*, em que a preposição acompanha o pronome relativo, com a cortadora, em que a preposição é apagada, como no exemplo em (63a-c). Além disso, essas duas estratégias podem variar com a resumptiva.

(63) a. Naquele tempo era uma companhia calma, tranquila, foi o tempo [*em que a Feira tava crescendo*]. [INF07P.F.F2.M]

em que = adjunto adverbial de tempo

b. Ouço só as musga evangélica [*Ø que eu gosto muito*]. [INF08P.R.F2.F]

que = complemento oblíquo

⁴⁰ Os códigos que seguem os exemplos possuem a finalidade de identificar o informante. Exemplo: [INF02P.L.F1.F] = INF02 para Informante 02; P para norma popular; L para o nome do (a) informante; F1 para Faixa 1; e F para sexo feminino.

c. Eu vou nessas missas festivas e coisa, principalmente acompanhando o Doutor Colbert [\emptyset *que eu era assessor dele*]. [INF10C.F3.S.M]

que = adjunto adnominal

São apresentadas, neste capítulo, todas as decisões metodológicas para o processamento e a análise dos dados, incluindo: os critérios para seleção e exclusão de dados; as variáveis dependentes do fenômeno; as variáveis explanatórias, linguísticas e sociais consideradas na chave de codificação e utilizadas na interpretação dos resultados obtidos.

5.2.1 Critérios para seleção e exclusão de dados

Duas situações devem ser consideradas no que diz respeito aos dados analisados nesta pesquisa: i) a seleção de dados nas amostras; ii) a exclusão de dados das rodadas do programa.

Quanto à seleção de dados nas amostras, embora o português conte com três tipos de orações relativas, as desenvolvidas, as livres e as reduzidas, neste trabalho foram consideradas apenas as relativas desenvolvidas. Dessa forma, foram desconsideradas as orações relativas livres e as reduzidas.

As relativas livres foram desconsideradas por serem encabeçadas apenas por pronomes relativos e por não possuírem um sintagma nominal explícito como antecedente. Como recurso de identificação das relativas livres, é possível fazer a substituição da expressão-Q *o que* pela expressão *o que quer que* (BRAGA; KATO; CORRÊA, 1996, p. 249). Em (64a-c), encontram-se algumas ocorrências de relativas livres destacadas no *corpus*, encabeçadas pelos relativos *o que*, *como* e *quando*.

- (64) a. [*O que vinhesse*] dava pá ir todo mundo junto. [INF03P.F1.M]
 b. E no pensar das relações sociais, [*como as coisas são dadas na universidade*]. [INF01C.F1.CA.M]
 c. [*Quando eu comecei a curtir música*] foi muito tarde. [INF01C.F1.CA.M]

Em (64a), embora a expressão-Q seja uma introdutora de relativas livres e possa ser substituída pela expressão *o que quer que* (*o que quer que vinhesse dava pa ir todo mundo*), em outro contexto sintático, o determinante *o* pode constituir uma referencialidade anafórica e pode aparecer como um termo antecedente do pronome relativo *que*, de acordo com Braga, Kato e

Corrêa (1996). Nesse caso, o determinante varia em gênero e número, concordando com o termo a que se refere, como no exemplo em (65), a seguir.

- (65) Aí montei outa [bicicleta], [*a que eu tô agora*], trezentos e noventa contos, estou rodando, não levaram ainda não. [INF01C.A. F1.M]

A relativa em (65) não pode ser substituída pela expressão *o que quer que* (BRAGA; KATO; CORRÊA, 1996, p. 249). Assim, *que* é considerado parte introdutória de uma relativa desenvolvida. Em suma, as ocorrências de relativos introdutores de relativas livres foram desconsideradas enquanto as ocorrências de *o(s)/a(s) que* foram analisadas (cf. Capítulo 6).

Como as orações relativas reduzidas não são encabeçadas por pronomes relativos, mas por formas nominais de gerúndio ou participio, não foram selecionadas durante a coleta dos dados, já que o objetivo desta pesquisa é verificar as estratégias de relativização, considerando o papel dos pronomes relativos.

Foram desconsideradas também as construções de clivagem, em que se verifica a estrutura verbo *ser* + complementizador *que*, segundo Braga, Kato e Miotto (2009) e Miotto e Negrão (2007), como exemplificadas nas ocorrências em (66a-b).

- (66) a. É [jornal] [*que eu assisto na televisão*]. [INF07C.F2.H.F]
 b. Foi [minha tia M.] [*que me ensinou as primeiras letras*]. [INF11C.F3.F.F]

De acordo com Miotto e Negrão (2007), para termos uma clivada plena, são necessários uma cópula, um constituinte que segue a cópula e uma cláusula com complementizador (CP). É preciso acrescentar que o constituinte entre a cópula e a CP tem que ser o foco da sentença. As clivadas têm a propriedade de focalizar o constituinte pós-cópula e o foco veiculado pelas clivadas não pode ser um mero foco de informação.

Segundo Miotto e Negrão (2007), nas clivadas, o pivô ou o constituinte enfocado pode se deslocar sozinho, deixando a relativa órfã, ou seja, é possível fazer a leitura de (65a) sem o pivô, *é que eu assisto na televisão*, e a leitura da clivada em (65b), *foi que me ensinou as primeiras letras*. Outra explicação para a não consideração das construções clivadas como em (65) na quantificação dos dados é a de que, nas clivadas, não é comum que o termo constituinte seja deslocado de sua posição imediatamente anterior à relativa para a posição à direita.

Outra justificativa que contribui para assentar que uma clivada não é relativa é a função sintática, o caso e o papel temático desempenhado pelo pivô e pela categoria vazia interna à relativa, de acordo com Miotto e Negrão (2007). Quando se trata de uma verdadeira relativa, o caso e o papel temático do pivô são independentes. Por sua vez, não existem relações de independência do pivô nas sentenças clivadas; isto sugere que, segundo Miotto e Negrão (2007, p. 176), a posição ocupada pelo foco nas clivadas não tem função gramatical, ao contrário da posição ocupada pelo termo relativizado das sentenças relativas.

Em resumo, considerando as conclusões de Miotto e Negrão (2007, p. 177) a respeito de as clivadas não se constituírem uma relativa, as sentenças clivadas foram desconsideradas nesta pesquisa.

Não foram consideradas na quantificação as sentenças em que o relativo *que* aparece em construções de *ter* com valor semântico dos verbos *fazer e haver*, como em (67).

(67) Acho que tem uns quatro anos [*que eu vou no micareta*], depois de muito tempo sem ir.
[INF02C.F1.W.M]

Quanto à exclusão de dados de algumas rodadas do programa, foram tomadas as seguintes decisões:

1) Nas primeiras rodadas não foram consideradas as relativas introduzidas pelos relativos *onde* e *quando* das rodadas em que se analisa a variação referente à relativa *pied piping versus* relativa cortadora, porque, segundo a literatura gerativa, o *onde* (*quando*⁴¹) ocupa uma posição de sintagma não preposicionado (PP) (KATO; BRAGA; CÔRREA, 1996, p. 308). Portanto são relativas que não requerem uma preposição, como se observa nas ocorrências em (68a-b). Porém foram retomadas em rodadas posteriores para se verificar sua ocorrência. Além disso, no *corpus*, verificou-se uma ocorrência de *pied piping* com o pronome *onde*, como se vê no exemplo em (69). Essa ocorrência foi computada no *corpus* base como relativa *pied piping*.

(68) a. A primeira professora era branquinha, era jovem, era daqui de Feira e ensinava em São Vicente, num fazenda lá [*onde a gente morava*]. [INF10C.F.C.F3.F]

⁴¹ Assume-se essa posição considerando o comportamento semelhante ao do pronome *onde*.

b. Já passei por maus momentos há quatro anos atrás [*quando minha mãe teve um aneurisma cerebral*] e levou sessenta e cinco dias internada na U.T.I. e, durante esses dois meses. [INF06C.F2.JS.M]

(69) Falta de condição. Minha mãe se mudou e aí o lugar [*pra onde ela foi*] não tinha escola perto e ai parei. [INF10CF.C.F3.F]

2) Retiraram-se das rodadas as ocorrências em que a posição relativizada é um genitivo, tendo em vista as diversas estratégias para substituição do relativo *cujo*, pronome recomendado pela tradição gramatical para desempenhar tal função, como se vê nos exemplos em (70a-c). De acordo com Bagno (2004, p. 85), o pronome *cujo* sobrevive com dificuldade em apenas alguns contextos, como em determinados gêneros de texto escrito ou na fala extremamente monitorada (o que seria ainda mais raro). As ocorrências relativas de caso genitivo que foram encontradas e descartadas estão elencadas a seguir, em (70).

(70) a. Programas humorísticos, “A praça é nossa”, Faustão... não se pode perder tempo com Ana Maria Braga, não se pode perder tempo com aquela loira que trabalha no SBT também [*que o nome me foge*]. [INF06C.F2.JS.M]

que = cujo nome me foge.

b. Depois dessa nova diretora aqui, Telma, [*que eu nem sei se eu posso falar o nome dela aqui*], mas graças a Deus depois que ela chegou, mudou. [INF03P.P.F1.M]

que = cujo nome eu nem sei se posso falar.

que = e eu nem sei eu posso falar o nome dela aqui.

c. Onde tem gente que conheço [*que eu posso ficar na casa*]. [INF01C.A.F1, M].

que = em cuja casa eu posso ficar.

No exemplo em (70a), o *que* substitui o pronome *cujo* e observa-se claramente a função de genitivo do termo relativizado. Na relativa em (70b) há duas possibilidades de análise. Uma delas não permite a interpretação do *que* como relativo, mas como um conector aditivo, devido à posição que deveria ser relativizada estar preenchida. A sentença em (70c) pode ser interpretada como uma relativa preposicionada de genitivo, novamente substituída pelo *que*.

De acordo com Bagno (2004, p. 85), o processo de obsolescência do *cujo* não é recente e em fases mais antigas da língua ele exercia outras funções que foram desaparecendo com o

passar do tempo: podia ser um pronome interrogativo e podia ser empregado em construções sem o antecedente expresso. O exemplo em (70b) é semelhante ao exemplo dado por Bagno (2004, p. 84) para explicar o desaparecimento do *cujo*, representado em (71a), a seguir, e reescrito em (71b), de acordo com as gramáticas normativas.

- (71) a. Tem uma planta feito um coqueiro [*que eu não sei o nome dela*] é verde, não dá flores.
 b. Tem uma planta feito um coqueiro [*cujo nome eu não sei*].

(BAGNO, 2004, p. 84-85)

O autor complementa que todas essas perdas de função e estratégias de substituição do *cujo* são bons exemplos do processo ininterrupto de *análise substituindo síntese* que se detecta nas línguas românicas em geral e que explicam o atual estado moribundo do *cujo* no português falado do Brasil.

Após a seleção e a exclusão de dados, foram realizadas as rodadas para a obtenção da quantificação dos resultados, baseando-se em variáveis dependentes e variáveis explanatórias, as quais são descritas nas seções seguintes.

5.3 AS VARIÁVEIS DEPENDENTES

Após a coleta dos dados, deu-se prosseguimento à quantificação e análise dos dados de acordo com a metodologia da Sociolinguística Variacionista. Foram fixadas duas variáveis dependentes tendo em vista as peculiaridades do fenômeno analisado e as variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas, a fim de verificar o encaixamento do fenômeno na estrutura linguística e social. Foi necessária a subdivisão em duas variáveis dependentes: i. A variável dependente 1 – relativas não preposicionadas; ii. A variável dependente 2 – relativas em contexto de sintagma preposicionado, variável de maior interesse nesta pesquisa.

A *variável dependente 1* é constituída de estruturas de relativização em funções que não requerem preposição. As variantes que constituem essa variável dependente são: a relativa com lacuna não preposicionada, como em (72a), e a relativa não preposicionada com lembrete, como em (72b).

- (72) a. Então nós temos um público [*que vem para rua ver o bando*]. [INF12C.F3.S.F]

b. Eu tenho um sobrinho emprestado, sobrinho do meu namorado [*que ele mexe no computador mais do que eu*]. [INF04C.F1.T.F]

A *variável dependente 2* concerne à variação que ocorre entre as estratégias que relativizam uma função preposicionada, em que, segundo a tradição gramatical, a preposição deve preceder o relativo. As variantes consideradas nessa variável são: a relativa *pied piping*, como em (73a), a relativa cortadora, como em (73b), e a relativa cortadora com lembrete, como em (73c).

- (73) a. A pessoa esquece por alguns aquele momento [*em que* ele tá alcoolizado]. [INF02P.J.F1.M]
 b. Tem o dia das mães [\emptyset *que* (= *para o qual*) o coral tá ensaiando]. [INF12C.C.F3.F]
 c. Eu tenho um filho [\emptyset *que* gosto muito *desse filho*]. [INF10.P.FC.F3.F]

O Quadro 14, a seguir, ilustra as variáveis dependentes controladas e suas respectivas variantes para o levantamento e a quantificação dos dados.

Quadro 14 – Variáveis dependentes controladas

GRUPOS DE VARIÁVEIS DEPENDENTES	VARIANTES
Variável dependente 1	Relativa não preposicionada com lacuna
	Relativa não preposicionada com lembrete
Variável dependente 2	Relativa <i>pied piping</i>
	Relativa cortadora
	Relativa cortadora com lembrete

Para a *variável dependente 1*, espera-se que as relativas com lacuna ou não preposicionadas estejam distribuídas em maior número do que as relativas resumptivas, uma vez que trabalhos realizados sobre o tema têm assim atestado. (TARALLO, 1993; BURGOS, 2003; RIBEIRO e FIGUEIREDO, 2009a; 2009b; LUCCHESI, 2015b; OLIVEIRA e RIBEIRO, 2015). Seguindo as considerações do modelo de implicação da Hierarquia da Acessibilidade postulada por Keenan e Comrie (1977), espera-se encontrar maior frequência de relativas de sujeito, seguidas pelas de objeto direto, já que são as posições mais acessíveis à relativização.

Tendo em vista que o objetivo principal deste trabalho é verificar se a mudança proposta por Tarallo (1983) quanto à substituição da relativa *pied piping* pela cortadora está também atestada no português falado em Feira de Santana-BA, a fixação da *variável dependente 2* teve como hipótese que a variação entre essas duas estratégias seria mais evidente na norma culta de Feira de Santana-BA, constituindo uma variação estável, enquanto que, na norma popular feirense, se verificaria um quadro de mudança em progresso, observando maior frequência de uso da variante cortadora na fala dos mais velhos pelo apagamento da preposição, partindo do princípio de que houve TLI. A partir do momento em que os jovens estão mais inseridos na cidade e na escola, estes fariam o uso da variante *pied piping*. Por outro lado, os mais velhos seriam mais conservadores em manter os costumes rurais, logo também seriam conservadores na sua norma popular e vernácula, apresentando uma maior frequência da variante cortadora.

A fim de confirmar ou refutar tal hipótese, formulam-se cinco perguntas, a que se espera responder a partir da análise quali quantitativa dos dados, de acordo com a metodologia da Sociolinguística Variacionista:

- i) Quais estratégias de relativização estão em uso no português falado em Feira de Santana-BA?
- ii) Qual a distribuição de frequência do uso dessas variantes?
- iii) Em que contextos cada variante é realizada?
- iv) Quais fatores explanatórios, linguísticos e socioculturais, atuam no uso variável das orações relativas na comunidade de fala pesquisada?
- vi) Há uma aproximação ou um distanciamento dos polos culto e popular no que se refere ao uso das estratégias de relativização no português feirense?

5.4 VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS

Para responder a tais questionamentos, foram fixadas variáveis linguísticas e sociais, seguindo o que preza a Sociolinguística Variacionista. A escolha das variáveis explanatórias, linguísticas e sociais, utilizadas nesta pesquisa, tem como principal motivação trabalhos já realizados sobre o tema, como os estudos de Tarallo (1983) e Burgos (2003), a intuição da pesquisadora e a realidade sócio-histórica da comunidade pesquisada. Na fixação de cada variável há sempre uma hipótese norteadora, que neste trabalho reflete as perguntas propostas na seção 5.3. As hipóteses são apresentadas juntamente com a análise quali quantitativa dos dados no Capítulo 6, em que se apresentam e se discutem os resultados.

Em uma pesquisa sociolinguística, é fundamental se apoiar no encaixamento do fenômeno considerando fatores linguísticos e sociais na interpretação dos dados. Fazendo uso das palavras de Araújo (2014, p. 226), acredita-se que “os resultados das variáveis controladas em pesquisas sociolinguísticas ficam mais bem delineados quando a sua interpretação é feita de forma abrangente, isto é, interligando resultados de variáveis linguísticas aos de variáveis socioculturais”.

A chave de codificação resultou em doze grupos de fatores explanatórios: oito variáveis linguísticas e quatro variáveis extralinguísticas. Os grupos de fatores que constituíram a chave de codificação para análise dos dados estão elencados a seguir.

5.4.1 Variáveis linguísticas

1) Tipo de pronome relativo

As gramáticas tradicionais, como mencionado no Capítulo 2, listam os seguintes pronomes relativos: *que*, *quem*, *o/os* e *a/as qual(is)*, *cujo (a)*, *onde*, *quanto*, *quando* e *como*. A hipótese que norteia a fixação dessa variável é a alta produtividade do *que* em contraposição aos outros relativos. Durante o levantamento dos dados, consideraram-se todas essas possibilidades de relativo, incluindo *o/a que*, considerando os demonstrativos como antecedentes. Os fatores considerados nessa variável foram exemplificados em (5) no Capítulo 2.

2) Função sintática do pronome relativo

Considerando os trabalhos já realizados sobre o tema, verifica-se que, no PB, é possível relativizar quaisquer funções. Elencam-se como fatores dessa variável todas as funções sintáticas possíveis, exemplificadas em (74). Nem todas as funções previstas na chave de codificação foram encontradas, logo alguns exemplos foram retirados do *corpus* e outros são de autoria própria.

- (74) a. **Sujeito (básico e derivado)**⁴²: Umas alunas minhas de cursinho são alunas de uma professora [*que me incentivou a fazer história*]. [INF01C.F1.CA.M]
- b. **Objeto direto**: Meu pai é uma pessoa [*que eu amo profundamente*]. [INF08C.F2.R.F]
- c. **Objeto indireto**: Encontrei com a moça da loja [*para quem você deu o dinheiro*]⁴³.
- d. **Objeto oblíquo**: Ouço só as musga evangélica [\emptyset *que eu gosto muito*]. [INF08P.R.F2.F]
- e. **Complemento locativo**: Não sei nem qual foi a última festa [\emptyset *que fui*]. [INF01P.F1.CA.M]
- f. **Adjuntos adverbiais**: O trote eu sou a favor, a forma dele [\emptyset *que é hoje feita*], não. [INF01C.F1.CA.M]
- g. **Genitivo**: Ouço contar assim que ela começou nos Olhos d'Água, com dona Ana e o marido [*que não sei o nome*]. J. que sabe contar. [INF10CF.C.F3.F]
- h. **Agente da passiva**: O jornalista [*por quem fui entrevistado*] deixou-me bem à vontade.
- i. **Adjuntos adnominais**: [...] não se pode perder tempo com aquela loira que trabalha no SBT também [*que o nome me foge*]. [INF06C.F2.JS.M]
- j. **Complemento nominal**: São muitas as travessuras [*de que essa criança é capaz*].
- k. **Predicativo**: Admiro a pessoa honesta e trabalhadora [*que ela é*].
- l. **Aposto**: Ontem, [*que foi quinta-feira*], passei o da com dor de cabeça.
- m. **Quantificador**: Roubaram a carteira de identidade dela, todos cartões, talão de cheque dela, tudo [*que ela tinha*]. [INF06 M. F2. F]

3) Função sintática do antecedente

Para a função sintática do antecedente foram consideradas como fatores todas as funções sintáticas mencionadas anteriormente na seção 2, exemplificados a seguir em (75).

- (75) a. **Sujeito (básico e derivado)**: Alguns artistas [*que é da terra mesmo*] é esquecido. [INF03P.P.F1.M]

⁴² Sujeito derivado é aquele selecionado pelos verbos inacusativos (derivado de verbos inacusativos, por isto sua terminologia em sujeito derivado), verbos que selecionam um único argumento interno, podendo este ser alçado para a posição de sujeito. É também chamado de sujeito paciente, de verbos como *nascer, morrer, crescer*, os existenciais e os de ligação, segundo Araújo (2009, p. 239). O sujeito básico é todo aquele que acompanha outros tipos de verbos que não se encaixem nessa categoria.

⁴³ Essa função não aconteceu no *corpus*, por isso o exemplo foi criado, assim como em (74h), (74j) (74k) e (74l).

- b. **Objeto direto:** Tem um vizinho meu [*que o outro matou mode do dinheiro*]. [INF08P.R.F2.F]
- c. **Objeto indireto:** Os livros recolhidos foram dados à biblioteca [*que estava prestes a fechar*].
- d. **Objeto oblíquo:** Eu não lembro assim direito não, uma que acabou tem pouco tempo que falou da menina [*que tinha síndrome*]. [INF02C.L.F1.F]
- e. **Complemento locativo:** Eu fui pra Eunápolis uma vez [*que é bem mais no sul da Bahia mesmo*], perto de Porto Seguro. [INF03C.F1.P.F]
- f. **Adjuntos adverbiais:** Não o menino da mobilete que mataram com um tiro de pistola, ali naquela área [*Ø que J. trabaia*]. [INF01C.C.A.F1.M] (Adjunto adverbial locativo)
- g. **Adjunto adnominal:** Tive um terceiro irmão de uma terceira família [*que meu pai teve*]. [INF05C.F2.JR.M]
- h. **Agente da passiva:** E eu fui agraciado pelo criador e pelo casal [*que eu encontrei*]. [INF05C.J.F2.M]
- j. **Genitivo:** Encontrei na casa de uma irmã [*que também é professora daqui*]. [INF05C.F2.JR.M]
- k. **Predicativo**⁴⁴: Minha família num é uma família [*que gosta de música*]. [INF01C.F1.CA.M]
- l. **Aposto:** Eu queria que Mélia fosse porque Mélia, essa irmã [*que eu tive*], eu gostava muito. [INF11P.B.F3.M]
- m. **Quantificador:** Eu como é tudo minha filha, tudo [*que eu achar*]. [INF02P.L. F1. F]
- n. **Objeto topicalizado:** Até o ar [*que nós respira dentro dela*] nós paga. [INF01C.A.F1.M].

4) Natureza da oração

Adotou-se para a quantificação a natureza semântica da oração e controlaram-se os seguintes fatores: relativas restritivas, relativas explicativas ou apositivas e relativas com demonstrativos⁴⁵.

⁴⁴ Consideraram-se de predicativo todas as relativas em que se observa a constituição completa da sentença matriz, como no exemplo em (75j), diferente das sentenças clivadas, que salientam sintaticamente apenas um constituinte (KATO; BRAGA; CORRÊA, 1996, p. 308).

⁴⁵ Embora essas duas últimas denominações não sejam tratadas na literatura linguística, foram consideradas por aparecerem no *corpus*, e busca-se aqui fazer uma análise fiel e adequada sobre os dados encontrados.

a) Restritivas

- (76) A relação [*que eu tinha com um ele*] na minha infância é uma relação assim mais de pai e filho do que propriamente de irmãos. [INF01C.F1.CA.M]

b) Explicativas ou apositivas

- (77) Eu não conheço Morro de São Paulo, Porto Seguro [*que é bem pertinho né*]. [INF02P.L.F1.F]

c) Relativas com demonstrativo

- (78) Porque todos sabem, vá no meu quarto e escolha a roupa que você quiser, [*a que mais lhe agradar*], pega e vista. [INF06C.F2.JS.M]⁴⁶

5) Natureza semântica do antecedente

A natureza semântica do antecedente concerne à referencialidade do antecedente, isto é, refere-se à relação existente entre uma expressão e sua natureza semântica, aquilo que essa expressão designa ou representa. Os fatores de referencialidade adotados para esta pesquisa encontram-se a seguir.

a) [+ animado]

- (79) Um^as alunas minhas de cursinho são alunas de uma professora [*que me incentivou a fazer História*]. [INF01C.F1.CA.M]

b) [- animado]

⁴⁶ Controlou-se esse fator, mas ao decorrer da análise as poucas ocorrências de *relativas com demonstrativo* foram amalgamadas na rodada, já que eram também restritivas.

- (80) Mas é um laboratório de ensino da matemática [*que serve de apoio aos professores*] [INF05C.F2.JR.M]

6) Valor semântico do termo preposicionado relativizado

O valor semântico do conectivo oracional é uma variável caracterizada pelo sentido semântico do pronome relativo e foi somente considerada para as funções preposicionadas, *variável dependente 2*. Os fatores considerados para essa variável são: *pessoa, lugar, causa, tempo, modo, coisa e quantidade*, exemplificados nas ocorrências dispostas a seguir.

a) Pessoa

- (81) Não há sentido fundar uma escola hoje pra uma juventude [*que, na verdade, não quer estudar*]. [INF06C.F2.JS.M]

b) Causa

- (82) A gente vê que foi uma mudança radical [que aconteceu na cidade]. [INF07C.F2.H.F]

c) Lugar

- (83) Depois que eu conheci algumas pessoas, depois que eu mudei os ambientes [*que eu andava*], eu direcionei a minha vida. [INF02C.F1.W.M].

d) Modo

- (84) Quando você tá numa escola particular a atenção [*que você tem do professor*] é maior do que quando você tá numa escola pública. [INF02C.F1.W.M]

e) Coisa

- (85) Era as coisas [*que eu mais gostava*], hoje em dia, comida mais leve, natural e light. [INF10P.F.C.F3.F]

f) Quantidade

- (86) Tudo [*que meus pais me davam*], eu sabia receber assim, talvez valorizar. [INF07C.F2.H.F]

g) Tempo

- (87) E nessa fase [*que eu perdi meio a minha juventude*], os livros e a História me ajudava muito. [INF01C.F1.CA.M]

Essa variável foi observada no estudo de Ribeiro e Figueiredo (2009a; 2009b). Acredita-se que essa variável seja relevante para se compreender a característica semântica dos pronomes relativos presentes no *corpus*. No Quadro 15 constam todas as variáveis linguísticas controladas.

Quadro 15 – Variáveis linguísticas controladas

VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	FATORES
Tipo de pronome relativo	<i>Que; quem; o/os e a/as qual(is); cujo(a); onde; quanto; quando; como</i>
Função sintática do pronome relativo	Sujeito; objeto direto; objeto indireto; objeto oblíquo; complemento locativo; adjuntos adverbiais; genitivo; agente da passiva; adjuntos adnominais; complemento nominal; predicativo; aposto; quantificador; objeto topicalizado
Função sintática do antecedente	Sujeito; objeto direto; objeto indireto; objeto oblíquo; complemento locativo; adjuntos adverbiais; genitivo; agente da passiva; adjuntos adnominais; complemento nominal; predicativo; aposto; quantificador; objeto topicalizado
Natureza da oração	Restritiva; explicativa; relativa c/ demonstrativo
Natureza semântica do antecedente	[+ animado]; [- animado]
Valor semântico do conectivo oracional	Pessoa; causa; lugar; modo; coisa; quantidade; tempo

5.4.2 Variáveis extralinguísticas

Uma pesquisa sociolinguística não tem fundamento se não houver correlação com os atributos sociais da comunidade de fala que está sob análise. A pesquisa sociolinguística só constitui o seu caráter social se o pesquisador levar em consideração as variáveis extralinguísticas ou socioculturais, interligando-as às variáveis linguísticas explanatórias, ou seja, considera-se imprescindível analisar as particularidades da comunidade de fala em questão.

Além de pontuar a importância que as variáveis extralinguísticas têm para o tipo de pesquisa aqui realizada, é muito importante ponderar a realidade linguística plural e heterogênea do português, incluindo a polarização linguística do PB em norma culta e popular, discutida por Lucchesi (2001) e Mattos e Silva (2004b). Buscam-se, então, justificativas na sócio-história linguística configurada no Brasil para se compreender as estratégias de relativização.

Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) propõem que, em uma pesquisa sociolinguística, os fatores extralinguísticos são tão importantes quanto os fatores linguísticos na compreensão dos fenômenos variáveis e afirmam que alguns deles podem ser desencadeadores da variação e da mudança linguística, como a faixa etária, a escolaridade e o sexo dos falantes. Os fatores extralinguísticos controlados nesta pesquisa foram:

1) Sexo do informante

O sexo do informante é uma variável recorrente na análise e interpretação dos fenômenos linguísticos analisados nos trabalhos sociolinguísticos. Em uma efervescente discussão sobre essa variável e o papel do sexo nas análises de cunho sociolinguístico, Labov (1990; 2001) assume que é necessária uma codificação do sexo do falante por uma abordagem biológica, com a finalidade de permitir uma maior comparabilidade entre as pesquisas. Por sua vez, a codificação e a interpretação dos dados em função do gênero ficariam passíveis de uma abordagem sociocultural. Os fatores considerados foram:

1. Mulher

2. Homem

Como se pretende analisar se há uma aproximação das normas culta e popular no português falado em Feira de Santana, a hipótese que se formula com o controle dessa variável – por uma abordagem biológica – é a mútua realização da estratégia cortadora por ambos os sexos (homem ou mulher), confirmando a implementação da mudança no sistema sintático do PB apontada por Tarallo (1983), no que diz respeito às estratégias de relativização.

2) Faixa etária

Além de ser uma variável praticamente obrigatória nos estudos sociolinguísticos e variacionistas, a faixa etária é de extrema importância para esta pesquisa porque permite observar e fazer uma projeção geracional a respeito do fenômeno estudado e, ademais, fornece uma clara representação histórica que pode ser usada como uma plausível justificativa ou evidência para a confirmação da mudança linguística.

De acordo com Weinreich, Herzog e Labov (2006 [1968]), a faixa etária é uma variável que fornece indícios para uma competição equilibrada entre variantes na realização de um determinado fenômeno – o que se chama de variação estável – ou, se a geração da faixa etária mais jovem lidera o uso de uma das variantes, fazendo com que uma delas se sobressaia. Trata-se de evento processual denominado de mudança em progresso. A seguir estão descritas as faixas etárias controladas nesta pesquisa:

1. Faixa I: de 25 a 35 anos
2. Faixa II: de 45 a 55 anos
3. Faixa III: acima de 65 anos

Os estudos de Tarallo (1983) sobre as construções relativas revelaram uma mudança em progresso no sistema sintático do português brasileiro do século XIX. Tomando como base os resultados de Burgos (2003) e de Lucchesi (2015b), além de outros estudos mencionados anteriormente, espera-se que, tanto na norma popular quanto na norma culta, a faixa mais jovem – Faixa I – favoreça o uso das relativas cortadoras e a mais velha – Faixa III – iniba tal estratégia, podendo então argumentar que o português falado em Feira de Santana esteja conduzindo a uma mudança em progresso, ou, mais ambiciosamente, esteja confirmando a implementação da mudança a favor do uso das relativas cortadoras.

3) Escolaridade do informante

Adotou-se essa variável a partir da pressuposição de que a escolaridade poderia atuar como um fator relevante na aquisição da relativa considerada canônica pela tradição gramatical, a relativa *pied piping*. Os fatores considerados para essa variável estão listados a seguir.

1. Baixa ou inexistente (analfabetos ou semialfabetizados)
2. Ensino superior completo com ou sem pós-graduação

Assim, espera-se que as relativas *pied piping* encontradas nas amostras sejam mais produzidas pelos informantes mais escolarizados, aqueles com o ensino superior completo com ou sem pós-graduação, representantes da norma culta desta investigação. Para essa variável, espera-se que as relativas cortadoras (com ou sem correferente pronominal) estejam presentes tanto na fala dos informantes da norma popular quanto da norma culta, com a finalidade de novamente se confirmar a aproximação de tais normas (LUCCHESI, 2001; MATTOS E SILVA, 2004b).

O Quadro 16, a seguir, centraliza e resume todas as variáveis sociais controladas na pesquisa.

Quadro 16 – Variáveis sociais controladas

VARIÁVEIS SOCIAIS	FATORES
Sexo do informante	Mulher
	Homem
Faixa etária	Faixa I: de 25 a 35 anos
	Faixa II: de 45 a 55 anos
	Faixa III: acima de 65 anos
Escolaridade do informante	Baixa ou inexistente (analfabetos ou semialfabetizados)
	Ensino superior completo com ou sem pós-graduação

A próxima seção descreve brevemente o GoldVarb X, uma ferramenta computacional essencial para os estudos sociolinguísticos e utilizada como suporte estatístico para o tratamento quantitativo dos dados.

5.5 SUPORTE QUANTITATIVO: O GOLDVARB X

O suporte quantitativo e estatístico desta pesquisa foi gerado pela ferramenta computacional denominada GoldVarb 2005 ou GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Essa ferramenta constitui uma nova versão do programa Varbrul e fornece os mesmos resultados, mas com maior praticidade de manuseio, pois é compatível com a plataforma Windows.

Araujo (2014, p. 240) pondera que, com o auxílio do GoldVarb X, conseguem-se as frequências das ocorrências das variantes associadas a cada um dos fatores das variáveis explanatórias; obtém-se o peso relativo de cada um dos fatores das variáveis explanatórias; são fornecidos a seleção das variáveis explanatórias estatisticamente relevantes e o nível de significância dos resultados obtidos.

Vale ressaltar que, embora o GoldVarb X seja um instrumento estatístico de bastante relevância para qualquer sociolinguista, não deve ser configurado como único meio de análise. Os dados percentuais e os pesos relativos nada significam sem uma fiel e adequada interpretação linguística. Cabe aqui a reflexão proposta por Guy (2007) de que

[...] o trabalho quantitativo não é um substituto, mas apenas um acessório para a análise linguística. O programa Varbrul apenas realiza manipulações matemáticas sobre um conjunto de dados. Ele não nos diz o que os números significam, muito menos faz linguística por nós. Se estamos perguntando: “Qual seria a melhor generalização Linguística?”, a resposta vem de nossa teoria linguística, não de um programa estatístico. (GUY, 2007, p. 65)

O próximo capítulo apresenta a análise linguística dos dados a partir dos resultados obtidos com a ferramenta GoldVarb X, interpretando-os, correlacionando-os com o aporte teórico discutido e confirmando ou não as hipóteses formuladas.

5.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Neste capítulo, apresentou-se a metodologia utilizada em todas as etapas da investigação a respeito das estratégias de relativização em Feira de Santana-BA, da descrição da amostragem

e do *corpus* analisado até a descrição das variáveis dependentes e independentes que serviram de suporte para a interpretação linguística dos dados. Consideram-se relevantes para apresentação e discussão dos dados os seguintes pontos abordados:

- i. O levantamento e o tratamento dos dados;
- ii. A seleção e exclusão dos dados;
- iii. A variável dependente 1;
- iv. A variável dependente 2, variável de maior enfoque nesta pesquisa;
- v. As variáveis explanatórias linguísticas;
- vi. As variáveis explanatórias sociais.

6 A APRESENTAÇÃO E A DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados quantitativos e qualitativos do uso das estratégias de relativização nas normas culta e popular do português urbano falado em Feira de Santana-BA. Discute-se o processamento das construções relativas, objetivando compreender o comportamento linguístico da comunidade de fala investigada, correlacionando os dados encontrados com a sua particularidade sócio-histórica e sócio-demográfica.

Primeiramente, apresentam-se os resultados gerais com a finalidade de visualizar o escopo total das ocorrências encontradas e sua distribuição pelas estratégias de relativização não preposicionadas e preposicionadas. Em seguida, apresenta-se separadamente o resultado das duas variedades, culta e popular, em que fica evidente a aproximação entre a norma culta da elite urbana, por um lado, e a norma popular das classes urbanas mais baixas, por outro.

Com o objetivo de fornecer uma visão mais abrangente sobre o fenômeno da relativização no português urbano feirense, são trazidos os resultados das duas variáveis dependentes. Inicialmente, expõem-se os resultados da *variável dependente 1*, almejando apenas demonstrar as ocorrências das relativas não preposicionadas, sem realizar uma interpretação detalhada das variáveis explanatórias. Na sequência, é apresentada a distribuição percentual da *variável dependente 2*, que diz respeito às estratégias de relativização preposicionadas e suas respectivas ocorrências, variável de maior interesse interpretativo, discutindo os dados encontrados a partir do que foi possível observar com as variáveis explanatórias e correlacionando-os com alguns dos resultados obtidos nos estudos já comentados nesta dissertação que investigaram a relativização em diversas variedades da língua portuguesa, quer a nível nacional quer intercontinental.

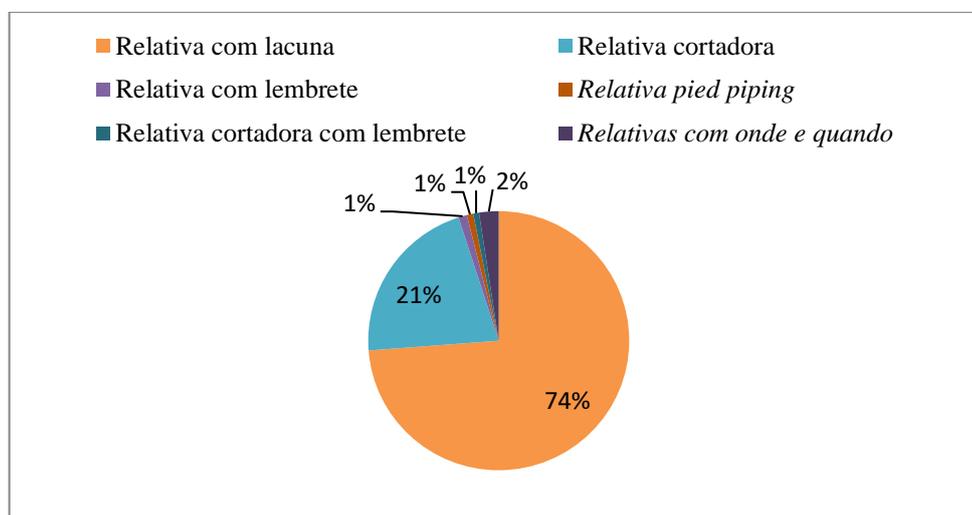
6.1 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS DEPENDENTES

A partir da metodologia descrita no Capítulo 5, foram levantadas e codificadas todas as ocorrências das estratégias de relativização realizadas pelos falantes feirenses, sendo desconsideradas e excluídas as construções que se enquadravam nos critérios previamente estipulados e justificados na seção 5.2.1.

Os dados das normas culta e popular do português falado em Feira de Santana-BA totalizaram 1248 relativas, das quais foram encontradas construções de relativa com lacuna, relativa com lembrete, relativa *pied piping* , relativa cortadora, relativa cortadora com lembrete

e relativa de *onde* e *quando*⁴⁷, visualizadas no Gráfico 1, a seguir. Vale ressaltar que as ocorrências no Gráfico 1 são referentes à tudo o que foi encontrado de oração relativa desenvolvida no *corpus*.

Gráfico 1 – Estratégias de relativização em Feira de Santana-BA nas normas culta e popular.



O Gráfico 1 ilustra a distribuição geral das estratégias de relativização no *corpus* analisado de Feira de Santana-BA, nas amostras de fala culta e popular. A partir da leitura do gráfico, observa-se que as estratégias com lacuna são as mais realizadas (74% do total), que constituem a *variável dependente 1*, relativas não preposicionadas, predominando as relativas consideradas padrão, devido à presença da lacuna, aquelas de SU ou OD ou outras funções que não requerem a preposição. Em contrapartida, as relativas com lembrete que concorrem com essa variante aparecem em número bastante reduzido, 13 ocorrências apenas, 1% dos dados.

Quanto às relativas que constituem a *variável dependente 2*, ou seja, aquelas relativas de posições preposicionadas, tem-se o maior uso da relativa cortadora com 21% de todo o *corpus*, variante considerada não padrão, um comportamento diferente quando se compara ao comportamento linguístico observado no uso das relativas não preposicionadas. Verificaram-se relativas cortadoras principalmente nas posições de objeto oblíquo, complemento locativo, adjunto adverbial locativo e adjunto adverbial de tempo, como no exemplo em (92). Quanto às relativas *pied piping*, foram encontradas apenas 10 ocorrências em todo *corpus*, o que

⁴⁷ O Gráfico 1 ilustra a distribuição de tudo o que foi encontrado no *corpus*, no que diz respeito às relativas desenvolvidas. Embora tenham sido levantadas ocorrências de seis tipos diferentes de orações relativas e apresentadas nos resultados gerais, essas variantes foram subdivididas em duas variáveis dependentes: a variável dependente 1, de termos não preposicionados; e a variável dependente 2, que diz respeito as variantes de termos preposicionados.

corresponde a 1%, como nos exemplos relacionados em (93) e (94). Relativas que acumulam o fato de serem cortadoras e resumptivas ao mesmo tempo computaram novamente 1% do total do *corpus*, 9 ocorrências, como se vê em (95) e (96). Por fim, quanto às relativas introduzidas por *onde* e *quando*, que retomam um SN preposicionado, mas que não exigem a subida da preposição, uma vez que o relativo satura essa necessidade, verificou-se um percentual um pouco mais significativo, 2% do total de relativas analisadas.

A Tabela 3 registra a quantificação geral das estratégias encontradas nas variedades culta e popular feirenses, de acordo com o termo relativizado.

Tabela 3 – Distribuição geral das *estratégias de relativização* encontradas no português falado em Feira de Santana-BA: culto e popular

Termo relativizado	Estratégias de relativização	Oc./Total	Frequência
Não preposicionado	Com lacuna	919/932	98%
	Com lembrete	13/932	2%
Preposicionado	<i>Pied piping</i>	10/316	3%
	<i>Onde e quando</i>	33/316	10%
	Cortadora	264/316	84%
	Cortadora com lembrete	9/316	3%

Os resultados quantitativos das estratégias de relativização no português urbano falado em Feira de Santana-BA revelam uma distribuição já atestada em diversos trabalhos – Tarallo (1983; 1993), Burgos (2003), Ribeiro e Figueiredo (2009a), Lucchesi (2015b), Oliveira e Ribeiro (2015) –, de que as posições não preposicionadas são mais relativizadas (932/75%) do que as posições preposicionadas (316/25%), consideradas mais baixas na estrutura da Hierarquia de Acessibilidade, conforme Keenan e Comrie (1977).

Os dados levam a pensar que são mais frequentes as relativas com lacuna, nas relativas não preposicionadas. Para o foco deste trabalho, que são as relativas cortadoras, realizou-se uma separação das variáveis em relativas não preposicionadas e preposicionadas, como se discute mais adiante. A predominância pela relativização de termos não preposicionados também é observada quando as normas são visualizadas separadamente, conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição das *estratégias de relativização* encontradas nas normas culta e popular do português falado feirense

Termo relativizado	Estratégias de relativização	NORMA CULTA		NORMA POPULAR	
		Oc./Total	Frequência	Oc./Total	Frequência
Não prep.	Com lacuna	539/546	99%	380/386	99%
	Com lembrete	7/546	1%	6/386	1%
Prep.	<i>Pied piping</i>	6/180	4%	4/136	3%
	<i>Onde/Quando</i>	25/180	14%	8/136	6%
	Cortadora	146/180	81%	118/136	86%
	Cortadora com lembrete	3/180	1%	6/136	5%

Os números visualizados na Tabela 4 indicam que há uma aproximação das normas culta e popular do português falado em Feira de Santana-BA, assim como foi postulado por Lucchesi (2001) e reafirmado por Mattos e Silva (2004b) a respeito do português brasileiro. Os autores, tendo em vista a sócio-história da formação do PB, defendem que existe uma polarização linguística no português do Brasil – de um lado a norma culta, com suas características peculiares, e de outro a norma popular – que, posteriormente, tende a diminuir quando ocorrem mudanças de cima para baixo e de baixo para cima. No *corpus* observado, os resultados demonstram que, se houve polarização nas comunidades de fala investigadas, hoje já está superada, pelo menos no que concerne ao uso das orações relativas.

A *variável dependente 1* é a relativização de funções que não requerem preposição. As variantes que constituem essa variável dependente são: a relativa não preposicionada com lacuna, como em (88), e a relativa não preposicionada com lembrete, como em (89).

(88) Dentro dessas bolsas [*que nós temos ___*], bolsa acadêmica, bolsa pesquisa, ela é uma bolsa um tanto diferenciada. [INF01C.F1.CA.M]

(89) Hoje em dia eu tenho uma irmã [*que ela tem o segundo grau*]. [INF02C.L.F1.F]

Isolando os resultados da *variável dependente 1*, fica mais evidente o comportamento já demonstrado na tabela com o cômputo geral dos dados quanto ao uso das estratégias de relativização não preposicionadas. Como já demonstrado anteriormente, a hipótese de que as relativas com lacuna estão distribuídas em maior número do que as relativas resumptivas nas amostras analisadas é confirmada, corroborando o atestado em trabalhos realizados sobre o

tema (TARALLO, 1993; BURGOS, 2003; LUCCHESI, 2015b; RIBEIRO e FIGUEIREDO, 2009a; OLIVEIRA e RIBEIRO, 2015).

Observa-se que a estratégia com lacuna obteve um percentual 99% na distribuição separada das normas culta e popular, principalmente relativizando as posições mais altas, como SU e OD, conforme os exemplos em (90a) e (90b), respectivamente.

(90) a. **Sujeito:**

Que segurança tem? Tem uma aviaturinha [*que passa lá*]. [INF01C.CA.F1.M]

b. **Objeto direto:**

Os mestre de obra [*que tem aqui dentro*] vem com sua equipe pronta. [INF01C.CA.F1.M]

Por sua vez, a relativa com lembrete ocorreu em apenas 13 construções das 932 relativas não preposicionadas encontradas no *corpus*. Essas treze ocorrências podem ser vistas no exemplo em (91).

(91) a. Engraçado porque antigamente esse meu irmão, esse que eu te falei [*que a diretora queria que ele continuasse como bolsista*] e a gente não, é porque ele era o mais estudioso. [INF02C.F1.W.M]

b. Eu acho o computador, esses sites [*que eles proporcionam todas essas coisas*], eles também proporcionam você juntar pessoas que não tem boa índole, né? [INF04C.F1.T.F]

c. Eu tenho um sobrinho emprestado, sobrinho do meu namorado [*que ele mexe no computador*] mais do que eu. [INF04C.F1.T.F]

d. Eu tenho um amigo mesmo em Salvador [*que há dois anos atrás ele tava na sala de aula né*], e tinha um aluno fazendo baderna. [INF07C.F2.H.F]

e. O empório das fábricas das fardas é dela, é dela e de E., [*que E. tem a boutique*]. [INF11C.F3.F.F]

f. Eu acho que o poder público é responsável pelo ordenamento da cidade, do trânsito, é do próprio plano diretor da cidade, [*que ele é muito ativo*]. [INF12C.F3.S.F]

g. Foi uma dor no estômago que lá teve uma colega minha [*que ela trabalha lá*]. [INF04P.I.F1.F]

h. Teve uma colega minha que ela trabalha lá [*que ela é enfermeira*] ela disse que já teve muitos casos desse lá. [INF04P.I.F1.F]

- i. Paco [*que ele não tinha mãe*], que ele era rico e não fazia questão do dinheiro dele. [INF04P.I.F1.F]
- j. O Paco [*que ele era rico*] e não fazia questão do dinheiro dele. [INF04P.I.F1.F]
- k. Tanto o governo de São Paulo, como o governo de Minas, [*onde lá dispõe assistência social*]. [INF05P.J.F2.M]
- l. Meu sonho é conhecer o Rio de Janeiro, [*onde minha filha mora lá*] um dia eu vou em nome de Jesus! [INF08P.R.F2.F]
- m. Então, de certa forma, esses indivíduos que acusam o pagodeiro de alienado, tal, é um indivíduo [*que, muitas vezes, ele é tão alienado quanto aquele pagodeiro*], ele é um alienado fechado, né. [INF01C.F1.CA.M]⁴⁸

Os exemplos em (91) representam todas as relativas com lembrete encontradas no *corpus*, sendo onze introduzidas pelo relativo *que* e duas pelo relativo *onde*. Quando introduzidas pelo *que*, o antecedente é retomado anaforicamente pelos pronomes lembretes: *ele* (91c; 91m), *eles* (91b) e *ela* (91h); e, também, por um nome próprio *E.*, como em (91e). Quando introduzidas pelo *onde*, o antecedente é retomado por um lembrete adverbial, *lá*, nos dois últimos exemplos, (91k) e (91l).

Acredita-se que o pouco uso da relativa com lembrete seja consequência da estigmatização que os falantes atribuem a esse tipo de construção, explicando o seu caráter marginal, como salientou Tarallo (1993, p. 88) e como verificou o estudo sobre o PE de Alexandre (2000), em que 83% dos falantes avaliaram as resumptivas – as relativas com lembrete – como agramaticais. O pouco uso da relativa com lembrete pode ser resultado do problema da avaliação, um dos cinco problemas da mudança linguística postulados por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), ao afirmarem que o modo como o falante avalia determinada variante pode desencadear ou não a mudança.

Porém, ao considerar apenas o trabalho de Tarallo (1993), verifica-se que há um lapso temporal entre o seu estudo e o empreendido nesta pesquisa, o que leva ao questionamento de se realmente é a estigmatização o fator responsável pela baixa frequência dessa estratégia. Qual seria o motivo para que essa estratégia, que se mostrava ascendente no trabalho do autor, não se tenha imposto como uma variante mais recorrente no PB? As causas desse comportamento

⁴⁸ Acredita-se que esse seja um caso ambíguo. Inicialmente foi classificado como uma construção clivada com lembrete por ser constituída pela expressão verbo *ser* + *que* e um pronome anafórico – *ele* – que retoma o nome *indivíduo*, mas, por possuir um sintagma nominal explícito no início da sentença – *esses indivíduos* –, opta-se pela opção de interpretá-lo como uma relativa com lembrete.

extrapolam os objetivos desta dissertação, porém é importante verificar, posteriormente, que fatores linguísticos e extralinguísticos estão envolvidos nesse comportamento.

A Tabela 5 dispõe a distribuição das relativas não preposicionadas nas duas normas pesquisadas e verifica-se similar comportamento quando observadas separadamente, já que a estratégia com lacuna é a construção mais relativizada, tanto na norma culta quanto na norma popular feirense.

Tabela 5 – Distribuição da *variável dependente 1* nas normas culta e popular feirenses

ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO NÃO PREPOSICIONADAS	NORMA CULTA		NORMA POPULAR	
	Oc./Total	Frequência	Oc./Total	Frequência
Com lacuna	539/546	98,8%	380/386	98,5%
Com lembrete	7/546	1,2%	6/386	1,5%

Os resultados na Tabela 5 indicam que há uma regra semicategórica⁴⁹ quanto a frequência de uso das relativas de termos não preposicionados, o que foi apresentado por Labov (2003). Embora tenham sido poucas as ocorrências de relativas não preposicionadas com lembrete (13 ocorrências, 2,7%), como elencadas no exemplo em (91), vale ressaltar que foi encontrado na norma culta um caso de clivada⁵⁰ com pronome lembrete e esse contexto é apontado por Lucchesi (2015b) como favorecedor de relativa com lembrete. A ocorrência encontra-se disposta em (92), a seguir.

(92) É o capitalismo avançado dentro da contemporaneidade [*que ele transforma tudo em mercadoria*], uma mercadoria efêmera. [INF01C.F1.CA.M]

A variação entre a estratégia com lacuna e a estratégia com lembrete não é o foco principal desta investigação. Desse modo, pretendeu-se apenas descrever o seu comportamento no *corpus*, identificando as ocorrências que mais se mostraram relevantes para a discussão.

⁴⁹ Labov (2003, p. 243) apresenta três soluções quantitativas para a interpretação sociolinguística dos dados: (i) regra categórica, quando atinge 100%; (ii) regra semicategórica, de 95-99%; e (iii) a regra variável, de 5% a 95%.

⁵⁰ Essas estratégias não foram consideradas no cômputo geral dos dados, exposto no Capítulo 5.

Sendo assim, procede-se a seguir à análise da *variável dependente 2*, pela sua contribuição na compreensão do português brasileiro a partir da perspectiva da transmissão linguística irregular.

A *variável dependente 2* considerou a variação que ocorre entre as estratégias que relativizam uma função preposicionada e em que, segundo a tradição gramatical, a preposição deve preceder o relativo. Os resultados estão dispostos na Tabela 6⁵¹.

Tabela 6 – Distribuição da *covariação cortadora versus pied piping* nas normas culta e popular feirenses

Estratégias de relativização preposicionadas	NORMA CULTA		NORMA POPULAR	
	Oc./Total	Frequência	Oc./Total	Frequência
<i>Pied piping</i>	6/155	4%	4/128	3%
Cortadora ⁵²	149/155	96%	124/128	97%

Os resultados da Tabela 6, realizando uma leitura vertical, permitem afirmar que a estratégia cortadora predomina tanto na norma culta quanto na norma popular do português falado em Feira de Santana-BA em detrimento da estratégia *pied piping*. E que se verifica, também, uma regra semicategórica (LABOV, 2003) na frequência de uso de estratégias de relativização preposicionadas.

Quanto ao uso das estratégias *pied piping* e cortadora, a hipótese fixada foi a de que se observaria uma variação estável dessa variável na norma culta feirense, quando analisadas separadamente, devido ao processo de escolarização, o que não foi comprovado pelos dados da Tabela 6, pois foram poucos os casos de *pied piping*, o que não permite realizar generalização, embora das poucas realizadas a maior parte tenha sido encontrada na norma culta.

Na norma culta, foram quantificadas 155 relativas de função preposicionada, sendo que, desse total, 149 foram de relativas cortadoras, com um percentual de 96%. Para a norma popular, verificam-se 124 ocorrências de cortadoras de um total de 128 construções, com um percentual de 97%.

Quanto às relativas *pied piping*, em que se verifica a colocação da preposição antes do pronome relativo, foram computadas apenas 10 ocorrências, 6 na norma culta (4%) e 4 na norma popular (3%).

⁵¹ Não estão computadas nesta tabela as relativas de *quando*, *onde* e *como*, pois, embora se realize um SN preposicionado, o relativo satura o PP.

⁵² Para a visualização dos resultados desta tabela, foram amalgamadas todas as relativas cortadoras, incluindo as com lembrete.

Dessa forma, foi computado um total de 283 relativas de funções preposicionadas na covariação entre a cortadora e a *pied piping* nas normas culta e popular do português falado em Feira de Santana-BA. Desse total, observando a tabela horizontalmente, as relativas cortadoras lideram com 273 ocorrências: sendo 149 (54,5%) referentes à norma culta e 124 (45,5%) correspondentes à norma popular e estão exemplificadas em (93).

(93) Tem o dia das mães [*Ø que* (= *para o qual*) *o coral tá ensaiando*]. [INF12.P.C.F3.F]

Como dito anteriormente, as *pied piping* foram realizadas em 10 ocorrências, resultando num percentual de 3,5% das ocorrências de relativas com função preposicionada. Em (94), apresentam-se as 6 ocorrências da norma culta e, em (95), as 4 ocorrências da norma popular, listadas a seguir.

(94) a. O curso de História não faz o trote, o trote [*ao que a gente convencionou chamar*] do pessoal de engenharia. [INF01C.F1.CA.M]

b. Eu lembro do dia [*em que meu irmão passou no vestibular*], foi assim uma uma felicidade conjunta, meu irmão passou e passaram no mesmo dia meu irmão e três primos nossos. [INF04C.F1.T.F]

c. Comparado com a época [*em que nós estudamos no ensino*], na educação básica né, não tinha tanta violência como hoje. [INF07C.F2.H.F]

d. Mesmo porque nesses períodos [*em que esses clubes eram assim dinâmicos*], eu estava em Salvador. [INF09C.F3.J.M]

e. Porque a UEFS eu acompanho desde a época [*em que funcionava lá no CUCA*⁵³], né? [INF09C.F3.J.M]

f. A levagem era assim, simbolizava a levagem da lenha simbolizava uma época [*em que a cidade não tinha luz elétrica*] e a praça da Matriz era iluminada por fogueiras. [INF12C.F3.S.F]

(95) a. A pessoa esquece por alguns momentos [*em que ele tá alcoolizado*]. [INF02.P.J.F1.M]

b. Minha mãe se mudou e aí o lugar [*pra onde ela foi*] não tinha escola perto e ai parei. [INF10.P.FC.F3.F]

⁵³ Centro Universitário de Cultura e Arte, da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA.

c. Naquele tempo era uma companhia calma, tranquila, foi o tempo [*em que a feira tava crescendo*]. [INF07P.F.F2.M]

d. No dia [*em que minha filha, minha filha adoeceu*] eu fui aí pro Dom Pedro. [INF12P.C.F3.F]

As preposições encontradas nas ocorrências de *pied piping* são *a*, *em* e *pra*. Dessas preposições, a maioria que acompanha os relativos nas construções *pied piping* encontradas são lexicais⁵⁴, pois introduzem adjunto adverbial de tempo e adjunto adverbial locativo, conforme os exemplos dispostos em (94b-f) e (95a-d). Foi encontrada apenas uma preposição funcional, como no exemplo em (94a).

Com a finalidade de verificar se as resumptivas mantêm o mesmo comportamento observado na análise da *variável dependente 1*, separaram-se as relativas preposicionadas com lacuna das que não contêm lacuna na distribuição geral de todas as relativas preposicionadas encontradas. Esses resultados podem ser visualizados na Tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição geral das *relativas preposicionadas com ou sem lacuna* nas normas culta e popular feirenses

Estratégias preposicionadas com ou sem lacuna	NORMA CULTA		NORMA POPULAR	
	Oc./Total	%	Oc./Total	%
<i>Pied piping</i> com lacuna	6/10	4%	4/10	4%
<i>Pied piping</i> com lembrete	–	–	–	–
Cortadora com lacuna	146/264	94%	118/264	92%
Cortadora com lembrete	3/9	2%	6/9	4%
TOTAL	155/283		128/283	

Como se verifica na Tabela 7, as cortadoras com lembrete ocorrem em 9 das 283 sentenças de relativização preposicionadas do *corpus*, o que retoma a discussão quanto à marginalização social que lhe é atribuída, considerada por Tarallo (1993, p. 88). As 9 construções de cortadoras com lembrete ou resumptivas estão exemplificadas a seguir, 3 ocorrências da norma culta em (96) e, em (97), as 6 sentenças encontradas na norma popular.

⁵⁴ A Gramática Gerativa traz uma categorização na qual as preposições são divididas em lexicais e funcionais. As lexicais se caracterizam por serem predicados e trazerem carga semântica, isto é, atribuem papel e são capazes de selecionar semanticamente os argumentos, o que não acontece com as funcionais, que apenas acompanham a função sintática do termo a que está ligada (MIOTO; SILVA; LOPES, 1999).

- (96) a. Não, porque o PROMERA é uma bolsa [\emptyset *que* [n]ela eu num vejo problema]. Concilio numa boa. [INF01C.F1.CA.M]
- b. Porque o pai dos meus filhos é sergipano, então eu tenho pessoas assim muito especiais, né, que vivem lá, né, e [\emptyset *que* eu gosto bastante dessas pessoas] [INF08C.F2.R.F]
- c. Eu vou nessas missas festivas e coisa, principalmente acompanhando o Doutor Colbert [\emptyset *que* eu era assessor dele]. [INF10C.F3.S.M]
- (97) a. Tem um vizinho meu que foi um assaltado, mataram por causa do dinheiro [*que* ele vei em casa atrás dele]. [INF01.P.I.F1.F]⁵⁵
- b. Eu tenho um filho [\emptyset *que* gosto muito desse filho]. [INF10.P.FC.F3.F]
- c. Não tenho nada contra pagode e não tenho nada contra arroxa, mas é aquelas música tombém [\emptyset *que* os jovens não vê letra naquelas música]. [INF03P.P.F1.M]
- d. Negativo, também religião é uma coisa [\emptyset *que* eu me desvencilhei de religião]. [INF05P.J.F2.M]
- e. Num bairro mesmo [\emptyset *que* sempre eu vou ali Sítio Novo], lugar pequeno, hoje tá grande. [INF07P.F.F2.M]
- f. O Campo do Gado Novo [\emptyset *que* hoje tem muita gente ali], tá crescendo. [INF07P.F.F2.M]

As ocorrências em (96) e (97) mostram que as cortadoras com lembrete não são apenas retomadas por pronomes. A retomada é feita por: pronome possessivo *dele*, como em (96c) e (97a); pelo próprio antecedente nominal, *dessas pessoas*, em (96b), e *naquelas músicas*, em (97c); e pelo advérbio locativo, *ali*, em (97f).

Os resultados da Tabela 7 são bastante interessantes se comparados com os da Tabela 5. Assim como foi observado por Silva, Figueiredo e Araújo (2017), as variantes com lacuna predominam nos dois grupos das variáveis dependentes, porém, no primeiro grupo, predomina a estratégia padrão com lacuna (de SU ou OD ou outras funções que dispensam a preposição),

⁵⁵ Considera-se que (96a) é um dado ambíguo, pois o relativo *que* pode ser interpretado como um *porque* e o pronome *dele* pode estar se referindo ao *vizinho*, mas a leitura geral do texto conduziu à interpretação de que o antecedente do *que* é *dinheiro* e o *dele* é a sua retomada anafórica.

enquanto, no segundo grupo, predomina a estratégia inovadora, ou seja, a cortadora com lacuna (sem pronome lembrete).

Esses resultados confirmam a mudança sintática proposta por Tarallo (1983) quanto à substituição da relativa *pied piping* pela cortadora, o que é ratificado com o uso mais frequente da relativa cortadora pelos falantes do português urbano falado em Feira de Santana-BA. A Tabela 8 dispõe a distribuição da *variável dependente 2* e os respectivos resultados de todas as variantes consideradas para essa variável nas duas normas investigadas.

Tabela 8 – Distribuição da *variável dependente 2* nas variedades culta e popular feirenses

Estratégias de relativização preposicionadas	NORMA CULTA		NORMA POPULAR	
	Oc./Total	Frequência	Oc./Total	Frequência
<i>Pied piping</i>	6/180	3%	4/136	3%
<i>Onde e Quando</i>	25/180	14%	8/136	6%
Cortadora	146/180	81%	118/136	87%
Cortadora c/ lembrete	3/180	2%	6/136	4%

Observando a Tabela 8, é possível verificar que os resultados estão equiparados e demonstram um comportamento similar em cada uma das estratégias. Atentando principalmente para a distribuição da relativa cortadora nas duas normas, verifica-se que ela é frequentemente usada tanto pelos falantes da norma popular quanto pelos falantes da norma culta, o que sugere mais uma vez uma aproximação das normas no que diz respeito ao processamento e ao uso de relativização. É interessante ressaltar que também foram encontradas ocorrências da estratégia cortadora com lembrete na norma culta e não somente na norma popular. Esse fator pode gerar um enfraquecimento da hipótese da estigmatização da relativa com lembrete.

O uso majoritário da relativa cortadora em contraposição com o pouco uso da relativa *pied piping* pode ser explicado pelos processos tardios de urbanização e escolarização que houve no Brasil e também em Feira de Santana-BA, cidade marcada pela intensa migração de pessoas advindas do interior da Bahia e do Norte e Nordeste do Brasil. Esses processos propiciaram o deslocamento de pessoas do interior para os centros urbanos, trazendo consigo a norma popular do português brasileiro, sendo a relativa cortadora uma estratégia inovadora e não considerada prescritivamente nas gramáticas, configurando-se em um fenômeno de mudança sintática ocorrida em decorrência da situação de contato linguístico e da difusão defectiva da língua portuguesa pelo território brasileiro durante sua configuração sócio-

histórica. Ao retomar a distinção entre a língua da costa e a do interior destacada por Silva Neto (1963 [1950]) no seu estudo sobre a formação sócio-histórica do PB, afirma-se que o português falado feirense é, sem sobra de dúvidas, a língua do interior, já que abrigou características peculiares dos falares do interior, em que sobressai o vernáculo do vaqueiro e não os falares moldados na normatização portuguesa da Colônia. Por possuir um passado eminentemente rural e por ter sido povoado por escravos, vaqueiros, roceiros e índios catequizados – pessoas que possivelmente não tiveram acesso a uma escolarização formal –, certamente, a norma popular se sobressaiu no espaço urbano feirense, tendo como estratégia de maior preferência linguística a relativa cortadora.

6.2 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS

Nesta seção, são apresentados os resultados encontrados com a estratificação dos fatores linguísticos e sociais, seguidos da interpretação que se faz desses resultados. Salienta-se que as hipóteses formuladas na metodologia, confirmadas ou refutadas nesta análise, foram baseadas em trabalhos já realizados previamente sobre as estratégias de relativização e nas intuições da pesquisadora bem como na sócio-história da comunidade de fala analisada, Feira de Santana-BA. Para cada variável linguística e social controlada, são apresentados os dados referentes à distribuição geral das estratégias de relativização e, na sequência, os dados referentes à covariação binominal entre a relativa *pied piping* e a relativa cortadora.

6.2.1 Variáveis linguísticas

1) Tipo de pronome relativo

A primeira variável linguística explanatória estratificada foi o *tipo de pronome relativo*, sob a hipótese de que, como em outros trabalhos sobre o tema, o *que* seria o PR predominante nas operações de relativização do português falado em Feira de Santana-BA. Acreditava-se que essa predominância seria atestada, visto que há uma redução dos pronomes e das funções preposicionadas com o passar do tempo, como foi mostrado na seção 2.5, que aborda o percurso diacrônico da relativização na língua portuguesa, principalmente nas amostras de fala popular, devido à pouca escolaridade. A quantificação dos dados quanto a essa variável pode ser vista na Tabela 9, a seguir.

Tabela 9 – Distribuição geral da variável *tipo de relativo* no português falado em Feira de Santana-BA

PRONOMES RELATIVOS	OC./TOTAL	FREQUÊNCIA
<i>Que</i>	1204/1248	96%
<i>Onde</i>	33/1248	2,5%
<i>Quando</i>	3/1248	0,5%
<i>O/A que</i>	8/1248	1%

Como se vê na Tabela 9, foram encontrados, na amostra, apenas os seguintes relativos: *que*, *onde*, *quando* e *o/a que*. Os resultados apresentados na Tabela 9 indicam que o relativo *que* é o predominante em comparação com todos os outros, pois ocorreu em 1204 relativas do total de 1248, com um percentual de 96%, retomando pessoas, objetos e lugares, como nos exemplos em (98a-c), respectivamente.

- (98) a. Aí umas alunas minhas de cursinho são alunas de uma professora [*que me incentivou a fazer história*]. [INF01C.F1.CA.M]
- b. Eu sou péssimo pra andar em Feira, chegando “ni” uma placa [*que tem escrito enorme*]: G Barbosa. [INF02C.F1.W.M]
- c. Lembranças de uma Feira de Santana [*que cultuava assim, as manifestações populares*], de uma Feira de Santana muito mais humana. [INF12C.F3.S.F]

Dessa forma, está atestada a predominância do relativo *que*, por estar caminhando para uma universalidade no seu uso, haja vista a diminuição dos pronomes relativos e das funções preposicionadas na língua portuguesa desde o latim ao português moderno, como foi verificado na seção 2.5 desta dissertação. Observa-se também que a introdução de relativas no português falado em Feira de Santana-BA é realizada por mais de um elemento morfossintático, diferentemente do que ocorre na relativização de línguas crioulas, que só introduzem relativas com um elemento morfossintático, fato pontuado na seção 2.3.

Seguindo esse PR, vê-se, na Tabela 9, o relativo *onde*, que introduz 33 orações, retomando SNs que expressam um lugar, como nos exemplos em (98a-c). Desse total, 30 foram classificadas como relativas de *onde* e *quando*, estratégias em que o relativo satura o PP. As

outras 3 orações de *onde* são 2 ocorrências de relativas lembrete (uma em que o lembrete ocupa posição que não requer a preposição e outra que requer) e 1 ocorrência de relativa *pied piping* introduzida com *onde* e com a colocação de uma preposição antes deste PR. Os exemplos em (99a-c) ilustram algumas das 33 ocorrências de *onde* de acordo com a classificação dada.

- (99) a. Porque é uma vergonha num país como o nosso, um país rico [*onde os governantes sabem que tudo depende da educação*]. [INF06C.F2.JS.M]
 b. A gente vê que os exemplos do Clériston Andrade⁵⁶ [*onde as pessoas vão sã e saem doentes ou morrem lá dentro*] por falta de conhecimento. [INF06C.F2.JS.M]
 c. A rua é muito movimentada, no bairro [*onde eu morava*] era mais calmo. [INF03C.F1.P.F]

Em menor quantidade, verifica-se o uso do *quando*, com apenas 3 ocorrências, como se vê em (100), indicando tempo e, por fim, foram encontradas 8 ocorrências de *o que* e variáveis, indicando quantidade ou objetos, como nos exemplos em (101).

- (100) a. Todas as sextas-feiras [*quando eu saio do colégio*], eu escapulo e vou pra farra naturalmente eu danço até três da manhã. [INF06C.F2.JS.M]
 b. Já passei por maus momentos há quatro anos atrás [*quando minha mãe teve um aneurisma cerebral*]. [INF06C.F2.JS.M]
 c. Conhecia a fazenda e fui até lá algumas vezes [*quando ele era vivo ainda*]. [INF09C.F3.J.M]
- (101) a. Porque tudo [*o que a gente faz aqui*] tem público jovem. Essa exposição mesmo, eu fiquei observando, tinha muitos jovens. [INF12C.F3.S.F]
 b. Vá no meu quarto e escolha a roupa que você quiser, [*a que mais lhe agrada*], pega e vista. [INF06C.F2.JS.M]
 c. Aí montei outa [bicicleta], [*a que eu tô agora*], trezentos e noventa contos, estou rodando, não levaram ainda não. [INF01P.C.A.F1.M]

Considerando a predominância do PR *que*, decidiu-se verificar a sua distribuição considerando as variáveis dependentes 1 e 2. Dessa forma, separou-se a distribuição dos PR em

⁵⁶ Hospital de Feira de Santana que atende as regiões urbana e rural da cidade, além de cidades vizinhas.

relativas não preposicionadas e preposicionadas, nas normas culta e popular, dispostas nas Tabelas 10 e 11, posteriormente.

Tabela 10 – Distribuição da variável *tipo de relativo* na *variável dependente 1* das normas culta e popular feirenses

PRONOMES RELATIVOS	NORMA CULTA				NORMA POPULAR			
	Com lacuna		Com lembrete		Com lacuna		Com lembrete	
	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
<i>Que</i>	532/539	98%	7/539	2%	380/386	99%	4/386	1%
<i>O/A que</i>	7/7	100%	–	–	–	–	–	–
<i>Onde</i>	–	–	–	–	–	–	2/2	100%
TOTAL	539/546		7/546		380/386		6/386	

Na Tabela 10, pode-se observar que o *que* é o PR predominante da *variável dependente 1*, ocorrendo majoritariamente na estratégia com lacuna nas duas normas pesquisadas. Os valores percentuais são bem aproximados, 98% na norma culta (532 ocorrências) e 99% na norma popular (380 ocorrências). O PR *o que* só ocorreu na norma culta, com 7 ocorrências. Dessa forma, parece ser um pronome de maior prestígio e está se tornando um pronome de caráter universal.

Vale ressaltar que foram encontradas 2 ocorrências de *onde* em posição que não requer preposição: em (102), verifica-se uma ocorrência com lacuna em sua posição original e, em (103), com lembrete. Esse uso do *onde* como complemento de verbo transitivo também foi encontrado no português rural afro-brasileiro por Ribeiro (2009, p. 203), como no exemplo em (104).

(102) Se eu vou pra uma festa, eu vou mais arrumada né, tem que ir realmente conforme o local [*onde a gente vai frequentar no momento*], você tem que adequar.
[INF08C.F2.R.F]

Onde = a gente vai frequentar [o local]_{OD}

(103) a. Houve também o apoio do governo, tanto o governo de São Paulo, como o governo de Minas, [*onde lá dispõe assistência social*]. [INF05P.J.F2.M]

Onde = [Minas Gerais]_{SU} dispõe de assistência social lá.

(104) Na fila [*onde* (= *que*) *ele enfrenta*], ele curte sereno.

(RIBEIRO, 2009, p. 203)

A estratégia com lacuna em (102) é introduzida pelo relativo *onde*, que exerce a função de objeto direto do verbo *frequentar*, assim como o dado encontrado por Ribeiro (2009) no português rural afro-brasileiro, exemplificado em (104). A autora conclui que o *onde* tanto pode funcionar como um PR ou como um complementizador, pois parece estar perdendo marcas de relativo assim como o *que*, haja vista a possibilidade de realizar a função de objeto direto, como se observou nos exemplos.

A ocorrência em (103) é um caso de resumptiva introduzida com *onde* na posição de sujeito⁵⁷. Esta ocorrência pode ser correlacionada ao fato de que as línguas crioulas relativizam a estratégia com lembrete na posição de sujeito, como foi verificado na seção 2.3 ao discutir a relativização nas línguas crioulas. Isto implica dizer que há uma confluência no aspecto de relativização de termos não preposicionados com lembrete em ambas as línguas.

Diferentemente das duas ocorrências de *onde* em posição que não requer a preposição, foi registrada no *corpus* outra relativa com lembrete introduzida pelo relativo *onde* em que o lembrete ocorre em uma posição que requer a preposição, como em (105), a seguir.

(105) Nunca quis conhecer São Paulo não. A vontade, meu sonho é conhecer o Rio de Janeiro, [*onde* *minha filha mora lá*] um dia eu vou em nome de Jesus! [INF08P.R.F2.F]

Como o objetivo da pesquisa é o de compreender a realização da relativa cortadora, decidiu-se verificar como os pronomes relativos se distribuem de acordo com a *variável dependente* 2. A Tabela 11 distribui a quantificação geral dos pronomes relativos encontrados na covariação entre a *pied piping* e a cortadora.

⁵⁷ Essa ocorrência também permite a análise de que o *onde* corresponde a *em Minas Gerais*. Porém assume-se que esse seja um tópico sujeito, assim como no português afro-brasileiro (ARAÚJO, 2009, p. 238).

Tabela 11 – Distribuição geral da variável *tipo de relativo* na variável dependente 2 no português falado em Feira de Santana-BA

PRONOMES RELATIVOS	CORTADORA		PIED PIPING	
	Ocorrências/Total	Frequência	Ocorrências/Total	Frequência
<i>Que</i>	272/281	97%	9/281	3%
<i>Onde</i>	–	–	1/1	100%
<i>O/A que</i>	1/1	100%	–	

Os dados da Tabela 11, somando os totais das duas normas investigadas, computam 283 ocorrências que relativizam uma posição preposicionada, nas quais o PR *que* predomina em 281 ocorrências, há apenas 1 ocorrência de *onde* e 1 ocorrência de *o/a que*. Dessas 281 ocorrências do relativo *que*, 272 são de relativas cortadoras, ou seja, 97% das relativas preposicionadas introduzidas pelo *que*; foi encontrada 1 relativa cortadora introduzida pelo relativo *o/a que*. Os outros 3% são referentes às 9 ocorrências de relativas *pied piping* introduzidas pelo relativo *que* e foi registrada 1 relativa *pied piping* introduzida por *onde*. Os exemplos a seguir, em (106), registram, respectivamente, a estratégia cortadora e a estratégia *pied piping*.

(106) a. Ele ia lá em casa até o dia [\emptyset *que a gente casou*]. [INF10P.F.C.F3.F]

b. Olha, no dia [*em que minha filha adoeceu*] eu fui pro Dom Pedro. [INF12P.C.F3.F]

Retomando a leitura da Tabela 11, o PR *onde* só ocorre em 1 dado de relativa *pied piping*, como apresentado anteriormente em (94b) e reproduzido em (107).

(107) Minha mãe se mudou e aí o lugar [*pra onde* ela foi] não tinha escola perto e ai parei. [INF10.P.FC.F3.F]

É interessante ressaltar que o relativo *que* é preponderante nas duas normas, sendo que, do total de 155 orações preposicionadas, 149 são relativas cortadoras introduzidas pelo PR *que* na norma culta, com um percentual de 96%. E na norma popular o *que* relativiza 124 cortadoras do total de 128 ocorrências preposicionadas encontradas, correspondendo a 98% dos dados. Os

percentuais restantes, 4% e 2%, referem-se às realizações de relativas *pied piping*. Portanto o tipo da norma não parece ser decisivo na escolha da estratégia cortadora. Logo, com os resultados da Tabela 11, atesta-se a alta produtividade do PR *que* tanto na norma culta quanto na norma popular, com um percentual similar nas duas normas.

Comparando as tabelas 11 e 12, percebe-se que os percentuais são bastante próximos, o *que* é realmente predominante nas duas variáveis dependentes. Isso pode ser uma evidência para o fato de o *que* ser um complementizador. Além disso, pode-se inferir que a diferença entre a norma culta e a popular na amostra de fala de feirenses não apresenta a polarização proposta por Lucchesi (2015a).

Pode-se inferir ainda, assumindo a realidade polarizada do PB (LUCCHESI, 2015a), que em Feira de Santana-BA as duas normas já estão em processo de aproximação (LUCCHESI, 2001; MATTOS E SILVA, 2004b), resultado de mudanças que, segundo Labov (1994 [1972]) ocorrem de baixo para cima e de cima para baixo, pelo menos no que diz respeito à gramática das estratégias de relativização.

Considerando que ao todo foram encontradas 33 ocorrências do PR *onde* e 3 de *quando*, e que aquelas que seguem a norma padrão de uso foram retiradas de algumas rodadas, por não estarem em covariação estrita, decidiu-se verificar como acontece a sua distribuição considerando as normas investigadas. A Tabela 12, a seguir, apresenta a distribuição dessas ocorrências. A hipótese que norteia esse procedimento é a de que os usos desses PR morfológicos são mais frequentes na norma culta.

Tabela 12 – Distribuição da variável *tipo de relativo* nas relativas de *onde* e *quando* das normas culta e popular feirenses

PRONOMES RELATIVOS	NORMA CULTA		NORMA POPULAR		TOTAL
	Oc./Total	%	Oc./Total	%	
<i>Onde</i>	22/30	66%	8/30	34%	30
<i>Quando</i>	3/3	100%	–	–	3
TOTAL	25	75%	8	25%	33

Os resultados observados na Tabela 12 confirmam a hipótese de que os relativos *onde* e *quando* são majoritários na norma culta feirense. Portanto a escolha por um relativo morfológico é sensível ao tipo da norma. Das 30 relativas de *onde*, 22 ocorrências, 66% dos

dados, foram observadas na norma culta e estão representadas pelos exemplos em (99), apresentados anteriormente. As demais ocorrências de *onde*, exemplificadas em (108), a seguir, foram observadas na norma popular. Os falantes cultos feirenses realizaram apenas 3 ocorrências do PR *quando*, exemplificadas anteriormente em (100).

- (108) a. Minas Gerais também, Minas gerais [*onde eu fiquei*] uma faixa de um ano, Minas Gerais. [INF05P.J.F2.M]
- b. Você é no caso aí tem que procurar a estação de transbordo [*onde tem um ônibus*] pa toda as localidades da cidade. [INF05P.J.F2.M]
- c. A notícia que mais me comoveu, foi a morte de uns religiosos na África, [*onde uns padre, umas freira, tocaram fogo na igreja com todas as pessoas dentro*] e as pessoas morreu tudo. [INF05P.J.F2.M]
- d. Tem a casa de farinha [*onde a gente fazia a mandioca*]. [INF08P.R.F2.F]
- e. Subia na Praça João Pedreira, passava pela praça da Bandeira [*onde tem aqueles abrigo*]. [INF09P.I.F3.M]
- f. A primeira professora era branquinha, era jovem, era daqui de Feira e ensinava em São Vicente, num fazenda lá, [*onde a gente morava*]. [INF10P.F.C.F3.F]
- g. A escola era ali [*onde hoje é a biblioteca*]. [INF09 I. F3. M]
- h. Vai indicando o lugar [*onde a gente vai parar*], aí para todo mundo, depois que todo mundo se apoiam aí eles vai começar. [INF12P.C.F3.F]

Embora não tenham ocorrido todos os demais relativos, as posições e os valores semânticos expressos pelos pronomes encontrados no *corpus* foram mantidos. O PR *que* é considerado um complementizador, de acordo com Tarallo (1993), Braga, Kato e Mito (2009), e substituí os demais relativos, mantendo suas informações semânticas como exemplificados a seguir, em (109).

- (109) a. Eu sei que ouço contar assim que ela começou nos Olhos d'Água, com dona Ana e o marido [*que não sei o nome*]. [INF10C.F3.S.M]
O Marido [*cujo nome não sei*]. Que = cujo = **posse**
- b. Todas as opções de tudo [*que tem*], de bebida tem todas as opções, de música, várias opções no palco, não para. [INF01P.C.A.F1.M]
De tudo [*quanto tem*]. Que = quanto = **quantidade**

c. E à noite [*que tem o jornal*] que a gente pega um pouquinho. [INF03P.L.F1.M]

À noite [*quando tem o jornal*] Que = quando = **tempo**

d. Tem ruas aqui que o esgoto é em céu aberto, na rua [\emptyset *que a minha tia mora*] o esgoto é em céu aberto. [INF01C.F1.CA.M]

Na rua [*em que/onde minha tia mora*]. Que = Onde = **Lugar**

e. Eu tenho um filho [\emptyset *que gosto muito desse filho*]. [INF06C.F2.P.F]

Eu tenho um filho [*de quem eu gosto muito desse filho*].

Que = quem = **pessoa**

Esses resultados ressaltam o debate linguístico sobre a multifuncionalidade desse relativo, mencionada por Lucchesi e Baxter (2009), a qual seria resultante do processo de transmissão linguística irregular. Avalia-se que o PR *que* está adquirindo o caráter de um complementizador universal, apontado por Ribeiro (2009) no seu estudo sobre o dialeto do português rural afro-brasileiro. Assim, parece estar perdendo o *status* de um pronome relativo, como considerava Brito (1988) no seu estudo sobre a relativização no PE. Ademais, o pronome *que* parece estar perdendo sua propriedade anafórica e assumindo a função exclusivamente conectiva, pois os pronomes relativos se reduziram no PB falado a um simples conector – *que* –, sem nenhuma propriedade pronominal, denominado pelos estudiosos de relativo universal (BAGNO, 2011).

2) Função sintática do pronome relativo

Entende-se que o pronome relativo introduz as orações relativas e desempenha o papel de relativizar o termo da oração encaixada. Dessa forma, o relativo exerce a função sintática e recebe o papel temático do termo relativizado. Segundo Keenan e Comrie (1977), nas línguas naturais, nem todas as posições sintáticas estão disponíveis para serem relativizadas e há uma Hierarquia de Acessibilidade associada à possibilidade de um SN ser relativizado a depender da posição que ocupa nessa hierarquia, representada no esquema em (110):

(110) SUJEITO > OBJETO DIRETO > OBJETO INDIRETO > OBLÍQUO > GENITIVO > OBJETO DE COMPARAÇÃO⁵⁸

⁵⁸ De acordo com os autores, o complemento de comparação ocorre em sentenças comparativas, como no exemplo dado por eles: *The man who Mary is taller than* (“O homem que Maria é mais alta”). (KEENAN; COMRIE, 1977, p. 66)

Interpretando Keenan e Comrie (1977), Lucchesi (2015b) afirma que a HA é um modelo que prevê uma escala implicacional e relativa à acessibilidade das funções sintáticas da oração relativa às quais se liga o relativizador. Segundo Ribeiro e Figueiredo (2009a, p. 218), a HA de funções relativizadas indica que há posições sintáticas mais passíveis de relativização do que outras, isto é, as posições à esquerda da escala (*sujeito, objeto*) são mais fáceis de relativizar do que as posições localizadas à direita (*genitivo, oblíquo*). Isso implica dizer que, de acordo com a proposta da HA, tomando como base uma observação empírica, todas as línguas que só relativizam a posição de *sujeito* não relativizam as posições à direita. Porém uma língua que permite a relativização de uma posição mais à direita da hierarquia, como o OBL, por exemplo, possibilita relativizar todas as posições à sua esquerda, portanto deve, necessariamente, relativizar posições de SU, OD e OI, o que explica a noção de hierarquia no processo de relativização.

Considerando os trabalhos já realizados sobre o tema, a exemplos do de Tarallo (1983), Burgos (2003), Ribeiro e Figueiredo (2009a) e outros, verifica-se que no PB, é possível relativizar quaisquer funções: *sujeito (básico e derivado, amalgamados nas rodadas), objeto direto, objeto indireto, objeto oblíquo, complemento locativo, adjuntos adverbiais, genitivo, agente da passiva, adjuntos adnominais, predicativo, sujeito derivado, apostro, quantificador*. A quantificação geral dos dados das duas normas investigadas quanto à posição do termo relativizado ou do pronome relativo no português falado em Feira de Santana-BA pode ser visualizada na Tabela 13.

Tabela 13 – Distribuição geral da variável *função sintática do relativo* no português falado em Feira de Santana-BA

FUNÇÃO SINTÁTICA DO RELATIVO	OCORRÊNCIAS	PERCENTUAL
Sujeito	644	51,6%
Objeto direto	268	21,4%
Adjunto adverbial locativo	102	8,4%
Adjunto adverbial de tempo	95	7,6%
Objeto oblíquo	90	7,2%
Complemento locativo	17	1,3%
Outros adjetivos adverbiais	12	1,1%
Genitivo	6	0,4%
Predicativo	4	0,3%
Complemento nominal	3	0,2%
Apostro	4	0,3%
Quantificador	3	0,2%

TOTAL	1248	100%
--------------	-------------	-------------

A hipótese elaborada para essa variável foi a de que as posições sintáticas mais exercidas pelo pronome relativo são as de *sujeito* e *objeto direto*, que constituem argumentos verbais ligados sem preposição, assim como no português rural afro-brasileiro (RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2009a), e as posições mais baixas na HA seriam menos relativizadas.

Este dado pode ser correlacionado com a seção 2.3 e 2.5 desta dissertação, já que, enquanto se verifica uma simplificação no fenômeno de relativização das línguas crioulas ao relativizar apenas três estratégias de relativização – duas delas de funções não preposicionadas, nas posições mais altas da HA –, há uma simplificação das relativas preposicionadas no português feirense, já que é mais frequente a relativização em posições mais altas.

A Tabela 13 permite verificar que as funções mais relativizadas nas normas culta e popular feirenses são as de *sujeito* (*básico e derivado*) e de *objeto direto* para as posições mais à esquerda da HA, confirmando a hipótese descrita anteriormente. Essas duas funções somam 73% do total de sentenças relativas, sendo a posição de *sujeito* muito mais frequentemente relativizada, com 51,6% dos dados, exemplificados em (111).

- (111) a. Inclusive com essa gestão [*que se renovou agora*], em termos de cultura nós demos um salto muito grande. [INF12C.F3.S.F]
 que = sujeito
- b. Acho que eu visitei uns oito museus na última viagem [*que eu fiz*]. [INF12C.F3.S.F]
 que = objeto direto

Em seguida, são relativizadas as posições de *adjunto adverbial locativo* (102 ocorrências, 8,4%), *adjunto adverbial de tempo* (95 ocorrências, 7,6%), *objeto oblíquo* (90 ocorrências, 7,2%) e *complemento locativo* (17 ocorrências, 1,3%), todas mais à direita da HA e preposicionadas, como nos exemplos em (112).

- (112) a. Feira de Santana tem um mercado de arte [\emptyset *que toda semana tem uma amostra de arte*]. [INF01C.F1.CA.M]
 (em) que = adjunto adverbial locativo
- b. Graças a Deus, o período [\emptyset *que eu estive no Rio de Janeiro*] foi tranquilidade absoluta. [INF02C.F1.W.M]

(em) que = adjunto adverbial de tempo

c. A única coisa [\emptyset **que** a minha bolsa serviu] foi eu conhecer e reforçar amizade com doze bolsistas. [INF01C.F1.CA.M]

(para) que = objeto oblíquo

d. Eu vou muito mais em festa em Salvador. Não sei nem qual foi a última festa [\emptyset **que** fui]. [INF01C.F1.CA.M]

(a) que = complemento locativo

A hierarquia das posições relativizadas no português falado feirense é representada pelo esquema em (113), de acordo com a HA postulada por Keenan e Comrie (1977).

(113) SU (básico e derivado) > OD > ADJ ADV LOCATIVO > ADJ ADV DE TEMPO > OBL > COMPLEMENTO LOCATIVO

Comparando a hierarquia em (113) com a hierarquia de Keenan e Comrie (1977), reproduzida em (110), percebe-se que a ausência de algumas posições não significa que elas não podem ser relativizadas, mas que não ocorreram nas amostras, bem como a não identidade de posições na HA não está relacionada à gramática dos indivíduos investigados, mas às particularidades do *corpus*. Logo seria equivocados dizer que o português falado em Feira de Santana-BA não relativiza OI, porque não foi encontrada nenhuma ocorrência desse dado nas amostras analisadas. Acredita-se que seja possível, pois as posições mais à direita da posição de OI são relativizadas.

Como se observa nos exemplos em (112), as sentenças em que o PR relativiza posições de *objeto oblíquo*, *adjunto adverbial locativo*, *adjunto adverbial de tempo* e *complemento locativo* são introdutórias de estratégias cortadoras, assim como nos estudos de Tarallo (1983; 1993), Burgos (2003), Varejão (2006), Ribeiro e Figueiredo (2009a), Lucchesi (2015b), Oliveira e Ribeiro (2015), resultados que podem ser observados separadamente na Tabela 14, que diz respeito à covariação entre a *pied piping* e a cortadora.

Tabela 14 – Distribuição da variável *função sintática do relativo* nas estratégias preposicionadas do português falado feirense

FUNÇÃO SINTÁTICA DO RELATIVO	CORTADORA		PIED PIPING	
	Oc./Total	Frequência	Oc./Total	Frequência
Objeto oblíquo	92/93	34%	1/93	10%
Adjunto adverbial de tempo	90/97	33%	7/97	70%
Adjunto adverbial locativo	77/78	28%	1/78	10%
Complemento locativo	14/15	5%	1/15	10%
TOTAL	273/283	96%	10/283	4%

Considerando apenas as posições mais à direita da HA, verifica-se a seguinte escala:

- (114) OBJETO OBLÍQUO > ADJ ADV DE TEMPO > ADJ ADV LOCATIVO > COMPLEMENTO LOCATIVO

Para Keenan e Comrie (1977, p. 68), se uma estratégia primária, em uma determinada língua, pode relativizar posições mais baixas da HA, logo pode relativizar posições mais altas. A estratégia primária é considerada pelos autores como a estratégia usada para relativizar sujeito. Dessa forma, assume-se que a estratégia cortadora é uma estratégia secundária que relativiza posições mais baixas da HA. Para as cortadoras no português urbano falado em Feira de Santana-BA, as posições mais relativizadas são as de *objeto oblíquo* e *adjunto adverbial*, que se encontram à esquerda da hierarquia em (114), assim como nos estudos de Ribeiro e Figueiredo (2009a), Oliveira e Ribeiro (2015) e Lucchesi (2015b), ao passo que as de *complemento locativo* estão posicionadas à direita, sendo, dessa forma, menos relativizadas. Esse mesmo comportamento pode ser verificado ao distribuir separadamente os resultados das duas normas investigadas, conforme Tabela 15, a seguir.

Tabela 15 – Distribuição da variável *função sintática do relativo* na covariação cortadora *versus pied piping* das normas culta e popular feirenses

FUNÇÃO SINTÁTICA DO RELATIVO	NORMA CULTA				NORMA POPULAR			
	Cortadora		<i>Pied piping</i>		Cortadora		<i>Pied piping</i>	
	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Objeto oblíquo	58/59	98%	1/59	2%	43/43	100%	–	–
Adjunto adverbial de tempo	49/53	92%	8/53	66%	32/35	91%	3/35	9%
Adjunto adverbial locativo	37/38	99%	1/38	1%	40/40	100%	–	–
Complemento locativo	5/5	100%	–	–	9/10	99%	1/9	1%
TOTAL	149/155		6/155		124/128		4/128	

Ao observar os resultados separadamente, conforme Tabela 15, atesta-se que as relativas cortadoras são relativizadas nas mesmas posições sintáticas tanto na norma culta quanto na norma popular: *objeto oblíquo* com 40% na norma culta e 35% na norma popular; *adjunto adverbial de tempo* com um percentual de 32% na amostra culta e 26% na amostra popular; e *adjunto adverbial locativo*, com 25% e 32%, respectivamente, nas normas culta e popular. Ao contrário do resultado encontrado nas amostras das normas culta e popular do português falado em Feira de Santana-BA, nos dados de Burgos (2003, p. 88-89), a posição mais relativizada na estratégia cortadora é a de objeto indireto, com um percentual de 100%, seguida pelas posições de objeto locativo (91%), genitivo (88%) e adjunto adverbial (86%). As relativas *pied piping* ocorrem, majoritariamente, na posição de *adjunto adverbial de tempo* nas duas normas analisadas.

Tomou-se como base a Hierarquia da Acessibilidade postulada por Keenan e Comrie (1977) e considerada por Burgos (2003), Ribeiro e Figueiredo (2009a) e Lucchesi (2015b), para responder ao questionamento de que funções sintáticas dos pronomes relativos favoreceriam os processos de relativização nas estratégias cortadora e *pied piping*, a partir dos dados analisados e observados na Tabela 14 e na Tabela 15. Em (115) estão dispostos alguns exemplos das funções relativizadas encontradas nas estratégias não preposicionadas, visualizadas nas Tabelas 14 e 15 e reproduzidas na hierarquia em (114).

- (115) a. **Objeto oblíquo**: Fiz amizade, e conheci lugares [\emptyset **que** eu não sonhava e nem conhecia]. [INF05C.L.F1.F]
- b. **Adjunto adverbial de tempo**: Eu frequentava no tempo [\emptyset **que** Chiclete⁵⁹ tava no auge], era Ivete⁶⁰ como tá ainda hoje né. [INF01P.C.A.F1.M]
- c. **Adjunto adverbial locativo**: Feira de Santana tem um mercado de arte [\emptyset **que** toda semana tem uma amostra de arte]. [INF01C.CA.F1.M]
- d. **Complemento locativo**: Teu irmão no bairro [\emptyset **que** eu moro não pisa não], dento da área que eu moro, ele não pisa não. [INF01C.C.A.F1.M]

Com os exemplos destacados em (115), pode-se observar que o relativo *que* ocorre em todas as posições caracterizando-se como um relativo neutro (complementizador), já que não possui marcas morfológicas, conforme Lucchesi (2015b, p. 106).

3) Função sintática do antecedente

Para a função sintática do antecedente, foram elencadas como fatores todas as funções sintáticas mencionadas na seção 2 deste capítulo. Dessa forma, considera-se que as relativas estão encaixadas, principalmente, nas posições de argumento do verbo. Slobin (1982; 1986) propõe que o encaixamento em posições mais à direita facilita o processamento das orações relativas, portanto a hipótese elaborada para essa variável foi a de que essas sentenças devem ter seu encaixamento favorecido em posições mais à direita no português falado em Feira de Santana-BA. Os resultados quanto ao encaixamento das orações relativas estão dispostos na Tabela 16, a seguir.

⁵⁹ Banda de Axé do Estado da Bahia.

⁶⁰ Ivete Sangalo, cantora de Axé do Estado da Bahia.

Tabela 16 – Distribuição geral da variável *função sintática do antecedente* no português falado em Feira de Santana-BA

FUNÇÃO SINTÁTICA DO ANTECEDENTE	Ocorrências	Percentual
Objeto direto	439	35,1%
Sujeito	227	18,2%
Predicativo	211	16,9%
Complemento nominal	77	6,1%
Objeto oblíquo	73	5,8%
Adjunto adverbial locativo	72	5,7%
Adjunto adverbial de tempo	63	5%
Aposto	22	1,7%
Outros adjetivos adverbiais	17	1,3%
Complemento locativo	16	1,2%
Genitivo	16	1,2%
Outros adjuntos adnominais	8	0,6%
Quantificador	7	0,5%
TOTAL	1248	100%

A Tabela 16 registra que a posição mais à esquerda é bastante escolhida para o encaixamento das orações relativas. Verifica-se que o encaixamento ocorre majoritariamente em SNs que ocupam a posição de *objeto direto*, 438 ocorrências (35,1%), como no exemplo (116). Porém a posição mais à direita, SU, também é bastante expressiva, são 227 encaixamentos na posição de *sujeito* (18,2%), como no exemplo (117), seguido pelo encaixamento na posição de *predicativo*, com 211 ocorrências (16,9%), como em (118).

(116) Quinta feira de manhã tem a dança de salão [*que é de oito às dez, e de dez às doze*].
[INF12P.C.F3.F]

(117) Essas pessoas [*que criticam*] deveriam conhecer mais o universo de uma faculdade particular. [INF03C.F1.P.F]

(118) Eu sou uma pessoa [*que olha e-mail*], mas eu não sou uma pessoa paciente pra ficar no computador. [INF04C.F1.T.F]

Quanto às posições preposicionadas, as posições mais à esquerda são mais frequentes, a saber: 77 encaixamentos na posição de *complemento nominal* (6,1%), como no exemplo

(119a); 73 na posição de *objeto oblíquo* (5,8%), ilustrada em (119b); e *complemento locativo*, com 16 encaixamentos (1,2%), como em (119c).

- (119) a. Também não, apesar de estar dentro da seleção de vários programas [\emptyset *que eu às vezes aproveito*]. [INF07C.F2.H.F]
 b. Só não gosto de filmes desses filme de Hollywood [\emptyset *que um cara só sai matano todo mundo*] que... Filme policiais bobo. [INF02C.F1.W.M]
 c. Quando não tiver mais condições ele vai pra uma pública [\emptyset *que vai ser a mesma coisa*], é isso que eu quero pro meu filho. [INF02P.L.F1.F]

Por fim, quanto à posição de adjunto, verificam-se os seguintes resultados: 72 ocorrências encaixadas na posição de *adjunto adverbial locativo*, como em (120a), e 63 encaixamentos na posição de *adjunto adverbial de tempo*, representada em (120b).

- (120) a. Isso cria um ambiente caótico na cidade naquela área [*que hoje é uma área muito movimentada*]. [INF09C.F3.J.M]
 b. Antigamente na minha época [*que a universidade era muito pequena*] hoje cresceu significativamente. [INF08C.F2.R.F]

Foram encontrados resultados semelhantes por Burgos (2003), Ribeiro e Figueiredo (2009a; 2009b), Lucchesi (2015b) e Oliveira e Ribeiro (2015). Observando os dados da Tabela 16, parece que as posições finais são mais suscetíveis à introdução de uma oração relativa, confirmando a hipótese de Slobin (1982; 1986)

Ao observarmos os números, a posição de *sujeito*, em que a relativa ficaria mais encaixada por se posicionar dentro da oração principal, é menos frequente se considerarmos a soma das demais posições, embora, comparando as 227 ocorrências de sujeito entre básico (97 ocorrências, 42,7%) e derivado (130 ocorrências, 57,2%), sejam mais frequentes os encaixamentos em SN na posição de sujeito derivado, aquele que, originalmente, é gerado em posição mais à direita do verbo. Isso reafirma que o encaixamento ocorre, principalmente, nas posições mais à direita. Considera-se interessante visualizar o encaixamento das estratégias preposicionadas na covariação entre a cortadora e a *pied piping*, com a finalidade de compreender quais posições mais favorecem o encaixamento da relativa cortadora nas normas culta e popular do português falado feirense. A Tabela 17, a seguir, distribui o resultado da

variável *função sintática do antecedente* na covariação entre a cortadora e a *pied piping* nas duas amostras analisadas.

Tabela 17 – Distribuição da variável *função sintática do antecedente* na covariação entre a cortadora e a *pied piping* nas normas culta e popular feirenses

FUNÇÃO SINTÁTICA DO ANTECEDENTE	NORMA CULTA				NORMA POPULAR			
	Cortadora		<i>Pied piping</i>		Cortadora		<i>Pied piping</i>	
	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Objeto direto	42/44	96%	2/44	4%	34/35	97%	1/35	3%
Predicativo	41/41	100%	–	–	32/32	100%	–	–
Objeto oblíquo	20/21	96%	1/21	4%	8/8	100%	–	–
Adjunto adverbial de tempo	25/27	93%	2/27	7%	23/25	96%	2/25	4%
Adjunto adverbial locativo	17/18	95%	1/18	5%	23/24	96%	1/24	4%
Complemento locativo	4/4	100%	–	–	4/4	100%	–	–
TOTAL	149/155		6/155		124/128		4/128	

A partir da Tabela 17, podemos concluir que a estratégia da relativa cortadora, no português urbano falado em Feira de Santana-BA, é mais encaixada quando a função sintática do antecedente é de *objeto direto*, *predicativo*, *objeto oblíquo* e *adjuntos adverbiais (de tempo e locativo)*. O encaixamento menos expressivo é na posição de complemento locativo.

4) Natureza da oração

A primeira hipótese que se formula para a análise dessa variável é a de que as relativas restritivas são mais frequentes no *corpus*, seja na variável 1 ou na variável 2, como nos demais trabalhos sobre o tema. O fato de esse tipo de relativa dar referencialidade ao SN parece contribuir para a sua maior produtividade.

Para as explicativas, a hipótese é a de que tais sentenças deveriam condicionar o uso das relativas com lembrete (resumptivas), a fim de dar ênfase e por serem, como propõem Silva e Koch (2009), as explicativas resultados de coordenação, tendo, portanto, uma lacuna na segunda oração.

A Tabela 18, a seguir, ilustra a distribuição geral dessa variável, em todas as estratégias de relativização pesquisadas.

Tabela 18 – Distribuição geral da variável *natureza da oração* nas estratégias de relativização no português falado feirense

NATUREZA DA ORAÇÃO	Com Lacuna	Com lembrete	PP*	Cortadora	Cort. c/ lembrete	Onde e quando
	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %
Restritiva	902/1201 75%	5/1201 0,5%	10/1201 1%	263/1201 22%	–	21/1201 1,5%
Explicativa	17/47 36%	8/47 17%	–	1/47 2%	9/47 19%	12/47 26%
TOTAL	919/1248	13/1248	10/1248	264/1248	9/1248	33/1248

**Pied piping*

No escopo geral, observa-se, na Tabela 18, que, em todas as estratégias de relativização, ocorrem relativas de natureza restritiva, sendo que do total de 1248 ocorrências, 1201 são restritivas, com um percentual de 96% dos dados. Logo se confirma a primeira hipótese de que as restritivas seriam mais frequentes no *corpus* analisado, já que há uma maior referencialidade aos SNs nas construções relativas investigadas. Das 1201 relativas restritivas, 902 (75%) ocorrem nas estratégias com lacunas (121a); em 5 (0,5%) resumptivas (121b); nas 10 *pied piping*, com um percentual de 1% (121c); 264 nas cortadoras, em 22% dos dados (121d); e nas 33 relativas de *onde e quando*, 1,5% de ocorrências, como em (121e) e (121f). Não houve casos de cortadora com lembrete restritiva.

- (121) a. Matou uma cobra [*que tava embaixo dum pé de árvore*] e eu não vi, e quase ela me pega. [INF08P.R.F2.F]
- b. Porque assim, eu acho o computador, esses sites [*que eles proporcionam todas essas coisas*], eles também proporcionam você juntar pessoas que não tem boa índole, né? [INF04C.F1.T.F]
- c. Eu lembro do dia [*em que meu irmão passou no vestibular*], foi assim uma felicidade conjunta. [INF04C.F1.T.F]
- d. Nunca tive problema com um aluno nesses vinte e oito anos [*Ø que eu ensino aqui*]. Nunca tive. [INF05C.F2.JR.M]

e. De ir a festa dançante e não se trata de Axé Music e tem lugar [*onde um casal pode dançar*], vou a todas elas. [INF06C.F2.JS.M]

f. Todas as sextas-feiras [*quando eu saio do colégio*], eu escapulo e vou pra farra naturalmente eu danço até três da manhã. [INF06C.F2.JS.M]

Nas amostras analisadas, foram encontradas 47 explicativas, 4% do total de ocorrências analisadas. As explicativas distribuem-se em: 17 estratégias com lacunas, como em (122a), correspondente a um percentual de 36%; 8 resumptivas, com 17% dos dados, em (122b); 1 cortadora, com um percentual de 2%, ilustrada em (122c); 9 cortadoras com lembrete, 19% das ocorrências, como no exemplo em (122d); 12 relativas de *onde* e *quando*, em 26% dos dados, como no exemplo em (122e), embora só tenha ocorrido nas construções introduzidas pelo relativo *onde*, nenhuma com o relativo *quando*. Não houve ocorrência de *pied piping* explicativa.

- (122) a. Tem Saindo do armário também [*que é um filme de temática homossexual*], que é muito legal. [INF02C.F1.W.M]
- b. O Paco [*que ele era rico*] e não fazia questão do dinheiro dele. [INF04P.I.F1.F]
- c. Porque aqui tem dois ônibus só, porque é um bairro que não tem muita gente, não é muito povoado, não tem aquela agonia de gente como no Feira X, [\emptyset *que tem ônibus de dois em dois minuto*]. [INF02P.L.F1.F]
- d. Eu vou nessas missas festivas e coisa, principalmente acompanhando o Doutor Colbert [\emptyset *que eu era assessor dele*]. [INF10C.F3.S.M]
- e. Hoje, a gente se tratando de feira, a gente vê que os exemplos do [hospital] Clériston Andrade [*onde as pessoas vão sã e saem doentes ou morrem lá dentro*] justamente por falta de conhecimento. [INF06C.F2.JS.M]

Quanto à hipótese proposta de que as relativas explicativas levariam ao uso da estratégia com lembrete, os números não são muito significativos para se obter uma generalização, mas percebeu-se uma tendência: das 22 construções em que há algum tipo de anaforismo, isto é, algum lembrete que retome o SN, 17 relativas são de natureza explicativa, como se vê nos exemplos em (123), em posição não preposicionada e em posição preposicionada, respectivamente.

- (123) a. Eu tenho um sobrinho emprestado, sobrinho do meu namorado [*que ele meche no computador mais do que eu*]. [INF04C.F1.T.F]
- b. Não tenho nada contra pagode e não tenho nada contra arrocha, mas o arrocha é aquelas música [\emptyset *que os jovens não vê letra naquelas música*]. [INF03P.P.F1.M]

Quanto à *variável dependente 2*, verificou-se que as cortadoras estão distribuídas predominantemente em relativas restritivas, sendo que, das 273 cortadoras, 263 das ocorrências são de cortadoras restritivas, referentes a 96,5% dos dados, e 10 são explicativas, com um percentual de 3,5%, como mostra a Tabela 19. A Tabela 19, a seguir, expõe os resultados da *variável natureza da oração* condizente com a covariação entre a cortadora e a *pied piping*.

Tabela 19 – Distribuição da *variável natureza da oração* nas cortadoras e *pied piping* no português urbano falado em Feira de Santana-BA

NATUREZA DA ORAÇÃO	CORTADORA		PIED PIPING	
	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Restritiva	263/273	96,5%	10/273	3,5%
Explicativa	10/10	100%	–	–
TOTAL	273/283		10/283	

Com a Tabela 19, verifica-se que as cortadoras são realizadas majoritariamente em relativas restritivas, um resultado previsto, já que as restritivas são preponderantes no *corpus*. Chama a atenção o fato de todas as 10 ocorrências de *pied piping* serem restritivas. Em (124) estão elencados alguns exemplos de cortadora e de *pied piping* restritivas, respectivamente.

- (124) a. Então a literatura [\emptyset *que eu tenho preferência*] é esse psicólogo, esse Krishnamute, é um escritor indiano e aí. [INF05P.J.F2.M]
- b. Porque a UEFS eu acompanho desde a época [*em que funcionava lá no CUCA*], né? [INF09C.F3.J.M]

Quanto às explicativas, das 10 construções encontradas todas elas são cortadoras: 1 cortadora e 9 cortadoras com lembrete, obtendo um percentual categórico já que para esta análise essas estratégias foram amalgamadas. Tais ocorrências são exemplificadas em (125).

- (125) a. Tinha uma professora por nome de R. e quando era época de prova aqueles alunos que ela ia com a cara mesmo [*que gostava*], ela explicava o assunto. [INF09P.I.F3.M]
 b. Não, porque o PROMERA é uma bolsa [*que nela eu num vejo problema*]. Concilio numa boa. [INF01C.F1.CA.M]

O mesmo resultado pode ser observado ao separar as estratégias preposicionadas nas normas culta e popular do português falado feirense, conforme Tabela 20, a seguir.

Tabela 20 – Distribuição da variável *natureza da oração* nas cortadoras e *pied piping* nas normas culta e popular do português falado em Feira de Santana-BA

NATUREZA DA ORAÇÃO	NORMA CULTA				NORMA POPULAR			
	Cortadora		<i>Pied piping</i>		Cortadora		<i>Pied piping</i>	
	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Restritiva	146/152	96%	6/152	4%	117/121	97%	4/121	3%
Explicativa	3/3	100%	–	–	7/7	100%	–	–
TOTAL	149/155		6/155		124/128		4/128	

De modo geral, pode-se afirmar que as estratégias com lacuna, na *variável dependente 1* e na *variável dependente 2*, estão distribuídas em relativas restritivas, logo as estratégias de relativização encontradas no português falado em Feira de Santana-BA são majoritariamente de natureza restritiva.

5) Natureza semântica do antecedente

Os resultados de dois estudos sobre o tema (TARRALO, 1983; BARROS, 2000) verificaram que a estratégia cortadora é favorecida pelo traço [– humano]. Dessa forma, a hipótese que se delineou com essa variável foi a de que os falantes feirenses realizassem mais frequentemente a relativa cortadora quando o antecedente fosse semanticamente [– animado]. A distribuição geral dos dados quanto a essa variável está configurada na Tabela 21.

Tabela 21 – Distribuição geral da variável *natureza semântica do antecedente* no português falado feirense

Natureza semântica do antecedente	Com Lacuna	Com lembrete	PP	Cortadora	Cort. c/ lembrete	Onde e quando
	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %
– animado	508/794 64%	3/794 0,5%	10/794 1%	235/794 29,5%	6/794 1%	33/794 4%
+ animado	411/453 91%	10/453 2%	–	29/453 6%	3/453 1%	–
TOTAL	919/1248	13/1248	10/1248	264/1248	9/1248	33/1248

A quantificação geral dos dados, na Tabela 21, indica que grande parte das estratégias de relativização nas variedades culta e popular faladas do português feirense é desenvolvida quando o antecedente ao qual estão encaixadas tem o traço semântico [– animado], confirmando a hipótese formulada. A distribuição dos resultados mostra que, das 794 construções em que o traço semântico do antecedente é [– animado], 508 são estratégias com lacuna, um percentual de 64%, como em (126a), e 441 (91%) quando este é [+ animado], como no exemplo (126b).

- (126) a. Aquele jogo Wool [*que tem um objetivo pra conquistar o território*], pra destruir o adversário. [INF03C.F1.P.F]
- b. Dos meus filhos só A. C. [*que completou a faculdade*], os dois não, nem S. nem Z. [INF11C.F3.F.F]

Das 13 relativas com lembrete, 10 ocorrem quando o antecedente é [+ animado], correspondendo a um percentual de 2%, e 3 quando o antecedente é [– animado], 0,5%. Talvez isso ocorra porque, nas estratégias com lembrete, o relativo se encontra na posição de sujeito básico, com um traço de agente que é [+humano], ou de causativo, que pode ser [+ ou – humano], diferentemente das 2 relativas preposicionadas com lembrete com traço [– animado], em que o antecedente exerce a posição de adjunto adverbial locativo. Os exemplos de relativas com lembrete em que o antecedente é [+ animado] e [– animado] encontram-se em (127), respectivamente.

- (127) a. No hospital teve uma colega minha [*que ela trabalha lá*], ela disse que já teve muitos casos desse lá. [INF04P.I.F1.F]
 b. Meu sonho é conhecer o Rio de Janeiro, [*onde minha filha mora lá*] um dia eu vou em nome de Jesus! [INF08P.R.F2.F]

As 10 ocorrências de *pied piping* estão sempre no mesmo contexto, são sempre restritivas e são constituídas quando o antecedente possui o traço [– animado], como no exemplo (128).

- (128) A levagem da lenha simbolizava uma época [*em que a cidade não tinha luz elétrica*] e a praça da Matriz era iluminada por fogueiras. [INF12C.F3.S.F]

Quanto às relativas cortadoras, do total de 264 ocorrências, 235 (29,5%) são formuladas quando o antecedente é [– animado] e 29 ocorrências (6%) quando este é [+ animado]. Os exemplos estão elencados em (129).

- (129) a. É, no Cine Iris, e pronto, ou nos clubes [*Ø que sempre tinha também as festas*], tanto a matinal como a matinei, a gente não tinha outros tipos assim. [INF10P.F.C.F3.F]
 b. Eu tenho amigas [*Ø que eu só encontro no bando*]. Todo o ano. [INF12C.F3.S.F]

Das 9 cortadoras com lembrete, 6 ocorrências são realizadas quando o antecedente possui o traço [– animado], com um percentual de 1%, e 3 sentenças quando o antecedente possui o traço [+ animado], correspondente também a 1% dos dados. Seguem exemplos em (130).

- (130) a. Não tenho nada contra pagode e não tenho nada contra arroxa, mas é aquelas música [*Ø que os jovens não vê letra naquelas música*]. [INF03P.P.F1.M]
 b. Porque o pai dos meus filhos é sergipano, então eu tenho pessoas assim muito especiais [*Ø que eu gosto bastante dessas pessoas*]. [INF08C.F2.R.F]

No que se refere às relativas de *onde* e *quando* , como era de se esperar, todas as 33 construções são realizadas quando o antecedente possui um traço semântico [– animado], com um percentual de 4%, como no exemplo (131), a seguir.

(131) Orlando é uma cidade imensa [*onde não tem transporte coletivo*], onde as pessoas são obrigadas a alugar carro pra se deslocar de um canto pro outro. [INF05C.F2.JR.M]

A Tabela 22 ilustra o comportamento dessa variável na covariação entre a cortadora e a *ped piping*.

Tabela 22 – Distribuição da variável *natureza semântica do antecedente* na covariação cortadora *versus* *ped piping* no português falado em Feira de Santana-BA

NATUREZA SEMÂNTICA DO ANTECEDENTE	CORTADORA		PIED PIPING	
	Oc./Total	%	Oc./Total	%
+ animado	32/32	100%	–	–
– animado	241/251	96%	10/251	4%
TOTAL	273/283		10/283	

A atuação da variável na covariação cortadora *versus* *ped piping* permite verificar que o processamento da relativa cortadora nas normas culta e popular do português feirense ocorre quando o antecedente é [– animado], com 96% dos dados, ocorrendo em 241 das 273 relativas cortadoras encontradas. O resultado da Tabela 22 está em consonância com as posições de adjunto adverbial (tanto de tempo quanto locativo) que foram atestadas como uma das funções que mais relativizam as cortadoras no português urbano falado em Feira de Santana-BA, conforme visto anteriormente nas Tabelas 14 e 15.

Além disso, ao controlar a função sintática do antecedente, observou-se que as relativas preposicionadas no português falado feirense estão também encaixadas majoritariamente em posições de adjuntos adverbiais e complemento locativo, de acordo com as Tabelas 16 e 17, o que também justifica o comportamento predominante do traço semântico [– animado] nas relativas cortadoras nas normas culta e popular feirenses. A Tabela 23, a seguir, distribui os resultados da variável natureza semântica do antecedente na covariação entre a cortadora e a *ped piping* nas duas normas separadamente.

Tabela 23 – Distribuição da variável *natureza semântica do antecedente* na covariação cortadora *versus pied piping* nas normas culta e popular feirenses

NATUREZA SEMÂNTICA DO ANTECEDENTE	NORMA CULTA				NORMA POPULAR			
	Cortadora		<i>Pied piping</i>		Cortadora		<i>Pied piping</i>	
	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
+ animado	22/22	100%	–	–	10/10	100%	–	–
– animado	127/133	95%	6/133	5%	114/118	97%	4/118	3%
TOTAL	149/155		6/155		124/128		4/128	

A distribuição separada dos resultados na Tabela 23 permite concluir que a norma culta e a norma popular do português falado feirense relativizam construções preposicionadas no mesmo contexto semântico do antecedente, quando este é [– animado], tanto a estratégia cortadora quanto a estratégia *pied piping*, com percentuais similares nas duas normas, 95% e 97% para a cortadora e 5% e 3% para a *pied piping*, respectivamente.

Resultado parecido foi verificado nos trabalhos de Corrêa (1998) e Varejão (2006). Corrêa (1998, p. 82), ao analisar o português de estudantes paulistas do ensino fundamental, registrou que 64% das cortadoras são realizadas quando o traço semântico do antecedente é [– animado]. O estudo de Varejão (2006, p. 139) atestou que as cortadoras no português europeu popular também são produzidas em maior índice quando o traço semântico é [– animado], com um percentual de 97%, resultados que também são justificados pela relativização de cortadoras em funções de adjuntos adverbiais.

6) Valor semântico do conectivo oracional

Acredita-se que essa variável seja relevante para compreender a característica semântica dos pronomes relativos presentes no *corpus* e as hipóteses que aqui se formulam são: as relativas não preposicionadas são processadas quando o conectivo oracional tem valor semântico de *pessoa* e *coisa*, por relativizarem posições de *sujeito* e de *objeto direto*; e as relativas preposicionadas são realizadas quando o conectivo oracional tem valor semântico de *coisa*, *lugar* e *tempo*, já que as funções sintáticas relativizadas nas cortadoras são de *objeto oblíquo* e *adjunto adverbial* (de *tempo* e *locativo*).

Além disso, objetivou-se verificar qual o valor semântico do conectivo oracional que mais introduz a estratégia cortadora nas normas culta e popular feirenses. Os resultados estão apresentados na Tabela 24.

Tabela 24 – Distribuição geral da variável *valor semântico do conectivo oracional* no português falado feirense

Valor semântico do conectivo oracional	Com Lacuna	Com lembrete	PP	Cortadora	Cort. c/ lembrete	Onde e quando
	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %
Pessoa	386/421 92%	10/421 2%	–	22/421 5%	3/421 1%	–
Coisa	320/384 83%	–	1/384 0,5%	59/384 15%	3/384 1%	1/384 0,5
Lugar	120/243 49%	3/243 1%	1/243 1%	89/243 37%	3/243 1%	27/243 11%
Tempo	29/126 23%	–	8/126 6%	84/126 67%	–	5/126 4%
Modo	17/22 77%	–	–	5/22 23%	–	–
Causa	28/30 93%	–	–	2/30 7%	–	–
Quantidade	19/22 86%	–	–	3/22 14%	–	–
TOTAL	919	13	10	264	9	33

Os resultados da Tabela 24 confirmam as hipóteses de que as relativas não preposicionadas (principalmente a estratégia com lacuna) são realizadas em maior número quando o seu conectivo oracional possui valor semântico de *pessoa* e *coisa* e de que as relativas preposicionadas – a *pied piping* e a cortadora – são majoritariamente introduzidas por conectivos oracionais com valor semântico de *coisa*, *lugar* ou *tempo*, o que justifica a relativização desse tipo de estrutura nas posições de *objeto oblíquo* e *adjunto adverbiais*, o que pode ser visualizado nas Tabelas 14 e 15, que apresentam as posições relativizadas pelo pronome relativo na covariação entre a cortadora e a *pied piping*.

Em uma leitura vertical, a estratégia com lacuna é expressivamente realizada quando o conectivo oracional possui valor semântico de *pessoa*, com 386 ocorrências (42% dos 919 dados computados). Com valor semântico de *coisa*, observaram-se 320 ocorrências e um percentual de 35%, que devem corresponder às posições relativizadas de *sujeito* e de *objeto direto*, exemplificados em (132).

- (132) a. É tão raro encontrar pais [*que tomam conta dos filhos*]. [INF10P.F.C.F3.F]
 b. Boneca era a única brincadeira [*que eu tinha*]. [INF10P.F.C.F3.F]

A estratégia com lembrete é realizada quando o conectivo oracional possui valor semântico de *pessoa*, em 10 ocorrências (75%) das 13 relativas lembretes encontradas, e *lugar*, em apenas 3 sentenças (25%), ilustradas em (133), correspondentes às posições de *sujeito* e *adjunto adverbial locativo*.

- (133) a. Eu tenho um amigo mesmo [*que a dois anos atrás **ele** tava na sala de aula né*] e tinha um aluno fazendo baderna. [INF07C.F2.H.F]
 b. Houve também o apoio do governo, tanto o governo de São Paulo, como o governo de Minas, [*onde lá dispõe assistência social*]. [INF05P.J.F2.M]

Quanto à *pied piping*, das 10 ocorrências, 8 sentenças (80%) são realizadas quando o conectivo oracional possui valor semântico de *tempo*, como exemplificado em (134a). Nas outras duas ocorrências os conectivos têm valores de *coisa* (134b) e *lugar* (134c). Os valores semânticos encontrados nas estratégias *pied piping* correspondem, em sua maioria, às posições de *adjunto adverbial de tempo*.

- (134) a. Eu lembro do dia [*em que meu irmão passou no vestibular*], foi assim uma felicidade conjunta. [INF04C.F1.T.F]
 b. O curso de História não faz o trote, o trote [*ao que a gente convencionou chamar*], o pessoal da área é... Civil, Engenharia de Alimento, da área de Odonto e tal. [INF01C.F1.CA.M]
 c. Minha mãe se mudou e aí o lugar [*pra onde ela foi*] não tinha escola perto e ai parei. [INF10P.F.C.F3.F]

A respeito da estratégia cortadora, que totaliza 264 ocorrências, conforme leitura vertical, 89 delas são desenvolvidas quando o conectivo oracional possui valor semântico de *lugar*, com um percentual de 37%, 84 ocorrências apresentam conectivo com valor semântico de *tempo* (67%) e 59 com valor semântico de *coisa* (15%), ilustradas pelos exemplos em (135). Esses valores semânticos devem corresponder às posições relativizadas de *adjunto adverbial locativo* (135a), *adjunto adverbial de tempo* (135b) e *objeto oblíquo* (135c).

- (135) a. Na mesma rua [\emptyset **que** *meu pai tinha uma casa*], nos conhecemos na mesma rua. Ele mora em frente à casa do meu pai. [INF08C.F2.R.F]
- b. Tem momentos [\emptyset **que** *eu me acho fashion*]. Eu tenho que me achar fashion pra poder dar continuidade a minha vida. [INF08C.F2.R.F]
- c. Hoje já tem mil doenças degenerativas [\emptyset **que** *a gente nem consegue mais associar*]. [INF09C.F3.J.M]

Dentre as 33 relativas de *quando* e *onde* encontradas, 30 são relativas de *onde* e 3 são relativas de *quando*. Das 30 ocorrências de *onde*, 27 são constituídas quando o conectivo oracional possui valor semântico de *lugar* (90% dos dados), como em (136a); das 5 ocorrências de relativas de *onde* e *quando* em que o conectivo oracional possui valor semântico de *tempo*, 2 (6,5%) delas são relativas introduzidas pelo PR *onde*, como em (136b); e 1 ocorrência quando o conectivo oracional possui valor semântico de *coisa*, com um percentual de 0,5%, exemplificada em (136c). As ocorrências exemplificadas em (136) devem corresponder às posições relativizadas de *adjunto adverbial locativo* (136a), *adjunto adverbial de tempo* (136b) e objeto direto (136c), o que enfatiza ainda mais a discussão sobre a expansão do *onde*.

- (136) a. A rua é muito movimentada, no bairro [**onde** *eu morava*] era mais calmo. [INF03C.F1.P.F]
- b. Houve um certo período da minha vida [**onde** *eu tinha mais tempo*], [**onde** *a gente se reunia todas as sextas-feiras*]. [INF06C.F2.JS.M]
- c. E uma certa vez, eu presenciei, apesar do constrangimento, eu presenciei uma cena engraçada [**onde** *ele chegou pra roçar em uma senhora*] bem mais velha do que ele, tinha idade até de ser vó dele. [INF06C.F2.JS.M]

Em todas as 3 ocorrências de relativas de *quando* encontradas, o conectivo oracional possui valor semântico de *tempo*, como no exemplo (137), a seguir, que corresponde à posição de *adjunto adverbial de tempo*.

- (137) Todas as sextas-feiras [**quando** *eu saio do colégio*], eu escapulo e vou pra farra naturalmente eu danço até três da manhã. [INF06C.F2.JS.M]

Como o foco desta pesquisa é verificar a produção da relativa cortadora e os contextos em que ela ocorre em covariação com a *pied piping* e verificar se nesse fenômeno sintático há uma aproximação das normas culta e popular do português falado feirense, distribuem-se, na Tabela 25, separadamente, os resultados das duas normas no que diz respeito ao valor semântico do conectivo oracional nas estratégias cortadora e *pied piping*.

Tabela 25 – Distribuição da variável *valor semântico do conectivo oracional* na covariação cortadora *versus pied piping* das normas culta e popular do português feirense falado

VALOR SEMÂNTICO DO CONECTIVO ORACIONAL	NORMA CULTA				NORMA POPULAR			
	Cortadora		<i>Pied piping</i>		Cortadora		<i>Pied piping</i>	
	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Pessoa	14/14	100%	–	–	11/11	100%	–	–
Coisa	37/38	97%	1/38	3%	25/25	100%	–	–
Lugar	39/39	100%	–	–	53/54	98%	1/54	2%
Tempo	50/55	90%	5/55	10%	34/37	92%	3/37	8%
Modo	5/5	100%	–	–	–	–	–	–
Causa	2/2	100%	–	–	–	–	–	–
Quantidade	2/2	100%	–	–	1/1	100%	–	–
TOTAL	149/155		6/155		124/128		4/128	

Os resultados da Tabela 25 confirmam os resultados encontrados na distribuição geral dos resultados dessa variável na Tabela 24, de que as relativas cortadoras são relativizadas quando o valor semântico do conectivo oracional é de *coisa*, com 37 das 38 (97%) ocorrências encontradas na norma culta e nas 25 (100%) ocorrências na norma popular; de *lugar*, com 39 ocorrências na norma culta (100%) e 53 (98%) das 54 ocorrências encontradas na norma popular; e de *tempo*, totalizando 50 (90%) das 55 ocorrências da norma culta e 34 das 37 (92%) ocorrências encontradas na norma popular. As relativas *pied piping* ocorrem majoritariamente quando o conectivo oracional possui valor semântico de *tempo*, 10% na norma culta, com 5 ocorrências, e 8% na norma popular, com 3 ocorrências. Dessa forma, o processo de relativização também possui um comportamento similar nas duas normas em análise no que diz respeito ao valor semântico do conectivo oracional.

Os valores semânticos que menos ocorreram nas amostras investigadas foram os valores de *modo*, *causa* e *quantidade*.

Nas próximas seções são apresentados os *knockouts* encontrados nas rodadas, isto é, os casos categóricos da *variável dependente 2*, foco desta pesquisa⁶¹ e a variável selecionada pelo GoldVarb X como o grupo de fator mais importante para o processamento da relativa cortadora. Em seguida, são apresentados os resultados da quantificação dos fatores sociais estratificados nesta pesquisa: faixa etária, sexo do informante e escolaridade, com seus respectivos valores percentuais e pesos relativos.

6.2.2 Os *knockouts* e a variável selecionada pelo GoldVarb X

Como vem sendo reafirmado, o objetivo desta pesquisa é compreender a produção da relativa cortadora no português urbano falado em Feira de Santana-BA nas duas normas aqui investigadas (culto e popular), para uma contribuição acerca do entendimento do sistema sintático do português brasileiro. Dessa forma, decidiu-se restringir a interpretação dos *knockouts* e dos *singleton groups* e o cálculo dos pesos relativos à *variável dependente 2*, mais especificamente à covariação entre a relativa cortadora e a relativa *pied piping*.

Antes de realizar o cálculo dos pesos relativos e da retirada dos *knockouts*, foram encontradas as seguintes informações:

i. Foi categórico o uso do relativo *que* nas duas normas em análise. Na norma culta, o *que* foi registrado como o único relativo, constituindo-se como um *singleton group*. Na norma popular, houve *knockout* para o relativo *onde*, já que esse só ocorreu em uma *pied piping*, e para o relativo *o/a que*, por ter também ocorrido em apenas uma cortadora. Dessa forma, retirou-se esse grupo da rodada binominal;

ii. Foi categórica a aplicação da cortadora nas duas normas quando as funções sintáticas do relativo são de *adjunto adverbial de tempo*, *adjunto adverbial locativo* e *objeto oblíquo*, *complemento locativo*, *complemento nominal*, *genitivo*, *predicativo* e *outros adjuntos*;

iii. Quanto ao grupo *função sintática do antecedente*, foi categórica a aplicação da cortadora quando o antecedente está na posição de *sujeito*, *predicativo*, *complemento nominal* e *complemento locativo*;

⁶¹ Como foi dito na Introdução desta dissertação, *knockout* consiste em um problema analítico no processamento de dados submetido ao programa GoldVarb X; é um fator que corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores das variáveis, ou seja, ocorre quando não há variação em um determinado fator (GUY; ZILLES, 2007, p. 158). A presença de *knockouts* impede a realização do processamento final e, conseqüentemente, a identificação da regra variável do fenômeno.

iv. Foi categórica a aplicação da cortadora quando a natureza da oração é restritiva. Houve *knockout* nos 10 casos de cortadoras em que a natureza da oração é explicativa, contexto em que ocorreram as cortadoras com lembrete;

v. Retirou-se da rodada a variável tipo da preposição, pois houve *knockout* nos dois fatores controlados, já que só as estratégias *pied piping* aparecem com a colocação da preposição.

vi. Foi categórica a aplicação da cortadora quando o valor semântico do conectivo oracional é de *pessoa, causa, quantidade e modo*;

Ao analisar e interpretar os *knockouts*, foram retirados todos os fatores que apresentavam casos categóricos e todas as variáveis consideradas *singleton groups* pelo GoldVarb X. Sendo assim, restaram apenas três variáveis linguísticas e três variáveis sociais para a obtenção dos pesos relativos da *variável dependente 2: função sintática do relativo; função sintática do antecedente; valor semântico do conectivo oracional; sexo do informante; faixa etária; e escolaridade*.

Dessas variáveis, o programa selecionou como significativa para a realização da cortadora, nas duas normas analisadas, apenas a variável linguística *valor semântico do conectivo oracional*. O *input*⁶² inicial do nível 0 foi de 0.965, que corresponde ao percentual total da regra de aplicação, 96,5% para a variante cortadora, tendo um *log likelihood*⁶³ de -39.041 e o nível de significância⁶⁴ de 0.016. O *input* final foi de 0.977, 97%. Nenhuma variável social foi selecionada. A Tabela 26, a seguir, distribui os resultados da variável selecionada.

Tabela 26 – Distribuição da variável selecionada *valor semântico do conectivo oracional* na aplicação da cortadora no português falado em Feira de Santana-BA

FATORES	OC./TOTAL	FREQUÊNCIA	PESO RELATIVO
Lugar	92/93	34%	.68
Tempo	94/102	34%	.21
Coisa	87/88	32%	.67
TOTAL	273/283	96,5%	—

⁶² Segundo Guy e Zilles (2007, p. 238), o *input* representa o nível geral de uso de determinado valor da variável dependente.

⁶³ O *log likelihood* é um logaritmo de verossimilhança e mede a aproximação entre o modelo e os dados observados. Seu valor varia em função da quantidade de dados e o número de aplicações do modelo em cada célula e quanto maior for esse valor, maior a consistência dos dados. (GUY; ZILLES, 2007, p. 238).

⁶⁴ O nível de significância consiste no nível de confiabilidade dos resultados; o nível máximo aceitável de confiabilidade nas ciências humanas é de 0.050 (GUY; ZILLES, 2007).

Os resultados da Tabela 26 e os pesos relativos encontrados revelam que os valores semânticos do conectivo oracional que mais favorecem o uso da estratégia cortadora são os valores de *lugar*, com um peso relativo de .68, e *coisa*, com um peso relativo de .67, que devem corresponder às posições relativizadas de *adjunto adverbial locativo* e *objeto oblíquo*, no português urbano falado em Feira de Santana-BA.

A próxima seção apresenta os resultados das variáveis sociais. Em cada variável social, inicialmente, é apresentada a distribuição geral dos resultados de todas as estratégias de relativização encontradas no português falado feirense, tanto as não preposicionadas quanto as preposicionadas. Após a apresentação geral, foca-se na apresentação dos resultados quanto à covariação entre a cortadora e a *pied piping*.

6.2.3 Variáveis sociais

1) Faixa etária

O controle dessa variável é de extrema importância a qualquer estudo sociolinguístico, pois é por meio desse grupo de fatores que se obtêm considerações e justificativas coerentes a respeito de uma variação estável ou de uma mudança em progresso. Para Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), esta variável fornece indícios para uma competição equilibrada ou variação estável entre variantes no processamento de um determinado fenômeno ou para uma mudança em progresso no tempo aparente, se a geração da faixa etária mais jovem liderar o uso de uma das variantes.

Logo esperava-se que os informantes da Faixa I das normas culta e popular do português falado em Feira de Santana fizessem uso majoritário da relativa cortadora e com isso estivessem conduzindo uma mudança em progresso, ou, mais ambiciosamente, confirmando a implementação da mudança a favor do uso das relativas cortadoras, já que os estudos de Tarallo (1983) sobre as construções relativas revelaram uma mudança em progresso no sistema sintático do português brasileiro do século XIX. Tomam-se como base também os resultados de Burgos (2003) e de Lucchesi (2015b). A quantificação dessa variável está disposta na Tabela 27, a seguir.

Tabela 27 – Distribuição geral da variável *faixa etária* nas estratégias de relativização do português falado feirense

FAIXA ETÁRIA	Com lacuna	Com lembrete	<i>Pied piping</i>	Cortadora	Cortadora c/ lembrete	Relativas de onde e quando
	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %
Faixa I	335/497 68%	8/497 2%	2/497 1%	131/497 27%	2/497 1%	2/497 1%
Faixa II	271/373 73%	3/373 1%	3/373 1%	71/373 19%	4/373 1%	21/373 5%
Faixa III	313/395 79%	2/395 1%	5/395 1%	62/395 16%	3/395 1%	10/395 2%
TOTAL	919	13	10	264	9	33

Visualizando a quantificação da Tabela 27, verifica-se que o uso de estratégias de relativização no português urbano falado em Feira de Santana-BA é similar nas faixas etárias controladas.

A partir da leitura da Tabela 27, pontuam-se algumas considerações: a estratégia com lacuna é a estratégia mais processada em qualquer faixa etária, com 68% na Faixa I, 73% na Faixa II e 79% na Faixa III; a estratégia com lembrete ocorre majoritariamente na Faixa I; a *pied piping* foi realizada em 5 ocorrências na Faixa III, o que pode ser justificado pelo comportamento conservador dos falantes mais velhos; a estratégia cortadora ocorre em maior percentual na Faixa I, com 27% das 497 estratégias encontradas nessa faixa etária, já que se constitui como uma estratégia inovadora do português brasileiro; a estratégia cortadora com lembrete mantém-se equilibrada em todas as faixas; e as relativas com *onde* e *quando* ocorrem, em sua maioria, na Faixa II.

A Tabela 28 representa o comportamento da faixa etária na covariação entre a cortadora e a *pied piping*.

Tabela 28 – Distribuição da variável *faixa etária* na covariação cortadora *versus pied piping* nas normas culta e popular feirenses

FAIXA ETÁRIA	NORMA CULTA				NORMA POPULAR			
	Cortadora		<i>Pied piping</i>		Cortadora		<i>Pied piping</i>	
	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Faixa I	71/73	97%	2/73	3%	62/62	100%	–	–
Faixa II	40/41	98%	1/41	2%	35/37	95%	2/37	5%
Faixa III	38/41	93%	3/41	7%	27/29	93%	2/29	7%
TOTAL	149/155		6/155		124/128		4/128	

Como se observa na Tabela 28, os falantes mais jovens – da Faixa I – são aqueles que mais realizam a variante cortadora, já que, das 73 ocorrências da norma culta, 71 são de relativas cortadoras e as 62 ocorrências da norma popular são todas cortadoras, com um percentual de 97% e 100%, respectivamente, assim como nos resultados de Burgos (2003), em que a Faixa I apresentou 211 (97%) cortadoras. Desse modo, quanto mais elevada for a faixa etária, menor o uso da estratégia cortadora em número de ocorrências e quanto mais jovem for o falante, maior o seu uso. Das 10 relativas *pied piping*, 5 (50%) estão presentes na fala dos informantes da Faixa III, falantes mais conservadores, as outras 5 ocorrências estão distribuídas nas Faixa I e II. Por fim, não foi registrada nenhuma *pied piping* na fala dos mais jovens da norma popular.

Ao observar que a cortadora ocorre mais frequentemente na fala dos informantes da Faixa I, logo é possível ressaltar uma mudança em tempo aparente, já que a relativa cortadora está presente na fala de pessoas adultas, ocorrendo com maior frequência na fala dos mais jovens e é provável que aumente gradativamente sua proporção na fala de gerações sucessivas, promovendo uma substituição da forma antiga (relativa *pied piping*) pela forma inovadora (relativa cortadora), que se tornará categórica em toda a comunidade de fala.

Esses comportamentos são atestados tanto na norma culta quanto na norma popular do português falado feirense e pode-se pensar em uma aproximação das normas culta e popular do PB postulada por Lucchesi (2001) e reafirmada por Mattos e Silva (2004b).

Os resultados da Tabela 28 confirmam a hipótese de que a mudança da relativa *pied piping* para a relativa cortadora nas estratégias preposicionadas no português brasileiro é uma mudança em tempo aparente, já que os adultos usam esse tipo de estratégia e se verifica que os falantes mais jovens são aqueles que mais usa a estratégia cortadora, um fenômeno inovador do português brasileiro; vale ressaltar que o valor relativo dessa aplicação pode aumentar em decorrência do seu uso por gerações sucessoras. Dessa forma, observa-se a que a mudança

linguística em tempo aparente está implementada no sistema sintático do português falado em Feira de Santana-BA, no que diz respeito às estratégias de relativização.

2) Sexo do informante

Controlou-se a variável sexo do informante – por uma abordagem biológica – com a finalidade de observar o comportamento dos falantes homens e mulheres no uso da relativização. O sexo do informante também é um grupo de fatores relevante nos estudos sociolinguísticos e foi também controlado nos estudos de Burgos (2003) e Bispo (2009).

Como se pretende analisar se há uma aproximação das normas culta e popular no português falado em Feira de Santana-BA, espera-se que haja uma realização semelhante da estratégia cortadora tanto pelos homens quanto pelas mulheres, confirmando a implementação da mudança no sistema sintático do PB apontada por Tarallo (1983), no que condiz às estratégias de relativização. Os resultados obtidos nessa variável estão dispostos Tabela 29.

Tabela 29 – Distribuição geral da variável *sexo do informante* nas estratégias de relativização do português falado em Feira de Santana-BA

SEXO DO INFORMANTE	Com lacuna	Com lembrete	<i>Pied piping</i>	Cortadora	Cortadora c/ lembrete	Relativas de onde e quando
	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %
Masculino	469/649 72%	3/649 0,5%	5/649 1%	145/649 22%	6/649 1%	22/649 3,5%
Feminino	450/598 75%	10/598 1,5%	5/598 1%	119/598 20%	3/598 0,5%	11/598 2%
TOTAL	919	13	10	264	9	33

A distribuição geral da variável *sexo do informante*, na Tabela 29, permite inferir que: a estratégia com lacuna está distribuída em ambos os sexos, com um percentual de entre 72% e 75%; das 13 ocorrências de estratégias com lembrete encontradas, 10 delas são realizadas por informantes do sexo feminino, com um percentual de 1,5%; a estratégia *pied piping* não teve um comportamento expressivo na variável em questão, pois se observa a mesma quantidade dessa relativa entre homens e mulheres; as relativas cortadoras também aparecem com um uso equilibrado, sendo que, das 264 cortadoras do *corpus*, 22% são realizadas por homens e 20% pelas mulheres; as cortadoras com lembrete foram mais encontradas na fala dos homens, 6 (1%) das 9 ocorrências; e, por fim, as relativas de *onde* e *quando* são mais realizadas pelos homens,

nas 22 (3,5%) das 33 ocorrências. A Tabela 30, a seguir, expõe os resultados dessa variável na covariação entre a cortadora e a *pied piping*, nas duas normas investigadas.

Tabela 30 – Distribuição da variável *sexo do informante* na covariação cortadora *versus* *pied piping* nas normas culta e popular feirenses

Sexo do Informante	NORMA CULTA				NORMA POPULAR			
	Cortadora		<i>Pied piping</i>		Cortadora		<i>Pied piping</i>	
	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Masculino	87/90	96%	3/90	4%	64/66	97%	2/66	3%
Feminino	62/65	95%	3/41	5%	60/62	97%	2/62	3%
TOTAL	149/155		6/155		124/128		4/128	

Visualizando a Tabela 30, verifica-se que a estratégia cortadora é realizada tanto pelos homens quanto pelas mulheres nas duas amostras analisadas, com percentuais equilibrados. Na norma culta, 96% dos homens e 95% das mulheres realizam a cortadora e 97% de ambos os sexos usam a estratégia na norma popular. Logo a variável sexo do informante não se mostra relevante ao fenômeno em questão, assim como nos dados de Burgos (2003) e diferentemente dos resultados encontrados por Corrêa (1998), em que a cortadora está mais presente na fala de mulheres das 5 capitais brasileiras do *corpus* do NURC.

Esse resultado argumenta contra as considerações de Labov (2001) sobre as mulheres liderarem a mudança linguística em decorrência do seu comportamento inovador nas mudanças sem consciência social e internas à variedade em uso, em dissonância com as normas explícitas estabelecidas, haja vista que os homens são aqueles que mais aplicam a relativa cortadora no português falado feirense, embora os valores encontrados nesta variável sejam aproximados.

3) Escolaridade do Informante

Para a variável escolaridade, a hipótese é a de que as relativas *pied piping* encontradas no *corpus* sejam realizadas apenas pelos informantes mais escolarizados, aqueles com o ensino superior completo com ou sem pós-graduação, referentes à norma culta desta investigação.

Além disso, espera-se que as relativas cortadoras (com ou sem correferente pronominal) sejam igualmente distribuídas, isto é, estejam presentes tanto na fala dos informantes da norma popular quanto da norma culta, com a finalidade de novamente se confirmar a aproximação de

tais normas (LUCCHESI, 2001; MATTOS E SILVA, 2004b). A Tabela 31 expõe a distribuição geral dos dados quanto a essa variável.

Tabela 31 – Distribuição geral da variável *escolaridade do informante* nas estratégias de relativização no português falado em Feira de Santana-BA

Escolarização do Informante	Com lacuna	Com lembrete	<i>Pied piping</i>	Cortadora	Cortadora c/ lembrete	Relativas de onde e quando
	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %	Oc./Total %
Baixa ou inexistente	380/522 73%	6/522 0,5%	4/522 1%	118/522 23%	6/522 0,5%	8/522 2%
Ensino superior completo	539/725 74%	7/725 1%	6/725 1%	146/725 20%	3/725 0,5%	25/725 3,5%
TOTAL	919	13	10	264	9	33

Os resultados dispostos na Tabela 31 indicam que as estratégias com lacuna (padrão e inovadora) se sobressaem também quando o fator em análise é a escolarização dos informantes, isto é, há um comportamento similar na realização tanto da estratégia com lacuna quanto da estratégia cortadora, independentemente da escolarização. No que diz respeito ao uso da estratégia com lacuna, 73% dos falantes de baixa escolarização e 74% dos falantes do ensino superior fazem uso desse tipo de relativa. A estratégia cortadora é realizada por 23% dos informantes de baixa escolarização e por 20% dos informantes com ensino superior completo.

Quanto ao uso da *pied piping*, acreditava-se que essa estratégia só seria encontrada nos falantes mais escolarizados, de nível superior completo, porém se observa que os falantes menos escolarizados feirenses também produzem esse tipo de relativização (4 das 10 ocorrências de *pied piping* foram registradas no português de falantes feirenses de baixa escolarização). Ao contrário dos dados encontrados nas normas culta e popular de Feira de Santana-BA, nos dados de Bispo (2009) o aumento da escolaridade coincide com elevação da recorrência da forma padrão preposicionada (*pied piping*) – comparando-se o ensino fundamental com o ensino superior – e reduz-se o uso das estratégias não padrão (copiadora e cortadora), visto que o ensino formal enfatiza o uso daquela estratégia.

Os resultados da Tabela 31 permitem elucidar que não há polarização no uso das relativas no português afro-brasileiro e no português urbano brasileiro, particularmente no português feirense falado, do mesmo modo que não há polarização desse fenômeno nas línguas crioulas, como se observou no Capítulo 2 (seções 2.3 e 2.4) desta dissertação, estando em

consonância com a transmissão linguística irregular (LUCCHESI; BAXTER, 2009) e com a hipótese de aproximação das normas culta e popular do PB (LUCCHESI, 2001; MATTOS E SILVA, 2004b). A Tabela 34, a seguir, distribui os resultados da variável *escolarização do informante* na aplicação da estratégia cortadora.

Embora o uso da estratégia cortadora seja realizado tanto pelos falantes de baixa escolarização quanto pelos falantes do ensino superior completo e os valores percentuais sejam aproximados, observa-se que o uso da estratégia cortadora é preponderante, em comparação com o uso da relativa *pied piping*, uma variante abonada pela gramática normativa. O uso da *pied piping* deveria implicar uma frequência mais robusta por parte dos falantes cultos, devido à escolarização pela qual passou esses indivíduos, mas o que se encontra em maior frequência na fala dos cultos é uso da relativa cortadora. Dessa forma, a estratégia cortadora não parece ser um fenômeno de estigmatização social e é uma forma legítima de uso do português feirense. Se a ascensão da relativa cortadora foi, em alguma sincronia, uma mudança “de baixo para cima” (LABOV, 1994), já não se pode mais verificar o mesmo na atual estruturação sintática do português feirense falado, pois a aplicação da cortadora é mais favorável quando o informante tem ensino superior completo.

Estes resultados podem ser explicados pela marcante interação entre o campo e a cidade no contexto do município feirense, havendo uma integração entre pessoas de diferentes estratos sociais, “letrados” e “não letrados”, convivendo no mesmo espaço, impulsionando uma aproximação de normas ou guiando uma uniformidade linguística. Dessa forma, pode-se concluir que as normas culta e popular do português feirense estejam sim caminhando para uma aproximação no que diz respeito ao fenômeno das estratégias de relativização do sistema sintático do português brasileiro, reafirmando o que dizem Lucchesi (2001) e Mattos e Silva (2004b) sobre o PB.

6.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

A análise dos dados permitiu interessantes considerações quanto à relativização nas normas culta e popular do português falado em Feira de Santana-BA. Admite-se que um estudo linguístico deve considerar fatores internos e externos para interpretar e compreender o fenômeno estudado e a Sociolinguística Variacionista é a área que melhor explica a questão da mudança linguística, justamente por dialogar com fatores extrassistêmicos e por interpretar os cinco problemas concernentes à mudança linguística.

A partir da análise e com a finalidade de uma síntese geral, objetivou-se responder a alguns questionamentos levantados no Capítulo 5: Quais estratégias de relativização estão em uso no português falado em Feira de Santana-BA? Qual a distribuição de frequência do uso dessas variantes? Em que contextos cada variante é realizada? Quais fatores linguísticos e socioculturais atuam no uso variável das orações relativas na comunidade de fala pesquisada? Há uma aproximação ou um distanciamento dos polos culto e popular no que se refere ao uso das relativas na fala feirense? Respondendo a tais questionamentos, pontuam-se, a seguir, as principais respostas encontradas com a quantificação e a análise dos dados.

i. Foram totalizadas 1248 relativas no *corpus* analisado. As estratégias com lacuna – de função não preposicionada e preposicionada – foram as mais produtivas, tanto na norma culta quanto na norma popular do português falado em Feira de Santana-BA. Foram encontradas todas as estratégias de relativização no português falado em Feira de Santana-BA;

ii. A distribuição de frequência do uso das variantes para a *variável dependente 1* totalizou 932 ocorrências, referentes a 74% do total dos dados. Subdivide-se em 919 ocorrências de relativas com lacuna, com 98,6% dos dados, e em apenas 13 ocorrências de relativas resumptivas, um resultado de 1,4%, comportamento similar nas duas normas investigadas;

iii. A distribuição de frequência do uso das variantes para a *variável dependente 2* resultou em um total de 316 ocorrências distribuídas nos seguintes valores: 10 (3%) ocorrências de *pied piping*; 33 relativas de *onde* e *quando*, com um percentual de 10%; 264 cortadoras, em 84% dos dados obtidos; e 9 cortadoras resumptivas, em 3% dos dados;

iv. A distribuição dos resultados da covariação entre a cortadora e a *pied piping* soma 283 construções preposicionadas. Os dados referentes à *variável dependente 2* confirmaram a mudança sintática proposta por Tarallo (1983) e atestam uso majoritário da cortadora pelos falantes feirenses, sendo que, na norma culta, do total de 155 relativas preposicionadas, 149 foram de cortadoras (96% dos dados); e, na norma popular, obteve-se um percentual de 97%, pois, das 128 ocorrências, 124 foram de cortadoras. Sendo assim, das 283 relativas preposicionadas na covariação entre a cortadora e a *pied piping*, 273 (96%) são de cortadoras e 10 (4%) de relativas *pied piping*. Foram atestadas 6 ocorrências de *pied piping* na norma culta e 4 na norma popular, totalizando dez relativas em que a preposição precede o relativo;

v. Foram encontrados os relativos *que*, *onde*, *quando*, *o/a que*, porém, se atesta alta produtividade do *que*, que ocorreu em 1204 construções do total de 1248 relativas encontradas. Dessa forma, ressalta-se a discussão de que o PR *que* está se tornando um complementizador

universal, pois possui a capacidade de relativizar quaisquer posições na hierarquia sintática e é capaz também de absorver os valores semânticos dos demais relativos;

vi. Cada variante é realizada em contextos sintáticos diferentes. As posições sintáticas mais relativizadas no *corpus* são aquelas mais à esquerda da HA, as de *sujeito* e *objeto direto*, para as estratégias não preposicionadas. E para as preposicionadas, são relativizadas as posições à direita da hierarquia, como as de *objeto oblíquo* e *complemento locativo* (KEENAN; COMRIE, 1977), assim como no português rural afro-brasileiro (RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2009a; 2009b). Posições similares são encontradas quando se observa o comportamento da variável *função sintática do antecedente* no qual está encaixada a oração relativa;

vii. O processo de relativização nas normas culta e popular do português urbano feirense se constitui majoritariamente quando os antecedentes nominais possuem referencialidade [-específico], isto é, são relativas de natureza restritiva;

viii. As relativas cortadoras são produzidas em grande parte quando a natureza semântica do antecedente é [-animado], assim como nos estudos de Tarallo (1983) e Barros (2000);

ix. A variável selecionada como significativa para a realização da cortadora pelo GoldVarb X, nas duas normas analisadas, foi a variável linguística *valor semântico do conectivo oracional*. Seu *input* inicial foi de 0.965, que corresponde ao percentual total da regra de aplicação, 96,5% para a variante cortadora. Os fatores que mais favorecem a aplicação da cortadora foram os valores semânticos de lugar, com peso relativo de .68, e de coisa, com peso relativo de .67.

x. A variável *faixa etária* indicou que todas as gerações produzem relativas cortadoras nas duas normas investigadas, mas se observou que quanto mais jovem for o falante, maior a sua realização. Foi questionado anteriormente se haveria uma aproximação ou um distanciamento dos polos culto e popular no que se refere ao uso das relativas na fala feirense. Os resultados encontrados indicam uma implementação da mudança linguística no sistema sintático proposta por Tarallo (1983) e há, sim, uma aproximação das normas culta e popular do português feirense, ratificando o que dizem Lucchesi (2001) e Mattos e Silva (2004b) sobre o português brasileiro.

xi. Para finalizar, ressalta-se que não há diferença significativa entre as faixas etárias, entre os sexos e nem entre as normas investigadas. Dessa forma, o fenômeno analisado nesta pesquisa não é social e nem estigmatizado, é generalizado na comunidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo investigar as estratégias de relativização do português feirense, fomentando questões sociolinguísticas sobre a variação e, especificamente, a mudança linguística no PB, considerando a interferência sócio-histórica do PB na constituição do falar feirense, por um viés bipolarizado entre norma culta e norma popular. As estratégias de relativização configuram-se como um fenômeno linguisticamente peculiar que permite elucidar diferentes aspectos do sistema sintático do PB em comparação com o do PE. Os resultados permitiram ratificar a ideia de que o português brasileiro se distanciou do português europeu, gerando características próprias, peculiares de um país pluralizado, diversificado, tanto na sua constituição sociocultural quanto na língua que é falada nos diferentes espaços do território brasileiro.

No Capítulo 2, dissertou-se sobre o fenômeno em questão, traçando um percurso linguístico sobre a relativização de modo abrangente, elucidando questões centrais para a constituição das orações relativas, como a sua característica desenvolvida ou reduzida, sua natureza semântica restritiva ou explicativa, as diferentes estratégias encontradas no português brasileiro, dividindo-se entre não preposicionadas ou preposicionadas, sendo esta última o foco do presente estudo. Além desse percurso linguístico, foi realizado um levantamento diacrônico sobre as estratégias de relativização, partindo do latim, passando pela compreensão do fenômeno do português arcaico ao português moderno. Nesse mesmo capítulo, realizou-se uma revisão de literatura a respeito de estudos sobre o tema tanto na variedade europeia do português quanto na variedade brasileira do português, esta o foco desta dissertação.

No Capítulo 3 foram relatados os principais pontos teóricos considerados nesta pesquisa, revisitando as principais teorias linguísticas e compreendendo como cada uma delas percebe a mudança linguística. Partindo do pressuposto de que a compreensão da linguagem deve levar em consideração os fatores linguísticos e extralinguísticos, descreve-se e discute-se a teoria da variação e da mudança linguística, responsável pelo entendimento do fenômeno linguístico estudado. Ao inferir que a realidade sociolinguística brasileira deve ser o alicerce principal na interpretação do PB, relacionou-se teoria linguística às condições sócio-históricas do cenário linguístico constituído no Brasil, descrevendo como principais as tardias urbanização e escolarização. Ao final, tratou-se de duas hipóteses acerca do entendimento do português brasileiro: a transmissão linguística irregular (LUCCHESI; BAXTER, 2009) e a aproximação das normas culta e popular (LUCCHESI, 2001; MATTOS E SILVA, 2004b).

O Capítulo 4 descreveu a comunidade de fala, abordando, inicialmente, as principais características e os principais dados demográficos da cidade de Feira de Santana, enfocando sua centralização geográfica em um entroncamento rodoviário. Em seguida, contextualiza-se o município na formação sócio-histórica e re(povoamento) da Bahia e da Região do Semiárido, região em que se localiza a cidade. São reunidas informações acerca do tipo da população que habitou Feira de Santana-BA, formada pela crescente migração de pessoas advindas do interior da Bahia e do Norte e Nordeste do Brasil e pela grande expansão industrial. Descreveu-se a história social de Feira de Santana, traçando um perfil dos grupos de pessoas que habitaram a cidade, mostrando sua polaridade social formada por uma elite letrada e uma parcela da população que tinha ou teve pouco acesso a escolarização. Aborda-se dois fatores relevantes para a constituição sócio-histórica do município feirense: as tardias urbanização e escolarização. Dissertou-se sobre esses dois aspectos apontando questões cruciais para o entendimento da comunidade de fala em questão.

No Capítulo 5, descreveu-se todo o processo metodológico utilizado na pesquisa, que se iniciou com a contextualização do *corpus* e das amostras (norma culta e norma popular). Explicou-se o processo de levantamento e tratamento dos dados, considerando os critérios adotados para a seleção e exclusão dos dados. Em seguida, foram explicitadas as variáveis dependentes, divididas entre estratégias não preposicionadas e preposicionadas, consideradas para o levantamento dos dados. Fixadas as variáveis dependentes, foram descritas as variáveis explanatórias linguísticas e sociais estratificadas para a quantificação e interpretação do fenômeno a partir dos resultados obtidos com o programa computacional GoldVarb X.

No Capítulo 6, apresentaram-se e discutiram-se os resultados de todas as variáveis elaboradas para a interpretação do fenômeno nas normas culta e popular do português falado em Feira de Santana-BA, ampliando assim a compreensão desse fenômeno no português brasileiro, já que fomenta indícios a favor da transmissão linguística irregular, processo pelo qual se configurou o português brasileiro. Os resultados permitiram afirmar que as normas culta e popular do português falado feirense estão em confluência no que diz respeito ao uso das estratégias de relativização, confirmando a hipótese de que essas duas variedades estão aproximadas e sofrem mútuas influências.

Com a quantificação dos dados, foram totalizadas 1248 relativas no *corpus* analisado, sendo que as estratégias com lacuna – padrão e inovadora – foram as mais produtivas nas normas culta e popular do português falado em Feira de Santana-BA, de modo que se observa uma aproximação das normas e, inclusive, uma aproximação no uso das estratégias com lacuna.

As estratégias com lembrete, *pied piping* e cortadora com lembrete foram pouco atestadas nas amostras. A *variável dependente 1* – das relativas não preposicionadas – totalizou 932 ocorrências, referentes a 74,6% do total do *corpus*. Subdivide-se em 919 ocorrências de relativas com lacuna, com 98,7% dos dados – uma regra semicategórica de acordo com Labov (2003) –, e apenas 13 ocorrências de relativas com lembrete, um resultado de 1,3%, comportamento similar nas duas normas investigadas. A *variável dependente 2*, referente às relativas preposicionadas, resultou em um total de 316 ocorrências distribuídas em 10 (3,1%) ocorrências de *pied piping*, 33 relativas de *onde* e *quando*, com um percentual de 10,4%, 264 cortadoras com 83,5% dos dados obtidos, e 9 cortadoras com lembrete, um percentual de 2,8% dos dados.

A quantificação dos dados referentes à *variável dependente 2* confirmaram a mudança sintática proposta por Tarallo (1983) de que a relativa cortadora estaria ascendendo no PB, enquanto que a relativa *pied piping* estaria caindo em desuso por parte dos falantes brasileiros. Os resultados encontrados para essa variável dependente atestam uso majoritário da cortadora pelos falantes feirenses nas duas variedades pesquisadas – culta e popular –, sendo que na norma culta, do total de 155 relativas preposicionadas, 146 foram de cortadoras (94,1% dos dados); e, na norma popular, obteve-se um percentual de 92,1%, pois, das 128 ocorrências, 118 foram de cortadoras. Vale ressaltar que foram atestadas 6 ocorrências de *pied piping* na norma culta, em que se esperava um número maior dessa relativa considerada canônica pelas gramáticas tradicionais, já que os falantes dessa norma possuem nível superior completo. Na norma popular, foram registradas 4 ocorrências de *pied piping*, o que mais uma vez foi uma surpresa. Do total de 10 relativas em que a preposição precede o relativo, 5 ocorrências foram encontradas na faixa etária mais avançada, a faixa III; 3 na faixa II; e apenas duas na faixa mais jovem.

Dentre todos os relativos considerados no levantamento dos dados, foram registrados quatro tipos: *que*, *onde*, *quando*, *o/a que*. Desses pronomes relativos, porém, atesta-se a alta produtividade do *que*, que ocorreu em 1203 construções do total de 1248 relativas encontradas. Dessa forma, ressalta-se a discussão de que o pronome relativo *que* está se tornando um complementizador universal, pois possui a capacidade de relativizar quaisquer posições na hierarquia sintática e é capaz também de absorver os valores semânticos dos demais relativos. É interessante mencionar que o relativo *onde* foi encontrado relativizando a posição de objeto direto, assim como foi encontrado por Ribeiro (2009) no português rural afro-brasileiro.

As posições sintáticas mais relativizadas no *corpus* são aquelas mais à esquerda da HA, as de *sujeito* e *objeto direto*, para as estratégias não preposicionadas. E para as preposicionadas,

são relativizadas as posições à direita da hierarquia, como as de *objeto oblíquo* e *complemento locativo* (KEENAN; COMRIE, 1977), assim como no português rural afro-brasileiro (RIBEIRO; FIGUEIREDO, 2009a; 2009b). Posições similares são encontradas quando se observa o comportamento da variável função sintática do antecedente, que diz respeito ao encaixamento da oração relativa, isto é, as orações relativas são mais encaixadas nas posições à esquerda da HA. Quanto às relativas cortadoras, estas são mais encaixadas nas posições à direita da HA.

Dentre as outras variáveis analisadas, pode-se concluir que o processo de relativização nas normas culta e popular feirenses se constitui majoritariamente quando os antecedentes nominais possuem referencialidade [- específico], isto é, são relativas de natureza restritiva. As relativas cortadoras são produzidas, em grande parte, quando a natureza semântica do antecedente é [- animado], assim como nos estudos de Tarallo (1983) e Barros (2000).

Os resultados demonstram que a estratégia cortadora é a preferida pelos falantes feirenses, tanto da norma popular quanto da norma culta. Tais resultados coincidem com os resultados de diversos estudos já realizados sobre o tema, como os de Tarallo (1983), Burgos (2003), Ribeiro (2009), Ribeiro e Figueiredo (2009a; 2009b), Lucchesi (2015b) e Oliveira e Ribeiro (2015).

A única variável selecionada como significativa para a realização da cortadora pelo GoldVarb X foi a variável linguística *valor semântico do conectivo oracional*. Seu *input* inicial foi de 0.965, que corresponde ao percentual total da regra de aplicação, 96,5% para a variante cortadora. No *corpus* analisado, os fatores que mais favoreceram a aplicação da cortadora foram os valores semânticos de lugar, com peso relativo de .68, e de coisa, com peso relativo de .67.

Os resultados correspondentes às variáveis extralinguísticas consideradas na interpretação do fenômeno registram um equilíbrio quanto ao uso das estratégias com lacuna. Além disso, observa-se uma aproximação dos percentuais encontrados tanto na norma culta quanto na norma popular. A variável *faixa etária* indicou que ambas as gerações produzem relativas cortadoras nas duas normas investigadas, mas se observou que, quanto mais jovem for o falante, maior a sua realização. Dessa forma, há indícios de uma implementação da mudança linguística no sistema sintático proposta por Tarallo (1983) e de uma aproximação das normas culta e popular do falado em Feira de Santana-BA, o que leva a acreditar que o mesmo ocorre em outras variedades do português brasileiro (LUCCHESI, 2001; MATTOS E SILVA, 2004b).

Ao analisar os resultados das variáveis extralinguísticas, verifica-se que não são relevantes para a realização do fenômeno. Ou seja, se não há diferença significativa entre as faixas etárias, entre os sexos e nem entre as normas investigadas, o fenômeno analisado nesta pesquisa não é social e nem estigmatizado, é generalizado na comunidade.

Considera-se que a preferência pela relativa cortadora no português feirense falado é um fato linguístico decorrente da formação sócio-histórica do município, já que foi povoado por um conjunto de pessoas que possivelmente não tiveram acesso a uma escolarização formal. A cidade se desenvolveu sob um forte comércio, uma intensa industrialização e um acelerado crescimento populacional, que contou com a migração de pessoas de outros estados do Norte e Nordeste do país e com a migração interna na transição do campo para a cidade de pessoas do interior da Bahia, o que influenciou o contato linguístico na cidade e a constituição do português feirense.

Embora a formação sócio-histórica feirense tenha contado com repúdio aos costumes ruralistas e aos migrantes por parte da elite e, conseqüentemente, com um repúdio generalizado ao modo de falar dessas pessoas, além de a educação na cidade ter sido usada como ferramenta para banir as marcas da ruralidade e sanar a “ignorância” das classes menos abastadas, a estratégia inovadora e não prescrita pelas gramáticas normativas é a que se sobressai, tanto na fala de pessoas menos escolarizadas quanto na fala de pessoas mais escolarizadas, sendo estas últimas as difusoras desse tipo de relativização no português falado em Feira de Santana-BA, já que a elite letrada sempre teve muita influência, veiculando sua norma culta na mídia, através dos órgãos públicos e das políticas públicas. Mesmo com os esforços da elite feirense para exterminar qualquer característica popular, a relativa cortadora é a estratégia de maior preferência dos falantes do português falado em Feira de Santana-BA, juntamente com a estratégia com lacuna.

Se há uma preferência do uso da estratégia cortadora tanto pelos falantes da norma popular quanto pelos falantes da norma culta no *corpus* estudado, esse tipo de estratégia já pode ser considerado como uma estratégia da gramática do falante do português feirense e do PB e, por ser uma variedade comum nas duas normas, precisa ser reconhecida como “padrão da língua”, como bem suscitou Bagno (2004). Os dados obtidos nesta pesquisa são confluentes com a afirmação de que essas “são provas mais do que eloquentes de que a norma culta já é outra no que diz respeito a esses fatos sintáticos. Só falta mesmo essa modificação ser reconhecida e aceita pelas instâncias ‘oficiais’ e ‘oficiosas’ da gramática normativa” (BAGNO, 2004, p. 94).

Se a estratégia cortadora não é percebida como um desvio pelo falante e é equilibradamente realizada pelos falantes das normas culta e popular, deve-se aceitá-la como forma legítima no uso vernacular da língua portuguesa, como uma variante possível até no ensino formal da língua portuguesa, já que a variante *ped piping* não faz mais parte da gramática natural dos brasileiros. Sob a luz das palavras de Lucchesi (2015a, p. 246), acredita-se que a melhor posição deve ser a de flexibilizar a questão da norma, aceitando-se tanto a variante culta – *ped piping* – quanto a variante inovadora – cortadora. A escola deve, pois, considerar as variantes disponíveis, reconhecendo a legitimidade de outras variantes na linguagem coloquial.

Para concluir, coaduna-se com Faraco (2008, p. 180), ao defender uma pedagogia da variação linguística que não escamoteie a realidade linguística do país, que o reconheça como multilíngue e que dê destaque crítico à variação social do português; que não dê um tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação; que localize adequadamente os fatos da norma culta/comum/*standard* no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que a pressupõem; que aborde criticamente o cultivo da norma-padrão; e que estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação. Acredita-se que o ensino da Língua Portuguesa deve, pois, ser baseado em uma pedagogia que sensibilize as crianças e os jovens para a variação (e para a mudança linguística) e assim possamos combater os estigmas linguísticos, a violência simbólica, as exclusões sociais e culturais fundadas nas diferenças linguísticas.

Por fim, versa-se sobre a necessidade de aprofundar a pesquisa realizando trabalhos futuros sobre o tema, tendo em vista o interesse em compreender mais sobre o português brasileiro e suas particularidades. Como possibilidade de trabalhos futuros, acredita-se que possa ser feita uma comparação entre o *corpus* analisado nesta pesquisa com outro *corpus*, seja na variedade falada, comparando-se a comunidade de fala investigada neste estudo com alguma outra comunidade de fala; ou na variedade escrita, coletando dados a partir da escrita de estudantes de diversos níveis de escolaridade, investigando se a estratégia da relativa cortadora está também se espalhando na língua escrita. Se o fenômeno analisado nesta pesquisa é generalizado na comunidade, pode-se pensar que o mesmo possa acontecer na variedade escrita da língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, N. M. P. **A estratégia resumptiva em relativas restritivas do português europeu**. 2000. 228p. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica), Lisboa: Universidade de Lisboa, 2000.
- ALMEIDA, N. L. F. de. **Sujeito nulo e morfologia verbal no português falado em três comunidades rurais da Bahia**. 2005. Tese. (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- ALMEIDA, N. L. F. de (Org.). **Amostras da língua falada na zona rural de Feira de Santana (Paraguaçu)**. Vol. 3. Coleção Amostras da língua falada no semiárido baiano. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana/FAPESB, 2008.
- ALMEIDA, N. L. F. de. 2012. Urbanização, escolarização e variação linguística em Feira de Santana-Bahia (século XX). **Tabuleiro de Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da UNEB**, Salvador, n. 4, p. 1- 21, 2012.
- ANDRADE, C. M. P. de. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial**. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.
- ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
- ARAÚJO, M. do S. T. de. **Os núcleos urbanos do recôncavo colonial**. [Tese para concurso de Assistente]. Salvador: UFBA, 1970.
- ARAÚJO, J. M. O. **Bahia: negra, mas limpinha**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- ARAÚJO, E. As construções de tópico. In: LUCCHESI, D. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 231-250.
- ARAÚJO, S. S. de F.; ARAÚJO, J. M. O. A Formação sócio-histórica do Português do Brasil: contribuições do recôncavo baiano. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa**, Niterói, n. 39, 2009, p. 95-116.
- ARAÚJO, S. S. de F. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-BA: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro**. 2014. 342 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014.
- ARAÚJO, S. S. de F.; ALMEIDA, N. L. F. de. **A língua portuguesa do semiárido baiano**, 2010 (Texto em *home page* do Projeto Vertentes). Disponível em: <www.vertentes.ufba.br/associados/feira-de-santana>. Acesso em: 25 mai. 2017.
- ARIM, E. et alii. **Estratégias de relativização nos meios de comunicação social portugueses**. ILTEC, 2004. Disponível em: <<http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2005-redip-relativas.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

- AZEREDO, J. C. de. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- AZEVEDO, A. de. Vilas e cidades do Brasil colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva). **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1954-1955)**. São Paulo, 9 (1), p. 83-168, 1957.
- BAGNO, M. **Português ou brasileiro: um convite à pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 4. Ed. 2004.
- BAGNO, M. **Gramática histórica: do latim ao português brasileiro**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BARRETO, T. Estruturas relativas. In: MATTOS E SILVA, R. V. **A carta de Caminha: testemunho linguístico de 1500**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996, p. 149-165.
- BARROS, A. L. de. **O uso da relativa cortadora na fala pessoense**. 2000. 99 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- BARROS, S. A. P. **Negrinhos que por ahí andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870 – 1920)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia da Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BAXTER, A. N. **Transmissão Geracional Irregular na História do Português Brasileiro - divergências nas vertentes afro-brasileiras**. Revista Internacional de Língua Portuguesa, v. 14, 1995, p. 72-90.
- BISPO, E. B. **Estratégias de relativização no português brasileiro e implicações para o ensino: o caso das cortadoras**. 2009. 162f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
- BOAVENTURA, E. A. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: EDUFBA, 1989.
- BORGES NETO, J. **Ensaio da filosofia da linguística**. São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M.; SILVA, M. da G. T.; CAXANGÁ, M. do R. R.; LINS, M. V. Raízes sociolinguísticas do analfabetismo no Brasil. **Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa**, v. 4, 2008, p. 215-234.
- BRAGA, M. L.; KATO, M.; CORRÊA, V. R. As construções-Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996, p. 303-368.

BRAGA, M. L.; KATO, M.; MIOTO, C. As construções-Q no português falado. In: CASTILHO, A.; KATO, M.; NASCIMENTO, M. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 241-289.

BRANDÃO, M. de A. Os vários recôncavos e seus riscos. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB**. vol. 1. n. 1, Cachoeira, 2007. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/reconcavos/edicoes/n01/pdf/brandao.pdf>>. Acesso em: 18 out 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **PCN: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRITO, A. M. B. de. **A sintaxe das orações relativas em português: estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos**. 1988. 448f. Tese. (Doutorado em Linguística Portuguesa) – Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1988.

BURGOS, E. **Estratégias de uso das relativas em uma comunidade de fala afro-brasileira**. 2003, 122f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

CALLOU, D.; AVELAR, J. Subsídios para uma história do falar carioca: mobilidade social no Rio de Janeiro do século XIX. In: DUARTE, Ma. E.; CALLOU, Dinah. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Vol. IV. Rio de Janeiro: UFRJ/Letras. 2002, p. 95-112.

CAMACHO, R. G. Construções relativas nas variedades do português: uma interpretação discursivo-funcional. **Filologia e Linguística Portuguesa**. São Paulo, 15(1), jan. /jun. 2013, p. 179-214.

CÂMARA JR, J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CÂMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 15. ed. Petrópolis: Vozes. 1985.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

CARDOSO, S. A. M. da S. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. L. F. de. A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do Século XIX: uma viagem ao interior. In: LOBO, Tânia et alii. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Salvador: EDFUBA, 2006, p. 649-674.

COMRIE, B. **Language universals and linguistic typology – Syntax and Morphology**. 2ª ed. Cambridge: Blackwell Pub, 1981.

COMRIE, B. Rethinking the typology of relative clauses. **Language Design**, ed. 1, 1998, p. 59-86.

CORRÊA, V. R. **Oração relativa**: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil. 1998. 174f. Tese de Doutorado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 1998.

COUTINHO, I. de L. **Gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, C. **A questão da norma culta no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

DECAT, M. B. N. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: oposição rumo ao ‘desgarramento’. *Scripta*, v. 5, n. 9. Belo Horizonte, 2001.

FARACO, C. A. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Org.). **Introdução à linguística**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 27-51.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FLEXOR, M. H. Ofícios, manufaturas e comércio. In: SZMRECSANYI, Tamás (Org.). **História econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 1996, p. 110-115.

FREIRE, L. C. M. Povoamento, produção agropecuária e trabalho escravo na comarca de Feira de Santana, 1850-1888. In: NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). **Sertões da Bahia**: Formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Editora Arcádia, 2011, p. 381-442.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1980 [1933].

GALVÃO, R. de A. Os povoadores da região de Feira de Santana. *Stientibus*, Feira de Santana: v.1, n. 1, p. 25-31, jul./dez. 1982.

GODOFREDO FILHO. **Dimensão Histórica da visita do Imperador a Feira de Sant’Ana**. Salvador: CEB/ UFBA. (Centro de Estudos Baianos), 1976.

GUY, G. **Linguistic variation in brazilian portuguese**: aspects of the phonology, syntax and language history. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1981.

GUY, G. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões linguísticos. *Organon*, 14 (28-9), 2000, p. 17-32.

GUY, G.; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HORTA, B. **Latim**. 1. ed. Rio de Janeiro: J. R. de Oliveira, 1943.

HOUAISS, Antônio. **O português do Brasil**. Rio de Janeiro: Unibrade-Centro de Cultura, 1985.

HUBER, J. **Gramática do português antigo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

KATO, M. A., M. L. BRAGA, V. R. CORRÊA. As construções -Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In: KOCH, I. G.V. (org.) *Gramática do Português Falado Vol. VI. Desenvolvimentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

KEENAN, E. L.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v. 8, n. 1, 1977, p. 63-99.

KUTEVA, T.; COMRIE, B. The typology of relative clause formation in African languages. Philadelphia: John Benjamins, 2006, p. 209-228.

KUTEVA, T.; COMRIE, B. The evolution of language and elaborateness of grammar: the case of relative clauses in creole languages. In: FERNANDEZ, Z. E.; COMRIE, B. **Relative clauses in languages of the Americas: a typological overview**. University of Nebraska: John Benjamins, 2012, p. 27-46.

LABOV, W. **Some sociolinguistic principles**. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Eds.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-250.

LABOV, W. **Principles of linguistic change**. Volume II: social factors. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.

LABOV, W. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. **Language Variation and Change**, 2, 1990, p. 205-254.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994 [1972].

LABOV, W. **The social stratification of english in New York City**. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

LEÃO, S. de O. Padrões de desenvolvimento urbano (1500-1930). In: SILVA, Sylvio C. Bandeira de Mello; LEÃO, Sônia de Oliveira; SILVA, Barbara- Christine Nentwig (Org.). **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia: evolução e dinâmica**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989, p. 15-103.

LIMA, R. C. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 4 ed. Brasília: ESAF, 1988.

LIMA, Z. J. de. **Lucas da Feira: um escravo rebelde: 1808/1850**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

LIMA, C. L. N. de S. **Viola nos sambas do recôncavo baiano**. Dissertação (Mestrado em Música). Escola de Música. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

LUCCHESI, D. Considerações sobre a análise das relativas no português contemporâneo e algumas incursões na história dessas estruturas. **Anais do VI Encontro Nacional da ALP**, Porto, 1990.

LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000). **DELTA**. São Paulo. v. 17, n. 1, 2001, p. 97-132.

LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, M. (Org.). **Lingüística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 63-92.

LUCCHESI, D. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 272-284.

LUCCHESI, D; BAXTER, Alan. A transmissão lingüística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.

LUCCHESI, D. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (Org.). **Rosae: lingüística histórica, história das línguas e outras histórias** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 249-274.

LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolingüística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015a.

LUCCHESI, D. Contato entre línguas e mudança lingüística: as orações relativas no português afro-brasileiro. In: FIGUEIREDO, C. ARAÚJO, E. (Org.). **Diálogos com Ribeiro: sobre gramáticas e história da língua portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2015b, p. 77-119.

LUCCHESI, D. Transparência e opacidade na gênese e desenvolvimento das línguas pidgins e crioulas: o caso das palavras interrogativas. **Estudos Lingüísticos**, São Paulo, 45 (1): 2016, p. 348-360.

MARCHESAN, A. C. **As relativas livres no português brasileiro**. 2012. 227f. Tese (Doutorado em Lingüística), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

MATTOS E SILVA, R. V. **Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

MATTOS E SILVA, R. V. Variação, mudança e norma (movimentos no interior do português brasileiro). In: BAGNO, Marcos (Org.). **Lingüística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 291-316.

MATTOS E SILVA, R. V. Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004a, cap. 3, p. 43-67.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004b, cap. 5, p. 91-108.

MATTOS E SILVA, R. V.; SOUZA, E. H. P. M. A escolarização relacionada à demografia na Província da Bahia no século XIX. In: **XIV Congresso Internacional da ALFAL**, Monterrey. Memórias. Monterrey: ALFAL, v. 1, 2005. p. 264-277.

MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico**: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTOS E SILVA, R. V. Ouvir o inaudível. In: MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da linguística histórica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a, p. 7-25.

MATTOS E SILVA, R. V. Teorias da mudança linguística e a sua relação com a(s) história(s) da(s) língua(s). **Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, Vol. 3, p. 39-53, 2008b. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6874.pdf>>. Acesso em: 4 dez 2017.

MENDES, R. P. S. **O perfil da alternância do sujeito nós e a gente em Santo Antônio de Jesus**: um recorte do português popular do interior do Estado da Bahia. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal da Bahia, 2007.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. **Manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 1999.

MIOTO, C.; NEGRÃO, E. V. As sentenças clivadas não contêm uma relativa. In: CASTILHO, A. de; MORAES, M. A. T.; LOPES, R.; CYRINO, S. M. L. V. (Org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, 2007, p. 159-183.

MUFWENE, S. Restrictive relativization in Gullah. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, 1986, p. 1-31.

MUSSA, Alberto B. N. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

NARO, A.; SCHERRE, M. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NEVES, E. F. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). 2. ed. Revista e ampliada. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

NOZOE, N. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. In: **Anais do ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 23. 2005, Rio Grande do Norte. Anais eletrônicos. Rio Grande do Norte: ANPEC, 2005. Palestra. Disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A024.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

NUNES, J. J. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica, 5. ed. 1975, p. 252-267.

NUNES, A. d'A. A educação na Bahia imperial. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: IAT/ Governo da Bahia, 2009, p. 13-45.

OLIVEIRA, C. F. R. M. **De empório a princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, J.; RIBEIRO, I. Estratégias de relativização em atas de afro-brasileiros do século XIX. In: FIGUEIREDO, C.; ARAÚJO, E. (Org.). **Diálogos com Ribeiro: sobre gramáticas e história da língua portuguesa**. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 149-173.

OLIVEIRA, K. **Negros e escrita no Brasil do século XIX**: Sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico. 2006. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

PAIVA, M. C. A.; DUARTE, M. E. L. Introdução: a mudança lingüística em curso. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (Org.). **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2003, p. 13-29.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Linguística histórica. In: NUNES, J. H.; PFEIFFER, C. (Org.). **Introdução às ciências das linguagens: linguagem, história e conhecimento**. Campinas: Pontes, 2006, p. 11-48.

PARK, M. B. **Histórias e leituras de almanaques no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999.

PEREIRA, S. B. **Vocabulário da carta de Caminha**. Rio: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1964.

POMBO, J. F. da R. **História do Brasil**. Rio De Janeiro: J. Fonseca Saraiva Ed., [s.d.], vol. III.

POPPINO, R. E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

RIBEIRO, I. As sentenças relativas. In: LUCCHESI, D. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 185-208.

RIBEIRO, I.; FIGUEIREDO, C. Relativas. In: OLIVEIRA, Klebson. **África à vista: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2009a, p. 208-240.

RIBEIRO, I. FIGUEIREDO, C. As sentenças relativas em atas escritas por africanos no Brasil oitocentista (1832-1842). In: MEIRA, V. **Português brasileiro: estudos funcionalistas e sociolinguísticos**. Salvador: EDUNEB, 2009b, p. 187-227.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados, 1995.

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SANKOFF, D; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. **GoldVarb X: a multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref> Acesso em: 20 abr. 2017.

SANTANA, N. P. de. Escola primária e padronização linguística na Bahia na segunda metade do século XIX. In: OLIVEIRA, K.; SOUZA, H. F. C.; GOMES, L. (Org.). **Novos tons de rosa:** para Rosa Virgínia Mattos e Silva. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 75-94.

SAPIR, E. **A linguagem:** uma introdução ao estudo da fala. Tradução de Joaquim Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral.** 5. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.

SCHERRE, M. M. P.; YACOVENCO, L. C. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 121-146, 2011.

SILVA, B. G. S. G. **As estratégias de relativização na escrita de portugueses dos séculos XVI, XVII, XVIII.** 2011. 207f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, J. C.; FIGUEIREDO, C.; ARAÚJO, S. S. de F. As orações relativas no falar feirense: uma descrição preliminar. **A Cor das Letras**, v. 17, n.1, 2017, p. 31-45.

SILVA, M. C. P. de S.; KOCH, I. G. V. **Linguística aplicada ao português:** sintaxe. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, S. C. B. de M. **Urbanização e metropolização no estado da Bahia:** evolução e dinâmica. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

SILVA NETO, S. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.** 2. Ed. Rio de Janeiro: INL, 1963 [1950].

SLOBIN, D. I. Universal and particular in the acquisition of language. In: WANNER, E.; GLEITMAN, L. R. **Language acquisition:** the state of the art. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 128-172.

SLOBIN, D. I. The acquisition and use of relative clauses in Turkic and Indo-European languages. In: SLOBIN, D. I.; ZIMMER, K. **Studies in Turkish linguistics.** Typological Studies in Language, 8. Amsterdam: John Benjamins, 1986, p. 273-293.

SOARES DE SOUZA, G. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** São Paulo: Nacional, 1938, p. 162.

SOUZA, Ione Celeste de. **Garotas tricolores, deusas fardadas:** as normalistas em Feira de Santana, 1925-1945. São Paulo: EDUC, 2001.

STURTEVANT, E. H. **An introduction to linguistics.** New Haven: Yale University Press, 1947.

TARALLO, F. L. **Relativization strategies in Brazilian Portuguese.** (Estratégias de relativização no português brasileiro). 1983. 273f. Tese (Doutorado em Linguística), Pensilvânia: Universidade da Pensilvânia, 1983.

TARALLO, F. L. **Tempos linguísticos:** itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.

TARALLO, F. L. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Org.). **Português brasileiro:** uma viagem diacrônica. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 69-100.

TRABUCO, Z. A P. Protestantismo, migração e trabalho em Feira de **Santana, 1950-1970.** In: **Atas do Simpósio Nacional Estado e Poder:** intelectuais, IV, 8-11 de Out. Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2007

TRUDGILL, P. Sociolinguistic typology and complexification. In: GEOFFREY, S.; GIL, D.; TRUDGILL, P. **Language complexity as an evolving variable.** Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 98-109.

TRUDGILL, P. The impact of language contact and social structure on linguistic structure: Focus on the dialects of Modern Greek. In TRUDGILL, P. **Dialect grammar from across-linguistic perspective.** (Trends in Linguistics), B. Kortmann. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p. 435-452.

VAREJÃO, F. de O. A. **Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu.** 2006. 193f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Por uma história do português no Brasil. In: RAMOS, Jânia Martins e ALKMIM, Mônica A. (Org.). **Para a história do português brasileiro.** Belo Horizonte: Faculdade de Letras - UFMG, 2007, p. 359-371.

VILHENA, L. dos S. **A Bahia no século XVIII.** v. 1. Salvador: Itapuã, 1969.

VOTRE, S. J. "Relevância da variável escolaridade". In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza (Org.). **Introdução à sociolinguística:** o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2004, p. 51-57.

WEINREICH, U. LABOV, W. HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.** Tradução de Marcos Bagno; revisão técnica de Carlos Alberto Faraco; posfácio de Maria da Conceição Paiva e Maria Eugênia L. Duarte. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].